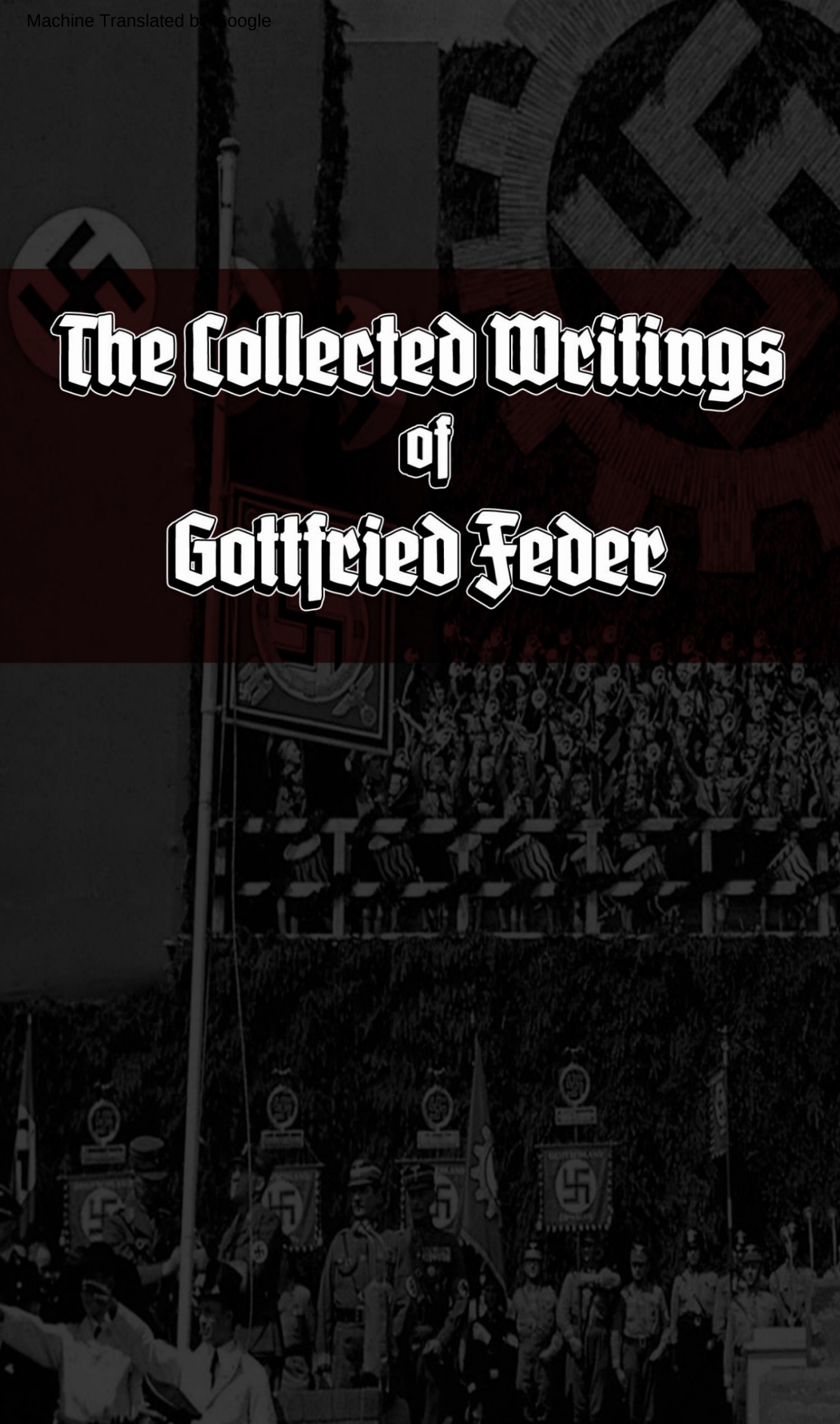
Machine Translated by Google



The Collected Writings of Gottfried Feder

Machine Translated by Google

Os Escritos Reunidos de Gottfried Feder

Publicado em Kali Yuga, 130 AH

SUDETENLAND VERLAG

Machine Translated by Google

Índice

O Programa do NSDAP e suas Concepções Gerais 5

Introdução e Prefácio 6

1. Manifesto Oficial do Partido sobre a Posição do NSDAP em relação à população agrícola e à Agricultura..... 13

A Política do NSDAP sobre a Propriedade de Imóveis 17

2. Os 25 pontos..... 21

3. As Ideias Básicas 25

4. Requisitos do Programa em Detalhe..... 32

5. Aquilo que não desejamos..... 52

6. Conclusão..... 53

Manifesto pela Abolição da Servidão ao Juro 55

Implementações e Justificativa 57

A Conversão de Títulos de Guerra em Crédito Bancário 75

Comentários especiais sobre a demanda por leis no manifesto 76

As objeções e sua refutação 79

Programa Adicional 89

O Estado alemão com base no nacional-socialismo 56

Introdução e Prefácio 92

1. Os Fundamentos..... 97

2. O Programa 116

3. A Estrutura Estatal do Estado Nacional Socialista 122

Machine Translated by Google

Gottfried Feder

Gottfried Feder, (27 de janeiro de 1883, Würzburg, Alemanha – 24 de setembro , 1941, Murnau), foi um ativista político alemão e o principal *teórico econômico* da fase inicial do nacional-socialismo alemão.

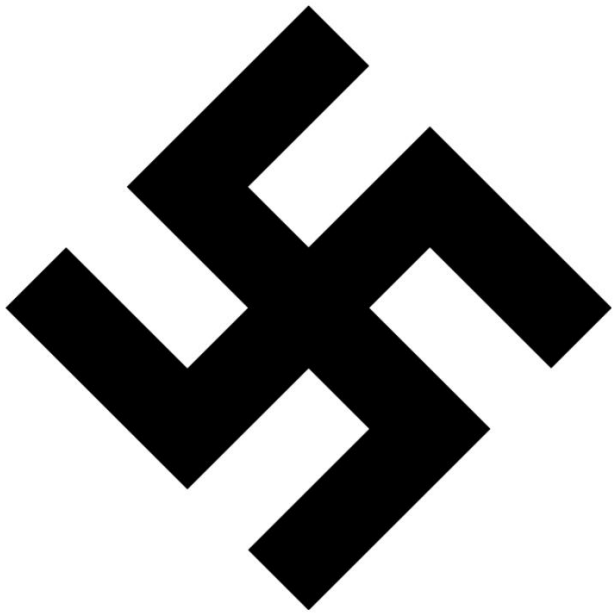
Feder, um engenheiro civil, ganhou notoriedade em 1919 por seu livro *'Manifesto para a Ruptura'.* O discurso de Adolf Hitler perante uma reunião do Partido dos Trabalhadores Alemães em Munique , em setembro daquele ano, intitulado " *A Escravidão dos Juros",* serviu de inspiração imediata para o projeto de **Adolf Hitler.** A entrada **de Feder** na política. Suas ideias socialistas e anticapitalistas encontraram expressão no programa de 25 pontos **de Hitler** para o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) em março de 1920, bem como em **seu** próprio livro, *"O Estado Alemão sobre a Fundação Nacional Socialista",* considerado por **Hitler** como "o catecismo do movimento [nacional-socialista]". Entre 1924 e 1936, **Feder** ocupou uma cadeira no Reichstag alemão e atuou como presidente do conselho econômico do NSDAP (1931), secretário de Estado do Ministério da Economia da Alemanha (1933) e comissário estadual de habitação (1934). Com a acomodação geral da política nazista ao sistema econômico vigente, no entanto, o papel **de Feder** nos assuntos do partido diminuiu drasticamente e, em 1936, ele havia caído em virtual obscurid

Machine Translated by Google

O Programa do Nacional

Partido Socialista dos Trabalhadores

Alemães e suas Concepções Gerais



Machine Translated by Google

Relato histórico da ascensão do NSDAP com um levantamento biográfico da carreira de Adolf Hitler

Adolf Hitler nasceu em 20 de abril de 1889, em Braunau an des Inn, uma vila da antiga República de Hitler. Baviera.

Seu pai era filho órfão de um camponês pobre e ascendeu na carreira até se tornar funcionário da alfândega. Sua mãe vinha de uma família camponesa alemã. Quando ele tinha 13 anos, perdeu o pai e, quatro anos depois, a mãe. Adolf Hitler era então aluno da Realschule de Linz, às margens do Danúbio, depois de ter deixado a Escola Nacional. O desejo de seu pai era que ele se tornasse funcionário público, mas sua própria aspiração era ser artista. A morte de sua mãe o obrigou, sem mais demora, a prover o próprio sustento.

Aos 17 anos, Hitler foi para Viena, onde pretendia se tornar arquiteto. Ganhou a vida com o próprio esforço, primeiro como ajudante de pedreiro, misturando argamassa, e depois como desenhista de arquitetura. Aos 18 anos, já demonstrava interesse por política; tornou-se antimarxista, mas até então não havia assumido nenhum papel de liderança. Desde a juventude, Hitler fora um nacionalista fervoroso e esperava conciliar as experiências sociais de seu período de trabalho com suas convicções nacionalistas. Durante vários anos, viveu em Viena em extrema pobreza.

Em 1912, ele emigrou para Munique, onde estudou. Nunca havia conhecido os prazeres da juventude, mas desde o dia em que saiu de casa com 50 coroas no bolso, o trabalho e as privações haviam sido seu destino. Em fevereiro de 1914, conseguiu se livrar da obrigação de servir no exército austríaco. Seis meses depois, a guerra começou. Ele imediatamente se ofereceu como voluntário para servir no exército alemão e obteve, por meio de um apelo direto ao rei Luís da Baviera, permissão para ingressar em um regimento bávaro como voluntário para a guerra. Em 10 de outubro de 1914, o novo regimento marchou para a guerra.

Em 2 de dezembro de 1914, o voluntário de 25 anos foi condecorado com a Cruz de Ferro, 2ª. Aula.

Em reconhecimento à sua bravura no ataque à Floresta da Baviera e nos outros combates perto de Wytschaete, ele recebeu ordens para assumir a função de mensageiro, que exigia coragem e confiabilidade especiais, pois os relatórios frequentemente tinham que ser transportados em campo aberto sob fogo intenso. Isso rapidamente fez com que seu nome se tornasse conhecido em todo o regimento, para além do círculo restrito de seus camaradas.

Em 7 de outubro de 1916, ele foi ferido por um estilhaço de obus. Em março de 1917, retornou ao seu regimento. Recebeu diversas outras condecorações, incluindo um Diploma do Regimento por bravura excepcional nos combates perto de Fontaines e, finalmente, a Cruz de Ferro de Primeira Classe.

Em 14 de outubro de 1918, ele foi gravemente ferido, juntamente com muitos camaradas de seu regimento, pelo gás mostarda que os britânicos estavam usando pela primeira vez, e ficou temporariamente cego. Enquanto estava no hospital, a Revolução Americana eclodiu.

Diante disso, Hitler resolveu entrar para a política. Em 1919, juntou-se a um pequeno partido composto por seis homens e, a partir dele, fundou o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Ele elaborou, em linhas gerais, o programa do novo movimento e definiu seu caráter e objetivos.

Machine Translated by Google

O Núcleo: Sete Homens

Em setembro de 1919, Adolf Hitler fez seu primeiro discurso para sete homens; depois, dirigiu-se a plateias de 11, 25 e 47 pessoas; em dezembro, para 111; em janeiro de 1920, para 270; e pouco depois, para 400. Em 14 de novembro de 1920, discursou para uma multidão de 1700 pessoas. Ele então organizou a propaganda do jovem Partido, que, após um ano de trabalho, contava com 64 membros. Um ano depois — em 1920 — já havia alcançado 3000. A atividade propagandística de Hitler em Munique era tamanha que ele passou a discursar em comícios três vezes por semana e, às segundas-feiras, ministrava um curso de instrução. Atacava, antes de tudo, a insensatez de Versalhes e negava as afirmações dos marxistas, do Partido do Centro, etc., de que era possível cumprir o Tratado. Ridicularizava o lema desses partidos: "Abandonem as armas e os outros também se desarmarão". Falava partindo do pressuposto de que, depois de entregarmos as armas, os demais continuariam a se armar — se não com o próprio dinheiro, então com os milhões extorquidos da nação alemã completamente desarmada. Ao mesmo tempo que se opunha à propaganda do SPD e do Partido do Centro a favor da assinatura do Tratado, ele profetizou que o Ruhr seria ocupado, independentemente do que assinássemos.

1921.

Este ano foi marcado pela fundação dos primeiros grupos locais em Rosenheim e Landshut. Hitler organizou o primeiro corpo de homens para proteger o Partido e iniciou sua luta contra o movimento separatista na Baviera. Nosso líder também discursou para uma plateia de mais de 5.000 pessoas no Circo de Munique.

Ele declarou em seus comícios que o cumprimento do Tratado não ajudaria, como afirmavam o SPD, o Partido do Centro e o Volkspartei, a construir a prosperidade alemã em paz e tranquilidade, mas que o resultado dessa política insensata seria inevitavelmente uma inflação em larga escala, causando imensos prejuízos à indústria alemã. A afirmação de Hitler de que o governo de coalizão planejava desestatizar as ferrovias estatais foi declarada uma "mentira descarada". Uma tentativa de revolta dentro do Partido foi derrotada. Hitler redigiu a nova Constituição do Partido, que lhe conferia poderes ditatoriais.

A social-democracia, incapaz de continuar a ignorar o nome de Hitler, tentou agora livrar-se do seu fantasma através de métodos terroristas. Houve confrontos sangrentos nas reuniões, nos quais os nervos de aço do nosso líder prevaleceram. Uma guarda pessoal invencível foi formada durante esses confrontos, que passou a ser chamada de "Sturmabteilung".

1922.

Enquanto a conquista de Munique prosseguia, o movimento começava a se espalhar pelo resto da Baviera. Hitler rejeitou todas as propostas de compromisso para se unir a outros partidos. Gradualmente, ele destruiu todas as formações partidárias "nacionalistas" semelhantes e tornou o movimento nacional-socialista supremo sobre elas.

Em outubro de 1922, Hitler marchou à frente de 800 homens até Coburg e, em apenas 24 horas, esmagou completamente o Terror Vermelho naquela cidade pela primeira vez.

Adolf Hitler declarou publicamente que estávamos caminhando a passos largos na direção da inflação, que ele havia previsto como resultado da política da coalizão entre negros e vermelhos. Ele se tornou

Machine Translated by Google

Conhecido como o inimigo mais perigoso e odiado do sistema. A social-democracia e o Partido do Centro deixaram de se defender com argumentos e adotaram uma política de difamação.

1923.

Em janeiro de 1923, realizou-se a primeira grande Conferência do Partido, e as primeiras bandeiras do Partido foram consagradas. A Sturmabteilung foi formalmente incorporada.

A propaganda do Partido foi exaustivamente estudada e aprimorada, e os princípios permanentes da organização foram definidos e estabelecidos. Adeptos se reuniram em grande número em torno de Hitler, a maioria dos quais são hoje seus firmes parceiros na luta. Os ataques contra ele, entretanto, foram prosseguidos com crescente determinação; ele se viu preso pela primeira vez sob a acusação de perturbar as reuniões de seus adversários; foi constantemente multado. Mesmo assim, jamais deixou de lutar contra o sistema.

Durante o verão de 1923, Adolf Hitler procedeu ao desmantelamento do Terror Vermelho na maioria das cidades da Baviera: Ratisbona, Hof, Bayreuth, Nuremberg, Fürth, Ingolstadt, Würzburg e Schweinfurt — muitas vezes ao custo de derramamento de sangue em confrontos de rua, nos quais derrotou os grupos terroristas social-democratas e comunistas.

Sua luta contra o governo incompetente do Reich foi acompanhada de duras acusações. Ele profetizou o fracasso da frágil resistência do governo na questão do Ruhr e atacou constantemente a política estúpida de um entendimento com a França, bem como a de cumprimento das promessas. Nunca deixou de ressaltar a necessidade de um entendimento com a Inglaterra e a Itália.

Em novembro de 1923, Adolf Hitler tentou derrubar o regime. A revolta fracassou e Hitler foi preso.

1924.

O grande julgamento ocorreu em Munique, em março de 1921. Embora considerado culpado pelos fatos, nosso líder obteve uma justificação moral esmagadora. A defesa de Hitler influenciou o tribunal a tal ponto, e sua assunção de responsabilidade exclusiva foi tão convincente, que o discurso do advogado de acusação se transformou em um notável testemunho de suas motivações honrosas. O juiz, contudo, o condenou a um período de prisão.

O Partido Nacional Socialista sofreu com a perda de seu líder. Seus adversários estavam convencidos de que o movimento estava acabado e tomaram a coragem de assinar o infame Pacto Dawes, iniciando deliberadamente o sistema de pilhagem da Alemanha que culminou no Plano Young. Que triunfo para os social-democratas e o Partido do Centro! O objetivo da escravização da Alemanha aparentemente foi alcançado!

Em vão Hitler tentou, por meio de seus associados que estavam em liberdade, combater o Pacto Dawes. Em vão os fez declarar publicamente que as garantias do Partido do Centro, do SPD e do Volkspartei, de que os empréstimos estrangeiros do Plano aumentariam a prosperidade nacional, que o desemprego acabaria, que os salários seriam aumentados e os impostos reduzidos, que a agricultura seria salva, eram meramente um engano para a nação. Em vão os fez apontar que o Pacto Dawes inevitavelmente aumentaria a pobreza, já que os juros dos empréstimos prejudicariam a indústria, enquanto os próprios empréstimos serviriam apenas para cumprir as obrigações financeiras do Plano; a falência e o desemprego aumentariam, os salários...

Machine Translated by Google

A situação se complicaria, os preços e os impostos subiriam ainda mais, e os agricultores enfrentariam a ruína total e seriam forçados a se desfazer de tudo o que possuíam.

Em 20 de dezembro , Hitler abandonou a fortaleza.

1925.

Em 27 de fevereiro de 1925, Adolf Hitler fez o apelo para o renascimento do Partido, e Ele fez seu primeiro discurso após o encarceramento diante de uma plateia de 4.000 pessoas.

O movimento nacional-socialista foi desmantelado após os eventos de 9 de novembro. , e todos os seus bens e dinheiro haviam sido confiscados; de modo que Adolf Hitler começou do zero a reconstruir o Partido desde os seus alicerces. Vorwärts e Germania, em Berlim, zombaram de seus esforços e ridicularizaram o "tolo que o encarceramento havia enlouquecido".
Contudo, a reconstrução do Partido prosseguiu com grande rapidez sob a liderança de Hitler. Os antigos líderes reuniram-se fielmente em torno dele mais uma vez. Hitler estimulou a imprensa partidária a uma nova atividade.

Em dezembro de 1925, o Partido contava com 27.000 membros. O Centro e o Social Alarmados, os democratas decretaram que o líder não deveria falar em público por dois anos.

1926.

Em junho deste ano ocorreu a primeira Conferência do Partido desde a prisão de Hitler.

O mundo burguês ainda estava convencido de que a política de cumprimento das normas salvaria a Alemanha e que o Pacto Dawes revitalizaria a indústria. Os marxistas estavam convencidos de que seu domínio era inabalável.

O presidente von Hindenburg separou-se de seus apoiadores e saiu em marcha com o Partido do Centro e o SPD. O partido continuou a luta; no final do ano, contava com 49.000 membros.

1927.

A ordem que proibia Hitler de falar em público foi revogada, visto que se constatou a impossibilidade de a fazer cumprir. Ele discursou em inúmeras reuniões de massa. A cada mês, o Partido se consolidava mais e mais.

Os acontecimentos em todas as frentes provaram, com cada vez mais força, que Hitler estava certo. O Pacto Dawes foi desmascarado, e suas consequências foram terríveis. Os Social-Democratas e o Partido do Centro tentaram salvar o que fosse possível salvar por meio de mentiras e abusos.

Em agosto, Hitler convocou uma Conferência do Partido em Nuremberg, que se revelou um grande sucesso. No final do ano, o Partido contava com 72.000 membros.

1928.

Adolf Hitler liderou seu partido em um ataque intensificado ao sistema vigente. O nacional-socialismo tornou-se o inimigo inexorável dos destruidores da Alemanha, tanto internos quanto externos.
Hitler direcionou seus ataques especialmente contra a ruína insensata dos agricultores e da classe média. Ele profetizou a catástrofe que se abateria sobre os mercados internos. Declarou repetidamente, em centenas de reuniões, que a política de cumprimento era uma loucura e que seu

Machine Translated by Google

As consequências seriam a morte e a ruína da indústria alemã. Os social-democratas e o Partido do Centro zombaram e caçoaram em sua tentativa de vingança. Suas mentiras e insultos eram dirigidos a Hitler pessoalmente.

Ao final do ano, o número de membros era de 108.000, e o Partido contava com 12 membros. Sentou-se no Reichstag.

1929.

Adolf Hitler prosseguiu sua luta contra o sistema vigente com energia incansável. A imprensa do Partido foi aprimorada, a Sturmabteilung (Força de Assalto) foi ampliada, as formações fortalecidas e a propaganda intensificada. As doutrinas do Nacional-Socialismo começaram a penetrar profundamente na consciência nacional.

Em 4 de agosto , a segunda Conferência do Partido ocorreu em Nuremberg em uma escala colossal. Hitler atacou o sistema preto-vermelho com energia cada vez maior e se destacou, sem rival, como o líder mais poderoso contra tudo o que representava a "Democracia". Todas as tentativas de destituí-lo da liderança do Partido foram esmagadas.

No final do ano, o partido contava com 178.000 membros.

1930.

A luta contra o Plano Young estava em pleno andamento. Hindenburg o defendeu com energia, afirmando que por meio dele a Alemanha seria salva, a indústria alemã se reergueria, o desemprego seria combatido, os agricultores respirariam aliviados e seria possível reduzir os impostos.

Adolf Hitler descreveu tais visões como irreais e fatais; ele profetizou o contrário. Seu partido prosseguiu esclarecendo a nação em meio a intensos combates. Os oponentes responderam com uma enxurrada de mentiras.

As eleições para o Reichstag ocorreram em 14 de setembro. , 1930. O partido obteve 6,5% dos votos. milhões de votos, e 107 membros foram eleitos. Sua organização interna estava mais forte do que nunca. Algumas tentativas menores de revolta, fomentadas de fora, foram prontamente esmagadas por Hitler, e aqueles que não se submeteram incondicionalmente foram expulsos.

O Partido do Centro, que agora se entregara nas mãos do SPD para o bem ou para o mal, começou a incitar a Igreja contra Hitler. Bispos e padres pertencentes ao Partido do Centro iniciaram um ataque fanático contra o movimento nacional-socialista, excomungaram seus adeptos e até lhes negaram sepultamento cristão. Hitler manteve-se inabalável em sua convicção de que o Partido do Centro representava a ruína da Alemanha e continuou sua luta contra ele com ainda maior determinação do que antes. Ele rejeitou veementemente qualquer tentativa de convencê-lo a modificar suas opiniões.

No final do ano, o partido contava com 389.000 membros.

1931.

A luta contra o Plano Young continuou. As consequências previstas por Hitler tornaram-se realidade.

Machine Translated by Google

O governo começou a administrar por meio de medidas emergenciais, pensando assim salvar a indústria. Seguiram-se acirradas disputas, nas quais Adolf Hitler voltou a apontar as consequências fatais dessa política. Em poucos meses — até mesmo em poucas semanas — ele provou estar certo.

Entretanto, vários jornais nacional-socialistas começaram a circular, e a redação central do Partido cresceu gradualmente, tornando-se uma vasta empresa. A organização tornou-se altamente eficiente, e a Sturmabteilung, com o tempo, atingiu um alto nível de desenvolvimento.

Nossos oponentes se afundaram em mentiras e permitiram que encomendas de mercadorias fossem feitas na França.

No final de 1931, o Partido Hitlerista contava com 806.000 membros, um mês depois com 862.000 e, novamente um mês depois, com 920.000. No dia da eleição, havia cerca de um milhão de membros e incontáveis milhões de apoiadores nas urnas.

O homem que outrora foi um operário humilde e mais tarde um soldado na frente de batalha, construiu, em apenas treze anos, a maior organização política que a Alemanha já viu. Os únicos recursos que seus oponentes podem empregar contra ele são mentiras e difamação. E até agora ele sempre venceu, apesar de todas as mentiras, e desta vez esteve perto de ser eleito Presidente do Reich.

Alguém em toda a história da Alemanha já conseguiu um feito semelhante em doze anos, enfrentando a oposição do Partido, das altas finanças, do capital, da imprensa, da opinião pública, da burocracia, de mentiras, do terrorismo e da perseguição?

Este não era um menino mimado; desde a mais tenra idade, ele foi um homem do mais alto nível.
no sentido da palavra, confiando unicamente em sua própria força.

Machine Translated by Google

Prefácio

Em Weimar, em 1926, o Conselho do Partido decidiu publicar uma série de panfletos, abordando de forma concisa as questões fundamentais que afetavam todos os aspectos da vida política na Alemanha. Nossa intenção era, e é, apresentar um retrato coerente e completo da postura do Nacional-Socialismo em relação às diversas tarefas da nossa vida pública, e de como ele espera sanar seus erros e falhas.

Nossa tarefa é, portanto, examinar exaustivamente o estado atual da situação, investigar cientificamente sua origem e, finalmente, com inspiração criativa, responder à fatídica pergunta: e agora? O nobre objetivo destes panfletos é indicar novos métodos para a vida do Estado, para as finanças e a economia; erguer uma "rocha de bronze" em meio ao caos, formar um acervo de conhecimento sólido por meio de estudo minucioso, para que, a partir disso tudo, possa emergir uma vontade política unificada.

Na grande reunião de 31 de agosto de 1927, Adolf Hitler declarou enfaticamente: "Questões de Programa não afetam o Conselho de Administração; o Programa está definido e eu jamais permitirei mudanças nos princípios do movimento, conforme estabelecido em seu Programa." A essa declaração decisiva de nosso Führer, associo-me de todo o coração, pois nada é mais perigoso para a vida e a força impactante de um movimento como o nosso do que, com o passar do tempo, seu Programa fixo ser submetido a críticas negativas.

Nenhum homem que sinta que não pode nos acompanhar até o fim na questão judaica, em nossa luta contra as altas finanças, o Pacto Dawes e a política de pauperização, ou em qualquer outra questão contida em nosso Programa, ou que esteja inclinado a negociar a liberdade da nação alemã por meio da Liga das Nações, do Pacto de Locarno, com concessões e covardia, precisa se candidatar a nós; seu lugar é fora do NSDAP. Rejeitamos completamente o "conhecimento privado superior" que pessoas como ele estão tão dispostas a exibir em discursos de palanque e em seus discursos jornalísticos.

Um homem que concorda fundamentalmente com os nossos princípios pode, talvez, ter escrúpulos quanto a alguns detalhes menores, pois não podemos esperar que haja concordância absoluta em todas as questões, especialmente num movimento político agressivo.

No entanto, a situação é diferente quando inimigos políticos deturpam um ponto específico por meio de representações odiosas e totalmente irrelevantes, como de fato já aconteceu. Nesse caso, um comentário oficial se faz necessário.

Recusamo-nos a alterar o nosso Programa por razões de conveniência, como fazem outras Partes, para se adequarem às chamadas condições alteradas. Pretendemos fazer com que as condições se adaptem ao nosso Programa, dominando-as.

Fui incumbido por Adolf Hitler de publicar esta série de panfletos, que são
Para compor a literatura oficial do Partido.

Incluí o Manifesto oficial do Partido de 6 de março de 1930; também, minha resposta a dez perguntas que nos foram feitas pelo Deutsche Tageszeitung, o principal órgão da Reichslandbund.
Esse jornal aceitou minhas respostas.

Esta é a melhor e mais eficaz maneira de desmentir todas as mentiras sobre nossa má predisposição em relação à propriedade e herança de terras na Alemanha.

Machine Translated by Google

1. Manifesto oficial do partido sobre a posição do NSDAP em relação à população agrícola e à agricultura.

Munique, 6 de março de 1930

1. A importância da classe agrícola e da agricultura para a Alemanha

A nação alemã obtém uma parte considerável de seus alimentos da importação de produtos alimentícios estrangeiros. Antes da Primeira Guerra Mundial, conseguíamos pagar por essas importações com nossas exportações industriais, nosso comércio e nossos depósitos de capital no exterior. O resultado da guerra pôs fim a essa possibilidade.

Hoje, pagamos pelos nossos alimentos importados principalmente com a ajuda de empréstimos estrangeiros, o que afunda cada vez mais a nação alemã em dívidas com os financiadores internacionais que concedem os créditos. Se as coisas continuarem assim, o povo alemão ficará cada vez mais empobrecido.

A única possibilidade de escapar desse jugo reside na capacidade da Alemanha de produzir internamente os alimentos essenciais. O aumento da produção agrícola alemã é, portanto, uma questão de vida ou morte para a nação alemã.

Além disso, uma população nacional economicamente sólida e altamente produtiva é essencial para a nossa indústria, que no futuro terá cada vez mais oportunidades a buscar no mercado interno.

Consideramos também a população do país como portadora da herança da saúde, fonte da juventude da nação e espinha dorsal de sua força armada.

A manutenção de uma classe agrícola eficiente, cujo número aumenta conforme a população em geral cresce, é um pilar essencial da plataforma nacional-socialista, porque o nosso movimento considera o bem-estar de todo o nosso povo nas gerações vindouras.

2. A negligência do Estado atual em relação à classe agrícola e à agricultura.

A produção agrícola, que tem potencial para ser aumentada, está sendo prejudicada porque o crescente endividamento dos agricultores os impede de comprar o necessário para o cultivo e porque o fato de a agricultura não ser lucrativa elimina o incentivo para aumentar a produção.

É preciso investigar as razões pelas quais a agricultura não proporciona um retorno suficiente pelo trabalho:

1. na atual política fiscal, que impõe encargos indevidos à agricultura. Isso se deve a considerações partidárias e ao fato de o mercado financeiro judaico mundial — que realmente controla a democracia parlamentar na Alemanha — desejar destruir a agricultura alemã, uma vez que isso colocaria a nação alemã, e especialmente a classe trabalhadora, à sua mercê;

Machine Translated by Google

2. na competição de agricultores estrangeiros, que trabalham em condições mais favoráveis e que não são controlados por uma política de proteção à agricultura alemã;

3. nos lucros extravagantes obtidos pelos grandes intermediários atacadistas, que impulsionaram eles próprios, intermédios entre produtor e consumidor.

4. nas taxas opressivas que o agricultor tem que pagar pela energia elétrica e pelos fertilizantes artificiais para Empresas administradas principalmente por judeus.

A alta tributação não pode ser paga com a baixa remuneração do trabalho na terra. O agricultor é forçado a se endividar e a pagar juros exorbitantes por empréstimos. Ele afunda cada vez mais sob essa tirania e, no fim, perde tudo o que possui para o agiota judeu. A classe agrícola alemã está sendo expropriada.

3. No Reich, como esperamos que seja, os direitos sobre a terra serão respeitados e haverá uma Política Agrícola para a Alemanha.

Não pode haver esperança de uma melhoria significativa nas condições de pobreza da população rural, nem de uma revitalização da agricultura, enquanto o governo alemão for controlado pelos magnatas financeiros internacionais, com a ajuda do sistema parlamentar-democrático; pois estes desejam destruir a força da Alemanha, que se baseia na terra.

No novo e muito diferente Estado alemão ao qual aspiramos, os agricultores e a agricultura receberão a consideração que lhes é devida, visto que são um dos principais pilares de um Estado alemão verdadeiramente nacional.

Disso decorrem os seguintes requisitos:

1. O território da Alemanha, adquirido e defendido pela nação alemã, deve estar a serviço da nação alemã, como lar e como meio de subsistência. Aqueles que ocupam o território devem administrá-lo nesse sentido.

2. Somente membros da nação alemã podem possuir terras.

3. As terras legalmente adquiridas por eles serão consideradas propriedade hereditária. Ao direito de possuir propriedade, porém, está atrelada a obrigação de usá-la no interesse nacional.
Serão nomeados tribunais especiais para supervisionar essa obrigação; estes serão compostos por representantes de todos os departamentos da classe proprietária de terras e um representante do Estado.

4. As terras alemãs não podem ser objeto de especulação financeira, nem podem proporcionar renda não proveniente do trabalho para o seu proprietário. Só podem ser adquiridas por quem estiver disposto a cultivá-las pessoalmente. Portanto, o Estado tem direito de preferência em toda venda de terras.
É proibido penhorar terras a credores privados. Os empréstimos necessários para o cultivo, em condições facilitadas, serão concedidos aos agricultores por associações reconhecidas pelo Estado ou pelo próprio Estado.

5. Serão pagas taxas ao Estado pelo uso da terra, de acordo com a extensão e a qualidade da propriedade. Este imposto sobre a terra eliminará qualquer tributação adicional sobre a propriedade fundiária.

6. Não se pode estabelecer uma regra rígida quanto à quantidade de cultivo. Do ponto de vista da nossa política populacional, precisamos de um grande número de propriedades de pequeno e médio porte.

Machine Translated by Google

fazendas. A agricultura em grande escala, no entanto, tem um papel essencial a desempenhar e, se preservar uma relação saudável com as pequenas empresas, é justificável.

7. Será necessária uma lei de herança para impedir a subdivisão de bens e um acúmulo de dívidas sobre ele.

8. O Estado terá o direito de desapropriar terras, mediante justa indenização. garantido:

   a. quando não for propriedade de um membro da nação;

   b. quando — por decisão dos Tribunais de Terras — se considera que seu proprietário, por mau A agricultura não está agindo no interesse nacional;

   c. com o objetivo de assentar agricultores independentes na terra, quando o proprietário não a estiver cultivando pessoalmente;

   d. quando for necessário para fins estatais específicos de interesse nacional (por exemplo, comunicações, defesa nacional). Os terrenos adquiridos ilegalmente (de acordo com a lei alemã) podem ser confiscados sem indenização.

É dever do Estado colonizar as terras que se tornaram disponíveis, por meio de um plano baseado em considerações elevadas de uma política populacional. As terras serão concedidas aos colonos como posse hereditária, sob condições que lhes permitam o sustento. Os colonos serão selecionados por meio de exame quanto à sua aptidão cívica e profissional. Será dada preferência especial aos filhos de agricultores que não têm direito à herança.

A colonização das fronteiras orientais é de extrema importância. Nesse caso, o mero estabelecimento de fazendas não será suficiente, sendo necessário o desenvolvimento de cidades mercantis em conexão com o novo ramo da indústria. Essa é a única maneira de viabilizar a rentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Será dever da política externa alemã proporcionar amplos espaços para a alimentação e o assentamento da crescente população da Alemanha.

4. A classe agrícola deve ser elevada economicamente e educacionalmente.

1. A atual pobreza da população rural deve ser imediatamente aliviada por meio de isenções fiscais e outras medidas emergenciais. O endividamento deve ser contido pela redução, por lei, da taxa de juros dos empréstimos aos níveis do período pré-guerra e por ações sumárias contra a extorsão.

2. Deve ser política do Estado garantir que a agricultura seja rentável. A agricultura alemã deve ser protegida por tarifas, regulamentação estatal das importações e um programa nacional de formação.

   A fixação de preços dos produtos agrícolas deve ser livre da especulação de mercado, e deve-se pôr fim à exploração dos interesses agrícolas pelos grandes intermediários, cuja transferência das atividades para associações agrícolas deve ser incentivada pelo Estado.

   Será tarefa dessas organizações profissionais reduzir as despesas operacionais dos agricultores e aumentar a produção. (Fornecimento de implementos, adubos, sementes, melhoramento genético)

Machine Translated by Google

O Estado deverá prestar total apoio às organizações no desempenho de suas funções. Em particular, o Estado deve insistir em uma redução considerável dos custos para os agricultores com fertilizantes artificiais e energia elétrica.

3. As organizações também devem estabelecer a classe de trabalhadores rurais como membros da comunidade agrícola por meio de contratos justos no sentido social. A supervisão e a arbitragem nessas questões serão função do Estado. Deve-se possibilitar que bons trabalhadores ascendam ao status de proprietários rurais. A tão necessária melhoria nas condições de vida e nos salários dos trabalhadores rurais ocorrerá assim que a situação geral da agricultura melhorar. Quando essas condições melhorarem, não será mais necessário empregar mão de obra estrangeira na terra, e esse costume será proibido no futuro.

4. A importância nacional da classe agrícola exige que o Estado promova a educação técnica na agricultura. (Instituições para jovens, escolas de ensino médio para agricultura, com condições muito favoráveis para jovens talentosos, mas sem recursos.)

5. As organizações profissionais não podem fornecer toda a assistência necessária à classe agrícola; somente o movimento político do NSDAP pela liberdade alemã pode fazê-lo.

A população rural é pobre porque toda a nação alemã é pobre. É um erro imaginar que uma única classe de trabalhadores possa escapar de compartilhar a sorte da comunidade alemã como um todo — e um crime fomentar inveja entre os habitantes da cidade e os do campo, que estão unidos para o bem ou para o mal.

A assistência econômica sob o atual sistema político não pode produzir uma melhoria permanente, pois a escravidão política está na raiz da pobreza do nosso povo, e somente os métodos políticos podem eliminá-la.

Os antigos partidos políticos, que foram e são responsáveis pela escravização nacional,
Não podem ser os líderes no caminho para a liberdade.

Existem importantes tarefas econômicas aguardando as organizações profissionais em nosso futuro Estado; mesmo agora, elas podem realizar muito trabalho preparatório nessa direção; mas para a luta política de libertação, que consiste em lançar os alicerces de uma nova ordem econômica, elas não são adequadas; pois essa luta terá que ser travada do ponto de vista não de uma única profissão, mas do ponto de vista de toda a nação.

O movimento que levará adiante a luta política pela libertação até o fim.
é o NSDAP

(assinado) Adolf Hitler

Machine Translated by Google

Política do NSDAP sobre a propriedade de terras

Resposta de Gottfried Feder

O jornal Deutsche Tageszeitung *(nº 47),* de 25 de janeiro de 1930, publicou uma série de perguntas que nos foram feitas pelos líderes da Liga Agrária de Brandemburgo. O principal objetivo era obter uma definição da posição do NSDAP em relação à propriedade privada da terra, herança, concessão de crédito, tarifas, regulação de preços, partilha de lucros e questões de interesse sociopolítico e político-eleitoral geral.

EU.

Para dissipar qualquer preocupação quanto a uma possível interpretação arbitrária posterior do Ponto 17 do Programa do Partido, a primeira pergunta foi formulada da seguinte maneira: "O

NSDAP está preparado para garantir que não se oporá a ninguém?"
propriedade da terra."

Resposta: O nacional-socialismo reconhece a propriedade privada como um princípio e a coloca em posição de destaque.
sob proteção do Estado.

O objetivo é manter um equilíbrio saudável entre todas as empresas, pequenas e grandes, na vida econômica do país.

O espírito de todo o Programa demonstra claramente que o Nacional-Socialismo, sendo um opositor convicto e consistente do Marxismo, rejeita completamente sua doutrina central ruinosa de confisco geral e considera uma classe agrícola permanente como o melhor e mais seguro fundamento para o Estado nacional.

Mas, sendo também um opositor convicto dos grandes capitalistas, cujo objetivo é mobilizar para si todos os valores agrícolas e expulsar os agricultores por meio de impostos e juros sobre empréstimos, o Nacional-Socialismo exige a proteção estatal dos agricultores contra a agressão dos grandes interesses empresariais.

Precisamos de uma classe de agricultores forte e saudável, livre do domínio dos juros e da tirania dos impostos.

II.

A segunda pergunta foi dirigida a mim pessoalmente, por ter sido nomeado por Hitler.
'árbitro final de todas as questões relativas ao Programa'.

Qual é a atitude do nacional-socialismo em relação à herança de propriedade?
deveres de sucessão?"

Resposta: Sendo o pilar da ideia nacional, a continuidade da propriedade, ou seja, a herança da terra que os antepassados de um homem conquistaram e cultivaram, é uma consequência natural. O nacional-socialismo, portanto, reconhece o princípio da herança, assim como o da propriedade da terra.

Machine Translated by Google

Se a propriedade for transferida para parentes distantes, o Estado Nacional Socialista cobrará um imposto especial, mas, no caso de parentesco mais próximo, este será avaliado à taxa vigente no momento.

III.

Esta questão foi levantada devido a uma ansiedade — totalmente infundada — relativamente à possibilidade Consequências da proibição de empréstimos de capitalistas privados sobre a garantia da terra.

Resposta: Um Estado que deseja livrar a propriedade agrícola das dívidas e resgatar os agricultores das garras dos financistas profissionais — visto que muitos agricultores já foram expulsos de suas casas pelos judeus —, um Estado que deseja quebrar o monopólio monetário do capitalismo e abolir a escravidão dos juros, dificilmente negará os créditos necessários nem cobrará juros exorbitantes; pelo contrário, o Nacional-Socialismo pretende auxiliar a agricultura ao máximo.

4.

"Quebrando o domínio dos juros." Abolição de rendimentos não provenientes do trabalho. "O que é o Qual é a atitude do Partido Nacional Socialista em relação ao capital poupado ou herdado?

Resposta: Existe algum agricultor hoje em dia que tenha uma "renda não proveniente do trabalho" devido às cobranças de juros, ou algum proprietário de terras consegue viver do dinheiro economizado com os aluguéis?

Isso significa que existe ansiedade entre certos proprietários de terras que ainda possuem algum capital, ou então há uma incompreensão intencional ou ignorância dessa exigência fundamental do Programa Nacional Socialista.

Nota: Queremos dizer literalmente "romper com o domínio dos juros". Ninguém descreveria pequenas quantias de juros de poupança, hipoteca ou empréstimo governamental como o domínio dos juros. O que queremos dizer com isso é quando a inflação deliberada nos rouba todas as nossas economias e o agricultor tem que pagar juros sobre novas hipotecas e créditos de curto prazo a taxas que o arruínam.

Aqueles que defendem a manutenção do atual sistema capitalista se opõem aos verdadeiros interesses dos agricultores e são a favor de permitir que os bancos e seus agentes lucrem com a agricultura. Para mais informações, remeto os leitores aos meus panfletos intitulados "Der Staat auf nationaler und sozialer Grundlage" e "Das Programm der NSDAP" *(O Estado Alemão sobre a Fundação Nacional Socialista e o Programa do NSDAP).*

V.

Nossa política em relação à tributação afirma de forma clara e consistente: Isentar o consumidor de o fardo da tributação indireta e o produtor, proveniente de impostos que prejudicam seus negócios.

"O Partido pretende eliminar as taxas de importação?"

Resposta: O Landbund deveria estar ciente de que a votação nacional-socialista no Reichstag foi totalmente a favor de tarifas protecionistas sobre produtos agrícolas, em conformidade com seu princípio — Proteção do trabalho da nação na cidade e no campo.

VI.

A questão da partilha de lucros. É impossível abordar aqui este tema tão vasto e complexo. No meu semanário, Die Flamme, descrevi a nossa posição em detalhe em vários artigos.

Machine Translated by Google

O artigo no Deutsche Tageszeitung é enganoso, pois descontextualiza as frases que cita. Pessoalmente, considero que a participação nos lucros, no sentido geral das correntes de pensamento capitalista e marxista, não é a solução correta. Sobre este assunto, o nosso Programa refere-se aos trabalhadores das fábricas, e não faz sentido tentar esclarecer a questão num panfleto que trata da agricultura.

VII.

Prorrogação dos benefícios do seguro de velhice.

“Como se propõe angariar os fundos para esse fim?”

Resposta: Existe atualmente um sistema de seguro de velhice, mas em muitos casos ele é insuficiente e considerado um empobrecimento. Assim que o ônus tributário for removido e aqueles que estão desempregados, mas aptos para o trabalho, forem reintegrados à esfera econômica, haverá meios suficientes para fornecer amplos benefícios de velhice para aqueles que já não trabalham mais.

VII, IX, X.

Essas são meramente questões relacionadas às táticas do Partido, e não a qualquer princípio.

Estando em oposição a uma coligação que trouxe infelicidade à Alemanha, somos naturalmente obrigados, de vez em quando, a votar com os comunistas (embora o mundo inteiro nos separe deles), tal como fazem os Agricultores Nacionais Alemães e os Agricultores Nacionais Cristãos. Não permitimos que ninguém nos dite de onde vêm os nossos adeptos, mas recorremos a todos — operários, burgueses e camponeses — que tenham um bom coração alemão e sejam homens de boa vontade, que desejem ver o fim do mau governo parlamentar e da deplorável política de cumprimento (dos Tratados de Paz). Não consideramos que a "comunicação social" com outros partidos seja um método adequado para libertar a nação alemã do marxismo e do parlamentarismo, pois isso conduz à barganha política. Só a ação ditatorial e o exercício determinado do poder podem tirar a Alemanha do atoleiro.

A nação não quer belas palavras, mas sim firmeza; não barganha, mas trabalho sólido para nossa pobre e oprimida nação.

Uma descrição completa e clara do exposto encontra-se no nº 19 da coletânea nacional-socialista — Unser täglich Brot: Questões Básicas da Agricultura Alemã; de Hermann Schneider, Eckersdorf, Kreis Namslau, que aborda toda a política do nacional-socialismo em relação à agricultura. Contém propostas bem elaboradas para o restabelecimento da sofrida classe agrícola alemã.

O número 16, do Dr. Buchner, contém um excelente ensaio sobre o significado e o espírito da nossa política econômica.

O documento nº 12, do Coronel Hierl, descreve nossa política de defesa nacional.

Concluiremos com algumas observações sobre certas questões que nossos inimigos políticos deturpam de forma maliciosa e mentirosa, na esperança de nos prejudicar.

Nossa atitude em relação à classe permanente de funcionários é certamente louvável. Não seríamos admiradores tão fervorosos do grande Rei da Prússia se fôssemos contra essa classe. Assim como o Exército representou o exterior, uma classe de funcionários pura e incorruptível representa o Estado em território nacional. Honra e dever devem voltar a ser qualidades essenciais em nossos funcionários. O tipo de funcionário que está à mercê dos Vermelhos e dos Negros desaparecerá no Estado vindouro; tais manipuladores partidários não têm apreço por honra e dever.

Machine Translated by Google

A sugestão de que os nacional-socialistas são contra os funcionários públicos e pretendem reduzir seus salários e acabar com as pensões é uma mentira política, difundida pela imprensa de nossos oponentes. Pelo contrário, desejamos conceder a todos os cidadãos que serviram à Alemanha fielmente durante toda a vida uma pensão de honra que os livre de preocupações na velhice. Só assim a assistência social se libertará do estigma da "pauperização".

Devemos também abordar a extensão da ideia de pensões aos trabalhadores autônomos e manuais. Não precisamos nos preocupar com a arrecadação de fundos para esse fim. Quando deixarmos de pagar bilhões ao exterior anualmente, e ainda mais aos nossos próprios bancos, uma fração desses valores será suficiente para custear as pensões de velhice.

Auxílio-desemprego e seguro-desemprego

Não é, em si, responsabilidade do Estado sustentar com recursos públicos homens que são capazes de trabalhar. Nossa posição em relação ao atual sistema de assistência para aqueles que não podem ganhar a vida nunca mudou; sempre pressionamos no Parlamento por melhores condições para os desempregados.
Fazemos isso não porque achamos que seja o estado de coisas correto, mas porque um governo como o atual, cuja política externa e interna idiota levou o trabalho, a produção de alimentos e todo o comércio à beira do abismo, tem a obrigação de deixar sua política de lado.

Um Estado que não consegue reintegrar milhões de homens aptos para o trabalho no mundo econômico merece ser varrido do mapa; portanto, se ele falha financeiramente em resolver o problema do auxílio ao desemprego, nós simplesmente damos de ombros.

Os diversos ataques ao sistema de auxílio-desemprego, mesmo que justificados quando se referem a casos de abuso dessa assistência social, não nos afastam do princípio em que acreditamos. Admitindo-se que, entre quase 3 milhões de desempregados, possam existir 200 mil ou 300 mil vagabundos notórios que prontamente retornariam ao trabalho se o auxílio-desemprego fosse abolido, não devemos esquecer que ainda existem pelo menos 2,5 milhões de bons trabalhadores, empregados, engenheiros, técnicos, supervisores, escriturários, etc., buscando desesperadamente por trabalho e não conseguindo encontrá-lo. É devido ao fracasso de nossa política estatal totalmente equivocada que é impossível fazer qualquer mudança no miserável sistema de auxílio-desemprego.

Ataques à religião e ao clero

Não podemos afirmar com muita frequência que o NSDA.P. não sonha em atacar o
A religião cristã e seus dignos servos.

É a política corruptora do Partido do Centro e do Partido Popular da Baviera que atacamos; estes não perdem nenhuma oportunidade de gritar "Igreja em Perigo", exceto quando se aliam à social-democracia ateia e negadora de Deus.

É porque temos um ideal tão elevado e sagrado da relação do homem com Deus que detestamos ver a religião manchada pela sujeira dos conflitos políticos.

Machine Translated by Google

2. Os 25 pontos

O Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, em uma grande assembleia realizada em 25 de fevereiro de 1920 no Hofbräuhous-Festsaal em Munique, anunciou seu Programa ao mundo.

Na seção 2 da Constituição do nosso Partido, este Programa é declarado como inalterável.

O Programa

O Programa do Partido Operário Alemão é limitado em termos de duração; os líderes não têm a intenção, uma vez alcançados os objetivos nele anunciados, de estabelecer novos, apenas para aumentar artificialmente o descontentamento das massas e, assim, garantir a continuidade do Partido.

1. Exigimos a união de todos os alemães para formar uma Grande Alemanha com base no direito da autodeterminação de que gozam as nações.
2. Exigimos igualdade de direitos para o povo alemão em suas relações com outras nações e a abolição dos Tratados de Paz de Versalhes e de Saint-Germain.
3. Exigimos terras e territórios (colônias) para o sustento do nosso povo e para o assentamento da nossa população excedente.
4. Somente os membros da nação podem ser cidadãos do Estado. Somente aqueles de sangue alemão, qualquer que seja sua crença, podem ser membros da nação. Nenhum judeu, portanto, pode ser membro da nação.
5. Qualquer pessoa que não seja cidadã do Estado pode residir na Alemanha apenas como visitante e deve ser considerado como estando sujeito a leis estrangeiras.
6. O direito de votar no governo e na legislação do Estado deve ser exercido exclusivamente pelos cidadãos do Estado. Exigimos, portanto, que todas as nomeações oficiais, de qualquer natureza, seja no Reich, no país ou em localidades menores, sejam concedidas exclusivamente a cidadãos do Estado. Opomo-nos ao costume corruptor do Parlamento de preencher cargos apenas com vistas a considerações partidárias, sem levar em conta o caráter ou a capacidade.
7. Exigimos que o Estado assuma como sua principal obrigação promover a indústria e o sustento de seus cidadãos. Caso não seja possível alimentar toda a população do Estado, os estrangeiros (não cidadãos do Estado) deverão ser excluídos do Reich.
8. Toda a imigração não alemã deve ser impedida. Exigimos que todos os não alemães que entraram na Alemanha após 2 de agosto de 1914 sejam obrigados a deixar o Reich imediatamente.
9. Todos os cidadãos do Estado serão iguais em direitos e deveres.
10. Deve ser o primeiro dever de cada cidadão do Estado trabalhar com a mente ou com o corpo. As atividades do indivíduo não podem entrar em conflito com os interesses do todo, mas deve proceder dentro da estrutura da comunidade e visar o bem comum.

Machine Translated by Google

Exigimos, portanto:

11. Abolição dos rendimentos não provenientes do trabalho.

Abolição da servidão do interesse.

12. Tendo em vista o enorme sacrifício de vidas e bens exigido de uma nação por cada guerra, o enriquecimento pessoal resultante de uma guerra deve ser considerado um crime contra a nação.
Exigimos, portanto, a confiscação implacável de todos os ganhos de guerra.

13. Exigimos a nacionalização de todas as empresas que até o presente momento foram constituídas em sociedades anônimas (Trusts).

14. Exigimos que os lucros do comércio por atacado sejam distribuídos.

15. Exigimos um amplo desenvolvimento de medidas de apoio à terceira idade.

16. Exigimos a criação e a manutenção de uma classe média saudável, a imediata comunalização dos espaços comerciais de atacado e seu arrendamento a preços acessíveis para pequenos comerciantes, e que seja demonstrada extrema consideração a todos os pequenos fornecedores perante o Estado, as autoridades distritais e as localidades menores.

17. Exigimos uma reforma agrária adequada às nossas necessidades nacionais, a aprovação de uma lei para a confiscação sem compensação de terras para fins comunitários; a abolição dos juros sobre empréstimos de terras e a prevenção de toda a especulação imobiliária1 .

18. Exigimos a punição implacável daqueles cujas atividades prejudicam o interesse comum. Criminosos sórdidos contra a nação, usurários, aproveitadores, etc., devem ser punidos com a morte, independentemente de sua crença ou raça.

19. Exigimos que o Direito Romano, que serve à ordem mundial materialista, seja substituído por um sistema jurídico para toda a Alemanha.

20. Com o objetivo de abrir a todos os alemães capazes e trabalhadores a possibilidade de cursar o ensino superior e, assim, progredir na carreira, o Estado deve considerar uma reestruturação completa do nosso sistema nacional de educação. O currículo de todas as instituições de ensino deve ser alinhado às exigências da vida prática.
A compreensão da ideia de Estado (sociologia do Estado) deve ser o objetivo da escola, começando desde o primeiro vislumbre da inteligência do aluno. Exigimos o desenvolvimento das crianças talentosas de pais pobres, independentemente de sua classe social ou profissão, às custas do Estado.

21. O Estado deve zelar pela elevação do padrão de saúde da nação, protegendo mães e bebês, proibindo o trabalho infantil, aumentando a eficiência física por meio de ginástica e esportes obrigatórios estabelecidos por lei e por meio de amplo apoio a clubes dedicados ao desenvolvimento físico dos jovens.

22. Exigimos a abolição do exército remunerado e a formação de um exército nacional.

23. Exigimos uma guerra jurídica contra a mentira política consciente e sua disseminação na imprensa. Para facilitar a criação de uma imprensa nacional alemã, exigimos:

---

[1] Em 13 de abril de 1928, Adolf Hitler fez a seguinte declaração: É necessário responder à interpretação errônea, por parte de nossos oponentes, do Ponto 17 do Programa do NSDAP.

Como o NSDAP reconhece o princípio da propriedade privada, é evidente que a expressão "confisco sem indenização" se refere meramente aos possíveis poderes legais para confiscar, se necessário, terras adquiridas ilegalmente ou não administradas de acordo com o bem-estar nacional. Essa medida visa, em primeiro lugar, as empresas judaicas que especulam com terras.

Munique, 13 de abril de 1928. (assinado) Adolf Hitler

Machine Translated by Google

a. que todos os editores de jornais e seus assistentes, que empregam o alemão idioma, devem ser membros da nação;

b. que será necessária uma autorização especial do Estado para a publicação de jornais não alemães. Estes não são necessariamente impressos em língua alemã;

c. Que seja proibida por lei a participação financeira ou influência de estrangeiros em jornais alemães, e que a pena para a violação desta lei seja o fechamento de qualquer jornal desse tipo e a deportação imediata do estrangeiro envolvido. Deve ser proibida a publicação de jornais que não contribuam para o bem-estar nacional. Exigimos a punição legal de todas as tendências artísticas e literárias que possam desintegrar nossa vida como nação, e o fechamento das instituições que contrariem as exigências acima mencionadas.

24. Exigimos liberdade para todas as denominações religiosas no Estado, desde que não representem um perigo para ele e não militem contra os sentimentos morais da raça alemã.

O Partido, como tal, defende o cristianismo positivo, mas não se vincula, em matéria de credo, a nenhuma confissão específica. Combate o espírito judaico-materialista dentro e fora de nós, e está convicto de que nossa nação só poderá alcançar a saúde permanente a partir de dentro, com base no princípio:

O interesse comum acima do interesse próprio.

25. Para que tudo o que foi exposto se concretize, exigimos a criação de um forte poder central do Estado. Autoridade incontestável do Parlamento politicamente centralizado sobre todo o Reich e sua organização; e formação de Câmaras para classes e ocupações com o objetivo de implementar as leis gerais promulgadas pelo Reich nos diversos Estados da confederação.

Os líderes do Partido juram seguir em frente sem rodeios — mesmo que isso signifique sacrificar suas convicções. vidas — na garantia do cumprimento dos pontos anteriores.

Munique, 24 de fevereiro de 1920.

卐 卐 卐 卐 卐

Após ampla discussão na Assembleia Geral dos membros em 22 de maio de 1920, ficou decidido que "Este Programa é inalterável". Isso não implica que cada palavra deva permanecer inalterada, nem que qualquer ação para aprofundar ou desenvolver o Programa deva ser proibida, mas implica, com absoluta decisão e clareza inabalável, que os princípios e ideias norteadoras nele contidos não podem ser alterados.

Não pode haver qualquer flexão ou distorção por considerações de conveniência, nenhuma interferência oculta em pontos muito importantes — e, para os atuais arranjos políticos, sociais e econômicos, muito indesejáveis — do Programa, nenhum desvio de opinião.

Adolf Hitler imprimiu seus dois pontos principais em tipos móveis: O Interesse Comum acima do Individualismo — o espírito do Programa. Abolição da Servidão ao Interesse — o cerne do Nacional-Socialismo. Uma vez alcançados esses dois pontos, isso significaria a vitória da futura ordenação universalista da sociedade no 'verdadeiro Estado' sobre a atual separação entre Estado, nação e economia, sob a influência corruptora da teoria individualista da sociedade como a conhecemos hoje.

Machine Translated by Google

Construído. O Estado de fachada de hoje, oprimindo as classes trabalhadoras e protegendo os lucros ilícitos de banqueiros e especuladores da Bolsa de Valores, é a arena para o enriquecimento privado desenfreado e para a mais vil oportunista política; não se importa com seu povo e não proporciona nenhum vínculo moral elevado de união. O poder do dinheiro, o mais implacável de todos os poderes, detém o controle absoluto e exerce uma influência corruptora e destrutiva sobre o Estado, a nação, a sociedade, a moral, o teatro, a literatura e sobre todas as questões de moralidade, menos fáceis de mensurar.

É claro que não pode haver hesitação, nem recuo nesta luta gigantesca; ou é vitória ou derrota.

A visão um tanto variada do mesmo princípio básico, que apresentei em meu livro, Der deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage (F. Eher Nachf.), não é uma alteração, mas uma série de pontos que pertencem ao mesmo conjunto, reunidos e organizados de acordo com vários aspectos políticos, econômicos, financeiros e culturais da vida.

Se essas minhas opiniões *(ver p. 22)* pudessem ser consideradas divergentes ou opostas aos 25 Pontos, Hitler jamais teria descrito meu livro, em seu breve prefácio, como o "catecismo do nosso movimento". Cada um é livre para escolher qualquer uma das visões de acordo com seu gosto, mas se as comparar, não as encontrará mutuamente contraditórias.

Para assegurar, no futuro, um acordo absoluto sobre as nossas reivindicações, expressas no nosso Programa, e para proteger o movimento contra os choques que possam prejudicá-lo, —
As 'sugestões de melhoria' oferecidas por críticos profissionais e amadores, reclamões e sabe-tudo, levaram Adolf Hitler, em uma conferência com todos os organizadores distritais realizada em Bamberg em 11 de fevereiro de 1926, a nomear formalmente Gottfried Feder como juiz final de todas as questões relacionadas ao Programa.

Machine Translated by Google

3. As Ideias Básicas

É nossa intenção, neste panfleto, expor os princípios essenciais da concepção nacional-socialista do Estado da forma mais breve e simples possível. Em um panfleto posterior, abordaremos com mais detalhes os aspectos sociológicos, teóricos e espirituais dessa concepção.

Também não iremos tentar descrever as várias outras aspirações políticas nem aqueles que as representam nos diferentes partidos e associações — essa é uma tarefa por si só — mas apresentamos aqui apenas os pontos essenciais de nossas reivindicações.

O mundo surgiu do caos, a ordem da desordem, a organização da confusão desenfreada.

Hoje o caos reina no mundo — confusão, luta, ódio, opressão, roubo, crueldade, egoísmo. Irmãos estão separados. Membros da mesma nação atacam-se uns aos outros, esfaqueiam um homem até a morte simplesmente por ele usar uma suástica. Todos sofrem sob os mesmos fardos, as mesmas privações; contudo, quem, durante estes últimos meses, ouviu falar de trabalhadores marxistas atacando ou matando seus patrões, ou seus líderes partidários, ou qualquer um dos banqueiros e sanguessugas da Bolsa de Valores, ou qualquer um dos especuladores que lucram com o comércio atacadista? O único sacrifício para o caos é o trabalhador bom e simples. Os marxistas perderam a cabeça e estão se aglomerando para se juntar aos saqueadores de sua própria classe, enquanto se voltam selvagemente contra aqueles que estão prontos para resgatá-la.

Os partidos nacionalistas e outros estão no governo ou lutam para entrar nele, juntamente com aqueles que destruíram seus ideais nacionais e, com isso, perderam tanto a honra quanto o caráter. As associações de defesa se esforçam para infiltrar-se no Estado — o Estado de Severing e Grzesinsky — com pacifistas, internacionalistas e judeus, com quem acreditam poder governar.

Eles perderam a cabeça! Os chamados Rechtskreise não conseguem ver que águias e serpentes, lobos e cordeiros, a humanidade e o bacilo da cólera não podem cooperar. Estão usando todas as suas forças para dar uma aparência de 'ordem' à desordem, ao caos político, à ineficácia política. Mas voltam-se contra os nacional-socialistas, esses 'fanáticos', tomados por temores insanos de que estes possam privá-los de alguns de seus antigos privilégios e posições — esquecendo-se de que perderam tudo justamente por causa do povo de quem agora exigem 'uma parte dos pães e peixes políticos'.

Os industriais, grandes ou pequenos, têm apenas um objetivo em vista — o lucro —, apenas um anseio — o crédito —, apenas um protesto — contra a tributação; temem e respeitam apenas uma coisa — os bancos; e dão de ombros à exigência nacional-socialista de romper com o domínio dos juros.

O único desejo deles é "criar dívidas". Consideram perfeitamente normal o enorme tributo cobrado pelos bancos através de empréstimos, sem qualquer esforço ou trabalho. Fundaram partidos econômicos e votaram a favor das Leis Dawes, que são a principal causa da pesada tributação.

A honra abandonou os negócios, que agora estão totalmente nas mãos de grandes corporações. Os produtores se renderam às altas finanças, seu maior inimigo. Os patrões nas fábricas e escritórios, afundados em dívidas, têm que se contentar com uma ninharia, pois todos os lucros do trabalho vão para os bolsos do poder monetário impessoal na forma de juros e dividendos.

As pessoas no poder são totalmente incapazes de conter o caos. Esmagadas por cima pelos impostos e juros, ameaçadas por baixo pelos murmúrios dos submersos.

Machine Translated by Google

Os trabalhadores se submeteram cegamente a um Estado controlado pelo capitalismo, enquanto os exploradores do caos atual os mantêm no poder como meros capatazes das massas trabalhadoras. Sua fúria não se dirige contra a insanidade do marxismo, mas contra os portadores da Cruz de Gancho. Eles se esquecem de que nós, e somente nós, vimos a tragédia da economia alemã se aproximando, percebemos e mostramos como, se tomada a tempo, a Alemanha, por sua própria força, poderia restaurar o equilíbrio.

Associações de todos os tipos, razoáveis em suas ideias básicas — desesperadas no caos atual da vida pública — buscam maneiras de impor ordem. Tudo em vão, pois estão desconectadas da nação como um todo social. Todas visam apenas obter pequenas vantagens para sua própria casta; desprovidas de qualquer princípio político ou econômico, recorrem a cada partido político, um por um. Curvam-se ao sistema vigente e se submetem à chamada autoridade suprema.

Custou à nação alemã somas incalculáveis em pagamentos a inúmeros organizadores, diretores e articuladores, mas nenhum deles fez o mínimo bem. A inflação — uma medida criminosa — roubou todas as classes sociais, os econômicos, os membros de associações, os artesãos, de suas economias.
Um novo imposto, surgido diretamente da mesa verde, destrói as esperanças construídas ao longo de anos de trabalho. Uma vantagem conquistada após inúmeras reuniões, discussões e representações ao Governo, geralmente é anulada por um aumento no custo de vida, seja para cima ou para baixo nos preços.

Caos e loucura! Como pode um agricultor viver sob tanta perseguição? Como pode o trabalhador comprar com os preços subindo o tempo todo? De que adianta aumentar o salário de funcionários e empregados quando o índice do custo de vida continua a subir? Eles, em sua ingenuidade, buscam ajuda do Estado, o Estado que causou toda a pobreza e opressão, que não é o "Pai da Nação", mas o tirano e cobrador de impostos do despotismo monetário.

Então eles voltam-se repetidamente para os partidos tradicionais, dizem que não se importam com política e que pertencem a eles. Não apoiar nenhum partido e, ao mesmo tempo, deixar que as lamentáveis disputas partidárias continuem como antes.

A grande tarefa que o Nacional-Socialismo se propôs é a determinação de restaurar a forma, dissipar o caos, reordenar o mundo que se afastou das antigas ordens e zelar por essa ordem — no mais elevado sentido platônico.

Cabe aqui esclarecer que não consideramos como "Ordem" nem a aparente ordem de um Estado policiado, nem o roubo financeiro consagrado pelo costume e permitido por lei, nem as conspirações de sindicatos, trusts e outras medidas organizadas de traição nacional, por mais que "funcionem" bem. Até mesmo um bando de ladrões tem "ordem", as prisões têm seus "regulamentos". Mas na nação, considerada como um todo orgânico, todos os aspectos de nossa vida pública revelam dor, servidão, opressão, insinceridade e apresentam um quadro caótico de uma luta de todos contra todos.

Governo contra povo, partido contra partido, e ao mesmo tempo formando alianças extremamente antinaturais, patrão contra empregado, comerciante contra produtor e consumidor, proprietário contra inquilino, trabalhador contra agricultor, funcionários públicos contra o povo, operário contra
'Burguesia', Igreja contra Estado, cada um cegamente atacando seu adversário particular e pensando apenas em seus próprios interesses egoístas, em sua ascensão e em seus bolsos de dinheiro. Ninguém reflete que o outro tem o direito de viver, ou que a busca por seus próprios fins egoístas significa que alguém mais tem que pagar por isso. Ninguém pensa no bem-estar do próximo, ou em seus deveres maiores para com a comunidade. Uma busca desenfreada por ganho pessoal. Empurre o vizinho para subir na fila, pise em seu corpo se puder tirar proveito disso — por que se importar? Esse é o mundo dos negócios moderno.

Não nos iludamos. Estamos em meio a uma grande transformação mundial, e é natural que almas simples, espíritos pobres e errantes, sem enxergar saída para o caos, busquem alívio em

Machine Translated by Google

suicídio, ou pensar que o mundo está chegando ao fim e entrar na corrida pelo bezerro de ouro, precipitando-se cegamente no redemoinho. "Aproveitem enquanto podem — depois de nós, o dilúvio."

Um golpe tão terrível na moral de uma nação só é possível e explicável quando toda a base intelectual da sociedade é abalada ou se mostra falsa — e, de fato, vemos que o marxismo, o capitalismo e os líderes de nossa vida pública adoram o mesmo deus —
Individualismo. O interesse pessoal é o único incentivo — obter vantagens para a própria classe restrita na vida.

Mais tarde, será publicada uma nova contribuição para esta série, dedicada a uma análise cuidadosa. Estudo sociológico da construção da sociedade.

Aqui, tentarei apenas apresentar brevemente um panorama comparativo da diferença entre os erros orgânicos do Estado e da economia política atuais e a essência de um Estado Nacional Socialista. A doutrina atual é: a sociedade é a soma dos indivíduos — o Estado, na melhor das hipóteses, uma conveniente agregação de indivíduos ou associações.

Podemos comparar essa doutrina da construção da sociedade a um monte de pedras. A única coisa real nele são as pedras individuais. Seu formato é uma questão de acaso; se uma pedra está em cima ou embaixo é indiferente. O resultado não é nem mais nem menos do que um monte de pedras.
pedras.

Usando a mesma analogia, o Estado que corresponde à nossa doutrina nacional-socialista de sociedade e filosofia de Estado é a casa. Falando mecanicamente, a casa também consiste em muitos tijolos individuais — areia, cimento, vigas, janelas, portas, pisos, etc. Mas qualquer um pode ver que uma casa, um cômodo, é uma entidade superior, algo novo, peculiar e completo em si mesmo, mais do que uma mera soma de tijolos amontoados. Qualquer um pode entender que uma casa não surge do empilhamento de várias partes individuais, mas apenas da montagem dessas partes de acordo com um plano deliberado.

Assim também ocorre com uma nação. Somente quando o caos for organicamente, por meio de um plano deliberado, ordenado e der lugar à forma, somente quando um todo racional for construído a partir da massa de partes, é que o verdadeiro Estado poderá surgir. Só então as partes componentes assumirão uma forma proposital. Othmar Spann, antigo Reitor da Universidade de Viena, explicou admiravelmente em seu livro *Der wahre Staat* e em sua *Gesellschaftslehre* as bases sociológicas do atual Estado individualista em oposição ao elevado ideal de ordem universal em um Estado fundado em princípios científicos.

Nós, nacional-socialistas, cunhamos a frase, que todos os homens podem compreender:

A comunidade antes do indivíduo.

Somente servindo ao interesse geral como membro da comunidade nacional é que o indivíduo desperta para uma vida superior, cada um em seu próprio lugar. Somente assim cada um alcançará o socialismo genuíno, o sentimento comunitário, a verdadeira vida, conquistará a consciência de segurança e perceberá que somente sob o domínio dessa ideia um governo nacional orgânico poderá surgir do atual sistema de roubo e ser benéfico para a comunidade e para cada um de seus membros.

Hoje, o indivíduo é uma vítima indefesa das forças que lutam pelo domínio; suas associações são impotentes para ajudá-lo. Não está claro quem é o verdadeiro inimigo — o aproveitador e explorador ocioso. Apesar do clamor marxista contra o capitalismo, das declarações piedosas do governo central e das queixas do mundo empresarial sobre o fardo do capitalismo,

Machine Translated by Google

Impostos e juros, ninguém percebe o inimigo do mundo, as finanças que o assombram, e seu representante, o magnata judeu.

Todas as classes sociais sentiram o açoite dos juros; o cobrador de impostos pesa sobre todos os setores da população — mas quem se atreve a opor-se ao poder dos bancos e da Bolsa de Valores? O capital proclama seu caráter crescendo, contrariamente a toda experiência em qualquer outro lugar da Terra, como que fora de si mesmo, sem esforço ou trabalho, por meio de juros e dividendos, e tornando-se cada vez maior e mais poderoso a cada minuto. O princípio diabólico da mentira venceu a decência do trabalho criativo.

Desmoronar, o domínio do interesse é o nosso grito de guerra.

Sei que esta reivindicação, que subjaz a todas as outras, não é devidamente compreendida em toda a sua vasta importância, nem mesmo em nossas próprias fileiras. Poucos dos nossos oradores, por exemplo, ousam atacar esta questão fundamental, embora a maioria deles reconheça a sua importância; pois um dos slogans do nosso Partido é "Combater o capital e a Bolsa de Valores". Mas o que realmente significa o "domínio dos juros", como ele influencia a vida da nação e do indivíduo, como as "finanças" escravizaram a população, quais os métodos corretos e práticos que devem ser adotados para romper com esse domínio e quais seriam os resultados desse rompimento para toda a população — é algo suficientemente claro para poucos a ponto de lhes permitir explicá-lo com suas próprias palavras.

Em sua grande obra, Mein Kampf (Vol. I, pp. 224-225), Adolf Hitler indicou a vasta importância desta questão da seguinte forma: *"Ao ouvir a primeira palestra de Gottfried Feder sobre como romper com o domínio dos juros, em junho de 1919, soube imediatamente que esta era uma verdade teórica imensamente importante para o futuro da nação alemã. A luta contra o capital e as finanças internacionais tornou-se o ponto central do Programa para a luta da nação alemã pela independência e liberdade."*

Todos os nacional-socialistas sérios compartilham dessa convicção, pois a solução dessa questão implica a solução da questão judaica — e muito mais do que isso.

O antissemitismo é, de certa forma, a base do sentimento que permeia todo o nosso movimento.
Todo nacional-socialista é antissemita, mas nem todo antissemita precisa ser nacional-socialista.
O antissemitismo é negativo; o antissemita reconhece o portador do germe da peste nacional, mas esse conhecimento geralmente se transforma em ódio ao judeu individualmente e ao sucesso dos judeus na vida empresarial. Então, na melhor das hipóteses, o antissemitismo se levanta para ajudar a expulsar o judeu de nosso Estado e da vida econômica. O antissemita não se preocupa com o como e o que acontecerá em seguida.

Se, mesmo depois da expulsão dos judeus, ainda persistisse o princípio da dominação judaica atual — o interesse próprio acima do interesse geral — e o sistema bancário e de crédito judaico, ainda haveria judeus bastardos suficientes, ou mesmo 'alemães comuns' de raça mista, tão dispostos a ocupar o lugar dos judeus e a se revoltar contra sua própria raça quanto os judeus hoje em dia, e talvez víssemos muitos 'antissemitas' ocupando os lugares onde os judeus um dia ocuparam.

Ora, o nacional-socialismo, com sua principal reivindicação, o fim da servidão aos interesses comerciais, é essencialmente construtivo. Ele atinge alvos mais profundos, e as consequências são muito mais abrangentes.

Em meu ensaio, Das Herzstück unseres Programms (Nat.Soc. Jahrbuch, 1927), apontei para a posição peculiar que a reivindicação nos confere entre todos os outros partidos e associações. Em todas as nossas outras reivindicações, encontramos aspirações semelhantes e paralelas nos partidos de direita e de esquerda. Nenhum outro partido, além do nosso, pode apresentar qualquer contrapartida para esta reivindicação.

Machine Translated by Google

Todos sabemos que nem a esquerda, com seu falso grito de "Abaixo o capitalismo", nem a direita, com seus discursos sobre a pátria, são capazes de iniciar uma nova era mundial, pois nem os marxistas nem os reacionários conseguiriam alterar nada na natureza de nossa economia, apenas destruiriam, como fazem os comunistas na Rússia. Eles são incapazes de construir —
como os comunistas na Rússia.

O que queremos dizer com "Servidão do Interesse"?

A condição dos povos sob o domínio monetário das finanças do judaísmo mundial.

O proprietário de terras está sob esse jugo, tendo que contrair empréstimos para financiar suas atividades agrícolas — empréstimos com juros tão altos que quase consomem os frutos do seu trabalho — ou sendo forçado a se endividar e a carregar as hipotecas como um peso enorme.

Assim é o trabalhador, produzindo em lojas e fábricas por uma ninharia, enquanto o acionista recebe dividendos e bônus pelos quais não trabalhou.

O mesmo se aplica à classe média assalariada, cujo trabalho se destina quase inteiramente ao pagamento dos juros dos empréstimos bancários.

Assim são todos aqueles que precisam ganhar o pão com trabalho mental ou físico, enquanto uma parcela comparativamente pequena, sem trabalho ou esforço, embolsa lucros enormes com dividendos, especulações e ações bancárias. Não nos referimos aos poupadores econômicos e aos pequenos capitalistas — Embora eles também devam, ou deviam, seus ganhos a um sistema fraudulento, muitas vezes, ao longo de suas vidas, o valor de seus poucos juros lhes foi confiscado na forma de impostos, de modo que podemos facilmente restituir-lhes, na velhice, parte de seus rendimentos totais, que lhes foram roubados. Falarei mais sobre isso adiante.

Assim é o empresário industrial, que construiu laboriosamente seu negócio e o transformou, com o tempo, em uma empresa. Ele não é mais um profissional autônomo, mas precisa satisfazer o conselho de administração ganancioso e seus acionistas — se não quiser ser excluído do negócio.

O mesmo se aplica a todas as nações que cobrem seus déficits por meio de empréstimos.

Essa servidão representa a ruína para qualquer nação que entregue ao poder do dinheiro, aos banqueiros, seus direitos soberanos internos, o controle de suas finanças, de suas ferrovias e de seus impostos e alfândegas, como fez a Alemanha ao aceitar a Lei Dawes.

O trabalho criativo está sob o mesmo domínio, se pensar em dinheiro acima de tudo. Hoje
O dinheiro, o 'servo dos negócios', tornou-se, na verdade, o mestre, o tirano brutal do trabalho.

A servidão do interesse é a verdadeira expressão dos antagonismos: Capital versus Trabalho, sangue versus dinheiro, trabalho criativo versus exploração.

A necessidade de romper com esse jugo é de tamanha importância para nossa nação e nossa raça, que dela depende a esperança de nossa nação de se libertar da vergonha e da escravidão; na verdade, a esperança de recuperar a felicidade, a prosperidade e a civilização em todo o mundo.

"É o eixo em torno do qual tudo gira; é muito mais do que uma mera necessidade da política financeira. Embora seus princípios e consequências tenham um impacto profundo na vida política e econômica, é uma questão fundamental para o estudo da economia e, portanto, afeta cada indivíduo e exige uma decisão de cada um: — Servir à nação ou enriquecimento privado ilimitado. Significa uma solução para a Questão Social."

Todas as 'questões mundiais' podem ser descritas em uma só palavra, que surge como uma chama do caos; ao mesmo tempo, inúmeros profetas e livros não conseguem esgotar todas as questões que surgem dessa palavra.

Machine Translated by Google

Não podemos dizer mais nada neste momento sobre este vasto princípio básico do Nacional-Socialismo. Já esclareci todos os aspectos essenciais do problema nos meus panfletos: Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft — Munique, 1926 (agora esgotado); Der Staatsbankrott, Die Rettung — Jos. C. Huber, Diessen, 1919; Der kommende Steuerstreik — Diessen, 1921; e Der Deutsche Staat auf nationaler und socialer Grundlage — Frz. Eher Nachf., Munique, (todos disponíveis na biblioteca do nosso Partido em Munique, Thierschstr. 11).

É necessário um estudo aprofundado para dominar os detalhes deste problema, pois a economia prática dos últimos 50 anos seguiu tão de perto a ideia capitalista que todos aqueles que cresceram com ela precisam de uma mudança completa de orientação para se libertarem dela.

Em breve será publicado um panfleto sobre o assunto, que fornecerá aos nossos membros uma explicação sobre esta importantíssima tarefa do futuro Estado nacionalista.

Além dos dois princípios básicos bastante inovadores do nosso Programa, apresentados acima, nós É preciso mencionar outros pontos relacionados à política geral do Estado.

O princípio subjacente à nossa política de Estado é, resumidamente, o seguinte: O Reich Alemão é a pátria dos alemães.

É o grande princípio que norteia toda a nossa política externa e abrange a libertação política da Alemanha, todas as exigências da nossa política racial e as condições de adesão ao Estado.

Nosso princípio econômico é: O dever da economia nacional é prover as necessidades básicas. da vida e não para garantir os maiores lucros possíveis para o capital.

Este princípio de política econômica engloba uma atitude fundamental do Nacional-Socialismo em relação à propriedade privada e às diversas formas de negócios, desde os muito pequenos até os muito grandes — sindicatos, trusts — e também às grandes questões morais que devem ser uma força viva nos negócios, para que a 'economia nacional' não se reduza a mera exploração da nação e a ser gerida simplesmente com o objetivo de lucro!

Nosso princípio em relação às finanças é o seguinte:

As finanças devem existir para o benefício do Estado; os magnatas financeiros não devem formar um Estado dentro do Estado.

Este princípio implica uma mudança radical. Diz respeito às medidas práticas que terão de ser tomadas para romper com o domínio dos juros — nacionalização das finanças, controlo do sistema de crédito e do sistema bancário.

Cada uma dessas tarefas é da maior importância do ponto de vista do nosso Programa. Elas envolvem toda a legislação tributária, com o objetivo final — e aparentemente impossível — Objetivo de um Estado sem tributação.

Nosso princípio em relação aos temas sociais é o seguinte:

O bem-estar geral é a lei suprema de todas.

Nosso princípio se opõe diretamente à prática atual, segundo a qual cada classe, cada profissão, busca obter vantagens para seu próprio grupo específico na política social, sem levar em conta o interesse geral. Desejamos possibilitar que todos encontrem moradia e sustento, e instituir um sistema geral de assistência aos idosos.

No que diz respeito ao progresso educacional e moral, nosso princípio inabalável é o seguinte: todo o trabalho nessa direção deve ser realizado exclusivamente sob a perspectiva da nacionalidade alemã. Não será por ordem ou pela força que as forças morais e intelectuais de nossa nação introduzirão um novo Renascimento, uma nova época clássica nas artes. É preciso pôr um fim às injustiças sofridas.

Machine Translated by Google

pela nossa vida artística e intelectual alemã nas mãos da ditadura judaica, especialmente através do envenenamento da imprensa.

Para além deste importante domínio da vida pública, existem, naturalmente, muitas outras melhorias a serem consideradas.

É evidente que nosso sistema jurídico terá que ser modificado para se adequar à variedade de novas instituições; que o escândalo da eleição para o Parlamento por voto democrático terá que ser eliminado; e que, após o período de transição de uma ditadura, teremos que decidir sobre a forma visível externa do Estado e as funções internas dos Estados federados.

Contudo, já podemos perceber, neste breve esboço, a vasta dimensão dessas questões.
quando confrontados com os tremendos princípios fundamentais do nosso Programa.

Não é fundamental — na verdade, é indiferente para nós se será uma monarquia ou uma república, se teremos uma federação de 5 ou 25 Estados, desde que sejam todos Estados alemães unidos sob um governo central forte, quando confrontados com o estrangeiro, e desde que os cidadãos do Estado alemão em casa possam viver felizes e satisfeitos.

Machine Translated by Google

4. Requisitos do Programa em Detalhe

conforme formulado por Gottfried Feder em Der deutsche Staat.

Para maior clareza no processo de recrutamento de novos membros, será necessário utilizar o Programa no formato a seguir. As cláusulas secundárias estão agrupadas sob os títulos mais importantes, correspondentes aos princípios enunciados no capítulo anterior.

O Programa Político e Econômico do NSDAP

Nosso objetivo é o renascimento da Alemanha rumo à liberdade alemã, no espírito alemão.

Os meios para atingir esse objetivo são:

1. O princípio político: O Reich Alemão é a pátria dos alemães.

   a. Em política externa:

   - Formação de um Estado nacional homogêneo, abrangendo toda a raça alemã.
   - Representação enérgica dos interesses alemães no exterior.

   b. Em matéria de política racial:

   - Formação de um Estado nacional homogêneo, abrangendo toda a raça alemã.
   - Representação enérgica dos interesses alemães no exterior.

   c. Em política interna:

   - Somente os alemães que professam total comunhão com o espírito e o destino da Alemanha podem exercer os direitos de cidadão do Estado.
   - Quem não for alemão só poderá residir no Estado alemão como convidado e estará sujeito à legislação estrangeira.
   - Os direitos dos alemães prevalecerão sobre os dos cidadãos de nações estrangeiras.

2. Nosso princípio econômico: O dever do Estado é prover o necessário à vida e
   Não se trata de garantir os maiores lucros possíveis para o capital.

   a. O nacional-socialismo reconhece a propriedade privada como um princípio e a protege por meio de lei.

   b. O bem-estar nacional, contudo, exige que se estabeleça um limite para a acumulação de riqueza nas mãos dos indivíduos.

   c. Todos os alemães formam uma comunidade para a promoção do bem-estar geral e cultura.

   d. Dentro dos limites da obrigação de todo alemão de trabalhar, respeitando-se a inviolabilidade da propriedade privada, todo alemão é livre para ganhar e dispor dos frutos do seu trabalho.

Machine Translated by Google

e. Deve-se incentivar a combinação saudável de todas as formas de negócios, pequenas e grandes, em todos os domínios da vida econômica, incluindo a agricultura.

f. Todas as empresas existentes que até agora estiveram sob a forma de sociedades anônimas deverão ser nacionalizada.

g. Usura, especulação e enriquecimento pessoal à custa e em prejuízo de outrem
Os cidadãos da nação serão punidos com a morte.

h. Introdução de um ano de obrigação de trabalho (para o Estado), obrigatória para todos.
Alemão.

3. Nosso princípio financeiro: As finanças devem existir para o benefício do Estado; os magnatas financeiros não devem formar um Estado dentro do Estado. Portanto, nosso objetivo é romper com o domínio dos juros.

a. Alívio do Estado, e consequentemente da nação, de sua dívida para com as grandes instituições financeiras que emprestam a juros.

b. Nacionalização do Reichsbank e das casas emissoras. c. Fornecimento

de dinheiro para todos os grandes projetos públicos (energia hidráulica, ferrovias, etc.), não por meio de empréstimos, mas pela concessão de títulos do Estado sem juros ou sem usar dinheiro em espécie.

d. Introdução de um padrão monetário fixo em bases seguras.

e. Criação de um banco nacional de desenvolvimento empresarial (reforma monetária) para concessão de empréstimos sem juros.

f. Remodelação fundamental do sistema tributário com base em princípios socioeconômicos. Alívio do ônus da tributação indireta para o consumidor e da tributação opressiva para o produtor (reforma fiscal e alívio tributário).

4. Nosso princípio sociopolítico: O bem-estar geral é a lei suprema de todas.

a. Desenvolvimento em larga escala do Seguro de Velhice através da nacionalização do sistema de anuidades. Todo cidadão alemão terá garantido o suficiente para viver ao atingir uma certa idade ou, em caso de invalidez permanente, antes dessa idade.

b. Participação de todos os envolvidos em empresas produtivas nos lucros, de acordo com a eficiência e a idade. A responsabilidade pelo cumprimento da tarefa também será compartilhada em âmbito nacional.

c. Apreensão, para fins sociais, de todos os lucros obtidos com a Guerra e a Revolução, não devidos [ao trabalho honesto], e das fortunas de usurários e agiotas.

d. Alívio da escassez de habitações através de extensa construção de novas moradias em todo o Reich, pelos meios sugeridos no nº 20 (um novo banco nacional).

5. Nosso objetivo cultural é que todas as ciências e belas artes floresçam com base em um Estado politicamente livre e economicamente saudável. Os meios para alcançar esse objetivo serão:

a. Educar os jovens para que sejam saudáveis no corpo e livres na mente, após o grande tradições da cultura alemã.

b. Liberdade total de crença e consciência.

c. Proteção especial para as denominações cristãs.

d. Desencorajamento de dogmas que se opõem aos instintos morais alemães e contêm matéria prejudicial ao Estado e à nação.

Machine Translated by Google

e. Desencorajar todas as influências negativas na imprensa, na literatura, no teatro, nas artes e nos cinemas.

f. Liberdade de instrução nas escolas secundárias alemãs; formação de um conselho administrativo classe de homens de espírito elevado.

6. Assuntos militares.

a. Tornar a nação eficiente, permitindo que todo alemão livre sirva e seja bem-sucedido. braços.

b. Abolição do Exército remunerado.

c. Criação de um Exército nacional para a defesa nacional sob o comando de um corpo altamente treinado de oficiais profissionais.

7. Outras recomendações.

a. Reforma da imprensa. Supressão de todos os jornais que militam contra o bem nacional. Responsabilização rigorosa por todas as informações falsas e intencionalmente falsificadas.

b. Modificação das leis eleitorais de forma a eliminar os métodos desmoralizantes de contestações eleitorais e a imunidade dos eleitos.

c. Formação de câmaras especiais para comércios e profissões.

d. Reforma judicial no que diz respeito às Leis Agrárias — reconhecimento dos direitos de propriedade sobre a terra como princípio; proibição do direito de contrair empréstimos de fontes privadas com a terra como garantia; direito de preferência do Estado, especialmente no caso de estrangeiros e judeus; competência do Estado para administrar propriedades em caso de má gestão por parte do proprietário.

Direito Civil — proteção muito maior à honra pessoal e à saúde, em oposição à proteção legal unilateral dos direitos de propriedade, que predomina atualmente.

e. Reforma da legislação estadual.

A forma de Estado mais adequada ao caráter alemão é o controle soberano concentrado em um poder pessoal central. A nação deverá decidir posteriormente se esse poder pessoal central será exercido por um monarca eleito ou por um presidente.

Caráter federal do Reich.

A constituição da nação alemã, formada por diversos países intimamente ligados por laços raciais e históricos, torna necessário que cada um dos Estados possua ampla independência em assuntos internos.

Cabe ao Reich representar a nação alemã no exterior e prover passaportes, alfândega, bem como o Exército e a Marinha.

Existem três principais obstáculos à implementação deste Programa Nacional Socialismo: Marxismo, o sistema parlamentar e os magnatas capitalistas.

1. Nossa campanha antimarxista é dirigida contra as doutrinas disruptivas do judeu Karl Marx — a da luta de classes que divide a nação, a da abolição da propriedade privada que torna os negócios impossíveis — e contra toda a visão materialista e econômica da história.

Machine Translated by Google

2. Nossa campanha contra os parlamentos é dirigida contra a falta de responsabilidade dos chamados representantes do povo, que — por serem imunes — nunca podem ser convocados na prática para responder pelos resultados de suas decisões; também contra todos os males que emanam do sistema (corrupção moral, nepotismo, venalidade), que culminam no mal final: um governo dependente de um parlamento como esse.

3. Nossa campanha contra Mamon, que se destaca acima das outras duas, é dirigida contra o poder abrangente do dinheiro, ou seja, a exploração perpétua de nossa nação pelas grandes instituições financeiras.

É também uma luta tremenda contra o espírito materialista e destruidor da alma, movido pela ganância e pela rapacidade, com todos os seus desdobramentos disruptivos em nossa vida pública, comercial e cultural.

A principal batalha se dá entre duas teorias de mundo, representadas por duas estruturas essencialmente diferentes: o espírito criador e criativo e o espírito inquieto e ganancioso. O espírito criativo, profundamente enraizado, mas superior ao resto do mundo em experiência espiritual, é carregado, principalmente, pela raça ariana; já o espírito ganancioso, sem raízes em lugar algum, voltado apenas para coisas materiais e comerciais, é representado principalmente pelos judeus.

O nacional-socialismo, assim como o antissemitismo, considera o espírito judaico-materialista como a principal causa do mal; sabe, porém, que esta que é a maior luta da história não deve se limitar à mera destruição do espírito semita; é por isso que o grande Programa do Nacional-Socialismo vai muito além do desejo antissemita de destruir, pois oferece uma visão positiva e construtiva, mostrando como o Estado Nacional-Socialista do trabalho e das realizações deverá ser quando concluído.

Uma vez alcançado esse nobre objetivo, o Partido Nacional Socialista se dissolverá automaticamente; pois o Nacional Socialismo será então a essência da nação alemã. O NSDAP não é um partido político no sentido comum da palavra, mas sim aquela parcela da nação que confia e tem certeza do futuro, que se uniu em torno de líderes fortes e determinados para livrar a Alemanha da vergonha e da impotência no exterior e da desmoralização interna, e para torná-la novamente forte e respeitada no exterior, e moral e economicamente saudável em seu próprio país.

“O Reich Alemão é o lar do povo alemão.”

Cada palavra desse princípio da política de Estado é como um golpe de chicote, quando consideramos o estado deplorável das coisas hoje em dia.

O 'Reich Alemão' — onde está o Reich Alemão hoje? Pode a Alemanha reivindicar o título de Estado independente? Não! Nem mesmo os especialistas mais complacentes em Direito poderiam descrever um país, como a Alemanha atual, como um país que goza plenamente de todos os seus direitos de soberania.

Os cinco direitos mais importantes de um Estado são: soberania sobre seu território, seu exército e sua finanças, sua administração interna e comunicações, e por último, sua justiça.

Basta apresentar a questão desta forma a qualquer leigo, sem maiores explicações sobre os direitos de uma nação perante o Direito Internacional, e comparar com a posição atual da Alemanha, para que fique claro que é impossível sustentar a existência de um "Reich alemão" soberano.

Nosso controle sobre nosso território é uma farsa, pois sempre que a França quer, pode se apoderar de terras alemãs sem pedir permissão e sem sofrer oposição. Tchecos, poloneses, dinamarqueses.

Machine Translated by Google

podem aventurar-se em qualquer incursão em território alemão sem receio de serem impedidos. O 'maldito antigo regime' interpretava de forma muito diferente a menor violação da fronteira. Uma incursão militar em território alemão implicava, então, um 'estado de guerra'.

Para proteger sua soberania territorial, uma nação precisa de uma força armada capaz de repelir qualquer ataque ao seu território e, portanto, à vida e à felicidade de seus cidadãos. Um Estado livre não pode permitir que uma potência estrangeira examine suas ações ou tenha o direito de decidir sobre a força, o equipamento, o armamento e as guarnições de seu exército; se o fizer, certamente não será soberano; não poderá controlar seus meios de poder; terá renunciado ao controle de suas forças militares. A Alemanha fez isso ao ceder às Comissões de Desarmamento e Controle do inimigo.

A Alemanha já havia sofrido essa humilhação sob as condições do Armistício e perdido seus direitos internacionais.

Contudo, ela poderia ter mantido algum controle interno; mas assim que o controle militar foi destruído, os magnatas das finanças aproveitaram a oportunidade para explorar desenfreadamente a mão de obra alemã.

Primeiramente, a torrente lamacenta da Revolução irrompeu sobre a Alemanha; em seguida, os usurários e aproveitadores, os traidores social-democratas, filhos do caos, desertores e presidiários dividiram o poder com os Democratas e o Partido do Centro, e por trás de tudo, os financistas, os judeus, faziam seus negócios. Logo, os maçons dos chamados Partidos Nacionais, especialmente o Irmão Stresemann, foram convocados. O golpe final estava por vir. Os especialistas, com sua Lei Dawes, roubaram da Alemanha o controle de suas finanças, que foram negociadas com um punhado de judeus, magnatas financeiros alemães e estrangeiros. O Reichstag deixou as ferrovias irem embora e, com elas, todo o controle das comunicações, bem como grande parte do controle tributário e alfandegário, entregando-os ao Comissário de Reparações.

O controle da justiça praticamente não existe mais. Os distritos ocupados estão sujeitos a leis militares estrangeiras; regulamentos especiais regem o resto da Alemanha, como os destinados à defesa da República; há insegurança de direitos, roubo público organizado por meio das chamadas Aufwertungsgesetze (leis de avaliação), forçando os tribunais a declararem que o errado é certo.

A Alemanha não é mais um Estado soberano. É uma colônia de escravos. Os alemães são oprimidos, presos, privados da liberdade de expressão — simplesmente por ainda serem "alemães" e desejarem pôr fim à sua escravidão.

Sim, queremos a Alemanha livre novamente, e este vindouro Reich Alemão será o lar dos alemães — não apenas uma máquina de manter a ordem, não apenas um "Estado", uma "autoridade", um "governo", uma sinecura para um punhado de famílias reinantes, mas um Lar, essa palavra encantadora — amor pelo lar, adorável, ensolarado, amado. O cheiro da terra natal sobe, o viajante se emociona ao sentir o solo sob seus pés; ele está ligado a ela por laços de sangue.
A sensação de lar é a sensação de segurança, e dela desabrocha a bela flor do amor pelo lar. O Estado e a nação não podem ter objetivo mais nobre do que este.

É mais importante do que uma política social cautelosa, do que o seguro-desemprego, do que os programas habitacionais, embora, de fato, ter a própria casa seja um dos maiores incentivos ao amor pelo lar.

O lar é mais do que um 'Estado Imperial', ao qual se serve, seja por entusiasmo ou por obrigação. sob coação.

É mais do que uma administração, mais do que a defesa dos próprios interesses, mais do que um estábulo ou proteção para pessoas e propriedades. Todos esses objetos públicos devem servir à concepção de lar. Assim como a ideia de lar tem um encanto especial para as crianças em um ambiente familiar adequado.

Machine Translated by Google

A família organizada, assim como o próprio quarto desperta sentimentos muito diferentes de um quarto de hotel ou de uma cela de prisão, é algo indizivelmente terno e, ao mesmo tempo, poderoso, superior à ideia de uma associação com um propósito, que é a concepção liberal — parlamentar — democrática do Estado social.

Política do Estado

Princípio: O Reich Alemão deve ser um lar para os alemães — não para judeus, russos (comunistas), social-democratas, que não têm uma pátria chamada Alemanha (Crispien), nem para todos os estrangeiros que permaneçam, por um período mais longo ou mais curto, em solo alemão.

Opomo-nos veementemente e de forma fundamental à Constituição de Weimar, que fala apenas de "nacionais alemães", mas ignora a concepção de "alemão" em seu sentido nacional, ou melhor, racial.

(a) Política externa.

1. Criação de um Estado nacional sólido, que abranja todos os ramos da raça alemã.

   Todos os de sangue alemão, quer vivam sob soberania francesa, dinamarquesa, polaca, checa ou italiana, serão unidos num Reich alemão. Não exigimos nem menos nem mais do que o que foi exigido aos nossos inimigos — o direito dos alemães de decidirem pertencer à sua pátria, o Estado alemão.

   Reivindicamos todos os alemães nos Sudetos, na Alsácia-Lorena, na Polônia, nas colônias austríacas da Liga das Nações e nos Estados que sucederam a antiga Áustria. Esta reivindicação, contudo, exclui expressamente qualquer tendência ao imperialismo; trata-se da reivindicação simples e natural que qualquer nacionalidade forte apresenta como sua exigência intrínseca.

2. Uma forte representação dos interesses alemães no exterior é um corolário adicional e necessário. do ponto a.

   Geralmente são os melhores, mais industriosos e aventureiros — engenheiros, exploradores, professores, comerciantes, médicos — que vão para terras estrangeiras, levando consigo a cultura alemã. Eles são membros da grande família nacional alemã, da qual jamais devem se perder. Têm o direito de esperar proteção de casa quando estão no exterior. Não devem ser meros disseminadores da cultura, mas a vanguarda consciente da ideia germânica no mundo; não "apóstolos da humanidade", mas portadores da ideia nórdica.

   Aqueles que representam a Alemanha no exterior não devem adquirir noções estrangeiras, mas sim manter seu caráter alemão superior. Nosso Ministério das Relações Exteriores precisa ser completamente purificado. Devemos acabar com a subserviência para com o estrangeiro, à maneira de Erzberger e Stresemann, e veremos que a forte defesa dos interesses alemães será respeitada de forma totalmente diferente, e a atenção aos anseios alemães, em vez do desprezo, será o resultado.

(b) Política racial.

3. Exclusão de judeus e de todos os não alemães de todos os cargos de responsabilidade na vida pública.

   Essa reivindicação é tão natural para nós, nacional-socialistas, que nenhuma explicação adicional se faz necessária; porém, não é possível apresentar argumentos convincentes, em poucas palavras, àqueles que não compreendem os princípios de nossa doutrina racial.

Machine Translated by Google

Quem considera um judeu como um "cidadão do Estado da religião judaica" — e não como um povo heterogêneo e segregado, de caráter parasitário — não conseguirá apreciar a essencialidade dessa exigência. Se alguém dissesse ou pensasse que um repolho que cresceu por acaso no meio de um morangueiro é um morangueiro, e que dele se podem colher bons morangos, estaria tão enganado quanto se pensasse que um filhote de leão que se infiltrou num rebanho de ovelhas se tornou uma ovelha. Um alemão não seria adequado para um cargo público na China ou na Índia, e não gostaríamos de ter um chinês ou um hotentote como funcionário do Tesouro ou prefeito de uma cidade alemã.

No entanto, seria melhor ter um Enver Pasha ou um Chiang Kai-shek no poder na Alemanha do que um judeu com carta branca para explorar suas características raciais em desintegração.
O que é certo é que a Revolução afrouxou os laços da ordem no Estado, e que os banqueiros judeus de longa data, assim como os judeus do Leste que imigraram recentemente para a Alemanha, enriqueceram-se às custas do empobrecimento do país. Todos nós vimos e vivenciamos isso; essa desintegração das instituições nórdicas sempre aconteceu. "Só há um caminho aberto para esse povo astuto — não tem nada a esperar enquanto a ordem for mantida." (Goethe na feira de Plundersweilen)

Portanto, exigimos:

4. Que a imigração de judeus orientais e outros estrangeiros parasitas seja interrompida, e que estrangeiros indesejáveis e judeus sejam deportados.

Na época da grande inflação, judeus da Galícia e da Polônia afluíram como pragas para as cidades da Alemanha. Embora houvesse grande escassez de casas, eles logo conseguiram acomodações confortáveis, enquanto os alemães tinham que se espremer em buracos. Começaram seus negócios escusos, comprando de tudo: pérolas, tapetes persas, diamantes, ouro, prata, platina, empréstimos de guerra, notas de mil marcos, cobre, chumbo, literatura, teatros, grãos (a Companhia Evaporadora). Rapidamente se tornaram visivelmente ricos e passaram a ser vistos como alemães — aos olhos dos alemães comuns.

O compromisso é absolutamente inadmissível diante desta situação. Precisamos de administradores cujas convicções raciais sejam claras e inabaláveis. A saúde da raça deve ser restaurada pela aplicação prática do combate ao antissemitismo, e nossa nação deve se voltar para o Norte, no sentido do ideal nórdico.

Essa questão talvez não pertença propriamente ao 'Programa Provisório' do NSDAP; mas todos devemos entender claramente que pouco se pode fazer com a nação alemã enquanto ela não for 'desbastardizada'.

Mas podemos afirmar aqui e agora que a terrível decadência racial só foi contida — pelo menos em teoria — devido ao notável interesse despertado em geral pelas questões raciais e à existência de vários livros sobre o assunto; porém, nada além de trabalho sólido e contínuo poderá nos permitir fazer progressos reais.

(c) No que diz respeito à cidadania estatal, exigimos:

5. Que ninguém além dos alemães, que acreditam na cultura alemã e no destino comum de Todos os alemães gozarão dos direitos de cidadão do Estado.

Machine Translated by Google

Mesmo aqui, limites devem ser estabelecidos. Pessoas que, embora nascidas na Alemanha, agem conscientemente de maneira prejudicial à nação e ao Estado, e recebem e obedecem a ordens vindas do exterior — isto é, não aceitam participar do destino comum — não podem ter seus direitos de cidadania concedidos; há muitos a quem teremos que negar a grande honra de desfrutar desses direitos.

6. Os não alemães só podem residir no Estado alemão como convidados e serão considerados estrangeiros.
por estarem sujeitos à legislação estrangeira.

Este é um princípio necessário, calculado para pôr fim para sempre à eterna subserviência para com o estrangeiro. Mas isso não significa que não devemos receber calorosamente os cidadãos de um país estrangeiro e tratá-los bem como hóspedes, desde que se comportem adequadamente; mas

7. Os direitos e interesses dos alemães terão preferência sobre os dos súditos de uma nação estrangeira.

Nossas outras exigências não precisam ser detalhadas em nosso Programa. Por exemplo, a forma assumida pelas leis que afetam os estrangeiros será discutida posteriormente, assim como os métodos para excluir os judeus. Um Programa de princípios não pode ser considerado um Programa de ação, detalhando as táticas de como a supremacia será assegurada, etc. Sou totalmente contrário a fixar nosso Programa de forma rígida, pois nesta grande luta devemos primeiro determinar os princípios dos quais jamais nos desviaremos, e não imitar os métodos angariadores de votos dos partidos burgueses e socialistas.

Política Econômica

É dever do Governo Nacional prover o necessário para a vida e não...
Garantir os maiores lucros possíveis para o Capital.

Para homens simples e de raciocínio direto, pode parecer supérfluo anunciar esse fato óbvio como um princípio. É um lugar-comum para o produtor, o agricultor, o artesão, o fabricante, que o que ele produz é usado ou consumido — por ele mesmo ou, como artigo de comércio, por outros.

Na visão dele, negócios que não se preocupam com produção ou consumo são...
Ridículo, impossível, contrário ao senso comum.

Isso nos leva a uma das grandes dificuldades intelectuais em nosso trabalho de recrutamento. Nossos compatriotas certamente dirão: — É claro que seu sentimento natural ao pensar nos significados e objetivos do trabalho e da economia está correto, mas infelizmente nossa chamada economia política atual não corresponde de forma alguma a essa reivindicação natural. Se você observar com mais atenção, descobrirá as características terríveis que se opõem totalmente ao dever óbvio de toda economia política nacional.

E quanto aos agiotas e especuladores? Será que esses saqueadores universais se preocupam em prover o necessário para a vida? Não! Será que eles se dedicam a criar valor, a produzir algo? Não! São ladrões e traidores no sentido econômico, e apenas acumulam riquezas para si mesmos.

E quanto aos bancos? Eles fazem o dinheiro circular e concedem crédito. Sim; mas os Correios fazem isso, e de forma mais barata, rápida e melhor; e a quem os bancos concedem crédito? — Aos

Machine Translated by Google

Para os necessitados, as massas trabalhadoras, que não têm casa própria, ou para a construção de casas, para suprir a necessidade premente de moradias? Não! Ou para os agricultores, ou para aqueles que administram empresas e que produzem e distribuem os bens de primeira necessidade? Não gratuitamente, e somente se for oferecida garantia, além do compromisso natural de pagamento; além disso, cobram juros. Os bancos se importam se os clientes dos produtores são bem atendidos, de forma barata e rápida, ou se os bens de primeira necessidade são fornecidos com rapidez, a baixo custo e com a devida atenção? Não! Seu único pensamento é obter lucro com os juros, comissões ou qualquer que seja o nome dado ao processo bancário de acesso ao dinheiro. O que os bancos produzem? Nada! O que eles ganham? Vastos montantes.

Assim, os agiotas, os especuladores, os bancos e os financistas não suprem nenhuma necessidade, mas, ao contrário, extraem enormes lucros do sistema capitalista vigente — na verdade, eles tiranizam e exploram o sistema econômico antissocial de hoje. A principal tarefa da economia é garantir que os juros dos empréstimos sejam pagos, ou seja, os trabalhadores são forçados a ceder parte de seus rendimentos à "Cidade". O que faz o dono da fábrica, ou como os trabalhadores o chamam, o "explorador" e "sanguessuga"? Pagando os salários mais baixos possíveis, utilizando matéria-prima inferior, praticando a produção em massa, a padronização e preços altos no varejo, ele tenta obter o maior lucro possível para si mesmo.

Ele não se importa com a pobreza de seus funcionários; não se preocupa se suas mercadorias tiverem que ser descartadas rapidamente como lixo — melhor ainda, pois isso significa mais trabalho e mais lucros para ele. As pessoas tolas correm atrás de lixo barato repetidamente, contanto que seja apresentado de forma atraente.

O retorno sobre o capital investido é a sua prioridade, e o fornecimento de itens essenciais à vida vem em segundo plano.

Ele faz algo, sim. Ele gera trabalho.

O verdadeiro dono de fábrica é algo bem diferente, aquele que está consciente de sua importante tarefa como líder econômico. Ele deve possuir um elevado valor moral — pelo menos no sentido econômico.
Sua tarefa é descobrir as reais necessidades econômicas das pessoas — se ele também for um inventor, ele mesmo realiza esse trabalho pioneiro. Ele deve manter seus custos o mais baixo possível e aplicá-los da melhor maneira, manter os preços o mais baixos possível para que seus produtos cheguem ao mercado; manter a qualidade e a quantidade da produção, pagar bem seus funcionários para que eles possam comprar mercadorias livremente, e estar sempre pensando em melhorias e renovações de instalações e métodos de comercialização. Se ele priorizar tudo isso em seus negócios, estará "fornecendo o necessário para a vida" no melhor e mais elevado sentido, e os lucros virão por si mesmos, sem que ele os torne seu objetivo principal. O melhor e mais universalmente conhecido exemplo desse tipo de fabricante é Henry Ford. Há outros nomes em nossas próprias indústrias pesadas que são igualmente importantes.

Krupp, Kirdorf, Abbe, Mannesmann, Siemens e muitos outros.

O caráter dessas empresas é completamente diferente quando elas não são controladas pessoalmente por homens de elevada integridade moral que zelam pelos interesses de seus trabalhadores, mas são entregues a empresas de responsabilidade limitada impessoais.

Enquanto o fundador de uma empresa for também o principal acionista e puder manter o padrão de excelência de seus produtos, tudo pode correr bem; mas assim que a conversão ocorre, ela é subjugada pelos interesses dos acionistas capitalistas. Os antigos proprietários, os gerentes, agora dependem do Conselho, que representa os acionistas, para melhorias nos métodos de negócios e nas condições de trabalho — e os acionistas não têm interesse (além do interesse do capataz) no bem-estar dos trabalhadores e na excelência do trabalho, contanto que...

Machine Translated by Google

Os dividendos que daí advêm são bons e substanciais. A introdução de ações próprias teve uma influência devastadora, pois qualquer especulador oportunista pode monopolizar as ações e tornar-se proprietário de grandes fábricas sem saber nada sobre elas. Para a Bolsa de Valores, ações e participações são meramente papel para brincar. Não se interessam pelas condições de produção e trabalho; a maioria não saberia dizer quais são os produtos ou as condições de comercialização, trabalho, salários e manutenção nos negócios dos quais são legalmente proprietários. (!) E de fato são proprietários, simplesmente porque conseguiram monopolizar as ações desta ou daquela fábrica no mercado.

Vamos agora examinar essa situação à luz de seu efeito sobre a economia política, a fim de perceber o caráter corrupto do sistema capitalista.

Hoje em dia, as empresas buscam apenas o retorno do capital investido.

As grandes lojas de varejo seguem métodos diferentes. Elas cultivam a 'atração', o 'blefe', 'média', 'artigos de luxo' e despertar o desejo por coisas não essenciais, como mostrado acima.

Grandes palácios, construídos com toda a sofisticação da época, convidam à compra de artigos aparentemente baratos, mas em sua maioria inúteis, e, oferecendo condições de pagamento facilitadas, incentivam seus clientes a gastar fortunas em puro luxo. Banheiros são disponibilizados para que as pessoas possam passar mais tempo nas lojas, que assim se tornam verdadeiros focos de extravagância, pois ninguém deve imaginar que ganha algo de presente. Pessoas realmente abastadas não compram em grandes lojas; elas sabem o que os mais pobres não sabem: quem compra barato, compra caro. Será que as multidões que compram nesses palácios imaginam que eles foram construídos com outra coisa senão suas economias? Será que pensam que estão isentas de pagar pelas escadas rolantes, pelos elevadores, pelos banheiros, pela iluminação mágica?

Percebam também que as grandes lojas representam a ruína para os pequenos comerciantes, que exploram o trabalho doméstico e seus funcionários de forma cruel, e que o que é fabricado é, em sua maioria, lixo. Os artigos de melhor qualidade costumam ser mais caros do que em lojas especializadas respeitáveis, fato que justifica nossa luta contra as grandes lojas. Consideramos que elas representam uma forma especial da ideia capitalista em operação prática, que não fornece o necessário para a vida, mas existe apenas para gerar lucros exorbitantes para os acionistas.

Considerando essa concepção primordial de provisão das necessidades básicas da vida (que, convém observar, nada tem a ver com o esquema econômico comunista), a questão ocupa o primeiro lugar em importância em nossa atitude em relação à propriedade privada.

8. O nacional-socialismo reconhece a propriedade privada como um princípio e a protege por lei, desde que seja adquirida e empregada de forma honrosa. Não podemos discutir isso aqui, mas qualquer pessoa que compreenda corretamente o termo "trabalho" perceberá rapidamente que o produto do "trabalho" deve ser propriedade de quem trabalha. Um produtor não entenderá por que seu trabalho, ou seu valor, deveria ser propriedade de uma vaga "comunidade", nem admitirá facilmente que os frutos de seu trabalho devam ir para um indivíduo, o capitalista. Portanto, uma compreensão correta do significado de "trabalho" leva naturalmente ao reconhecimento da propriedade privada.

   Finalmente, há um outro assunto: a concepção de lar. O lar não é uma realidade a menos que seja de fato propriedade de um homem, e que seu próprio lar abrigue sua própria família. As frutas e verduras colhidas na própria horta de um homem têm um sabor melhor do que uma refeição feita em um restaurante lotado. Quem desconhece o anseio por bens materiais e a alegria de possuí-los não compreenderá a importância de reconhecer a propriedade privada. Tal homem não tem raízes em lugar nenhum; é curioso que

Machine Translated by Google

O homem predador está sempre invejoso, sempre buscando algo novo para possuir, enquanto o nórdico, o homem sólido da terra, é absolutamente modesto em suas ideias. Ele não quer mais do que pode obter com seu trabalho. Um operário não deseja ter uma bela mansão que jamais conseguiria conquistar; ele quer uma casinha agradável própria, não uma alugada pela qual, ao longo da vida, pagaria três ou quatro vezes mais do que custou para construí-la. Mas o judeu, o capitalista, não quer estar preso a nenhum pedaço de terra; seu ideal é um grande cofre repleto de títulos, escrituras de hipoteca e notas promissórias. Riqueza, não em propriedades, mas em propriedades hipotecadas de outras pessoas, é seu objetivo. Ele não trabalha, mas não descansa até acumular maços de títulos que lhe dão o controle sobre todos aqueles a quem emprestou dinheiro. A próxima reivindicação do nosso Programa visa justamente pôr um fim a isso.

9. O bem-estar da nação exige que se estabeleça um limite para o acúmulo de riqueza.
nas mãos de indivíduos.

A riqueza em si não é prejudicial; pelo contrário, bens bem administrados beneficiam a todos os que a eles estão ligados. Mas, novamente, é o sistema capitalista de empréstimos que transformou a riqueza de uma bênção em uma maldição; é roubo. A grande massa de trabalhadores sem posses e a classe média endividada estão se distanciando cada vez mais dos ricos; inúmeros pequenos proprietários são penhorados por dívidas, e o poder dos financistas, que não conhecem pátria, não têm lar, torna-se cada vez mais sinistro, enquanto permanecem em seus modernos castelos de barões ladrões, os bancos. Para combater isso, o Estado Nacional deverá garantir que:

10. Todos os alemães deverão formar uma comunidade de trabalho para o desenvolvimento de
Bem-estar comum e cultura.

Essa ideia de comunidade de trabalho implica a superação econômica da concepção universalista de sociedade. Todo trabalho e produção devem estar inseridos na ideia superior de serviço à comunidade. Isso não se opõe, de forma alguma, ao esforço e à diligência pessoal, mas significa que o progresso individual não deve ocorrer à custa do bem-estar dos semelhantes. O ponto a seguir expressa essa exigência.

11. No âmbito do dever geral de trabalho inerente a todo alemão, e reconhecendo a propriedade privada como princípio, todo alemão será livre para ganhar a vida da maneira que escolher e livre para dispor dos frutos do seu trabalho.

O exposto rejeita expressamente os esquemas de socialização do marxismo, bem como as altas finanças. O Estado deve incluir o maior número possível de existências livres, unidas pela ideia social de serviço. — É claro que é impensável administrar minas, altos-fornos, laminadores e estaleiros em pequena escala, mas cem mil mestres sapateiros livres e independentes são melhores do que cinco fábricas gigantescas de calçados.

As grandes propriedades rurais no norte e leste da Alemanha são mais produtivas quando administradas em larga escala do que quando geridas por pequenos agricultores independentes. As pequenas propriedades rurais têm melhor desempenho quando estão localizadas a uma curta distância de cidades e vilas. Nosso próximo ponto exige que:

12. Uma combinação saudável de negócios de todos os tipos, grandes e pequenos, incluindo a agricultura, deverá ser mantido.

13. Grandes empresas (sindicatos, trusts) são nacionalizadas. Essa reivindicação está em consonância com nossa luta geral contra a ideia capitalista. — O primeiro objetivo dos sindicatos e trusts em qualquer ramo específico de produção é unir-se a outras empresas similares.

Machine Translated by Google

com o objetivo de ditar preços. Não são governados por nenhum desejo de distribuir bons produtos a preços baixos. Tais "grupos" são especialmente atraídos por novos negócios que estão prosperando. Novas empresas no mesmo ramo de atividade são compradas e eliminadas, muitas vezes por um preço muito alto a título de compensação. A oferta é regulada por meio de agrupamentos, através dos quais conseguem regular os preços de acordo com uma aparente "oferta e demanda" genuína. É isso que preocupa os acionistas, que não desejam ver os preços mantidos baixos pela concorrência. Novas ideias e invenções são vistas com hostilidade e, de preferência, suprimidas se sua adoção colocar em risco a capacidade de pagamento das empresas mais antigas. Tais empresas, administradas como grandes trusts a partir de um grande escritório central, estão claramente "maduras para a socialização", ou seja, deixaram de prestar qualquer um dos serviços à comunidade que a concorrência individual desempenha. Estão paralisadas desde o início e servem apenas à ganância do capitalismo.

14. Os usurários e os aproveitadores, bem como o enriquecimento pessoal desenfreado à custa da nação, serão punidos com a morte.

A lei, tal como está atualmente, confere proteção especial à propriedade individual. Pequenos furtos são punidos de forma desumana, enquanto a lei não prevê meios para capturar os grandes fraudadores que roubam uma nação inteira por meio de "métodos capitalistas". Referimo-nos especialmente àqueles que promoveram e lucraram com a inflação. Foi a primeira vez na história que uma nação industrial inteira foi roubada de todas as suas economias por um crime inflacionário da magnitude do que ocorreu na Alemanha.

A ganância dos bancos após a estabilização foi pior do que um assalto à mão armada. Mais alemães foram vítimas das práticas das "companhias de guerra" do que de qualquer quadrilha de ladrões organizada.

Quando chegar a hora, trataremos dessas questões com mais detalhes e teremos que encontrar uma fórmula legal para elas. Mas todos concordarão que a "fraude organizada contra a nação" deve ser punida tão severamente quanto, ou até mais severamente do que, pequenos furtos ou fraudes.

15. Introdução de um ano obrigatório de trabalho ou serviço para cada alemão.

A obrigação de servir por meio do trabalho será a expressão visível ao público do dever de servir. Tem o propósito de ser educativa e de apresentar a cada alemão um exemplo de toda a comunidade trabalhando como um só homem. Mostrará a cada alemão a bênção do cumprimento rigoroso do dever ao trabalhar a serviço da nação.

Política Financeira

Rompendo com o domínio do interesse.

Nossos princípios sobre este assunto foram tão bem definidos no segundo capítulo que nós Descreveremos aqui apenas as medidas adequadas para atingir nosso objetivo na prática.

16. Libertação do Estado, e consequentemente da nação, de seu endividamento e da obrigação de pagar juros às grandes instituições financeiras.

O Estado não pode contrair dívidas — pois não tem necessidade disso. Não há comparação entre o Estado e o indivíduo que, de tempos em tempos, precisa de empréstimos e é obrigado a se endividar. O Estado controla a Casa da Moeda; assim, pode produzir dinheiro, o que o indivíduo não pode! Fez isso de uma maneira insana.

Machine Translated by Google

durante a inflação. Fez o mesmo com o Rentenmark e o mesmo — depois de ceder o seu controlo ao chamado Reichsbank — com o chamado Reichsmark.

O Estado poderia fazer um uso muito melhor desse direito de gerar receita, sem o risco de inflação. — Mas somente se, primeiro:

17. O Reichsbank e todos os bancos emissores são nacionalizados, e

18. Se houver provisão de dinheiro para todos os grandes objetos públicos (energia hídrica, ferrovias, etc.) não por meio de empréstimos, mas pela concessão de títulos do Estado sem juros, ou sem usar dinheiro em espécie.

Em outras palavras: — A impressão desenfreada de notas bancárias, sem a criação de novos valores, significa inflação. Todos nós passamos por isso. Mas a conclusão correta é que a emissão de títulos sem juros pelo Estado não pode produzir inflação se novos valores forem criados simultaneamente.

O fato de que hoje em dia grandes empreendimentos econômicos não podem ser iniciados sem recorrer a empréstimos é pura loucura. É aqui que entra o uso racional do direito do Estado de emitir moeda, que poderia produzir resultados extremamente benéficos.

Deve ser óbvio para qualquer pessoa que, por exemplo, uma grande usina elétrica movida a energia hidráulica poderia muito bem ser construída da seguinte maneira, nada excepcional:

O Governo apresenta um projeto de lei no Conselho Legislativo para o aproveitamento da energia hídrica da Baviera, Saxônia, etc., atendendo a todos os requisitos econômicos. A Dieta local, ou outro órgão, decide sobre a construção, autorizando o Ministro das Finanças ou o Banco Central a emitir uma série de notas bancárias, marcadas especialmente para indicar que são totalmente cobertas pelas novas obras em questão. Essas notas são lastreadas pelo crédito conjunto do Estado ou do Reich. Ninguém pode apresentar objeções quanto à inflação. A construção é realizada com o crédito adicional concedido pelo Conselho que representa a nação, e as notas passam a ter curso legal como as demais.

Quando a obra estiver concluída, nitratos ou eletricidade serão fornecidos aos clientes mediante o pagamento desse valor, e em poucos anos o material poderá ser recolhido e destruído. Resultado: O Estado, a nação, instituiu uma nova atividade, que lhe garante uma nova e importante fonte de receita, e a nação fica mais rica com isso.

Para comprovar a insensatez do sistema atual, comparemos o que foi dito anteriormente com o que acontece... agora.

Um empréstimo é contraído. Alguns capitalistas fazem o que toda a nação, mesmo que o Parlamento vote a favor, não consegue fazer: permitem que o Estado tome dinheiro emprestado deles. Em vez de usar sua autoridade direta em benefício da nação, o Estado se compromete a pagar juros permanentes pela quantia necessária para concluir determinada obra, colocando assim um fardo pesado em seu pescoço. E, o que é mais custoso de tudo, emite títulos, criando assim "nova capacidade de compra". No balanço patrimonial, não faz diferença se a nova obra é representada por novas cédulas ou por novos títulos.

Mas a comunidade sofre prejuízos porque os títulos implicam que a nova obra está hipotecada ao capital, que naturalmente se protege, dita os preços e fica com os lucros. Assim, são os financistas que realmente enriquecem com o desenvolvimento da energia hidrelétrica do país; eles são indiferentes ao pagamento; gostam de ter monopólios como o de vacas leiteiras permanentes. A população é forçada a

Machine Translated by Google

Pagar caro pela corrente elétrica ou pelos nitratos, e mais uma vez uma parte do patrimônio nacional é convertida em benefício dos financistas.

Devo remeter o leitor aos meus escritos anteriores, especialmente Der deutsche Staat, que trata dessas questões com mais detalhes do que é possível neste panfleto. Vários números desta série, além disso, abordam diversos aspectos específicos dos novos métodos de criação de moeda do futuro Estado.

19. Exigimos a introdução de um padrão monetário fixo. É verdade que já o temos, mas o roubo continua o mesmo de antes. Nós, nacional-socialistas, tínhamos tudo pronto, assim que chegássemos ao poder, para pôr fim imediatamente à fraude da inflação e para introduzir um novo padrão monetário garantido.

20. Criação de um novo banco nacional para o desenvolvimento e a economia.

Esta exigência é exaustivamente explicada no Panfleto 8 da Biblioteca Nacional Socialista: Die Wohnungsnot und die Sociale Bau - und Wirtschaftsbank als Retterin aus Wohnungselend, Wirtschaftskrise und Erwerbs1osene1end. É notável que esta nossa exigência de uma política financeira tenha penetrado profundamente noutros círculos políticos além do nosso.

Em 1921, apresentei essa reivindicação ao Governo da Baviera na forma de um projeto de lei totalmente elaborado. Inicialmente, houve muita simpatia pela ideia; porém, uma vez que os 'especialistas' — a classe bancária — foram consultados, o Governo rejeitou a 'Utopia de Feder'.

Após as bem-sucedidas eleições na Turíngia, em fevereiro de 1921, nosso partido no Landtag trabalhou arduamente para a criação de um banco social e encontrou em von Kluchtzner, o Ministro das Finanças, uma postura favorável à cooperação; a burguesia também demonstrava simpatia pela ideia. Por maioria de votos no Landtag, o governo foi autorizado a criar um Banco Social para o desenvolvimento e a economia. Diante disso, o governo do Reich, pressionado pelo Reichsbank, proibiu a implementação da vontade popular.

Entretanto, eu havia conseguido apresentar um projeto de lei em esboço no Reichstag, prevendo bancos semelhantes nos diferentes Estados; na curta sessão do ano Dawes (1924), porém, ele foi cautelosamente adiado pelos partidos do governo até a dissolução no outono daquele ano.

Um projeto de lei para a criação de um banco foi apresentado ao Parlamento de Mechlenburg. A resolução tornou-se ineficaz devido à hesitação do Ministro das Finanças nacionalista alemão, também por conta dos obstáculos que se esperava que o Reichsbank impusesse.

A ideia subjacente ao banco para o desenvolvimento não é menos simples do que o plano explicado acima para gerar recursos para grandes fins públicos.

Uma corporação econômica combinada, como o Banco de Desenvolvimento Econômico, deveria ter o direito de emitir títulos de construção (Baumark-Scheinen) lastreados no valor das casas recém-construídas. Dessa forma, estas poderiam ser erguidas sem o enorme ônus dos juros, que hoje, por si só, impossibilitam a construção em quantidade suficiente.

Cada alemão com sua própria casa. Um povo livre em terras desimpedidas.

Machine Translated by Google

21. Remodelação completa do sistema tributário com base em princípios sociopolíticos e econômicos. Liberação do consumidor do ônus da tributação indireta e do produtor dos impostos que restringem suas atividades.

Política Social

A política social é o lema predileto dos nossos atuais candidatos a soluções milagrosas na política. Soa bem, os torna populares e atrai votos para o partido que promete resolver todos os problemas.

Quando cada partido promete ao funcionário público, por exemplo, um aumento salarial, eles chamam isso de política social.

O mesmo acontece quando prometem atender aos desejos dos funcionários e operários; ou quando fazem um pouco para aliviar as pessoas com baixos rendimentos, ou as vítimas da guerra, ou os jovens professores, ou os alemães no estrangeiro.

E todo mundo corre atrás desses caçadores de ratos políticos quando eles tocam sua flauta 'social' .

Primeiramente, é preciso esclarecer que a Política Social denota o bem-estar público como lei suprema e que, como é entendida atualmente, a Política Social é, na verdade, uma política de interesse próprio, sem levar em conta o bem-estar geral. Promessas irresponsáveis são feitas em prol de todos os tipos, e aqueles que as fazem devem saber desde o início que é impossível cumpri-las.

Agora que a Alemanha está tão impotente política, econômica e financeiramente — o que se expressa primeiro nas Leis Dawes e agora na Lei Young, e na chamada política de cumprimento de obrigações que impôs fardos à nossa nação, tornando a vida quase impossível — é falso e ridículo falar em "Política Social". Agora que a vida na Alemanha está tão apertada, quando cada homem pisa no vizinho, tentando ultrapassá-lo e empurrá-lo para o lado, quando as diferentes classes da população estão em conflito, promessas de favorecer um grupo em detrimento de outro não são "Política Social para o bem comum", mas sim uma forma de incitar uma classe contra a outra. Eles sabem muito bem que uma "melhoria" momentânea é anulada por um custo de vida mais alto e impostos mais elevados.

Política social significa algo muito diferente — uma determinação para resolver o problema social.

Os desafortunados, os trabalhadores explorados, acreditam que seus salários justos, seus direitos...
A posição na ordem social está sendo negada a eles — daí a guerra de classes.

É evidente para todos que nossa vida econômica está sofrendo com profundas feridas; uma amarga injustiça. No entanto, as conclusões a que chegou o marxismo, com a sua "luta de classes" e as suas "exigências socioeconómicas" de "expropriação do expropriador" e "socialização", são totalmente falsas, pois contrariam todos os verdadeiros requisitos de uma política social genuína, cuja lei suprema é o bem-estar geral.

O princípio fundamental da luta de classes — como princípio político — é o ódio. A "expropriação do expropriador" transforma a inveja em princípio econômico, e a "socialização" significa eliminar a personalidade na liderança e instaurar o materialismo, a massa, no lugar do intelecto e da eficiência.

---

2. Uma alusão ao Flautista de Hamelin.

Machine Translated by Google

Nada mais é necessário para comprovar o completo colapso das doutrinas marxistas, bastando constatar a falência total do sistema econômico comunista e o fracasso miserável da Revolução Alemã de 1918.

Gostaria de chamar a atenção dos meus leitores para o fato de que esse pseudossocialismo, nascido do marxismo, não se fundamenta no bom senso nem em qualquer ideia "social", não é construtivo, mas permanece mergulhado nas profundezas do pensamento político, que se baseia no mesmo princípio geral de individualismo grosseiro e caótico que sempre conhecemos. É uma crença de um grupo de indivíduos, unidos por sentimentos de ódio e inveja — não por qualquer propósito construtivo — contra a outra metade da nação. Podemos nos surpreender que a questão social não seja, e não possa ser, resolvida por esses meios, e que sua única solução seja o ódio e o desejo de pilhagem; que um Estado vivo não possa resultar da revolta marxista na Bolsa de Valores, mas apenas um amontoado de ruínas?

Mais uma vez, o nacional-socialismo encontra a palavra certa: revolta da Bolsa de Valores. O marxismo é uma expressão de traição capitalista. Capitalista, porque quando uma sociedade fundada no individualismo cai no caos, ela necessariamente fica sob o domínio do grande magnata das finanças.

As teorias sociopolíticas que se dizem "anticapitalistas" (marxismo, luta de classes) — a política social como a entendemos hoje — são necessariamente capitalistas, pois compartilham o mesmo princípio intelectual. Elas não têm o desejo de construir organicamente, membro por membro, interligar com esmero as diferentes classes que trabalham sob a elevada concepção de unidade nacional, mas suas aspirações são puramente egoístas; seu desejo é melhorar a própria posição sem levar em conta os outros.

Capitalismo e marxismo são a mesma coisa! Crescem do mesmo caule intelectual.
Existe um abismo entre eles e nós, seus oponentes mais ferrenhos. Nossa concepção da estrutura da sociedade difere amplamente da deles. Não se trata de luta de classes nem de egoísmo de classe, mas sim — nossa principal lei é o bem-estar geral.

22. Grandes avanços no seguro de velhice com a nacionalização das anuidades vitalícias. Todo cidadão alemão terá garantido o suficiente para viver ao atingir uma certa idade, e antes dessa idade, em caso de invalidez permanente.

Essa é a solução para o problema social.

Não é tanto o descontentamento direto com salários e rendimentos que causa tensão social, mas sim a incerteza, a ansiedade do homem em relação à sua velhice, o receio de ser jogado nas ruas. É essa ansiedade corrosiva que leva as diversas ocupações a se unirem em organizações pseudo-sociais de cunho marxista e capitalista, e que acirra a animosidade entre empregador e empregado. Ela libera os instintos mais baixos de ambos os lados, e o resultado é a animosidade mútua. O verdadeiro propósito de vida do trabalhador se desvanece na luta por um aumento salarial momentâneo, e ele jamais percebe qual deveria ser o grande objetivo da política social: a provisão adequada para a velhice.

idade.

Notamos, mais uma vez, como o Estado encontrou uma solução boa e louvável no caso da classe oficial, ao prover-lhe sustento após a aposentadoria. Trata-se da solução adequada e feliz do ideal capitalista de renda, ou seja, convertê-lo no verdadeiro ideal estatal de provisão, baseado no trabalho pessoal e na eficiência.

Machine Translated by Google

O objetivo mais elevado e nobre do Nacional-Socialismo será alcançar esse padrão de bem-estar geral.

23. Partilha de lucros para todos.

O NSDAP identifica-se com essa reivindicação. Trata-se, na verdade, de uma reivindicação puramente socialista no sentido estrito da palavra; contudo, ela nos chega como um presente atraente, porém corruptor, do capitalismo.

A partilha dos lucros provenientes do trabalho alheio enquadra-se na categoria de rendimentos não auferidos, que é o tema mais veementemente atacado pelo Nacional-Socialismo. A partilha dos lucros do próprio trabalho é uma reivindicação tão natural e socialmente tão justa que nada pode ser apresentado contra ela como princípio.

É na execução desse cálculo que surge a dificuldade, ou seja, em limitar a parcela devida à produção, habilidade e trabalho do operário, e a parcela devida ao trabalho intelectual do inventor, do contador, do comerciante, da administração e de outras circunstâncias relacionadas ao negócio.

É claro que é de suma importância que as partes que agregam valor a um produto não sejam excluídas da análise. Mesmo no sistema atual, parte do lucro que o capital espera obter de um negócio poderia ser destinada ao trabalhador.

Não discutiremos aqui a questão de como o Estado Nacional Socialista resolverá o problema posteriormente.

Pessoalmente, considerei que uma redução geral dos preços, mantendo ao mesmo tempo os salários no nível atual, seria a melhor e mais prática maneira de atender à demanda por uma distribuição mais justa dos lucros de toda a nossa produção nacional.

É possível, no entanto, que o Estado Nacional Socialista resolva o problema de uma forma muito mais abrangente do que a concebida hoje por mentes com tendências marxistas e capitalistas. A atual demanda por participação nos lucros surge ou do desejo de lucro (essencialmente capitalista) ou da inveja (essencialmente marxista).

Somente no Estado ideal, como o concebemos, isso se justifica, pois, ao buscarmos uma solução, devemos evitar o método capitalista de conceder uma pequena participação nos negócios, cujo único objetivo é assegurar aos acionistas maiores o direito aos seus dividendos, e também a ideia marxista de inveja, pois esta degrada o fator pessoal e prejudica o público em geral.

Apresentamos alguns exemplos para maior clareza.

Não adianta nada aos trabalhadores de uma fábrica de calçados que participam do sistema de "participação nos lucros" receberem algumas ações da empresa, um pequeno bônus ou um par de sapatos a preço de custo, se tiverem que pagar o mesmo preço por suas camisas, ternos, meias, comida e bebida, porque os alfaiates, padeiros e cervejeiros compensam a ganância dos fabricantes de roupas, padarias e cervejarias com sua própria "participação nos lucros".

A redução dos preços é o fator essencial que deve garantir a todos os cidadãos uma parte dos lucros da produção nacional.

Machine Translated by Google

Não satisfará o sentimento de justiça social de um verdadeiro nacional-socialista se os varredores de rua, os trabalhadores braçais, os ferroviários, os carteiros, os transportadores, os trabalhadores hospitalares — para citar apenas alguns —, os trabalhadores agrícolas, os mineiros, os construtores, os operários, forem excluídos da participação nos lucros, simplesmente porque essas classes não contribuem para o aumento do valor. Além disso, no que diz respeito à agricultura (na qual não se devem considerar apenas os detalhes da produção agrícola, mas também os milhões de pessoas envolvidas em outros negócios a ela relacionados), deve-se dizer que ela "compensa" nos anos em que a colheita é boa; nas indústrias pesadas também, as minas geram apenas um lucro mínimo devido à pressão da concorrência mundial.

Podemos afirmar que esses milhões de trabalhadores e empregados, muitas vezes atuantes nos ramos mais importantes da indústria, mas que, devido às circunstâncias, não podem esperar uma participação direta nos lucros, devem receber menos consideração do que a numerosa classe que trabalha, talvez, como lavadores de pratos ou carregadores em uma boate ou um banho turco, ou em uma fábrica de produtos ópticos ou químicos que detém o monopólio e abastece o mundo inteiro? Será que estes últimos devem compartilhar os lucros e dividendos da produção de luxo, ou tornar cada vez mais impossível para a maioria da nação alcançar essas vantagens?

Gostamos de imaginar uma chuva de dividendos, bônus e presentes de Natal em dinheiro distribuídos a trabalhadores e funcionários que realizaram um trabalho esplêndido para uma empresa durante anos. Tais aspirações de natureza sociopolítica não precisam ser discutidas e debatidas neste tratado sobre princípios gerais. A demanda, como as coisas estão agora, é importante e deve atrair adeptos. Os "lucros" dependem principalmente da situação geral dos negócios e da habilidade técnica e de vendas da administração; o fracasso pode ocorrer devido a uma construção defeituosa ou a um erro de cálculo. Por mais habilidosos e diligentes que sejam os trabalhadores, eles têm pouca ou nenhuma influência sobre os resultados do trabalho do ano, ou sobre os ganhos ou perdas.

A eficiência deles justifica a exigência de um salário justo e suficiente, mas não há fundamentos morais ou econômicos para que reivindiquem uma participação nos lucros. Com toda razão, resistiriam à sugestão de que deveriam cobrir eventuais prejuízos do ano fiscal com suas economias; com razão, resistiriam à expectativa de compensar, por meio de redução salarial, a má gestão ou o estilo de vida extravagante dos diretores. Mas a "participação nos lucros" só se justifica se houver capacidade e disposição para compartilhar riscos e prejuízos, ou se uma eficiência excepcional a justificar.

Eis um aspecto da partilha geral de lucros.

Por que, por exemplo, as grandes tinturarias da Alemanha, com sua posição predominante de monopólio, deveriam continuar sendo apenas uma vaca leiteira capitalista para os acionistas da IG Farbenindustrie e, na melhor das hipóteses, aumentar os preços e distribuir uma parte dos lucros para seus trabalhadores e funcionários?

Será tarefa do Estado Nacional Socialista garantir que os enormes lucros monopolistas sejam colocados à disposição do público em geral por meio de uma generosa redução de preços.

É óbvio que o problema não é uma questão de política social, mas está intimamente ligado à ordem social capitalista atual (reivindicações dos acionistas).

Machine Translated by Google

Desejamos aplicar esses princípios sucintamente expressos e sermos guiados por eles em nosso objetivo de concretizar a partilha de lucros o mais amplamente possível em todos os negócios em que os lucros vão exclusivamente para os bolsos de financistas profissionais.

24. Expropriação de todos os lucros não obtidos por trabalho honesto, mas sim por meio da guerra, da Revolução — e ainda — da estabilização e reavaliação do marco; também, a propriedade de agiotas e usurpadores.

Esta é uma medida de punição e justiça, que não requer explicação sob nenhum princípio.

25. Eliminação da escassez de moradias por meio de extensa construção em todo o Reich, com os recursos previstos no nº 20 (o banco para o desenvolvimento). Isso encerra a lista de reivindicações sociopolíticas. Sobre a questão técnico-financeira, pouco se pode dizer neste panfleto, pois trata-se de um tema muito amplo e específico, que, ao que parece, apenas mentes financeiras compreendem e que, de fato, terá de ser implementado por elas. O panfleto nº 8 da biblioteca NS aborda o assunto em detalhes.

Religião e Arte

Não é possível abordar este assunto com mais do que alguns poucos princípios orientadores no espaço de um Programa. Isso já foi feito. Quanto ao resto, nosso princípio deve ser não arrastar questões religiosas para declarações sobre política geral; embora possamos, sim, tratar a influência corruptora das doutrinas secretas do judaísmo como objeto de declarações e ataques públicos.

O mesmo se aplica a todos os ataques estúpidos ao cristianismo. Expressões como "o cristianismo só fez mal" apenas demonstram que quem as profere não possui inteligência humana nem política.

Pode-se culpar a Igreja por interferir na política, e todos os bons cristãos desaprovam as crueldades praticadas em nome da Cruz pela Inquisição e os julgamentos por bruxaria, mas é errado generalizar e abusar do maior fenômeno da história da humanidade para justificar os erros e depravações de indivíduos. A religião cristã erigiu milhões e milhões de pessoas e as conduziu a Deus pelo caminho do sofrimento.

A cultura da Idade Média se erguia sob o signo da Cruz; conquistas, sacrifícios e fés corajosas têm suas raízes no cristianismo. Portanto, devemos ter o cuidado de distinguir o núcleo espiritual intrínseco do cristianismo das várias formas de excrescência que surgiram ao longo da história.

Nosso partido se baseia em princípios cristãos positivos.

Este não é o lugar para discutir todos os problemas, esperanças e desejos sobre se a nação alemã poderá, em algum momento, descobrir uma nova forma para suas crenças e experiências religiosas; essas são questões que extrapolam os limites de um programa como o do Nacional-Socialismo.

É de extrema importância opormo-nos a todas as influências disruptivas que prejudicam nossa nação nos domínios da arte, da literatura, da ciência, do teatro, do cinema e, sobretudo, em toda a imprensa. Nosso programa de princípios — os 25 pontos —
O assunto é tão detalhado que dispensa maiores esclarecimentos.

Machine Translated by Google

Reformas militares e outras

O Exército Nacional, as Câmaras de Comércio e Profissões, a reforma do direito de voto e da legislação são questões tão vastas que afetam a vida pública que não podem ser descartadas em poucas frases. As ideias principais estão expostas no próprio Programa, mas a tarefa de pensá-las e desenvolvê-las e, sobretudo, de integrá-las ao passado histórico será o grande desafio dos próximos anos, quando esperamos que o poder político seja nosso e quando estivermos munidos da força e do conhecimento necessários para assumir a gestão do Estado.

Aqui temos um vasto campo para pesquisa no âmbito do Nacional-Socialismo.

A importância do nacional-socialismo reside no fato de que ele não deixa intocado nenhum domínio da vida nacional; pois fornece uma base inteiramente nova sobre a qual teremos que construir essa vida.

Machine Translated by Google

5. Aquilo que não desejamos

Para reforçar o lado positivo do nosso Programa, convém declarar em breve
Aquilo que não desejamos.

Não desejamos que as rodas da história voltem a girar, nem que dinastias que desapareceram sem deixar quase nenhum vestígio de si mesmas sejam restauradas — por sua própria culpa. Tampouco desejamos recolocar as classes destronadas em suas antigas posições privilegiadas.

A classe de oficiais e os funcionários não são realmente superiores ou melhores do que qualquer outra classe profissional, na medida em que trabalham genuinamente de acordo com a nossa ideia de servir a nação em primeiro lugar.

Não é o uniforme nem os detalhes em dourado, mas sim a performance que define um homem.

Não desejamos favoritismo unilateral ou ascensão artificial da classe trabalhadora, nem qualquer tipo de ditadura do proletariado. Ninguém pode se convencer de que qualquer classe, simplesmente por ter sido oprimida no passado, tenha o direito de reivindicar o poder. Tais aspirações, quando transformadas em realidade, invariavelmente levam a consequências terríveis, como as que acompanharam a revolta da Bolsa de Valores em novembro de 1918. Até agora, não é a parcela "oprimida" da população que está no poder, mas sim uma corja de vigaristas políticos, aventureiros gananciosos, aproveitadores, tagarelas e tolos que se apoderaram da máquina política e da administração. A prometida ditadura do proletariado se transformou em...

A ditadura do 'Profitariado'.

Nem mesmo uma nova ordem estatal sob o Nacional-Socialismo teria qualquer chance de sucesso a menos que dispusesse de uma equipe de homens resolutos, completamente imbuídos dos princípios do nosso Programa, homens sérios, enérgicos e experientes. Mesmo entre nós, muitos demagogos puros se infiltrariam e tirariam proveito da nova ordem.

É muito mais fácil criticar as falhas de uma ordem social em colapso do que realizar um trabalho construtivo para corrigi-las.

Precisamos não apenas de um novo partido, que lentamente conquiste espaço no Parlamento e na administração, e que talvez aceite um ou dois cargos em um ministério de coalizão, apenas para ter sua espinha dorsal esmagada no final — pois então nosso papel na história estaria completo, assim como hoje a social-democracia está acabada como força política e intelectual na Alemanha. O mesmo se aplica aos nacionalistas alemães, que já renegaram seus principais princípios para conseguir assentos no governo.

Não queremos ministros que assumam o cargo apenas por interesse na posição ou no poder, mas consideraremos qualquer cargo desse tipo como uma etapa rumo ao nosso grande objetivo. Entre nós e os demais, estará sempre a espada flamejante da nossa teoria mundial.

De um lado, o Estado; ou melhor, o Estado de fachada, de cunho liberal-democrático-parlamentar, forçado pela necessidade a mascarar a tirania dos financistas, e a seus pés, uma turba fervilhante de judeus oportunistas e aproveitadores, lutando para sobreviver às custas do sistema.

Da nossa parte, a luta pela libertação e purificação do nosso povo, até alcançarmos o verdadeiro Estado de justiça social e liberdade nacional.

Machine Translated by Google

6. Conclusão

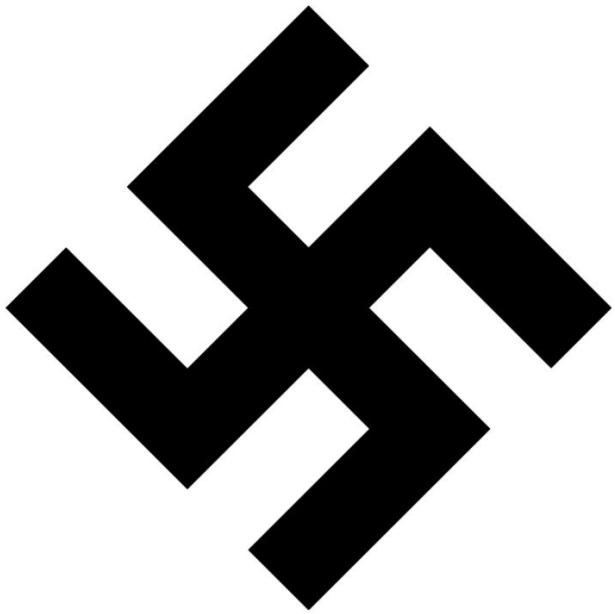
A tarefa deste primeiro panfleto da Biblioteca Nacional-Socialista é ensinar ao nacional-socialista o que ele deve saber sobre o Programa do Partido. Vimos repetidamente o princípio fundamental que permeia todos os nossos argumentos como um fio escarlate: o nacional-socialismo é uma teoria do mundo, que se opõe fortemente ao mundo capitalista atual e seus satélites marxistas e burgueses.

Nossa vida é uma luta a serviço dessa grandiosa ideia, uma luta por uma nova Alemanha.

Nós, nacional-socialistas, hasteamos nossa bandeira de tempestade diante do mundo. Sempre jovens, brilhantes. E brilhando ao sol, ergue-se a Cruz Gancho, símbolo do renascimento da vida.

Machine Translated by Google

O Manifesto pela Abolição de Escravidão do Interesse



Machine Translated by Google

O mamonismo é a doença grave, abrangente e avassaladora que aflige nossa esfera cultural contemporânea, e de fato toda a humanidade. É como uma enfermidade devastadora, como um veneno devorador que se apoderou dos povos do mundo.

Por "mamonismo" deve-se entender:

Por um lado, o poder monetário internacional avassalador, o poder financeiro supragovernamental entronizado acima de qualquer direito de autodeterminação dos povos, o grande capital internacional, o Internacional do Ouro puro;

Por outro lado, existe uma mentalidade que se apoderou dos mais amplos círculos de pessoas: a insaciável sede de lucro, a concepção de vida puramente mundana que já levou a um declínio assustador de todos os conceitos morais e só pode levar a um declínio ainda maior.

Essa mentalidade se materializa e atinge seu ápice na plutocracia internacional.

A principal fonte de poder do Mamonismo é a renda fácil e interminável gerada pelos juros.

Da ideia totalmente imoral de cobrar juros sobre empréstimos nasceu a Gold International.
A constituição mental e moral, fruto da ganância e da busca pelo lucro de todos os tipos, levou à assustadora corrupção de uma parte da burguesia.

A ideia de juros sobre empréstimos é uma invenção diabólica do grande capital credor; somente ela possibilita a vida ociosa de uma minoria de magnatas às custas dos povos produtivos e de seu potencial de trabalho; levou a diferenças profundas e irreconciliáveis, ao ódio de classe, do qual nasceu a guerra entre cidadãos e irmãos.

A única cura, o meio radical para curar o sofrimento da humanidade é

a abolição da servidão por interesse.

A abolição da escravidão aos juros sobre o dinheiro significa a única possibilidade e
Libertação definitiva do trabalho produtivo do poder coercitivo oculto do dinheiro.

A abolição da escravidão ao interesse significa a restauração da personalidade livre, a redenção do homem da escravidão, da maldição com que o Mamonismo aprisionou sua alma.
Quem quiser combater o capitalismo deve abolir a escravidão aos juros.

Por onde deve começar a abolição da escravidão aos juros? *Pelo capital de empréstimo!*

Por que?

Porque o capital de empréstimo, comparado a todo o grande capital industrial, é tão avassalador que as grandes potências monetárias só podem ser combatidas eficazmente através da abolição da escravidão aos juros. A proporção entre capital de empréstimo e grande capital industrial é de 20:1. O povo alemão tem de pagar anualmente mais de 12 mil milhões de euros em juros sobre o capital de empréstimo, sob a forma de impostos diretos e indiretos, rendas e o crescente custo de vida, enquanto que, mesmo nos anos de prosperidade da guerra, o total de dividendos distribuídos pelas sociedades anónimas alemãs ascendeu a apenas 1 mil milhões de euros.

O *crescimento vertiginoso* do capital de empréstimo ultrapassa toda a capacidade humana de cálculo. por meio de renda eterna, infinita e sem esforço proveniente de juros, e de juros sobre juros.

Que benefício traz para os trabalhadores a abolição da escravatura mediante juros?
da Alemanha, para os proletários de todos os países da Terra?

A abolição da escravidão aos juros nos dá a possibilidade de buscar *a revogação de todos os impostos diretos e indiretos.* Ouçam isto, vocês, produtores de valor de todas as terras, todos os estados e continentes: todas as receitas estatais provenientes de fontes diretas e indiretas fluem constantemente para os bolsos do grande capital de empréstimo.

Machine Translated by Google

Os lucros das empresas estatais, incluindo os correios, telégrafos, telefones, ferrovias, minas, florestas, etc., são suficientes para financiar todos os compromissos essenciais do Estado com escolas, universidades, tribunais, agências administrativas e assistência social.

Portanto, nenhum socialismo verdadeiro trará qualquer benefício para a humanidade enquanto os lucros de As empresas públicas continuam dependentes do capital de grandes empréstimos.

Portanto, exigimos como lei fundamental do Estado, primeiro para os povos alemães, e depois como lei fundamental para todos os povos afins que desejam ingressar conosco na comunidade cultural de uma liga de nações, o seguinte:

1. Os títulos de guerra, juntamente com todos os outros instrumentos de dívida do Reich Alemão, juntamente com todos os outros instrumentos de dívida dos estados federais alemães, especialmente os títulos ferroviários, bem como as obrigações de todos os governos locais, são declarados, sob cancelamento da obrigação de juros, como moeda corrente pelo valor nominal [ou melhor, devem ser convertidos em crédito bancário].

2. Em todos os outros títulos de renda fixa, como obrigações garantidas, títulos industriais, hipotecas, etc., a obrigação de pagar juros é substituída pela obrigação de reembolsar o principal; assim, após 20 ou 25 anos, dependendo da taxa de juros, o capital emprestado é reembolsado e a dívida é liquidada.

3. Todas as dívidas imobiliárias, hipotecas, etc., devem ser pagas em prestações do mesmo valor das prestações exigidas até então, de acordo com os encargos registrados no cadastro imobiliário. Os imóveis e terrenos liberados de dívidas dessa maneira passam a ser, em parte, propriedade do Estado ou do governo local. [Dessa forma, o Estado fica em melhor posição para controlar e reduzir os aluguéis.]

4. Todo o sistema monetário deve estar sob a jurisdição do banco central do estado. Da mesma forma, todos os bancos privados — bancos de cheques postais, caixas econômicas e cooperativas de crédito — devem se filiar como agências.

5. Todo o crédito imobiliário é concedido exclusivamente pelo banco estatal. Crédito pessoal e crédito comercial são concedidos a banqueiros privados, mediante concessão do estado.
   Essa concessão é outorgada com base na necessidade, sendo proibida a abertura de filiais em determinados distritos. A tabela de preços é fixada pelo Estado.

6. Os títulos de renda variável são pagos da mesma forma que os títulos de renda fixa, à taxa anual de 5%. Os lucros excedentes são distribuídos em parte aos acionistas como compensação pelo capital "arriscado" (ao contrário dos títulos de renda fixa e dos títulos lastreados em moedas), enquanto o excedente restante, por direito soberano do trabalho, é distribuído socialmente ou aplicado na redução dos preços dos produtos.

7. Para todas as pessoas que, por razões físicas (idade avançada, doença, incapacidade física ou mental para o trabalho, extrema juventude) não estejam em condições de ganhar a vida, os rendimentos de juros dos ativos de capital atuais continuarão a ser pagos a título de pensão nos mesmos níveis, e eventualmente até mesmo em níveis maiores, em troca da entrega de títulos.

8. Visando à redução da inflação atual do papel-moeda, é instituído um imposto universal e fortemente progressivo sobre títulos de guerra e outros instrumentos de dívida do Reich e dos Estados. Esses títulos serão transformados em polpa.

9. Através de um intenso esclarecimento do povo, deve ficar claro que o dinheiro é, e não deve ser, nada mais do que um comprovante de trabalho realizado; que, embora toda economia altamente desenvolvida, naturalmente, necessite de dinheiro como meio de...

Machine Translated by Google

> A função do dinheiro também termina com isso, e em nenhum caso se deve atribuir ao dinheiro um poder sobrenatural de crescer por si só por meio de juros, à custa do trabalho produtivo.

Por que ainda não fizemos tudo isso, que é tão evidente, que deve ser considerado?
Como o Ovo de Colombo para a questão social?

Porque, em nossa cegueira mamonista, desaprendemos a enxergar com clareza que a doutrina da santidade dos juros é um monstruoso autoengano, que o evangelho dos juros de empréstimo, que por si só trazem felicidade, emaranhou todo o nosso pensamento na teia dourada da plutocracia internacional. Porque nos esquecemos, e somos deliberadamente mantidos na confusão pelos onipotentes poderes financeiros, do fato de que — exceto no caso de alguns poucos ricos —
Os juros, que parecem tão atraentes e são tão apreciados pelos desatentos, são completamente anulados pelos impostos. Toda a nossa legislação tributária é e continuará sendo, enquanto não nos libertarmos da escravidão aos juros, apenas uma obrigação de tributo ao grande capital, e não, como imaginamos, um sacrifício voluntário em prol do trabalho para a comunidade.

Portanto, a libertação da escravidão aos juros sobre o dinheiro é o lema claro da revolução global, da libertação do trabalho produtivo das correntes dos poderes monetários supragovernamentais.

Implementações e Justificativa

Encontramo-nos no meio de uma das crises mais graves que o nosso povo empobrecido já teve de suportar na sua dolorosa história. O nosso povo está gravemente doente; o mundo inteiro está gravemente doente. Impotentes, as nações gaguejam; um anseio apaixonado, um clamor por redenção atravessa as massas sombrias. Com risos e danças, com cinema e espetáculos, o povo busca esquecer seu próprio destino lamentável — esquecer suas esperanças desiludidas, sua profunda dor interior.
sobre a terrível decepção com aquilo que se chamaria tão alegremente de "ganhos da revolução".
Mas como imaginávamos tudo de forma diferente? Como todas as belas promessas se desenrolaram de maneira diferente? Tudo o que esperávamos conquistar na escuridão da noite, na penumbra do nosso colapso militar, parecia ouro reluzente, mas agora, quando a luz do dia ilumina a descoberta, tudo não passa de pedaços de madeira pod Agora estamos aqui, perdidos. Por causa desses pedaços de madeira podre que brilhavam tão intensamente na noite, jogamos fora tudo o que antes nos era caro e valioso e enchemos nossos bolsos com esse lamentável tesouro. Não é de admirar que a fúria do desespero se apodere justamente dos mais pobres entre os pobres, e que eles se enfureçam com uma ira insensata contra seus próprios irmãos, e em seu profundo anseio por redenção busquem destruir tudo o que se interponha em seu caminho.
Essa situação só pode levar à completa loucura, se a falta de consciência e a estupidez incitarem ainda mais as pessoas.

E para onde essa loucura nos leva, vemos na Rússia bolchevique. A nacionalização, como a socialização é chamada na Rússia, provou ser um fracasso, declara um imperturbável Lenin. A economia está destruída, o poder de compra do dinheiro reduzido a zero, a intelectualidade assassinada, o trabalhador sem pão. Desespero em todo o povo; somente o terror sangrento, baseado em mercenários chineses e letões, é capaz de proteger os ditadores vermelhos da vingança do povo traído. Entre nós também, o desenvolvimento seguirá esse rumo, se especuladores internacionais, fanáticos partidários obcecados, representantes da burguesia mais miseravelmente sobrecarregada e membros de uma raça profundamente estranha ao povo alemão continuarem a ter permissão para entrar no governo.

Machine Translated by Google

Que palavras bonitas eram aquelas que alguém sussurrou em nosso ouvido? Negociadas Paz, Liga das Nações, parlamentarismo, soberania popular, democracia, ditadura do proletariado, socialismo, destruição do capitalismo, libertação do militarismo e outros belos slogans semelhantes. Supostamente, um novo povo livre surgiria, o qual determinaria seu próprio destino. Nada disso se concretizou, não poderia se concretizar, nem jamais poderá se concretizar, se não investigarmos com a mais alta seriedade moral todas essas aparições, todos esses slogans — se não examinarmos conscienciosamente os sintomas da doença como um médico inteligente e preocupado, e diagnosticarmos minuciosamente a condição atual do doente, não poupando esforços para apurar a origem dessa grave enfermidade.

卐卐卐卐卐

A doença da nossa época chama-se Mammonismo.

O que é o mamonismo?

O mamonismo é o reinado sinistro, invisível e misterioso das grandes potências monetárias internacionais. O mamonismo é, contudo, também uma mentalidade; é a adoração dessas potências monetárias por parte de todos aqueles que estão infectados pelo veneno mamonista. O mamonismo é a hipertrofia ilimitada do impulso humano — em si saudável — pela aquisição. O mamonismo é a ganância por dinheiro transformada em loucura, que não conhece objetivo maior do que acumular dinheiro sobre dinheiro, que busca com brutalidade inigualável coagir todas as forças do mundo a seu serviço e que inevitavelmente leva à escravização econômica, à exploração do potencial de trabalho de todos os povos do mundo. O mamonismo é a mentalidade que levou ao declínio de todos os conceitos morais. O mamonismo, considerado como um fenômeno mundial, deve ser equiparado ao egoísmo brutal e implacável do homem. O mamonismo é o espírito da ganância, do desejo ilimitado de dominar, da mentalidade inteiramente focada em apoderar-se dos bens e tesouros do mundo. Em sua essência, é a religião do tipo humano puramente mundano.

O mamonismo é o oposto direto do socialismo. O socialismo, concebido como a mais elevada ideia moral, é a ideia de que o homem não está no mundo apenas para si mesmo, que cada homem tem deveres para com a comunidade, para com toda a humanidade, e que ele não é apenas responsável pelo bem-estar momentâneo de sua família, dos membros de sua tribo, de seu povo, mas que também tem obrigações morais inabaláveis para com o futuro de seus filhos e de seu povo.

Mais concretamente, devemos ver o mamonismo como a conivência consciente dos grandes capitalistas sedentos de poder de todos os povos. O que sempre foi notável nisso foi a chegada silenciosa do mamonismo.

Os grandes magnatas espreitam, de fato, como a força motriz suprema por trás do imperialismo anglo-americano que abrange o mundo; nada mais. Os grandes poderes financeiros financiaram, de fato, os terríveis homicídios em massa da Primeira Guerra Mundial. Os grandes poderes financeiros, como proprietários de todos os grandes jornais, teceram o mundo numa teia de mentiras. Eles inflamaram com satisfação todas as paixões mais baixas, fomentaram diligentemente o crescimento das tendências atuais e, por meio de uma astuta propaganda na imprensa, levaram o revanchismo francês ao auge. Eles nutriram cuidadosamente a ideia pan-eslava, a presunção sérvia de ser uma grande potência e a necessidade desses estados por dinheiro, a ponto de a conflagração mundial inevitavelmente deflagrar.

Mesmo entre nós, na Alemanha, persiste o espírito do mamonismo, que só queria saber mais sobre números de exportação, riqueza nacional, expansão, grandes projetos bancários e negócios financeiros internacionais.

Machine Translated by Google

levou a um colapso da moralidade pública, à decadência da nossa classe dominante em direção ao materialismo e ao hedonismo, à superficialidade da nossa vida nacional, todos fatores que compartilham a culpa pelo colapso aterrador.

卐 卐 卐 卐 卐

Com espanto, devemos nos perguntar de onde vem o mamonismo, de onde o grande capital internacional deriva seu poder irresistível.

Não se pode ignorar que a colaboração internacional das grandes potências monetárias representa um fenômeno completamente novo. Não temos paralelo na história. Obrigações internacionais de natureza monetária eram praticamente desconhecidas. Somente com a ascensão da economia global, com o comércio global generalizado, é que a ideia de uma economia de juros internacional se estabeleceu, e aqui tocamos na raiz mais profunda, aqui encontramos a fonte de força mais íntima da qual a Internacional Dourada extrai seu poder irresistível.

Os juros, o fluxo fácil e interminável de bens baseado na mera posse de dinheiro, sem qualquer acréscimo de trabalho, fizeram crescer os grandes poderes monetários. Os juros dos empréstimos são o princípio diabólico do qual nasceu o Gold International. O capital de empréstimo fincou firmemente seu funil de sangue em absolutamente todos os lugares. Como os braços de uma anêmona, o grande capital de empréstimo aprisionou todos os estados, todos os povos do mundo.

Empréstimos governamentais, títulos do governo, títulos ferroviários, títulos de guerra, hipotecas, obrigações garantidas — em suma, instrumentos de empréstimo de todos os tipos, de certa forma, enredaram toda a nossa vida econômica, de modo que, doravante, todos os povos do mundo se debatem impotentes em suas teias douradas. Em nome do princípio dos juros, em consonância com a ilusão política completamente insana de que toda posse confere o direito a rendimentos, submetemo-nos à escravidão dos juros sobre o dinheiro. Não se pode apresentar uma única razão moral real e válida para que a mera posse de dinheiro confira o direito a pagamentos perpétuos de juros.

Essa oposição intrínseca aos juros e à renda de qualquer tipo, sem a ocorrência de trabalho produtivo, permeia a alma de todos os povos e épocas. Mas nunca essa profunda resistência interior ao poder do dinheiro se tornou tão consciente para as nações como em nosso tempo.

Nunca o Mamonismo esteve tão bem preparado para iniciar a dominação mundial. Nunca antes colocou a seu serviço toda a baixeza, a sede de poder, a sede de vingança, a ganância, a inveja e a falsidade de uma forma tão habilmente disfarçada e, ao mesmo tempo, brutalmente agressiva como agora. A Primeira Guerra Mundial é, em sua essência, uma das maiores decisões no processo evolutivo da humanidade, na luta para decidir se, no futuro, a visão de mundo mamonista-materialista ou a visão de mundo socialista-aristocrática deverá determinar o destino da humanidade.
o mundo.

卐 卐 卐 卐 卐

Superficialmente, a coalizão anglo-americana mamonista foi, sem dúvida, inicialmente vitoriosa. Como reação a ela, surgiu o bolchevismo no Oriente, e se alguém quiser encontrar uma grande ideia no bolchevismo, é sem dúvida a posição diametralmente oposta à visão de mundo mamonista. Os métodos que o bolchevismo busca empregar para isso, no entanto, são as curas malfeitas de um Dr. Eisenbarth. São a tentativa de ajudar alguém doente de envenenamento interno com um bisturi, amputando sua cabeça, braço e pernas.

Machine Translated by Google

Contra essa onda de bolchevismo, contra essa inversão insensata, devemos apresentar uma nova ideia viável que, com força unificadora, una todas as classes trabalhadoras, a fim de expulsar o veneno que adoeceu o mundo.

Vejo isso como uma transição da abolição da escravidão para a cobrança de juros sobre o dinheiro.

Existem três fatores que tornam os juros sobre o capital emprestado evidentes como a causa autêntica e verdadeira de nossa miséria financeira.

Em primeiro lugar, a monstruosa desproporção do capital de empréstimo a juros fixos, ou seja, do capital que cresce por si só, sem aplicação de trabalho criativo, e que, na verdade, continua a crescer indefinidamente. Entre nós, na Alemanha, esse capital de empréstimo já atingiu um nível que não consideramos muito alto, em 250 bilhões. Em contraste com essa enorme soma, o capital de giro industrial de toda a nossa indústria alemã é de apenas 11,8 bilhões. Além disso, há os 3,5 bilhões de capital das 16.000 sociedades de responsabilidade limitada industriais [GmbH], de modo que, no total, temos apenas cerca de 15 bilhões em capital industrial para contabilizar. 20:1 é a primeira descoberta fundamental[3] .

Essa avaliação significa que, em problemas financeiros de grande importância, todas as medidas relacionadas ao capital de empréstimo devem se mostrar 20 vezes mais eficazes do que as medidas direcionadas ao grande capital industrial.

Segundo: o pagamento de juros sobre o capital emprestado acima, estimado em 250 bilhões, considerado em sua totalidade para todos os tempos, totaliza cerca de 12,5 bilhões anualmente. Em contrapartida, o total de todos os dividendos industriais distribuídos no ano de 1916 totalizou, em 1915, cerca de um bilhão de marcos. Nas décadas anteriores, esse valor era, em média, de cerca de 600 milhões. Nos dois últimos anos da guerra [1914-1918], pode muito bem ter aumentado consideravelmente, mas registrará uma queda ainda maior no ano corrente [1919].

A rentabilidade média de todas as sociedades anônimas alemãs [AG] foi de 8,21%; portanto, apenas cerca de 3,5% superior ao retorno médio dos empréstimos com juros fixos.

Assim, recapitulando, no futuro o povo alemão terá que pagar cerca de 12,5 bilhões [anualmente] pelos diversos juros perpétuos do capital de grandes empréstimos, enquanto o rendimento do capital industrial no ano de maior crescimento foi de 1 bilhão, e em tempos de prosperidade ininterrupta, apenas 0,6 bilhão. Portanto, vemos novamente aqui uma proporção da ordem de 20:1 para 12:1.

O terceiro e mais perigoso fator é o enorme crescimento incompreensível do capital de grandes empréstimos por meio de juros e juros sobre juros. Devo aqui fazer um pequeno desvio e espero, através de uma breve incursão na matemática avançada, explicar o problema. Primeiro, alguns exemplos.

A encantadora história da invenção do xadrez é bem conhecida. O rico rei indiano Shihram concedeu ao inventor, como agradecimento pela criação do jogo real, a realização de um desejo. O desejo do sábio era que o rei lhe desse um grão de trigo na primeira casa do tabuleiro, dois na segunda, quatro na terceira e assim por diante, sempre em cada casa o dobro da quantidade da anterior. O rei sorriu diante do desejo aparentemente modesto do sábio e ordenou que trouxessem um saco de trigo para que os grãos pudessem ser distribuídos em cada casa. Como todos sabemos, a realização desse desejo era impossível, mesmo para o príncipe mais rico do mundo. Todas as colheitas do mundo em mil anos não seriam suficientes para preencher as 64 casas do tabuleiro.

[3] Obviamente, 17:1 é mais preciso, mas talvez Feder esteja levando em consideração a possibilidade de a proporção aumentar.

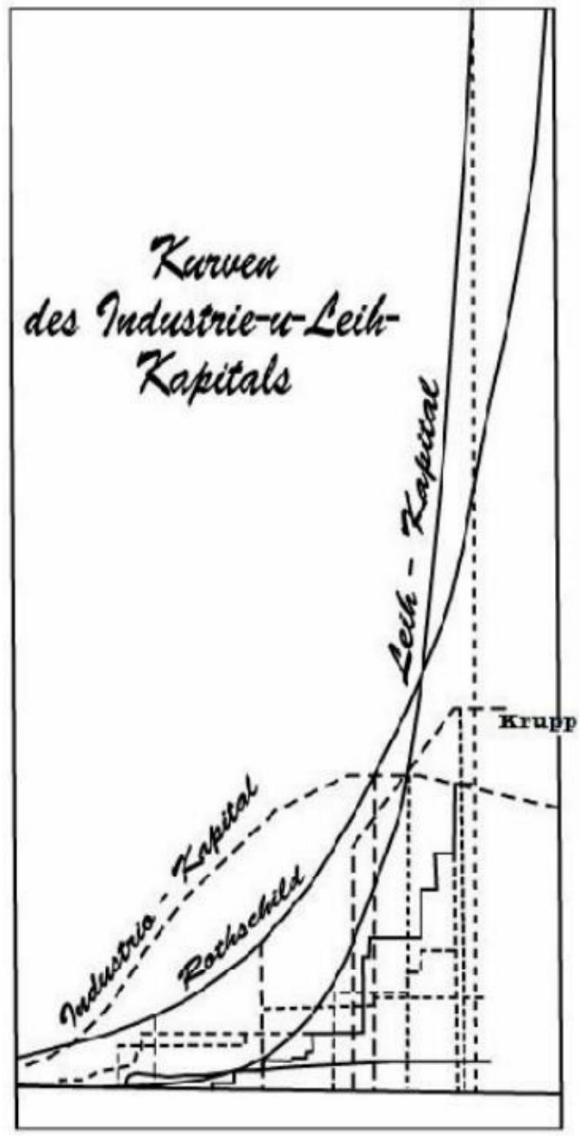
Machine Translated by Google

Mais um exemplo: muitos ainda se lembram dos tempos de escola do tormento de calcular juros compostos; como o centavo investido na época do nascimento de Cristo se multiplica a juros compostos, dobrando a cada 15 anos. No ano 15 após o nascimento de Cristo, o centavo se transformou em 2 centavos, no ano 30 d.C. em 4 centavos, no ano 45 d.C. em 8 centavos e assim por diante. Pouquíssimos se lembrarão do valor que esse centavo representaria hoje: um volume de ouro equivalente ao volume da Terra, do Sol e de todos os planetas juntos não seria suficiente para representar o valor desse centavo investido a juros compostos.

Um terceiro exemplo: a fortuna da Casa Rothschild, a mais antiga plutocracia internacional, está avaliada hoje em cerca de 40 bilhões. É sabido que, em Frankfurt, por volta de 1800, o velho Mayer Amschel Rothschild, sem riqueza própria digna de menção, lançou as bases para a gigantesca fortuna de sua casa por meio de empréstimos com reserva fracionária dos milhões que o Conde Guilherme I de Hesse lhe havia confiado para guarda.

Se o acúmulo de dinheiro por meio de juros e juros sobre juros, no caso dos Rothschild, tivesse ocorrido apenas à modesta taxa de um centavo, a curva não teria subido tão acentuadamente. Mas, supondo que a riqueza coletiva dos Rothschild tivesse aumentado apenas à taxa de um centavo, a fortuna dos Rothschild em 1935 seria de 80 bilhões, em 1950 de 160 bilhões, em 1965 de 320 bilhões, e com isso já ultrapassaria em muito a riqueza nacional alemã total.

A partir desses três exemplos, pode-se derivar uma lei matemática. A curva que representa a ascensão da fortuna dos Rothschild, a curva que pode ser derivada do número de grãos de trigo para o tabuleiro de xadrez e o número que a multiplicação do centavo representa.



Os rendimentos a juros compostos são curvas matemáticas simples. Todas essas curvas têm
O mesmo caráter. Após um aumento inicial modesto e gradual, a curva torna-se cada vez mais íngreme e logo se aproxima praticamente da tangente ao infinito.

No entanto, a curva de crescimento do capital industrial se desenvolve de maneira totalmente diferente. Da mesma forma, surgindo principalmente de pequenos começos, logo aparece uma forte escalada das curvas, até que se atinja uma certa saturação de capital. Então as curvas se tornam mais planas e, em certos setores, podem até apresentar um leve declínio, caso novas invenções levem à desvalorização de fábricas, máquinas e outros ativos existentes. Gostaria de citar apenas um exemplo: o desenvolvimento da fábrica Krupp. Em 1826, o velho Krupp faleceu praticamente sem bens. Em 1855, Alfred Krupp recebeu sua primeira encomenda de 36 canhões do governo egípcio.

Em 1873, a Krupp já empregava 12.000 trabalhadores. Em 1903, a Sra. Berta Krupp vendeu toda a fábrica e a propriedade para Alfred Krupp.

Machine Translated by Google

A Krupp foi fundada como uma sociedade anônima com um capital inicial de 160 milhões. Hoje, o valor total do capital social chega a 250 milhões. O que o nome Krupp evoca para nós, alemães? O ápice do nosso desenvolvimento industrial. A primeira fabricante mundial de canhões [de aço]. Uma vasta soma de produtividade tenaz, determinada e intensiva. Para centenas de milhares de nossos compatriotas, o empreendimento da Krupp significou pão e trabalho. Para nossa nação, armas e defesa – e, no entanto, é insignificante comparado aos bilhões dos Rothschild. Que significado tem o crescimento da fortuna Krupp ao longo de um século, comparado ao crescimento da fortuna Rothschild por meio de um acréscimo fácil e interminável de juros e juros sobre juros?

As duas curvas desenhadas em negrito representam os juros de empréstimos; a curva superior mostra a evolução da fortuna dos Rothschild, enquanto a curva inferior, inicialmente plana e depois em rápida ascensão, ilustra de forma geral a evolução característica de todas essas curvas, em que um pequeno avanço no eixo horizontal pode dobrar o valor no eixo vertical. A linha tracejada mostra a curva de desenvolvimento de toda a nossa indústria ao longo dos últimos 40 a 50 anos. As linhas finas com diferentes níveis de tracejamento mostram o desenvolvimento de diversas grandes empresas industriais selecionadas aleatoriamente, das quais deriva o caráter geral da curva tracejada do capital industrial.

É preciso ressaltar que as curvas do capital de empréstimo são mostradas fortemente comprimidas. Assim, por exemplo, a curva da fortuna dos Rothschild deve ser 80 vezes mais alta que a curva dos Krupp. O objetivo de mostrar as curvas é, naturalmente, apenas demonstrar o caráter fundamentalmente diferente dos dois tipos de capital. As curvas do capital de empréstimo mostram, inicialmente, um desenvolvimento ascendente bastante gradual; o desenvolvimento então se acelera até que, cada vez mais descontrolado e arrastando tudo consigo, se eleva muito além dos conceitos humanos e se direciona ao infinito.

A curva do capital industrial, por outro lado, permanece finita! Por mais acentuadas que sejam as divergências que um traçado possa mostrar em detalhe, no geral, o caráter fundamental do desenvolvimento industrial será sempre tal que, após um forte desenvolvimento inicial, segue-se um certo período de maturidade, de saturação, após o qual, mais cedo ou mais tarde, ocorre o declínio.

卐 卐 卐 卐 卐

Nada nos mostra com mais clareza a profunda diferença essencial entre capital de empréstimo e capital industrial. Nada pode tornar mais evidente a diferença entre os efeitos devastadores do capital de empréstimo e os lucros empresariais (dividendos) do capital empresarial investido e arriscado em grandes empresas industriais do que esta comparação.

É fundamental ressaltar que o reconhecimento das leis matemáticas que regem o capital de empréstimo e o capital industrial, por si só, nos mostra o caminho claro para aplicar a alavanca necessária para corrigir nossa economia financeira em frangalhos. Reconhecemos claramente que não a ordem econômica capitalista, nem o capital em si, é o flagelo da humanidade. *A insaciável necessidade de juros do grande capital de empréstimo é a maldição de toda a humanidade trabalhadora!*

Capital precisa existir! Trabalho precisa existir! Trabalho sozinho pouco pode fazer. Capital sozinho nada pode fazer!

Capital sem trabalho só pode ser estéril! Portanto, a reivindicação mais importante, a tarefa mais nobre da revolução, o significado mais sensato de uma revolução mundial, é a abolição da escravidão aos juros sobre o dinheiro.

A Casa Rothschild está hoje avaliada em 40 bilhões. Os bilionários das altas finanças americanas, os senhores Cahn, Loeb, Schiff, Speyer, Morgan, Vanderbilt e Astor, juntos, têm um patrimônio estimado em [valor omitido].

Machine Translated by Google

pelo menos entre 60 e 70 bilhões. Com uma taxa de juros de apenas 5%, isso significa uma renda para essas oito famílias de 5 a 6 bilhões, o que, segundo as pesquisas de Karl Helfferich, corresponde a aproximadamente 75% da renda anual de todos os contribuintes da Prússia em 1912. (Naquela época, havia cerca de 21 milhões de contribuintes, e 75% disso seriam aproximadamente 15 milhões. Para cada contribuinte, há em média 1,56 parentes; portanto, 23 milhões de parentes.)

Assim, cerca de 38 milhões de alemães tiveram que viver com a renda anual dos bilionários mencionados. Certamente, os bilionários americanos não são capitalistas de empréstimo puros no mesmo sentido que a Casa Rothschild e outros. Não me interessa discutir se os bilionários americanos são realmente "milionários de 100 milhões de dólares" ou "milionários de 100 milhões de dólares". bilionários com patrimônio na casa dos milhões"; no primeiro caso, bastaria considerar uma ou duas dúzias adicionais de Creso. Ou simplesmente aceitemos os "300" de Rathenau; então nosso inventário estará certamente em ordem. Aqui não é importante apresentar um número exato, mas a proporção reconhecida de 300 para 38.000.000 nos abre os olhos para o reinado brutal do capital de empréstimo internac

Portanto, livremo-nos dessas correntes terríveis que só podem estrangular todo o trabalho enérgico; arranquemos do dinheiro o poder de gerar juros, e de gerar juros para sempre, até que toda a humanidade esteja inteiramente obrigada a pagar juros ao capital internacional.

Assim, são esses três pontos que nos esclarecem, pela primeira vez, onde reside a alavanca. pode ser aplicado eficazmente para aliviar nossas dificuldades financeiras internas.

Além disso, reconhecemos que o ataque de todo o mundo socialista de ideias contra o capital industrial foi completamente equivocado, porque mesmo uma regulamentação ou socialização completa pretendida de todo o lucro empresarial – pressupondo uma economia não enfraquecida – renderia uma quantia irrisória, comparada aos enormes encargos financeiros dos orçamentos do nosso Reich e do nosso Estado.

Com a abolição da escravidão aos juros sobre o dinheiro, todo o mal-estar financeiro pode ser eliminado de uma só vez. Imediatamente sentiremos o chão firme sob nossos pés novamente; imediatamente ficará claro para nós que nos enganamos da maneira mais grotesca com esta miserável economia baseada em títulos.

Afinal, o que é capital emprestado senão dívidas? *Capital emprestado é dívida!* Nunca é demais repetir isso. Que tipo de loucura é essa em que o povo alemão, em sua totalidade, contraiu um empréstimo de 150 bilhões para a guerra? Quando, inclusive, prometeu a si mesmo 7,5 bilhões em juros e agora se vê na situação incômoda, inevitável desde o início, de tentar cobrar esses 7,5 bilhões de si mesmo na forma de impostos totalmente fantasiosos?

卐卐卐卐卐

A tragédia dessa autoilusão reside menos na estupidez de toda essa economia de títulos de guerra, da qual sempre fizemos um uso muito melhor do que o resto do mundo, e mais no fato de que apenas um número relativamente pequeno de grandes capitalistas obtém enormes benefícios com ela, enquanto toda a classe trabalhadora, incluindo os capitalistas de médio e pequeno porte, bem como o comércio, o setor empresarial e a indústria, deve pagar os juros. E aqui se revela o lado político de toda a questão. Aqui se pode reconhecer que, na verdade, o grande capital de empréstimo, e somente ele [isto é, não o capital industrial], é a maldição de toda a humanidade trabalhadora. Pode-se distorcer a questão como se quiser, mas a massa de todos os trabalhadores, no fim das contas, sempre terá que arcar com o custo dos juros do capital de empréstimo. Os capitalistas de médio e pequeno porte não têm nada a mostrar por seus generosos pagamentos de juros; não podem ter nada a mostrar, pois as somas de

Machine Translated by Google

Os juros devem ser totalmente tributados. Seja na forma de impostos diretos ou indiretamente, por meio de impostos indiretos, selos, tarifas ou outros encargos sobre o comércio, o trabalhador esforçado é *sempre o otário* e *o grande capital* o beneficiário. É bastante surpreendente ver como o mundo idealizado pelo socialismo de Marx e Engels

É surpreendente ver como o universo idealista socialista de Marx e Engels, do Manifesto Comunista ao Programa de Erfurt (especialmente Kautsky), e até mesmo os atuais líderes socialistas, poupam os interesses do capital de empréstimo como se fosse uma ordem. A santidade dos juros é tabu; os juros são o santo dos santos; ninguém ainda ousou questioná-los. Enquanto a propriedade, a nobreza, a segurança da pessoa e dos bens, as leis da Coroa, os privilégios e as convicções religiosas, a honra dos oficiais, a pátria e a liberdade são mais ou menos proibidos, os juros são sagrados e inatacáveis. Confisco de riquezas e socialização, portanto, violações flagrantes da lei que são apenas um pouco disfarçadas, na medida em que são cometidas ostensivamente em nome da totalidade dos indivíduos, são a ordem do dia: tudo isso é permitido, mas os juros, os juros são o *noli me tangere,* o "não me toque".

O pagamento de juros da dívida do Reich é o alfa e o ômega do orçamento estatal. Seu peso gigantesco arrasta o navio do Estado para o abismo e, no entanto… tudo não passa de uma grande um farsa… um autoengano monstruoso, fomentado única e exclusivamente em benefício dos grandes poderes finance

Gostaria de abordar brevemente as objeções relativas aos pequenos pensionistas, que serão discutidas mais adiante, para que não nos detenhamos nelas. Essas questões não são consideradas na análise das questões mais importantes, mas é evidente que essas compensações serão garantidas por meio da mais ampla expansão dos serviços de assistência social.

Fraude!, eu disse! *Fraude de juros!* Uma palavra forte. Mas se essa palavra tem justificativa, e durante a guerra talvez tenha sido a mais usada no campo de batalha e em casa, ela tem a maior justificativa em relação à fraude de juros.

Mas e os títulos de guerra? Com os primeiros 5 bilhões, o Reich tirou dos bolsos do povo as economias que de fato existiam. O dinheiro voltou a fluir. Depois veio o novo empréstimo para sugar o dinheiro novamente, e com ele as últimas economias remanescentes. E novamente, veio a bomba e sugou os bilhões, e novamente eles voltaram a fluir, até que, alegremente, após esse jogo encantador se repetir nove vezes, o Reich acumulou uma dívida de 100 bilhões.

Em troca, o povo, é claro, tinha em mãos 100 bilhões em papel impresso de alta qualidade – a princípio, imaginamos que havíamos ficado muito mais ricos – mas então o Estado chega e diz: "Estou à beira da falência".

Sim, mas por quê? – Eu mesmo certamente não posso falir, mesmo que ocasionalmente tire uma nota de cem marcos do bolso superior direito e a coloque no esquerdo. Certamente, seria a maior tolice de todas se continuássemos a tolice de nossa economia de títulos de guerra declarando falência4 .

Vamos romper com a escravidão dos juros sobre o dinheiro! Vamos declarar os títulos de guerra como moeda corrente, com os juros cancelados, e o pesadelo da falência do Estado se dissipará como a neve de março sob o sol.

4 Feder aqui considera a nação alemã como uma entidade unificada, e não como uma mera agregação de indivíduos: o dinheiro que foi transferido de alguns alemães para outros permanece dentro da nação alemã, o que significa que está dentro do poder do governo alemão ajustar a distribuição, talvez em desvantagem imediata de alguns indivíduos, mas para o bem da nação como um todo.

Machine Translated by Google

As pessoas me dizem: o cancelamento do pagamento de juros é uma falência estatal disfarçada. Não, isso não é verdade! – O fantasma da falência do Estado é, na realidade, apenas um conto de fadas e um bicho-papão inventado pelas forças mamonistas.

O livro de Franz Röhr, Was jeder vom Staatsbankerott wissen muß [O que todos deveriam saber sobre a falência do Estado], está completamente preso a uma mentalidade mamonista.
Embora o autor, em geral, reconheça claramente os problemas econômicos que nos ameaçam por meio da socialização, e embora aconselhe enfaticamente e corretamente que, no fim, apenas uma reconstrução de nossa economia poderá nos salvar, ele não consegue se libertar da crença supersticiosa na santidade do interesse e, portanto, retrata a falência do Estado, totalmente alinhada aos interesses do mamonismo, como uma catástrofe absolutamente aterradora.

É interessante observar que Röhr, apesar de possuir um conhecimento histórico mais aprofundado, não consegue se libertar da visão mamonista e, em suas palavras finais, observa: “Se a catástrofe econômica ruinosa não for evitada, ninguém será poupado por ela”, enquanto na página 81 admite que as consequências da má gestão das finanças públicas foram parcialmente revertidas muito rapidamente, e na página 68 afirma que, em todo caso, não deve haver dúvidas de que a Rússia (no século passado) superou essas crises cambiais sem problemas duradouros. Na página 76, ao examinar os efeitos das falências estatais, ele diz que, embora, é claro, tenham ocorrido profundos problemas econômicos etc., em geral não houve destruição do Estado nem de sua força econômica. *Pelo contrário, observou-se com frequência uma rápida recuperação da economia nacional e das finanças públicas.* Quando o autor continua por mais três linhas afirmando que a falência estatal significa, absolutamente, catástrofe econômica e causa sofrimento infinito, lamento não conseguir acompanhar essa lógica.

Mas voltando ao nosso caso específico! O que seria mais honesto? Falar farisaicamente da inatacabilidade dos títulos de guerra enquanto oprime o povo com uma carga tributária exorbitante?
Ou, se um ministro das finanças tivesse a coragem de se dirigir abertamente ao povo e declarar: “Não posso pagar os juros dos títulos de guerra, ou só posso se cobrar exatamente o mesmo valor em impostos de vocês. ... Mas naquela época, durante a guerra, eu precisava desesperadamente de dinheiro; nada mais inteligente (vejam a Inglaterra) me ocorreu, e então eu apliquei o golpe com os títulos de guerra de juros altíssimos. Vocês devem me perdoar, meu querido povo; no fim das contas, tudo foi para o bem de vocês, mas se não quisermos mais brincar de esconde-esconde... Eu, o Estado, não pagarei mais juros, e vocês, os contribuintes, não precisarão pagar impostos para cobrir esses juros... Isso simplifica completamente nossas transações; evitamos a enorme burocracia tributária e também a enorme burocracia que paga juros, conservando assim uma imensa quantidade de dinheiro e potencial de trabalho.”

Demorei bastante para expor essa fraude, mas considero isso absolutamente fundamental.
Aqui, em nenhum momento devemos perder de vista o panorama geral.

卐卐卐卐卐

De acordo com as declarações de impostos da Baviera, o círculo de pessoas que sofreria — digamos, precisamente aqueles que, segundo suas declarações de impostos, receberam mais de 30.000 marcos em juros — é de 822 pessoas, o que representa apenas 0,4% dos obrigados a pagar impostos (Bayr. St-Z. 1913) em toda a Alemanha, portanto, aproximadamente 10.000. (Os 10.000 mais ricos!)

Vamos esclarecer agora, da forma mais concisa possível, os aspectos mais importantes dessa reivindicação revolucionária e, de fato, vamos considerar as questões primeiramente a partir de nossa perspectiva nacional.

Machine Translated by Google

Para isso, é necessário, antes de mais nada, analisar com clareza nossa situação atual. O Secretário de Estado Eugen Schiffer, em seu importante discurso na Câmara de Comércio de Berlim, declarou que é “impossível ignorá-la”. Isso é apenas parcialmente correto. É possível ignorar o enorme endividamento de nossa economia nacional e a desvalorização sem precedentes de nossa moeda. Resumindo, o fato é que nos tornamos um povo empobrecido da noite para o dia.

Os encargos que nos são impostos pelo tratado de paz, contudo, não podem ser ignorados. Os títulos de dívida existentes, como vimos, somam cerca de 250 bilhões. Suponhamos, inicialmente, que a Entente nos imponha mais 50 bilhões em reparações de guerra de alguma forma: isso eleva o total da dívida para cerca de 300 bilhões.

Por mais que isso possa sobrecarregar os limites estreitos deste tratado, algumas palavras devem ser ditas sobre a magnitude da riqueza nacional alemã. As pesquisas de Helferrich e Steinmann-Bucher estimam a riqueza nacional alemã em cerca de 350 bilhões. Pode-se atribuir valor muito limitado a tais conclusões, por mais rigorosamente que tenham sido obtidas. Elas são válidas apenas para períodos de atividade econômica estável. Mas também são bastante enganosas, uma vez que incluem propriedades estaduais e municipais, como, por exemplo, reparos em estradas, modificações em cursos d'água e assim por diante. É evidente que, embora a execução dessas obras possa ter custado uma quantia enorme, elas não possuem, estritamente falando, valor intrínseco. Um parâmetro melhor para a riqueza nacional é a chamada riqueza tributável, proveniente das declarações de imposto de renda referentes à contribuição para a defesa ou ao imposto sobre a riqueza em tempos de guerra. Para esta última, chega-se a um total de 192 bilhões, muito menos do que o valor estimado por Helferrich. A este montante, porém, podem ser acrescentados cerca de 10%, segundo a experiência, relativos às pequenas fortunas legalmente isentas de impostos, e um montante semelhante para “reservas silenciosas ”.5

Em todo caso, parece-me excessivamente otimista falar de uma riqueza nacional superior a 250 bilhões. Mas mesmo esse número tem uma importância muito limitada. O mais correto seria abandonar completamente a ideia de uma riqueza nacional que seja numericamente mensurável e reconhecer que a riqueza nacional se expressa exclusivamente no potencial de trabalho mental e físico de toda a nação, pertencendo, portanto, a ordens de grandeza que não têm relação com o conceito mais restrito de capital. De fato, devemos ainda considerar como fonte adicional de riqueza nacional a presença de recursos minerais, as riquezas das florestas e o solo fértil, mas esses recursos também não podem ser quantificados numericamente, uma vez que seu valor oscila entre zero e infinito, dependendo se os recursos minerais estão inexplorados ou, com base em um relatório geológico, se podem ser estimados em bilhões de toneladas de carvão e...
breve.

Não nos esqueçamos de que a Alemanha é, de fato, um país pobre. Quase não possui monopólios. Em riqueza de recursos minerais, está muito atrás da maioria de seus vizinhos, para não mencionar os recursos minerais incomparáveis dos impérios chinês, indiano e americano. Em fertilidade do solo, fica muito aquém em comparação com os campos abençoados da terra negra da Rússia e com as extensões de terras tropicais e subtropicais de fácil cultivo. Portanto, no fim das contas, temos sempre apenas o potencial e a vontade de trabalho do nosso povo, bem como a disponibilidade de trabalho suficiente, e devemos compreender claramente que, nesse estado de coisas, não se pode falar em dívidas garantidas, em garantias para nossos instrumentos de dívida…

5. As “reservas silenciosas” são o resultado da subestimação de valores positivos e da superestimação de valores negativos na contabilidade. de modo a criar a aparência de um patrimônio líquido o mais baixo possível.

Machine Translated by Google

Sejam títulos de guerra com juros ou notas do Reich sem juros, por trás deles está única e exclusivamente o potencial tributário de todo o povo – e o que é o potencial tributário senão uma função da força de trabalho de toda a população economicamente ativa?

卐卐卐卐卐

Agora precisamos esclarecer para nós mesmos mais um conjunto relevante de questões complexas e, naturalmente, as principais rubricas das receitas e despesas do nosso Estado. Há um contraste notável entre o amplo espaço que a preocupação com o lucro ocupa em nossas vidas privadas e a atenção que dedicamos às grandes questões da gestão financeira do Estado; contudo, entre a economia individual e a economia nacional não existe nenhuma diferença essencial.

As principais rubricas da receita estadual são: primeiro, os lucros líquidos dos correios e das ferrovias; segundo, os das minas, administrações florestais e outras empresas estaduais; terceiro, pedágios e impostos indiretos; quarto, impostos diretos.

Para não fomentar discussões puramente teóricas em questões tão eminentemente práticas, quero elucidar as rubricas individuais do orçamento do estado da Baviera do ano de 1911, de acordo com sua ordem de grandeza. Correios, telégrafos e ferrovias renderam 120 milhões; florestas, minas, etc., cerca de 40 milhões; impostos indiretos, 53 milhões; impostos diretos, 60 milhões. Outros 67 milhões vieram de selos, taxas, impostos sobre herança, impostos sobre a terra, transferências de receita do Reich, e assim por diante.

E quanto às despesas? Encontramos aqui, em primeiro lugar, os pagamentos de juros da dívida pública, incluindo as dívidas ferroviárias, no valor de 85 milhões. Para a Casa Real, 5 milhões; administração da justiça, 27 milhões; administração interna, 40 milhões; igrejas e escolas, 51 milhões; administração financeira, 13 milhões; despesas relacionadas ao Reich, 50 milhões; pensões, 36 milhões. Despesas diversas: 5 milhões. Naquela época, neste ano auspicioso para as finanças da Baviera, o orçamento anual apresentou um superávit de 27 milhões.

No âmbito de nossas considerações, porém, nos interessam apenas as despesas que podem ser eliminadas com a abolição da servidão por juros. Nesse contexto, o pagamento de juros da dívida pública ocupa naturalmente o primeiro lugar, com 85 milhões de marcos; a isso, soma-se a maior parte dos nossos pagamentos para a administração financeira, cerca de 10 milhões; além disso, grande parte dos pagamentos para fins relacionados ao Reich, dos quais podemos acrescentar metade, 25 milhões, e, por fim, os 5 milhões destinados à casa real, também desapareceram: um total de 125 milhões.

O desaparecimento dessas entradas significa a possibilidade de renunciar à imposição de *todos os impostos diretos e indiretos,* que, como vimos, arrecadaram entre 53 milhões e 60 milhões de marcos, totalizando 113 milhões de marcos!

Não somos, de forma alguma, da opinião de que se deva abolir completamente os impostos diretos e indiretos; inquestionavelmente, dentro de limites razoáveis, eles servem, por um lado, para educar e, por outro, para regular. Certamente, é justo e correto que os lucros da propriedade livre de ônus permaneçam sujeitos a um imposto moderado e progressivo, visto que o Estado, naturalmente, também precisa garantir a segurança da propriedade por meio de seus órgãos de fiscalização. Parece igualmente aconselhável que o comércio e a indústria sejam obrigados a contribuir com impostos correspondentes aos seus lucros operacionais, já que o Estado também precisa zelar pela manutenção e desenvolvimento das vias públicas de comércio. Um imposto mínimo eleitoral correspondente para cada cidadão com direito a voto é igualmente recomendável.

Machine Translated by Google

exigência de equidade, visto que o Estado também se responsabiliza pela segurança da pessoa e de seus bens.

Na área dos impostos indiretos, uma forte expansão de todos os impostos sobre bens de luxo tem um efeito regulador no melhor sentido, enquanto todos os alimentos básicos e itens de primeira necessidade da população devem permanecer isentos de impostos!

O resultado de tal política tributária seria encontrado menos em altas receitas – sobre as quais não se pode falar, já que para a grande massa da população a tributação não deveria ser um fardo real, mas apenas um lembrete de que a pessoa não é apenas uma essência individual, mas também um cidadão do Estado, e que além dos direitos civis, ela também tem deveres civis.

A arrecadação de impostos deveria ser menos necessária para o pagamento das dívidas de empresas estatais, cujos lucros líquidos, como vimos, são suficientes para cobrir as despesas normais do Estado com escolas, universidades, administração da justiça, administração interna, etc. A arrecadação de impostos deveria ser usada para promover projetos culturais específicos do Estado para os quais nunca houve recursos adequados no âmbito do orçamento estatal regular. Refiro-me aqui principalmente a orfanatos, instituições para cegos e deficientes físicos, creches, assistência a gestantes, combate à tuberculose, ao alcoolismo e às doenças venéreas, e à construção de cidades-jardim e assentamentos, especialmente para o acolhimento e o cuidado humanitário de nossos veteranos de guerra com deficiência.

卐卐卐卐卐

Nossa visão se amplia. Vemos terras virgens. Será que a abolição da escravidão aos juros significaria o cancelamento de todos os impostos? Significaria, se tivéssemos saído vitoriosos dessa luta gigantesca. Como as coisas estão, não vamos comemorar cedo demais; os fardos impostos por nossos inimigos garantirão que não o façamos. Mas, em todo caso, vemos terras virgens, com base no exemplo bastante simples do orçamento do estado da Baviera que acabamos de usar…

Em geral, encontramos relações bastante semelhantes nos outros estados federais alemães, e não é exagero dizer que, com os excedentes das empresas estatais, das ferrovias, dos correios, dos telégrafos, das florestas, das minas e assim por diante, todas as despesas estaduais com a administração da justiça, com toda a administração interna, incluindo projetos de construção estaduais, todos os gastos com escolas e universidades, bem como com fins culturais, poderiam ser cobertos sem dificuldade. Portanto, uma condição perfeitamente ideal.

Por que isso não acontece? Os juros entraram em cena. Devido ao pagamento de juros, os alimentos da população ficam mais caros; devido aos juros, açúcar e sal, cerveja e vinho, fósforos e tabaco, e inúmeras outras necessidades básicas do dia a dia, são tributados indiretamente.
Devido aos juros, os impostos diretos precisam ser aumentados, os quais se dividem em impostos sobre a terra, que são repassados na forma de preços mais altos para os grãos, impostos sobre a propriedade, que elevam o aluguel, e impostos sobre empresas, que O fardo sobre o trabalho produtivo, os impostos de renda que inevitavelmente reduzem o padrão de vida dos funcionários públicos e das pessoas com salários fixos e, por fim, no final das contas, modesto ao dar, mas insaciável ao receber, o capital emprestado paga impostos sobre dividendos de capital. De acordo com as declarações de impostos do ano de 1911, dos 253 milhões em dividendos de capital recebidos na Baviera, apenas 8,1 milhões foram pagos em impostos estaduais.

Vimos que todos os dividendos de capital, todos os juros sobre o capital, em última análise, devem ser arrecadados por meio do trabalho de todo o povo. Vimos que o pagamento de juros sobre dívidas públicas

Machine Translated by Google

constitui a maior rubrica do orçamento do nosso estado, e temos constatado que aqueles obrigados a pagar impostos sobre os juros contribuem apenas de forma extremamente limitada para as receitas do estado.

Em termos de magnitude relativa, o capitalista pagou 8 milhões de um total de 60 milhões em impostos diretos, o que representa apenas um oitavo a um sexto dos impostos diretos estaduais pagos na Baviera em 1911. Os impostos diretos, no entanto, representam apenas cerca de um quinto da receita total do Estado. Portanto, o capital de empréstimo contribui com apenas cerca de um trigésimo a um quadragésimo oitavo das necessidades totais do Estado.

Não se pode negar que a legislação tributária durante a guerra, especialmente nos últimos anos, recorreu a um imposto mais forte sobre dividendos de capital, mas o aumento da tributação indireta acompanhou, em maior ou menor grau, essa tendência, de modo que o tamanho relativo praticamente não se alterou.

O quadro se torna sombrio quando consideramos o orçamento do Reich. Aqui, as proporções em si já são muito menos favoráveis. O Reich não possui as mesmas fontes de arrecadação de impostos que os estados federados individuais. Os impostos diretos são reservados aos estados federados; as empresas do Reich se limitam aos correios e ferrovias do Reich (note-se que isso não inclui as ferrovias estaduais prussianas) e, consequentemente, restam apenas pedágios e impostos indiretos.

As ordens de grandeza das fontes de receita do Reich *(ver Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich para os anos de 1917 e 1918)* eram, em 1915, de 1 bilhão em impostos indiretos, 0,8 bilhão em receitas especiais (contribuição de guerra, taxas de matrícula) e assim por diante. Aqui também o mesmo cenário se repete. Mais de um terço, 1,3 bilhão para ser preciso, já foi consumido em 1915 pelo pagamento de juros da dívida do Reich. Aqui também o capital de empréstimo entrou em cena novamente. Aqui também são necessários todos os impostos diretos para satisfazê-lo. O açúcar paga 163 milhões, o sal 61 milhões, a cerveja 128 milhões, o tabaco, o schnapps, o vinho espumante, o combustível para lamparinas, os fósforos, as cartas de baralho e inúmeros outros itens tiveram que ser tributados para juntar um bilhão de marcos que então flui inteiramente para os bolsos dos capitalistas.

Hoje, como pagar os juros da dívida do Reich é um enigma. Só os juros consomem 8 bilhões [anualmente], com base em 100 bilhões em títulos de guerra, além de outros créditos de guerra. As receitas dos correios e das ferrovias dificilmente podem ser aumentadas. Um aumento adicional nos pedágios dificilmente será tolerado; portanto, provavelmente resta apenas um aumento de cinco ou dez vezes nos impostos indiretos — uma impossibilidade! — ou a clara compreensão de que somente a abolição da escravidão aos juros sobre o dinheiro pode nos trazer a salvação. Uma enorme autoilusão foi toda a economia dos títulos de guerra. A nação alemã tomou emprestado cem bilhões de si mesma para a guerra. Por isso, prometeu a si mesma 5 bilhões em juros; portanto, deve pagar 5 bilhões em impostos. Todo o benefício vai para o grande capitalista, que recebe tantos dividendos de capital que não consegue utilizá-los, e ainda assim apenas uma porcentagem bastante modesta é retirada por meio do imposto sobre dividendos de capital, como vimos.

卐卐卐卐卐

Espero que, através dos principais pontos da minha apresentação, já tenha dissipado o terror compreensível que muitos leitores possam ter de eventualmente perder os rendimentos de juros dos seus valiosos certificados. Permita-me demonstrar, brevemente com um exemplo, que toda a economia baseada em juros é uma grande ilusão, e, em seguida, analisarei um nível superior de renda da classe média sólida.

Suponha que o chefe de família tenha uma renda do trabalho de 10.000 marcos e, além disso, outros 5.000 marcos de dividendos de capital. Inicialmente, cerca de 1.500 marcos serão pagos em impostos diretos; em seguida, pelo menos 1.000 a 1.200 marcos serão pagos na forma de aluguéis elevados.

Machine Translated by Google

Despojado de juros eternos. Outros 1.000 marcos provavelmente serão drenados na forma de impostos indiretos para uma família de cinco ou seis pessoas, e já se percebe que pouco restou dos generosos dividendos de capital que os pequenos e médios capitalistas desfrutavam sob as favoráveis taxas de impostos de anos anteriores. De fato, já hoje não se pode mais falar em "excedente"; pelo contrário, se analisarmos hoje as atuais e fantasiosas propostas tributárias, provavelmente veremos uma perda considerável da renda do trabalho devido aos impostos.

Naturalmente, a situação parece ser bem diferente para o grande capitalista que, digamos, por exemplo, recebe apenas 1 milhão em dividendos de capital. (Essas pessoas são bastante numerosas na Alemanha hoje em dia.) Do imposto sobre dividendos de capital, esse homem afortunado paga, no máximo, 50 a 60 mil marcos. De impostos indiretos, ele também não paga mais do que o chefe de família do exemplo anterior. Em seu orçamento, afinal, ele ainda consegue viver muito confortavelmente com 40 a 50 mil marcos, mesmo na atual conjuntura de preços altos. Se lhe restarem cerca de 900 mil marcos em dinheiro vivo, com juros de 5% sobre empréstimos, ele receberá outros 45 mil marcos no ano seguinte e isso, por lei, às custas da população trabalhadora.

O pequeno pensionista que vive apenas dos seus juros certamente seria prejudicado. Se ele for capaz de trabalhar, então deve, naturalmente, resolver obter uma renda através do trabalho. Com isso, ele se coloca em uma posição muito melhor do que os milhões de seus compatriotas que não têm nada além de sua capacidade física ou mental para o trabalho. Se ele não quiser isso, então terá que consumir sua riqueza. Em última análise, ele tem 20 anos para ir consumindo-a aos poucos, se continuar a gastar a quantia anual que vem recebendo a juros de 5%. Para as pessoas que não estão em condições de trabalhar, ou que estão debilitadas por doença ou idade, obviamente, um meio de subsistência adequado deve ser providenciado através do desenvolvimento de um sistema de bem-estar social para todos os segmentos da popula

Eu visualizo o bem-estar social da seguinte forma:

Suponhamos que uma senhora idosa, viúva, que até então dependia dos juros de um investimento de capital de 60.000 marcos, seja privada de sua fonte de renda pela abolição legalmente proclamada da escravidão por juros. Nesse caso, por meio da ampla expansão do sistema previdenciário, seria dada à referida pessoa a oportunidade de receber uma pensão correspondente ao seu capital, sendo que a pensão anual poderia inclusive ser aumentada em relação ao rendimento de juros anterior, de modo a compensar a desvalorização da moeda, mesmo para esse grupo de pessoas. Assim, por exemplo, em troca dos 60.000 marcos entregues em títulos da dívida do Reich, dos estados ou em títulos lastreados, poderia ser concedida uma pensão vitalícia anual de 4.000 marcos. Caso a viúva tenha filhos e deseje legar-lhes parte da herança, seria permitido que apenas 40.000 marcos fossem convertidos em pensão, enquanto os 20.000 restantes seriam destinados aos filhos. Dos 40.000 marcos, dependendo da idade da pensionista, até 1/12 do capital recebido poderia ser pago anualmente. Além disso, cabe ressaltar que, com a descontinuação dos impostos opressivos em decorrência da abolição da servidão por juros, o custo de vida da viúva diminuirá consideravelmente.

Examinar em detalhe os interesses pessoais de cada estrato da população excederia em muito o escopo deste ensaio. Uma reivindicação tão revolucionária não pode se basear em interesses pessoais; contudo, à medida que a ideia se concretiza, constata-se que as consequências benéficas para a saúde acabam por beneficiar pessoalmente cada indivíduo.

Precisamente pelo problema já isolado acima, de como obter a isenção de juros sobre títulos de guerra, tentei deixar claro que os pequenos capitalistas — e com isso quero dizer todas as centenas de milhares que foram induzidas por uma publicidade hiperamericana —

Machine Translated by Google

campanha para destinar suas economias à subscrição de títulos de guerra — não apenas não recebem nenhum benefício dos juros, já que, obviamente, devem pagá-los com impostos, mas, com a legislação tributária feita sob medida para a proteção do grande capital, devem arcar com o pagamento de juros de subscrições milionárias.

Parece-me que, além dessas considerações imediatas, um apelo a todos em prol do bem-estar de seus filhos deve, por si só, persuadir o devedor preocupado a aceitar como completamente natural a renúncia aos juros perpétuos das dívidas do Reich. Nesse caso, o que perde realmente o patriota, que doou 10.000 marcos à sua pátria em extrema necessidade, além do direito usurário de receber 50.000 marcos em juros dentro de cem anos, sem sequer diminuir o capital? Seus filhos e netos terão que trabalhar eternamente apenas para pagar todos os juros.

卐卐卐卐卐

A questão do reembolso dos valores emprestados pode ser resolvida de várias maneiras. Nas minhas principais ideias sobre o problema em questão, que apresentei ao governo do Estado Popular da Baviera [sob Kurt Eisner] em 20 de novembro do ano passado [1918], propus simplesmente que o reembolso substituísse o pagamento de juros à taxa de 5% ao ano durante 20 anos. Creio que, a seguir, posso fazer uma sugestão ainda melhor, que, pela sua simplicidade, certamente merece preferência: “Os títulos de guerra, após o cancelamento dos juros, serão declarados moeda corrente”. Eis a solução ideal. A vantagem desta medida reside, em primeiro lugar, no facto de ninguém sentir qualquer impacto real. Os títulos de guerra continuam a repousar nos depósitos; mas nenhum jovem os recebe, tal como não os recebe um livro, um armário ou qualquer outro objeto útil que alguém emprestaria a um amigo.

Se alguém precisa de dinheiro, basta sacar uma nota de título de guerra e pagar com ela. Afinal, as notas de títulos de guerra têm tanta beleza e valor monetário quanto nossas outras notas de 10, 20, 100 e 1000 marcos. Certamente não se pode falar em uma inundação do mercado com moeda estrangeira em uma transição tão tranquila da economia de juros para a economia nacional sem juros. economia. Todos os certificados de títulos de guerra já estão bem protegidos e armazenados em cofres de bancos ou outros locais de ocultação considerados seguros pela população, como uma meia de lã ou um monte de esterco. De fato, não se pode negar que nossa moeda fiduciária emitida, cerca de 40 bilhões, também não está em circulação, mas em sua maior parte está acumulada da maneira descrita acima. Nossa necessidade de moeda nos tempos de prosperidade econômica antes da guerra também era de apenas 4 a 6 bilhões, e é inconcebível que precisemos de mais do que o dobro disso hoje, na economia sem dinheiro em espécie cada vez mais comum .

卐卐卐卐卐

O cancelamento dos juros deve ser feito exatamente da mesma maneira para todos os ativos de renda fixa. Para esses ativos, assim como para os ativos que rendem dividendos, recomenda-se o "pagamento" originalmente proposto em parcelas anuais de 20 ou 25 anos, especialmente para hipotecas.

A abolição da escravidão aos juros hipotecários significa, sem dúvida, a solução do problema da habitação, a libertação das rendas exorbitantes. Não é de todo evidente por que o titular

6. Em uma seção posterior, Feder afirma que decidiu que simplesmente permitir que certificados de títulos de guerra sejam usados como moeda não é a solução. Melhor ideia. Ele propõe que sejam convertidos em crédito bancário.

Machine Translated by Google

Por que alguém que possui uma hipoteca deveria ter o benefício eterno dos juros sobre uma quantia emprestada uma única vez? Por que um fluxo de bens fácil e interminável deveria ser concedido a essa pessoa? Por que a grande maioria das pessoas, apenas por esse princípio insalubre dos juros, deveria pagar aluguéis altos ano após ano? Cabe ressaltar brevemente que, evidentemente, não se pode falar em cancelamento total do aluguel, visto que a administração e a manutenção de imóveis exigem trabalho e recursos financeiros constantes. Assim, uma redução dos aluguéis só pode ocorrer na medida em que resulte, por si só, do pagamento integral das hipotecas.

Apenas uma coisa deve ser enfaticamente enfatizada: a abolição da escravidão aos juros não tem absolutamente nada a ver com nosso trabalho produtivo, na medida em que nenhum obstáculo é imposto de forma alguma ao espírito empreendedor, ao trabalho produtivo, à fabricação de bens e à aquisição de riqueza. Pelo contrário, como vimos, toda a classe trabalhadora é libertada de um fardo sufocante, irracional e pesado; nossa vida espiritual é purificada de um veneno intoxicante.

卐卐卐卐卐

Podemos constatar o quão corretamente a fecundidade do problema do interesse foi reconhecida ao longo da história, pelo fato de que mentes de todas as épocas e de todos os povos se ocuparam com ele…

Em diversas passagens do Antigo Testamento, como Levítico 25 e Deuteronômio 15, encontramos regulamentos sobre a cessação dos juros na forma de que o sétimo ano deveria ser sempre uma festa de aceitação ou jubileu, na qual todas as dívidas dos companheiros de aldeia deveriam ser perdoadas.

Sólon, no ano de 594 a.C., aboliu a escravidão por dívida pessoal através de legislação. Essa lei ficou conhecida como a grande Seisachtheia (libertação dos fardos).

Na Roma antiga, a *Lex Gemicia* do ano 332 a.C. proibiu abruptamente os cidadãos romanos de cobrarem juros.

Sob o reinado de Justiniano, foi promulgada uma proibição aos juros compostos, com a regulamentação de que nenhum juro adicional deveria ser exigido quando os juros em atraso atingissem o valor do empréstimo original.

O Papa Leão I (o Grande) decretou, no ano de 443, a proibição geral da cobrança de juros; até então, apenas os clérigos estavam proibidos de exigir juros sobre empréstimos. A proibição dos juros passou a fazer parte do Direito Canônico e também se tornou uma norma vinculativa para os leigos. A legislação secular também se alinhou gradualmente com os pontos de vista canônicos, chegando a prever punições para quem cobrasse juros. Encontramos essa prática nos decretos policiais do Sacro Império Romano-Germânico dos anos de 1500, 1530 e 1577.

Naturalmente, tais leis eram agora muito contestadas e frequentemente contornadas, e nesta breve retrospectiva histórica, pode-se mencionar apenas como um fato histórico surpreendente que, embora sob o direito canônico dos séculos XI a XVII a cobrança de juros fosse proibida aos cristãos, era permitida aos judeus.

Seria extremamente interessante investigar, em cada caso, quais problemas econômicos levaram a essa poderosa redução de encargos. Seria especialmente valioso observar quais poderes e forças violaram repetidamente as proibições sobre juros.

Na Idade Média, certamente os usurários eram frequentemente explorados; os agricultores ou cidadãos, depois de terem sido completamente exauridos, juntavam-se e matavam os aproveitadores. Hoje temos

Machine Translated by Google

entrou-se numa fase completamente diferente do problema dos juros. Tais pogroms são veementemente reprovados.

Além disso, não se trata mais de sintomas individuais e localizados de uma doença que poderiam ser combatidos com a excisão da bolsa de pus; o que está acontecendo é um grave adoecimento de toda a humanidade.

卐卐卐卐卐

É preciso salientar enfaticamente que é precisamente a nossa cultura contemporânea, precisamente a internacionalidade das relações económicas, que torna o princípio do juro tão pernicioso.
A retrospectiva histórica anterior não deve ser considerada uma analogia para as circunstâncias atuais. Quando os babilônios derrotaram os assírios, os romanos os cartagineses e os germanos os romanos, não havia uma continuidade da escravidão aos juros; não existiam potências mundiais internacionais. As guerras também não eram financiadas por empréstimos, mas com tesouros acumulados em tempos de paz. David Hume oferece uma excelente visão geral disso em seu Ensaio sobre o Crédito Público. Somente a era moderna, com sua continuidade de propriedade e seu direito internacional, permite que o capital de empréstimo se intensifique indefinidamente. O centavo que foi investido a juros na época do nascimento de Cristo não existe mais, porque desde então todos os direitos de propriedade tiveram que ceder à violência diversas vezes; em contrapartida, o centavo que o velho Rothschild investiu a juros ainda existe e existirá, se houver direito internacional, por toda a eternidade.

Além disso, deve-se considerar que vastas extensões da Terra só na era moderna passaram da economia natural para a economia monetária. É especialmente importante, nesse contexto, que somente em meados do século XIX foram abolidas todas as restrições à cobrança de juros, bem como todas as proibições relativas a eles: na Inglaterra, em 1854; na Dinamarca, em 1856; na Bélgica, em 1865; e na Áustria, em 1868.

Assim, o conceito atual de juros como indissociáveis da posse de dinheiro não tem mais de meio século. Mas foi justamente esse conceito de juros que, pela primeira vez, transformou o dinheiro no poder demoníaco de coerção universal que conhecemos hoje.

O endividamento incipiente e crescente dos Estados para com os capitalistas data, igualmente, apenas de meados do século XIX . Somente a partir de então vemos o Estado degradado, deixando de ser o guardião da comunidade popular para se tornar o guardião dos interesses capitalistas. Esse desenvolvimento atingiu seu ápice nos títulos de guerra, que encontramos em todos os países e que, como já reconhecemos, servem exclusivamente aos interesses mamonistas, os quais deveriam ser coroados com o gigantesco edifício de crédito de um empréstimo mundial.

卐卐卐卐卐

Essas breves retrospectivas devem facilitar nossa decisão de finalmente nos libertarmos da suposição de que ao capital de empréstimo se deve atribuir o poder supramundano de crescer eterna e interminavelmente a partir de si mesmo. Dotado de um potencial aterrador para se esgotar. Devemos nos libertar da noção de que o capital de empréstimo, imune aos atos e delitos mundanos, deva ser capaz de permanecer entronizado acima das nuvens, imune à transitoriedade, imune às forças da destruição, imune aos tiros de nossos canhões gigantes. Pois, mesmo que casas e cabanas, ferrovias e pontes destruídas por projéteis se reduzam a pó e cinzas, as hipotecas ainda existirão;

Machine Translated by Google

Os títulos ferroviários e os certificados públicos de dívida não são, portanto, extintos. Se vilas e cidades, províncias inteiras, sucumbirem à destruição insana da guerra, qual será o resultado? Novos certificados de dívida, é isso que significa. Com olhos faiscantes de ganância, a Internacional do Ouro, entronizada acima das nuvens, observa a corrida desenfreada da humanidade. E não está longe o tempo em que toda a humanidade finalmente servirá apenas como escrava dos juros do Mamonismo.

A ideia é internacional; ela deve libertar o mundo inteiro. Salve a nação que primeiro...
quem ousa dar o passo audacioso, logo outros o seguirão.

A pergunta que frequentemente me fazem é se essa ideia é viável em nível nacional. Responda que sim. Temos dívidas internas.

Diante de reivindicações de juros estrangeiros, somos naturalmente impotentes por ora; estes simplesmente devem ser pagos. A fuga excessiva de capitais deve ser bloqueada na medida do possível, mas, assim como o legislador não se abstém de criar leis contra assassinato, homicídio culposo, fraude, etc., porque sempre haverá canalhas, da mesma forma um povo, em sua totalidade, não deve se conter de tomar uma medida reconhecida como necessária para a recuperação de suas finanças públicas, apenas pelo fato de que nem todos os melhores elementos da população estão tentando levar seus despojos para o exterior. Mesmo que presumamos que centenas de milhões, até bilhões em títulos de guerra seriam gastos no exterior, isso ainda não seria um incentivo significativo para não abolir a escravidão aos juros; pois, proporcionalmente, dos mais de 250 bilhões de marcos em ativos de investimento doméstico de renda fixa, a grande maioria ainda deve estar no país.

Vamos resumir brevemente mais uma vez. – A abolição da servidão aos juros é o meio radical para a cura definitiva e permanente das nossas finanças públicas. – A abolição da sociedade de juros significa a possibilidade de renunciar a impostos diretos e indiretos opressivos, porque as empresas estatais, especialmente após a socialização de outros setores adequados (navegação interior, eletricidade, tráfego aéreo, etc.), gerarão excedentes suficientes para os cofres públicos, permitindo-lhes sustentar todas as tarefas sociais e culturais do Estado.

Além dessa consideração financeira, a abolição do sistema de juros coletivos garantirá ao trabalho produtivo em todos os campos de atuação a prioridade que ele merece. O dinheiro retorna ao papel que lhe é próprio: o de servo da poderosa força motriz da nossa economia nacional. *Ele voltará a ser o que é, um comprovante de trabalho realizado,* e com isso o caminho estará livre para um objetivo maior: a abstinência da desenfreada ganância por dinheiro que assola nossa época.

A ideia aponta para o estabelecimento de uma frente única de toda a população trabalhadora: desde o trabalhador sem propriedade que, como vimos, está sobrecarregado com impostos indiretos para satisfazer o capital credor, passando por toda a classe burguesa de funcionários públicos e empregados, pela classe média agrícola e de pequenos comércios, que sente a tirania impiedosa do dinheiro na forma de moradias miseráveis, aluguéis de terras agrícolas, juros bancários e assim por diante, até os principais líderes, inventores e diretores de nossa grande indústria, que estão todos mais ou menos presos nas garras do grande capital credor, para quem a primeira tarefa da vida é sempre trabalhar em prol de aposentadorias, dividendos e juros para os poderes financeiros que atuam nos bastidores. Não menos todos os círculos da intelectualidade – artistas, escritores, atores, acadêmicos, bem como outros profissionais independentes – também pertencem a este grupo.

Embora o grande capital de empréstimo, enquanto grupo de pessoas físicas ou enquanto personificação do princípio do juro, busque consciente ou instintivamente ocultar sua insaciável sede de controle, e embora toda a nossa tradição jurídica, baseada no direito romano, ou seja, em leis que servem à proteção de uma plutocracia, tenha sempre enfatizado fortemente a proteção da propriedade e, com isso, permeado o senso de justiça do nosso povo, *a abolição da servidão aos juros*

Machine Translated by Google

O dinheiro precisa vir, pois é a única saída para a ameaça de escravização econômica do mundo inteiro pela Internacional do Ouro, sendo uma das maneiras de expulsar o veneno do Mamonismo, com sua corrupção e contaminação da mentalidade de nossa época.

A conversão de títulos de guerra em crédito bancário

A exigência prevista no §1, de conversão de títulos de guerra, etc., em moeda corrente, foi recebida em diversas ocasiões com a objeção de que isso significaria inundar excessivamente o mercado com moeda. Essa objeção é, em si, bastante errônea. A inflação ocorre pela mera existência de títulos de guerra.

É verdade, porém, que, apesar de equivocada, a preocupação com a presença física desses documentos declarados como moeda corrente não desaparece e, portanto, embora irrealista, essa preocupação pode gerar efeitos colaterais indesejáveis, como se de fato tivesse ocorrido uma nova inflação. Assim, alterando o § 1, exigimos, após a revogação legislativa da obrigação de pagamento de juros, a conversão dos títulos de guerra, juntamente com outros títulos públicos, [não em moeda corrente, mas] em crédito bancário.

Essa formulação tem a grande vantagem de que a existência física dos títulos de guerra em papel deixaria de existir; os certificados de títulos de guerra seriam entregues ao Reichsbank por bancos, banqueiros, instituições de poupança, etc., e seriam destruídos após a emissão de uma nota de crédito pelo valor nominal. Com isso, quase todas as pessoas na Alemanha receberiam um crédito bancário, uma conta bancária aberta que poderiam usar.

Tal procedimento teria também a grande vantagem de não permitir a retenção de investimentos maiores em posse privada, uma vez que, após o vencimento de um prazo específico, os certificados não entregues seriam declarados nulos.

Além disso, seria possível ao menos controlar quanto dos títulos de guerra é gasto fora do país [afetando, assim, a balança comercial da Alemanha]. Este último ponto, porém, não deve de forma alguma impedir o cumprimento da abolição da servidão aos juros. Já que nos sentimos muito fracos em comparação com outros países, devemos satisfazer (apenas) as exigências de juros que nos são impostas do exterior. Pessoalmente, sou totalmente da opinião de que devemos manter também a isenção de juros, mesmo para detentores de títulos estrangeiros. Não precisamos temer que as cobranças de juros estrangeiros sejam feitas pela força das armas, visto que houve muito progresso no retorno [da loucura bélica] a algo semelhante à autoconsciência, e nunca antes na história uma ação bélica foi empreendida contra um grande Estado por causa de medidas financeiras que afetam pessoas físicas.
Também não se deve imaginar que mesmo o povo francês emitiria um ultimato à Alemanha por causa dos juros reivindicados pelos senhores Mayer, Schulze e Cohn, provenientes da Alemanha, com base em seus títulos de guerra alemães trazidos através da fronteira.

Além disso, seria possível, para evitar até mesmo a aparência de falência do Estado para o resto do mundo, realizar um sorteio dos títulos de guerra, que então, é claro, poderia ser facilmente manipulado com base em estatísticas obtidas através da entrega obrigatória de certificados, de modo que, a princípio, apenas os números presumivelmente pertencentes a pessoas no exterior seriam sorteados e pagos em notas do Reich.

Uma terceira coisa seria a bem-vinda confirmação da distribuição dos títulos de guerra e a consequente oportunidade, ainda existente, de uma cobrança extraordinariamente simples do imposto sobre a riqueza, enquanto as bolsas de estudo, naturalmente, precisariam apenas instruir os escritórios do Reichsbank a debitar da conta do Sr. NN um determinado valor em marcos a título de imposto. Desta forma, o imposto-

Machine Translated by Google

Os pagamentos seriam muito mais fáceis – embora, é claro, o direito de recurso dos contribuintes continuasse a existir em sua totalidade.

Com tal transformação (conversão) de títulos de guerra em créditos bancários, um certo nivelamento social também poderia ser alcançado, na medida em que investimentos menores em títulos de guerra, ou seja, todas as pequenas subscrições daqueles para quem a subscrição de títulos de guerra deve ser considerada um ato patriótico (digamos, até 5 ou 10 mil marcos), seriam restituídas integralmente, enquanto todas as subscrições maiores poderiam ser creditadas a uma taxa a ser estabelecida. Os créditos para todos os outros títulos do governo seriam tratados exatamente da mesma forma.

Comentários especiais sobre a demanda por leis no Manifesto

No § 1,

é absolutamente indispensável que todas as subscrições de dívida estaduais e municipais sejam tratadas da mesma forma, uma vez que somente uma regulação unitária em larga escala de todo o nosso sistema monetário, em conjunto com a abolição da servidão aos juros, poderá ser implementada.

No § 2

Já está claro que a abolição da escravidão aos juros deve ser aplicada simultaneamente a todos os outros títulos de renda fixa, para não causar uma valorização absurda desses títulos, o que obviamente ocorreria se apenas os títulos públicos fossem declarados isentos de juros. A redução da dívida em si seria realizada por meio de pagamentos anuais, o que resultaria em um desemprestamento constante e consistente de todos os ativos endividados.

No § 3

Este parágrafo está intimamente relacionado com os anteriores, bem como com a reivindicação de nacionalização do crédito hipotecário no § 5. O agricultor ou proprietário de imóvel onerado com hipotecas continua, como antes, a pagar o valor que devia aos seus credores, mas já não a título de juros perpétuos, e sim a título de amortização. Assim, após 20, 25 ou 30 anos, dependendo da taxa de juro preexistente, a propriedade da terra e da casa ficará livre de dívidas. (O banco hipotecário, por sua vez, pode, naturalmente, continuar a pagar os juros das obrigações hipotecárias aos titulares apenas durante este período.) Juntamente com esta libertação da dívida, surge o direito de propriedade da comunidade sobre o imóvel livre de hipotecas.

Um registo universal de habitações, ou melhor, um cadastro imobiliário, teria de vir primeiro; porque a propriedade imobiliária livre de dívidas tem naturalmente também o direito ao reembolso do capital investido, e também um direito permanente a uma parte da renda, para pagar todos os encargos, despesas, etc., que acompanham a propriedade imobiliária, bem como uma compensação adequada pelo trabalho que o próprio proprietário realiza7 .

Vamos analisar isso em linhas gerais, tomando como exemplo um prédio de apartamentos urbano. A casa tem um valor de 100.000 marcos. Contra esse valor, consta um investimento de um banco hipotecário de 50.000 marcos a 4% na posição 1, um investimento não corporativo de 20.000 marcos a 5% na posição 2.

7 A relação entre o registo de habitações e os direitos dos proprietários sem dívidas é intrigante, a menos que a ideia seja gerir o crescimento dos imóveis para arrendamento de forma a mantê-los razoavelmente rentáveis.

Machine Translated by Google

Na posição 2, e 30.000 marcos, o valor é o montante investido pelo próprio proprietário. A receita do aluguel é de 7.000 marcos. Desse valor, devem ser pagos 2.000 marcos para a primeira hipoteca, 1.000 marcos para a segunda hipoteca e 1.000 marcos para despesas, custos e assim por diante: totalizando 4.000 marcos. Assim, restam 3.000 marcos para o proprietário como pagamento de juros [por assim dizer] pelo seu capital investido de 30.000 marcos.

Após a implementação da abolição legal dos juros sobre o dinheiro, a situação após dez anos é a seguinte: 1ª hipoteca 30.000 marcos, 2ª hipoteca 10.000 marcos. O proprietário recuperou totalmente o seu investimento inicial, mas, por outro lado, existe um novo direito público de propriedade no valor de 50.000 marcos. Com isso, inicia-se o direito do Estado de opinar sobre a receita futura proveniente do aluguel e de determinar o valor do aluguel .

Seria injusto, agora, em relação ao reembolso, colocar o proprietário da casa no mesmo nível que os mutuários. Pois seu capital não é capital de empréstimo puro no sentido estrito que deveria ser afetado pela abolição da servidão por juros; aqui estamos falando de capital de risco, especificamente dinheiro convertido em um bem valioso, especificamente uma casa. Cabe, portanto, ao proprietário da casa decidir se concede um prazo de pagamento mais longo ou uma porcentagem correspondente permanentemente incluída nas despesas operacionais da casa.

O objetivo aqui não é apresentar propostas vinculativas; aqui, apenas sugestões são feitas sobre como uma transição sem atritos da economia baseada em juros para uma economia sem juros poderia ocorrer, inclusive na área imobiliária.

Para completar o exemplo, vamos supor o seguinte cenário após 25 anos: nesse período, todas as hipotecas estarão quitadas; apenas as despesas fixas permanecerão as mesmas ou, devido à maior idade do imóvel, aumentarão de 1000 marcos para talvez 1500 marcos. Suponhamos que o retorno obtido pelo proprietário com esse valor seja também de cerca de 1000 a 1500 marcos; assim, parece que cerca de 3000 marcos da receita de aluguel se destinam a cobrir encargos não negociáveis, enquanto os 4000 marcos restantes dos 7000 originais estariam livremente disponíveis. O Estado, portanto, tem a possibilidade de reduzir os aluguéis em mais da metade; fará isso, por exemplo, em moradias operárias, ou poderá reduzi-los em apenas 20%, 30% ou 40%, obtendo assim uma enorme fonte de receita para outras necessidades públicas, sobretudo para a construção de moradias populares. Para mansões, os aluguéis não são reduzidos, ou não são reduzidos significativamente, o que disponibiliza recursos adicionais consideráveis para a melhor construção de moradias ou para fins sociais específicos. Essa situação futura, contudo, revela – e considero isso uma perspectiva muito promissora – a justificativa intrínseca para que a comunidade (Estado) participe, já agora, da determinação do valor do aluguel da maneira que descrevi acima, com a redução do aluguel para moradias operárias.

No crescente direito do Estado de participar na propriedade imobiliária reside também o fundamentos para um banco emissor sólido e concessão de crédito a credores hipotecários.

Nos §§ 4 e 5

Esses parágrafos exigem a socialização de todo o sistema monetário. O dinheiro é única e exclusivamente um comprovante de trabalho realizado, emitido por uma comunidade que possui suas próprias regra

8 Feder não explica como chegou ao valor de 50.000 marcos: trata-se de metade do valor do prédio de apartamentos, mas também igual ao valor da hipoteca da empresa. Provavelmente, o fato mais importante é que não ultrapassa o valor devido em hipotecas e, portanto, não causa nenhum prejuízo ao proprietário. Presumivelmente, dada a ênfase que Feder dá à transição indolor, mesmo que o valor devido pela casa fosse inferior à metade do seu valor, o Estado, de acordo com o plano de Feder, ainda assim não reivindicaria uma participação na propriedade superior à devida em hipotecas.

Machine Translated by Google

A emissão de moeda é um dos direitos soberanos fundamentais do Estado. A falsificação de moeda estatal é passível das punições mais severas; *portanto, é uma forte exigência social que o sistema monetário seja colocado sob o controle da coletividade.* A força de trabalho da coletividade é o único substrato da moeda, e somente a incompreensão desse fato fundamental levou, de modo geral, à deterioração das finanças públicas e à completa anarquia do sistema monetário.

Com a renúncia ao crédito pessoal e comercial por parte dos banqueiros privados, proposta no § 5, ocorre um corte mais profundo em todo o sistema de crédito. Para o sistema de crédito estatal, assim como para o crédito municipal e até mesmo o imobiliário, é preciso aderir à abolição da servidão por juros com o máximo rigor e energia, pois ela é o pré-requisito indispensável para o Estado social em geral.

A situação é diferente com o crédito pessoal. Também exigimos, por si só, a ausência de juros no crédito pessoal; contudo, essa exigência não possui a mesma importância enorme e fundamental. Lembramos dos 250 bilhões em capital de empréstimos a juros fixos em comparação com
Os únicos 12 bilhões em ações que pagam dividendos.

Todos esses créditos, ações, certificados de participação, ações de mineração, participações acionárias e assim por diante representam capital de risco. O rendimento desse capital depende da diligência e da eficiência das pessoas a quem o dinheiro foi confiado. É aqui que entra em jogo o elemento de risco e o perigo de perda, juntamente com a questão da confiança pessoal. Por isso, uma certa compensação de natureza especial ainda se mostra indispensável. O proprietário de ações e outros ativos não é compensado nem beneficiado de forma alguma se a empresa à qual confiou seu dinheiro não gerar lucro. Ele perde todo o seu dinheiro se a empresa falir.

É diferente, por exemplo, com o proprietário de títulos de dívida da Reicheisenbahn.
As ferrovias do Reich [na Alsácia-Lorena] estão completamente perdidas com a perda da Alsácia-Lorena. Mesmo assim, o detentor de títulos ferroviários continua a receber seus juros. De quem? Dos impostos da coletividade. As ferrovias podem operar com um déficit de qualquer magnitude, como na Prússia e na Baviera no último ano; ainda assim, os detentores de títulos continuam a receber seus juros. De quem? Do tributo pago com base no potencial de trabalho e no consumo da população trabalhadora.

Gostaríamos apenas de deixar essa distinção fundamental perfeitamente clara, para finalmente...
Reconhecer onde o vampiro suga o potencial de trabalho das pessoas.

Assim, o crédito pessoal deve permanecer, ou melhor, ser novamente alocado, às transações pessoais por meio do banco privado. A capacidade financeira do solicitante de crédito, com a qual o banqueiro está pessoalmente familiarizado, deve voltar a ser o fator determinante para a concessão de crédito pessoal. As taxas estabelecidas pelo Estado se autorregularão, em consonância com a fluidez monetária que, em todo caso, terá início com a abolição da servidão aos juros.

No § 6

O ponto principal do § 5 também é válido, em particular, para os ativos de dividendos. No interesse do Estado-comunidade social, deve-se exigir que se busque o reembolso do capital emprestado também para as grandes empresas industriais – a fim de reduzir o endividamento das empresas industriais individuais para com aqueles que são apenas investidores.

Pois, na verdade, o que pudemos observar na relação do capital de empréstimo com todos os povos se repete aqui em menor escala. Aqui também o capitalista explora o trabalhador, o

Machine Translated by Google

mestre de obras, engenheiro, empresário, todos igualmente, porque a obrigação de ter que ganhar dividendos tem prioridade9 .

Se, no entanto, conseguirmos libertar as indústrias e as empresas do eterno sugador de juros, então o caminho estará livre para a redução dos preços dos produtos e para a entrega e distribuição do excedente de valor, em parte para a comunidade, em parte para os trabalhadores, a gestão intermédia e os conselhos de administração das empresas em questão, ou seja, para aqueles que são verdadeiramente os únicos a criar produção e valor.

No § 7

Neste parágrafo, naturalmente, entra em jogo todo o setor de seguros, que pode ser estruturado em bases análogas à ausência de juros. Os prêmios pagos não podem aumentar com a adição de juros; em vez disso, as seguradoras se tornarão instituições de poupança; em outras palavras, o risco e a vantagem do seguro são mantidos. Para isso, a comunidade política precisa assumir a responsabilidade.

No § 8

Com relação à desvalorização da nossa moeda, resultante unicamente da enorme massa dos nossos inúmeros títulos de dívida, exigimos um imposto sobre a riqueza fortemente progressivo. Enfatizamos, aqui, o termo “fortemente progressivo”.

Um imposto fixo sobre a riqueza [com o objetivo de] reduzir o número de notas e assim por diante seria nada mais que um autoengano, uma forma de enganar o povo. Pois, se eu confiscar metade de toda a riqueza existente e receber o pagamento em títulos e transformá-los em polpa, tudo o que realmente se conseguirá será uma diminuição da quantidade de papel, enquanto, em contrapartida, um fator de conversão aumentará o valor fictício da totalidade do papel em circulação ao mesmo nível de antes. O valor real pertence sempre apenas aos bens de consumo e aos bens de uso, nunca aos comprovantes de papel referentes ao trabalho realizado.

Outra questão é se a taxa de câmbio da nossa moeda nacional pode ser melhorada. Mas mesmo essa melhoria da taxa de câmbio depende, em última análise, apenas do potencial de trabalho e da produção, ou seja, da capacidade produtiva da nossa economia nacional como um todo.

As objeções e sua refutação

Jamais uma ideia conseguiu se estabelecer sem oposição, muito menos uma ideia que rompa tão radicalmente com as suposições consagradas sobre a sacralidade e a inviolabilidade dos interesses. Diante das objeções já levantadas e daquelas que se esperam, há sempre uma observação dupla a ser feita: primeiro, é preciso perguntar que parte das objeções se baseia na distorção deliberada da ideia de abolição da escravidão aos interesses; e segundo, o que deve ser dito em resposta a todas as dúvidas sinceras e fundamentadas em fatos?

A objeção mais frequente é a seguinte: sem a cobrança de juros, ninguém emprestará dinheiro.

9 Este é um problema das sociedades anônimas. Empresas detidas integralmente por famílias, como é comum na Alemanha, não possuem essa característica.

Machine Translated by Google

Na verdade, não queremos mais que ninguém lhe empreste dinheiro. O crédito era o truque, era o armadilha na qual nossa economia caiu e na qual agora está irremediavelmente presa.

Se o povo realmente precisa urgentemente de mais capital, então recebe o dinheiro necessário sem juros no tesouro central do Estado, sendo necessário apenas o reembolso. Eventualmente, novas notas serão emitidas. Por que emitir certificados com juros?! Se o papel rende juros ou não, não faz diferença! Seu único e exclusivo lastro é o potencial de trabalho e o potencial tributário do povo. Por que sobrecarregar cada despesa pública desde o início com o peso de chumbo dos juros eternos?

Sim, mas como o Estado deve cumprir suas obrigações culturais para com a comunidade? Ele ainda precisa dinheiro e só pode ser justo nessa tarefa por meio de empréstimos que cobram juros.

Esta afirmação baseia-se num pensamento inteiramente mamonista. Seria necessário um cálculo deliberado para desviar a atenção, após uma leitura atenta deste Manifesto; pois, em primeiro lugar, provamos que, após a abolição da escravidão aos juros, todas as tarefas culturais e sociais do Estado podem ser cobertas por empresas estatais, pelas receitas dos correios, ferrovias, minas, florestas, etc., sem qualquer outra necessidade. Em segundo lugar, o Estado soberano do povo [Volksstaat] tem o poder, a qualquer momento, de cuidar de tarefas culturais especiais através da emissão de títulos de valor sem juros, em substituição aos certificados com juros declarados como regra no Estado mamonista. É absolutamente inconcebível que o Estado encareça tarefas culturais especiais, como a construção de ferrovias, canais e hidrelétricas, com uma promessa eterna de juros completamente desnecessária. Se não consegue pagar os custos de construção com as receitas das suas atuais empresas estatais, então não há razão para que o Estado não crie o dinheiro. O povo soberano deve, de fato, pagar por isso, visto que reconhece precisamente esse dinheiro como meio de pagamento. Por que, então, o povo, com todo o seu potencial de trabalho e de arrecadação de impostos, deveria se apoiar em mais um pedaço de papel (o empréstimo com juros), que impõe ao povo, em sua totalidade, apenas uma obrigação eterna de juros em benefício do capitalista?! Portanto, chega dessa obsessão do Estado mamonista!

Os capitalistas, então, simplesmente pegarão as notas de papel emitidas e acumularão papel. dinheiro.

Isso é refutado de duas maneiras. Primeiro, a exigência de que a mera posse de dinheiro se tornasse improdutiva já estaria, obviamente, satisfeita, e a abolição da escravidão aos juros seria voluntariamente empreendida pelos próprios capitalistas, visto que o capitalista renuncia aos juros por vontade própria ao acumular suas notas em casa. Segundo, o medo do capitalista por seu dinheiro torna isso improvável; basta imaginar as noites em claro do acumulador de moeda que mantém grandes somas de dinheiro empilhadas em casa e vê constantemente sua posse ameaçada por ladrões, assaltantes, arrombadores, buscas domiciliares, incêndios e inundações. Estou convencido de que o cidadão íntegro se cansaria dessas preocupações em pouco tempo e logo procuraria o banco estatal. O banco estatal emite um recibo e passa a ser legalmente responsável pela conta, mas não pelo pagamento de juros. Caso contrário, é claro que uma terceira possibilidade permanece aberta a todos, especificamente a de trabalhar com seu dinheiro, criar valores e fabricar bens, participar de empreendimentos industriais, tornar sua vida cada vez mais rica e refinada, apoiar a arte e o conhecimento, em suma, fazer uso benéfico de seu dinheiro, rejeitando o culto a Mamon.

No entanto, ainda pode acontecer que a necessidade privada de capital para determinados fins se apresente com urgência, como, por exemplo, para testar invenções, fundar empresas por jovens artesãos ou empresários competentes, etc.

Machine Translated by Google

Para começar, isto não tem absolutamente nada a ver com a abolição da escravatura por juros! Em primeiro lugar, é preciso presumir logicamente que o capitalista, que após a abolição da escravidão dos juros não tem mais a oportunidade de investir seu dinheiro de forma infalível e esperar o consumo ocioso dos juros, tenderá, como em tempos anteriores, a arriscar seu dinheiro para tais fins, de modo que a carência ou necessidade nessa área ocorrerá com muito menos frequência do que antes. Ou não se ouviu, ao contrário, repetidas vezes dos empresários eficientes, dos inventores mais brilhantes, justamente a queixa de como é difícil obter dinheiro no Estado mamonista para tais fins, a menos que um "dividendo" possa ser garantido? Em segundo lugar, deve ser tarefa do futuro Estado fomentar toda força competente por meio de apoio generoso. De fato, já havia indícios disso no antigo Estado burocrático, mas tão mesquinhos que, em vez de estímulo, resultaram em inibição e relutância, devido às regulamentações onerosas que acompanhavam a concessão de apoio público. Em terceiro lugar, convém observar que, com a alocação de vários milhões de marcos, muito poderia ser alcançado. A alegria do trabalho, a diligência e a tenacidade do inventor, engenheiro, artesão alemão, etc., são tão grandes que, por meio do direito do Estado de participar dos resultados de invenções bem-sucedidas, os gastos provavelmente seriam ricamente recompensados (a Inglaterra serve de exemplo).

A abolição da escravidão por juros leva necessariamente ao esgotamento da riqueza.

Oho! Quem afirma isso? Mas é claro! Quem adaptou sua vida ao consumo dos juros do capital e não consegue se decidir a trabalhar, certamente é verdade: consumindo 5% ao ano, terá esgotado completamente sua riqueza em 20 anos. Claro, mas isso está absolutamente correto! O que queremos é precisamente a abolição da escravidão aos juros; queremos que viver de aposentadoria deixe de ser o ideal supremo do cidadão. Queremos acabar com essa decadência mamonista; aliás, não queremos mais tolerar que alguém, que muitos, só possam viver confortavelmente para sempre pagando juros de empréstimos — em outras palavras, às custas dos outros!

Repito: também não é verdade que a abolição do domínio dos juros levaria à eliminação e ao esgotamento da riqueza. Pelo contrário, a abolição da escravidão dos juros promoveria a criação de riqueza baseada no trabalho que fabrica bens e produz valor, livre e desonerado de pagamentos eternos de juros. A abolição da escravidão dos juros leva, como vimos, a uma redução abrangente dos custos em todos os aspectos da vida; ela nos liberta do peso excessivo da tributação, de modo que, para cada trabalhador, a possibilidade de acumular poupança será maior no futuro do que antes. Mais uma coisa! O trabalho nacional-econômico de produção de bens e valor da indústria, do comércio e das trocas não é de forma alguma prejudicado, mas sim fomentado ao máximo pela abolição da escravidão dos juros.

O que o trabalhador ganha se os capitalistas não receberem mais pagamentos de juros?

Essa questão realmente não deveria mais ser levantada! Em primeiro lugar, é claro que o clamor constante dos trabalhadores era que os capitalistas os explorariam; em segundo lugar, vimos de fato, de forma clara e evidente, que é o trabalhador, mais do que qualquer outro, quem acaba pagando os juros dos empréstimos. [Em outras palavras, o que o trabalhador ganha são impostos mais baixos e um custo de vida menor.]

Os laços familiares enfraquecem e se deterioram se alguém não puder deixar bens para trás. as crianças.

Sim, qual é a realidade aqui? De modo geral, acho que o dinheiro tem pouco ou nada a ver com o senso de família. Ou será que alguém já ouviu dizer que os filhos de pais mais ricos se apegam mais à família?

Machine Translated by Google

Será que os pais ricos amam mais os seus filhos do que os pais pobres? Ou será que os pais ricos amam mais os seus filhos do que os pais menos abastados? O que é provavelmente mais importante para as crianças: que os pais lhes proporcionem a melhor educação possível e lhes ensinem disciplina, criando-as para serem pessoas trabalhadoras, saudáveis e corajosas, ou que lhes deixem a maior herança possível?

Em casos específicos, será inegável que será necessário reconhecer o esforço justificado para garantir o futuro financeiro dos filhos. Esse esforço, e consequentemente a frugalidade dos pais para com seus filhos, não será de forma alguma afetado negativamente pela abolição da escravidão dos juros; pelo contrário. A possibilidade de poupança aumentará quando nossa economia nacional for libertada da pressão abrangente da escravidão dos juros.

Vimos, pelo exemplo do homem com rendimentos de 10.000 marcos e uma pensão de 5.000 marcos, que todas as fortunas de tamanho médio e pequeno são, na verdade, privadas de qualquer efeito benéfico pelo caminho tortuoso dos impostos diretos e indiretos sobre o aluguel de imóveis e assim por diante. Não me canso de repetir: os juros sobre títulos para quem possui pequenas e médias quantias de riqueza são uma fraude, um autoengano, um ciclo vicioso, mas o grande capital, por meio de sua imprensa dedicada, propagou e proclamou diabolicamente em todo o mundo a crença na santidade e inviolabilidade dos juros. Permite que todos, aparentemente, participem do adorável e anestesiante consumo de juros, a fim de acalmar a má consciência que invariavelmente acompanha o consumo ocioso e improdutivo de juros – e para recrutar camaradas para a luta, para a defesa desse bem supremo do Mamonismo.

O funcionário público, o estadista, dirá: o Estado não pode renunciar à obrigação que assumiu para com seus credores.

O que significa “obrigações”? É moral assumir obrigações sobre as quais o Estado deve saber desde o início que só poderá cumpri-las se cobrar os juros dos credores por meio de impostos diretos e indiretos exatamente no mesmo montante? Onde está a moralidade nisso? Ou não seria mais honesto admitir: “Só posso pagar os juros se arrecadar exatamente o mesmo valor em impostos – mas durante a guerra eu precisava de dinheiro, e para isso usei o golpe com os títulos de guerra; vocês têm que me perdoar, queridos; no fim das contas, foi para o bem de vocês, e agora não queremos mais brincar de esconde-esconde; eu, o Estado, não pagarei juros e vocês, os contribuintes, não precisarão pagar impostos sobre os juros; isso simplificará substancialmente nossas transações. Assim, dispensaremos a enorme burocracia tributária e também a extraordinária burocracia a serviço dos juros. Certo? Fechado?” E você, Herr Scheidemann, não volte a estampar seu nome em todos os outdoors como secretário de Estado do antigo governo corrupto, em meio a declarações insensatas sobre a segurança e a inviolabilidade dos títulos de guerra. Você só se envergonha: o benefício de toda a fraude foi, de fato, única e exclusivamente para o capital de empréstimos.

Autoridades financeiras e profissionais do setor bancário declaram que a abolição da servidão aos juros sobre títulos de guerra e dívidas públicas é impossível, pois é sinônimo de falência pública.

Você me perdoará: de acordo com seus discursos, de fato já estamos em falência pública, ou corremos o risco de sê-lo. Uma declaração explícita de falência pública, no entanto, seria a maior estupidez que poderíamos cometer: à incompetência já existente dos atuais detentores do poder, acrescentaria prematuramente a confirmação histórica dessa incompetência.

Por que declarar falência? Se eu transferi 3 marcas do bolso direito da calça para o esquerdo,
Por essa razão, ainda não devo declarar a falência do bolso direito da calça!

Machine Translated by Google

De fato, com o empréstimo de guerra não foi diferente! O Reich tirou dos bolsos do povo os primeiros bilhões efetivamente disponíveis, depois o dinheiro voltou a fluir; então veio o novo empréstimo e, novamente, o dinheiro voltou a fluir; mais uma vez a bomba veio e sugou os bilhões e, novamente, eles voltaram a fluir, até que, após o jogo ter sido repetido nove vezes, o Estado alegremente gerou 100 bilhões em dívidas. Por isso, o povo tinha 100 bilhões em papel impresso em suas mãos. A princípio, o povo imaginou que havia ficado muito mais rico; então veio o Estado e disse: “É horrível; tenho 100 bilhões em dívidas e corro o risco de falência.” – Sim, mas por quê? Isso é, em todo caso, apenas um autoengano! Eu mesmo jamais irei à falência se, de vez em quando, tirar meu dinheiro de um bolso e colocá-lo no outro. Portanto, podemos ficar tranquilos quanto à falência do Estado em relação às nossas dívidas internas de títulos de guerra. Portanto, não precisamos declarar falência pública e podemos nos poupar do trabalho gigantesco com os juros absurdos e os impostos altos, mas ainda mais absurdos.

Vamos finalmente nos libertar de servir aos interesses do grande capital credor! Somente o grande capital credor se beneficia dessa fraude tributária sobre os juros dos empréstimos, já que sobra um belo pedaço de ouro para ele, e o trabalhador paga esse excedente na forma de impostos indiretos; enquanto isso, porém, o pequeno e o médio capitalista ficam apenas correndo atrás do próprio rabo.

O responsável pela área econômica global afirma: A abolição da escravidão aos juros não é algo que possamos realizar apenas na Alemanha; ela precisa ser feita internacionalmente; caso contrário, perderemos todo o crédito, o capital fugirá e ainda teremos que cumprir nossas obrigações de juros com o resto do mundo.

Confesso que eu mesmo fiquei perplexo com essa questão por muito tempo. É a questão mais difícil porque envolve nossa relação com o resto do mundo; além disso, a questão tem dois lados. Por um lado, a ideia da abolição da escravidão aos juros é o grito de guerra de todos os povos produtivos contra a escravidão internacional aos juros sobre o dinheiro; por outro lado, é a cura radical para nossos problemas financeiros internos. Mas não é motivo para deixar de usar uma cura só porque o vizinho igualmente doente não a utiliza ao mesmo tempo. Seria, no entanto, uma estupidez ainda maior se nós, na Alemanha, continuássemos a girar em círculos insanos, pagando impostos e juros, quando já reconhecemos claramente que essa atividade ridícula beneficia apenas os grandes capitalistas e ninguém mais. Portanto, vamos dar o exemplo com nossa iniciativa libertadora; vamos nos libertar da escravidão aos juros sobre o dinheiro e logo veremos que a força dessa ideia libertadora e vitoriosa estimulará os povos do mundo a nos seguirem.

Estou realmente convencido de que nossa iniciativa – se esta iniciativa não for suprimida por
Os mamonistas alemães arrastarão os outros povos consigo, movidos por uma necessidade irresistível.

O espartaquista diz: Toda a ideia se resume a uma proteção do capital; ainda assim
Permanece então como estava: o pobre não tem nada e os ricos continuam os mesmos.

Sim, meu amigo; em geral é muito difícil ter uma discussão com você — se você realmente é, no fundo da sua alma, um comunista, e, portanto, afirma que “todas as coisas pertencem a todos os homens”10 , E se, além disso, você estiver familiarizado com as ideias dos grandes líderes bolcheviques na Rússia, especialmente Lenin, e as considerar corretas, e, consequentemente, considerar as próximas tarefas da República Soviética designadas por Lenin, “prestação de contas universal e controle de toda a produção e distribuição”, como humanamente possíveis.

10Peter Kropotkin, A Conquista do Pão

Machine Translated by Google

Se, no entanto, você tem plena convicção de que essa tarefa só é realmente viável, se é que é viável, sob uma tirania terrível, e ainda assim permanece, no fundo do seu coração, um comunista ou espartaquista convicto, etc., então não vamos mais discutir; simplesmente não nos entendemos e falamos línguas diferentes, e o futuro decidirá, seja pelo estado de camisa de força que pode resultar do caos do bolchevismo, ou pelo novo estado que eu espero, com uma economia nacional libertada da escravidão aos juros.

Mas se, no fundo do seu coração comunista — se você for honesto — você ainda pensa, anseia por esposa e filhos, por uma alma humana que esteja mais próxima de você do que um esquimó ou um kaffir zulu, se durante o trabalho na fábrica comandado pelo diretor soviético você pensa que ainda seria bom possuir sua própria casinha, um pequeno jardim, se de fato, no âmago da sua alma, não lhe traria nenhuma satisfação verdadeira ter o direito, como um cão de rua, de usar qualquer cadela que cruze seu caminho, se você quer chamar alguém de esposa, se você simplesmente pensa em economizar algo do seu salário, que então deveria pertencer somente a você, então você já não é mais comunista; então você já se libertou, no fundo do seu coração, do seu lema tão alardeado: “Todas as coisas pertencem a todos os homens”; então, precisamente, o que você não quer é que todas as coisas pertençam a todos os homens; Você quer exatamente aquilo que deseja para si mesmo — esposa, filho, casa, fazenda, economias — quer você já o tenha ou apenas espere consegui-lo, mesmo assim, deve pertencer somente a você.

E veja bem, meu amigo, se você apenas suspeitar em seu coração que isso possa fazer alguma diferença para você, se um indivíduo qualquer viesse e simplesmente levasse suas economias em nome de "todos", e se ele trouxesse outra criança para você e levasse a sua consigo porque todas as crianças pertencem a "todos", então, meu amigo, não vamos continuar a falar sem nos entendermos completamente.

Talvez eu pudesse pedir que você refletisse sobre se, de fato, a mensagem comunista de que todas as coisas devem pertencer a todos os homens não significaria necessariamente *o fim de todas as culturas,* porque a ausência de qualquer conceito de propriedade obrigaria, por uma lógica incontestável, a forçar o homem a rebaixar-se ao nível da besta.

Se todas as coisas pertencem a todos os homens, se a prestação de contas e o controle de toda a produção e distribuição acima do solo, no sentido leninista, pudessem ser coagidos, então, na melhor das hipóteses, resultaria uma colônia de formigas. Mas, nesse caso, também poderíamos prescindir da linguagem, da alma e do pensamento; silenciosamente e instintivamente, poderíamos realizar nosso trabalho forçado. *O fim do homem está aí.11*

Mas chega por agora, meu amigo Spartacus. Deixe essa consideração fundamental penetrar profundamente em sua mente e coração. Uma resposta mais precisa para sua pergunta surgirá então durante a conversa com as outras partes.

E agora, camaradas das duas orientações socialistas, moderada e independente!12

Não consigo imaginar que surjam contradições ou objeções sérias à abolição da escravidão por juros da sua parte, e, no entanto, devo lidar com você categoricamente, juntamente com todo o mundo socialista das ideias, desde Marx até os líderes atuais Ebert, Scheidemann, Kautsky e outros.

1. A vontade socialista: *a ascensão da classe trabalhadora* é uma ideia incondicionalmente destinada a prevalecer; *até aqui, estamos de acordo.*

11 “O Fim do Homem” é de Ezequiel. Lá, significa o propósito do homem, mas aqui pode ter um duplo sentido. O propósito do homem sob o comunismo torna-se a escravidão sem consciência, que é a destruição do homem.

12 Feder se refere aqui ao Partido Social-Democrata e à sua ramificação pacifista, o Partido Social-Democrata Independente.

Machine Translated by Google

2. Os caminhos trilhados para alcançar esse grande objetivo estão quase inteiramente errados. porque eles

3. são baseadas em premissas falsas.

4. A ideia socialista [marxista] de Estado conduz necessariamente ao comunismo, e portanto a declínio.

5. Contudo, como a social-democracia tem um objetivo diferente, a ascensão da classe trabalhadora e de todos os trabalhadores em geral, ela enfrenta um terrível conflito interno, pois as consequências lógicas do marxismo levam diretamente ao oposto do objetivo prático do movimento operário.

6. Dessa divisão interna resulta a incerteza manifesta na direção do governo.

7. Em prol do grande objetivo prático (a ascensão da classe trabalhadora), é preciso traçar uma linha mais firme contra Espártaco e o comunismo bolchevique, e seus métodos devem ser combatidos com todas as nossas forças. Mas a social-democracia, organizada por meio de sindicatos, sente-se hoje frágil diante desses grupos radicais, porque adotou o pensamento marxista como princípio fundamental de sua formação e porque todas as formas de pensar marxistas conduzem logicamente ao comunismo.

Eis a prova: o ponto 2 afirma que os caminhos trilhados pela social-democracia estão quase inteiramente errados.

Toda a agitação realizada em todo o país levou a uma profunda divisão na população da nossa nação. As calúnias constantemente repetidas contra os empregadores de todos os tipos, aliás, de todas as profissões burguesas, como exploradores e sanguessugas do trabalhador manual que trabalha ostensivamente sem assistência, levaram a uma amargura injustificada e à arrogância do trabalho, que hoje encontra necessariamente sua expressão na reivindicação da “ditadura do proletariado” (Manifesto Comunista). A reivindicação essencial do Programa de Erfurt – a transferência dos meios de produção da propriedade privada para a propriedade e operação da comunidade – foi hoje comprimida no clamor pela “socialização”.

Para qualquer político sério, é absolutamente claro que a socialização completa da nossa ruína econômica significaria a falência total do Estado. Mas ninguém ousa confessar isso abertamente e sem rodeios ao povo.

Não a socialização, mas a dessocialização teria que ser o lema agora. Assim, tenta-se compensar o flagrante fracasso de toda socialização por meio de projetos tributários ilusórios e, por essa via, “expropriar os expropriadores” pela segunda vez. Tudo isso não significa nada além de abandonar toda a economia nacional à ruína total. Em vez de crescimento (uma duplicação da produção, como prometido por toda a literatura socialista do período pós-revolução, está fora de questão), ocorreu exatamente o oposto.

O pior cenário, porém, seria se o atual governo socialista cogitasse aceitar grandes empréstimos estrangeiros. Com isso, não só nosso declínio econômico estaria selado, como também nos entregaríamos completamente à escravidão dos juros da Entente, da qual não haveria retorno.

A falha fundamental, o erro básico sobre o qual se construiu toda essa cadeia equivocada de tratados, exigências e promessas ao povo, reside numa atitude completamente errada em relação ao capital industrial e ao capital de empréstimo. O Manifesto Comunista, o Programa de Erfurt, Marx,

Machine Translated by Google

Engels, LaSalle e Kautsky não reconheceram a diferença radical entre capital industrial e capital de empréstimo.

Neste ponto, toda a social-democracia deve reaprender; este erro fundamental deve ser claramente reconhecido e admitido francamente, sem reservas. Em seguida, porém, é preciso também chegar, sem hesitar, às únicas conclusões possíveis. Estas, contudo, significam uma renúncia radical à fúria inútil, porque completamente equivocada, contra a indústria, contra o empregador. *Trabalhador e empregador pertencem um ao outro;* têm o mesmo objetivo: o trabalho, a produção; pois sem produção, sem trabalho, não pode haver vida, cultura, progresso ou ascensão. As oposições evidentes e inevitáveis que existem entre os seres humanos, simplesmente por serem humanos, são muito menos importantes do que o grande interesse comum entre empregador e empregado. Essas oposições são e têm sido solucionáveis por meio de contratos salariais e organizações sindicais, para a satisfação mútua de ambos os lados.

Mas não nos detenhamos mais nessas questões triviais no âmbito do nosso tratado sobre as principais linhas de força política, e apenas enfatizemos que o interesse coletivo dos trabalhadores está perfeitamente alinhado com a nossa indústria nacional, com a economia nacional do nosso povo.

Quem ensina o contrário e apresenta as oposições entre empregador e empregado como mais importantes revela-se irresponsável precisamente em relação aos trabalhadores; pois, com isso, crava o machado nas raízes da árvore que nutre e sustenta o trabalhador.

A social-democracia, porém, fez isso, e com isso incorreu em eterna culpa perante o movimento operário alemão; com isso trouxe indizível miséria ao nosso povo, porque não consegue cumprir todas as suas promessas, *porque não consegue nos trazer a paz da compreensão mútua, porque não consegue criar empregos para nós, porque precisa até mesmo criar uma força armada contra nós, porque não consegue sobreviver sem o funcionalismo público, porque precisa exigir a obrigatoriedade do trabalho, porque o sufrágio universal, igualitário e direto para homens e mulheres maiores de 20 anos não ajuda ninguém a ganhar a vida, porque sem a garantia estatal da segurança da pessoa e da propriedade, inevitavelmente ocorrerão circunstâncias caóticas, porque sem a integração e a subordinação do indivíduo à sociedade, nenhuma vitalidade do Estado é possível.*

Assim, uma profunda onda de decepção e desespero atravessa todo o povo. Se os indivíduos ainda não a compreendem, ministros, parlamentares e representantes do povo continuam alegremente mentindo uns para os outros, afirmando que as “conquistas da revolução” devem ser defendidas contra a “reação”: o que esses dois termos significam, se é que significam algo, nenhum estadista sincero seria capaz de explicar claramente ao povo.

As ações negativas da revolução, *a deposição de uma série de dinastias antiquadas, a destituição de oficiais, a abolição da nobreza, a dissolução do exército,* em suma, a “Grande Demolição”, não representam, de fato, nenhum “ganho”.

E a reação?! A doutrina decadente e corrompida do direito divino não possui, em lugar nenhum do povo, apoio moral suficiente para resultar em qualquer ação enérgica; a burguesia, no que diz respeito à verdadeira burguesia, é covarde demais, moralmente corrupta demais, para se mobilizar contra o trabalho consciente de classe: portanto, não é necessário que a classe dominante dos trabalhadores se preocupe com uma reação dinástica ou burguesa.

Mas a profunda decepção do povo com os supostos ganhos da revolução, ou seja, com a falta de qualquer melhoria real na situação popular, é o grande perigo. Essa decepção leva ao êxodo de grandes massas cada vez mais para a esquerda, onde as promessas já feitas são amplamente superadas.

Machine Translated by Google

Em última análise, não se pode mais fazer promessas como "tudo para todos". Isso é pura loucura, mas toda ideia, todo fenômeno, toda atividade levada ao extremo e exagerada acaba se tornando loucura, e então se transforma em seu oposto. Assim também acontece com a ideia comunista de que tudo deveria pertencer a todos, pois isso, em última análise, chega ao fim e se resolve em todos... não tendo nada. Fome, desespero, miséria, doença e necessidade chegaram à Rússia; as pessoas perderam o último resquício de coragem e alegria de viver.

Repito: o enorme erro fundamental no mundo idealista socialista reside, em última análise, na incapacidade de reconhecer a profunda diferença essencial entre capital industrial e capital de empréstimo. *O capital de empréstimo, que devora juros, é o flagelo da humanidade.* É o crescimento eterno, sem esforço e interminável do grande capital de empréstimo, e não o capital produtivo, voltado para a fabricação de bens e o trabalho industrial, que leva à exploração dos povos.

Não posso deixar de examinar aqui a questão de por que essa diferença essencial não foi reconhecida; se realmente não foi reconhecida, ou se talvez tenha sido obscurecida em benefício do grande capital de empréstimo; se os líderes e chefes na luta contra o capitalismo, se os autores do Manifesto Comunista, do Programa de Erfurt e os líderes atuais sempre procederam com a necessária consciência.

É algo gravíssimo e terrível quando alguém duvida da absoluta seriedade e da firme convicção de outrem; parece ainda mais grave quanto mais cuidadosamente se busca as causas e as relações que regem os acontecimentos da vida. Portanto, não quero responder diretamente a essa questão, mas apenas aludir a grandes e obscuras conexões, citando uma declaração de Disraeli, o maior primeiro-ministro inglês, Lord Beaconsfield. Ele escreveu isso em seu romance Endymion:

"Nenhum homem tratará com indiferença o princípio da raça. É a chave da história, e a razão pela qual a história é frequentemente tão confusa é que foi escrita por homens que ignoravam esse princípio e todo o conhecimento que ele envolve." [Barão Sérgio a Endimião]

A burguesia.

O burguês, para quem o repouso se apresenta como seu dever burguês, certamente se perturba com cada nova exigência revolucionária, como sempre acontece com cada nova ideia. Isso significa inquietação para ele; pois talvez ele até precise refletir sobre o assunto. Toda mudança lhe é odiosa; ele quer ter seu repouso, e ai daquele que cobiça seu dinheiro. Ora, de fato, dele se deseja seus juros, sua renda de aluguel, os juros de seus títulos lastreados, os juros que recebe de suas hipotecas; em suma, aquilo que constitui seu repouso, sua satisfação e sua boa fortuna.

Ainda assim, devemos indagar o que os membros das classes detentoras de capital de empréstimo têm a dizer. Eles formam, à parte a verdadeira burguesia… A burguesia é um tipo humano, com o qual nada mais deve ser iniciado; o burguês é um ramo na árvore da humanidade que deve ser cortado, quanto antes melhor. São os presunçosos e autossatisfeitos Babbitts, com seus horizontes deploravelmente estreitos, incapazes de qualquer entusiasmo. Passam seus dias em eterna monotonia com café, jornal da manhã, bebida matinal, jornal do meio-dia, almoço, cochilo da tarde, recorte de cupons, bebida da tarde, amigos no bar e, ocasionalmente, cinema. Incompreensivos com tudo o que move o mundo, tudo o que a juventude anseia, tudo o que aflige o povo, o Estado e a sociedade, indiferentes à guerra e à vitória, vegetam e decaem, simultaneamente arrogantes e obsequiosos – mas a burguesia é uma classe tão ampla que não pode ser ignorada.

Machine Translated by Google

Assim, com a abolição da escravidão por juros, a poupança é destruída; as pessoas acabam nos asilos.

A ideia de que a abolição da escravidão por juros, de forma geral, possa influenciar a frugalidade deve ser categoricamente negada. A frugalidade tem tão pouca relação com as visões econômicas predominantes quanto, por exemplo, o desperdício. Frugalidade e desperdício são qualidades humanas que ou estão presentes ou não, independentemente de uma época aprovar ou reprovar a ideia de juros.

Em tempos de transição, talvez um aumento ou diminuição da poupança possa ser incentivado. No caso em questão, porém, tendo muito mais a concordar que uma pessoa racional e economicamente consciente dirá para si mesma o seguinte: “Não posso mais contar com o fato de viver apenas dos meus juros no futuro. Quero, contudo, viver até a velhice e ainda deixar algo para meus filhos; portanto, preciso poupar mais agora”. A abolição da dependência dos juros, a meu ver, deve exercer esse efeito sobre a maioria das pessoas. Quanto aos idosos, é claro que serão encaminhados para o auxílio público.

Aqui também devo enfatizar mais uma vez que, dada a atual carga de impostos diretos sobre a propriedade e a carga de impostos indiretos sobre todos os estilos de vida, nada resta dos agradáveis juros, exceto no caso daquela pessoa para quem – e isso é de fato algo iníquo e a ser combatido – toda a renda provém apenas de juros perpétuos. Portanto, provavelmente não há motivo para temer uma queda na poupança.

Será que o (repugnante) grande capital é realmente tão completamente infrutífero? Não criou ele também os meios para um progresso em larga escala que traz frutos para a humanidade maiores do que aqueles que os juros do capital de empréstimo destroem?

Não! O simples fato de formular essa pergunta demonstra que a linguagem mamonista obscureceu nossa visão clara.

O grande capital não criou os meios para o progresso em larga escala; pelo contrário, o grande capital cresceu a partir do trabalho! Todo capital é trabalho acumulado. O grande capital é, em si, improdutivo, porque o dinheiro puro, por si só, é algo completamente infrutífero. A partir da mente, do trabalho e das matérias-primas ou recursos minerais disponíveis ou já explorados, os valores são produzidos e os bens são fabricados – por meio do trabalho e somente por meio do trabalho.

Pois, se alguém investir tanto dinheiro nas terras agrícolas mais férteis, nas minas de carvão mais ricas, estas não produzirão grãos, nem a mina de carvão expelirá carvão por si só! Afirmemos isso de forma conclusiva.

Se o homem inventou o dinheiro, então ele é bastante útil e razoável; pois em cada
Numa economia complexa, é necessário esse "comprovante de trabalho concluído" (universalmente reconhecido). Mas o potencial inerente a esses "impérios do dinheiro" para crescerem eternamente a partir de si mesmos até a enormidade – e o dinheiro faz isso, se puder render juros – é contra isso que o âmago do nosso ser se rebela; é isso que exalta o dinheiro muito acima de todas as outras manifestações terrenas; é isso que transforma o dinheiro em um ídolo. E tudo isso é, na verdade, o mais enorme autoengano da humanidade!

Nada, absolutamente nada, pode vir apenas do dinheiro. Mesa, armário, roupa, casa, ferramenta, enfim, tudo ao nosso redor tem algum valor; no fim das contas, ainda se pode usar um móvel quebrado como lenha para se aquecer, mas com uma nota de vinte marcos não se pode fazer nada;
Não consigo nem embrulhar um pedaço de queijo com isso. Somente depois que as pessoas concordam sensatamente em facilitar a troca de bens para consumo, em emitir comprovantes de trabalho concluído, é que o pedaço de papel adquire significado e propósito, e é muito razoável que o agricultor receba da empresa de mineração de carvão não carvão, mas dinheiro por seus grãos; assim, um

Machine Translated by Google

Vale-presente para outros trabalhos já realizados, como forcados, louças, arados e foices. Mas com isso, o poder do dinheiro deveria acabar.

Assim, o progresso em larga escala da humanidade não foi alcançado pelo dinheiro, mas pelos próprios homens, seu espírito audacioso, sua ousadia orgulhosa, sua mente brilhante, a força de suas mãos, seu trabalho compartilhado, portanto social e diligente. Com tanta clareza e orgulho devemos ver isso. Os homens eram o essencial, certamente não os insignificantes pedaços de papel que os homens inventaram para simplificar o comércio.

Programa adicional

Embora a abolição da escravidão por juros não seja o objetivo final da nova política estatal, é, sem dúvida, o ato mais incisivo, o único capaz de unir todos os povos em uma verdadeira liga de nações, contra a tirania do mamonismo que aprisiona todos os povos. Mas não é o fim.
Pelo contrário, a abolição da escravidão por juros deve levar a outras medidas, porque, como vimos, ela ataca o mal global pela raiz, e de fato pela raiz principal.

Somente quando a exigência fundamental da abolição da escravidão aos juros for atendida, o caminho estará livre, pela primeira vez na história, para o Estado social. Isso precisa ser claramente reconhecido e deve ser alcançado apesar de todo o poder mamonista. O clamor pela socialização [enquanto a escravidão aos juros persistir] nada mais é do que a tentativa de formar um monopólio de todas as indústrias e criar conglomerados gigantescos em todos os lugares, sobre os quais o grande capital de empréstimo, apesar de todos os impostos sobre a riqueza, naturalmente terá novamente a influência decisiva no futuro. Um Estado socialista com fundamentos mamonistas é um absurdo e leva, por natureza, a um compromisso entre a social-democracia, já fortemente contaminada pelo mamonismo, e o grande capital.

Nós, por outro lado, exigimos a rejeição radical do Estado mamonista e uma reconstrução do Estado de acordo com o verdadeiro espírito do socialismo, em que a ideia básica dominante é a obrigação de alimentar – em que uma antiga reivindicação básica do comunismo pode encontrar sua satisfação racional e útil – na forma de que cada membro do povo receba seu direito à terra da pátria por meio da distribuição, pelo Estado, dos alimentos mais importantes.

Exigimos ainda, como estrutura básica para o novo Estado, uma representação do povo por meio da Câmara dos Representantes do Povo, que deverá ser eleita de forma abrangente, e, em seguida, uma Câmara do Trabalho permanente, o conselho central no qual os trabalhadores da nação terão voz proporcional à sua distribuição por profissão e classe econômica.
Finalmente, exigimos a máxima responsabilização dos dirigentes do Estado. Esta nova construção do Estado, com base socialista-aristocrática, será abordada em um trabalho posterior.
que será publicado em breve pela mesma editora. O pré-requisito para toda essa construção, no entanto, continua sendo a abolição da escravidão aos juros.

Minha convicção inabalável, ou melhor, meu conhecimento, me permite reconhecer claramente que a abolição da escravidão aos juros não só é viável, como será e deverá ser abraçada em todos os lugares com júbilo indescritível. Pois lembrem-se: ao contrário de todas as outras ideias, movimentos e esforços, por mais bem-intencionados que sejam, que visam ao aprimoramento da humanidade, minha proposta não busca aprimorar a natureza humana; antes, ela se opõe a uma substância tóxica, a um fenômeno que foi engenhosamente – não, diabolicamente – inventado, em total contradição com o sentimento mais profundo do homem, para adoecer a humanidade, para aprisioná-la no materialismo, para roubar-lhe o que ela tem de melhor: a alma. De mãos dadas, ao lado dela.

Machine Translated by Google

Aí entra a tirania terrível e impiedosa do poder econômico, para o qual as pessoas são apenas escravas dos juros, existindo apenas para trabalhar pelos dividendos, pelos juros.

Profundamente perturbados, reconhecemos a terrível clareza e verdade dos antigos provérbios bíblicos, segundo os quais o deus dos judeus, Javé, promete ao seu povo escolhido: “Quero conceder-vos todos os tesouros do mundo; aos vossos pés se prostrarão todos os povos da terra, e vós os governareis”.

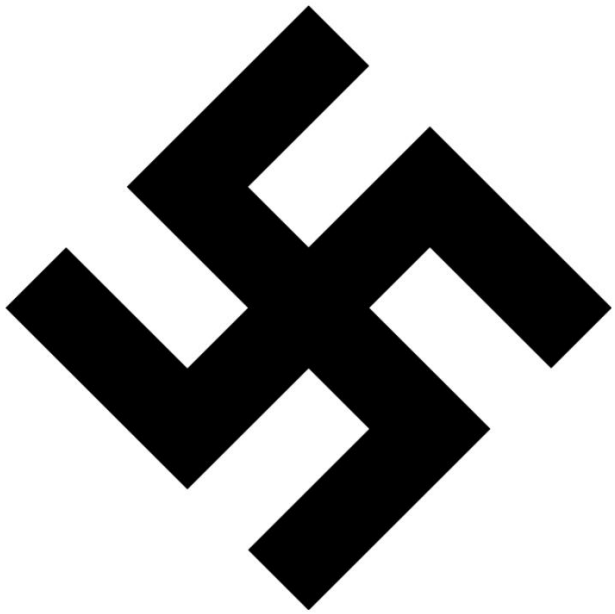
Esta questão global está agora diante de todos vocês. Questões globais não se resolvem com um gesto de mão, mas a ideia é clara como o dia. E a ação deve ser diligentemente propagada; devemos compreender claramente que enfrentamos o inimigo mais formidável, o poder econômico que abrange o mundo. Toda a força do outro lado, do nosso lado apenas a justiça, a eterna justiça do trabalho produtivo.

Estendam-me as mãos, trabalhadores de todos os países, unam-se!

Machine Translated by Google

O Estado alemão em um âmbito nacional

Fundação Socialista



Machine Translated by Google

Prefácio

por
Adolf Hitler

Toda grande ideia precisa de duas coisas: vontade de poder e objetivos claros. A vontade de poder, a vontade de libertação, arde forte em nossos corações. Gottfried Feder, em seu livro "O Estado Alemão sobre Fundamentos Nacional e Socialista", apresentou nossos objetivos de forma clara, simples e acessível a todos. Nele, a esperança e o anseio de milhões encontraram forma e expressão poderosa. A literatura do nosso movimento encontrou nele seu catecismo.

Munique, 8 de novembro de 1923

Adolf Hitler

Machine Translated by Google

Prefácio
à quinta edição

Aqui, minha obra, " *O Estado Alemão sobre fundamentos nacionais e socialistas",* aparece na série da "Biblioteca Nacional Socialista". O texto permaneceu essencialmente inalterado, mas as passagens que se referiam às circunstâncias da época em que esta obra foi publicada (1923) e das quais se utilizavam exemplos foram suprimidas, e as explicações sobre a questão judaica foram encurtadas, visto que uma obra específica será dedicada a este tema.

A nova edição deverá evidenciar, sobretudo, o facto de que nada foi alterado no programa básico.

Murnau, outubro de 1931

Gottfried Feder

Machine Translated by Google

'Bem-aventurados os que enfrentam uma necessidade extrema

impõe uma ideia política elevada que,

sendo ótimo e simples,

força todas as outras ideias da época a servi-la.'

Heinrich von Treitschke

Machine Translated by Google

Introdução
à primeira edição

Olhamos para o futuro cheios de forte esperança e anseio. A Alemanha viverá, a Alemanha não pode sucumbir. A Alemanha está abalada como se estivesse sob as dores avassaladoras do parto de uma nova era. Os grilhões horríveis da culpa, assim como os algozes estrangeiros, se desprenderão e serão dissipados com um poderoso encolher de ombros, e a Alemanha marchará à frente das nações.

Se não fosse tanto sofrimento e angústia associados ao colapso e à decadência, poderíamos participar, com certa alegria, dos dias de criação de uma nova era. Ao contemplarmos as degradações do presente, a confusão atual, vemos por toda parte uma vontade poderosa, trabalho árduo, intuição inspirada. A alma alemã alça voo para novas alturas.

As tarefas de hoje são árduas, maiores e mais difíceis do que nunca na história tão dolorosa dos alemães.

Portanto, é necessário resolver a tarefa dupla - não apenas "reconstruir" o Estado e a economia - mas para lhes dar uma nova forma. E uma nova forma, por conseguinte, também para a vida cultural e intelectual do nosso povo.

O antigo anseio alemão por uma Alemanha unificada deve finalmente se tornar realidade; uma nova lei econômica surgirá e varrerá a forma de pesadelo da economia capitalista baseada em juros.

Tão abrangentes e avassaladoras são as tarefas que nos aguardam. Grave e advertindo, o espírito do passado paira sobre nós; tomado de reverência diante do que ocorreu historicamente, sobre o alicerce sólido da melhor tradição alemã, fundamentado na mais antiga sabedoria ariana, o povo e o Estado, a economia e a cultura devem ser recriados.

Aqui, os trabalhadores devem estar conscientes de sua enorme responsabilidade, pois carregam consigo a esperança de toda a nação – a esperança de liberdade!

Mas a ideia nacional-socialista é muito mais do que um mero retorno ou um desvio para os antigos costumes ancestrais; ela rompe as correntes do Estado marxista e da forma econômica; ela, como a primeira e mais determinada ideia, trava conscientemente a mais árdua batalha contra os poderes mamonistas, contra o poder abrangente do imperialismo judaico, contra o espírito de rapacidade, egoísmo e indiferença.

Este grande e universal movimento alemão pela liberdade encontra seu defensor mais poderoso, determinado e focado em seus objetivos no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. O partido delineou seus objetivos em um breve programa que resume, de forma concisa, as demandas fundamentais do movimento em 25 pontos. Alfred Rosenberg, editor-chefe do Observatório Nacionalista[13], órgão polêmico do movimento nacional-socialista da Grande Alemanha, explicou, de maneira louvável, os pontos do programa individualmente em um breve artigo[14]ÿ .

13O Volkischer Beobachter foi comprado em 1920 pelo NSDAP como órgão oficial do partido e editado por Dietrich Eckart. até sua morte em 1923, quando passou a ser liderada por Alfred Rosenberg.

14Rosenberg publicou pela primeira vez o seu Wesen, Grundsdtze und Ziele der Nationatsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei. Das Programa der Bewegung em 1923.

Machine Translated by Google

Com base neste trabalho, é ao menos possível dizer a amigos e inimigos o que o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães deseja. Por outro lado, falta na literatura sobre o Nacional Socialismo uma obra abrangente que apresente uma descrição das ideias políticas e econômicas que o fundamentam, bem como os caminhos que pretende trilhar em relação à política nacional para alcançar seu objetivo final: o Estado Nacional Socialista Alemão, o Estado do trabalho e o desempenho. O presente trabalho pretende cumprir essa tarefa.

Teremos, portanto, de esclarecer o ponto de partida, o caminho e o objetivo do Nacional-Socialismo; mostraremos em que o Estado Nacional-Socialista alemão se diferenciará essencialmente do Estado existente, quais áreas permanecerão essencialmente intocadas, em quais áreas haverá reformas substanciais e onde será necessário trilhar caminhos essencialmente novos.

Teremos de buscar e revelar novos caminhos para a vida pública, especialmente para a política financeira nacional, para o tratamento da questão racial e das questões a ela relacionadas. Teremos, além disso, de lidar fundamentalmente com as objeções hostis, as distorções e as mentiras que já se tornaram estridentes.

A tarefa que nos propusemos é extremamente grande, e ainda assim representa apenas uma pequena parte do escopo total da renovação da Alemanha.

Todo esforço seria em vão se houvesse uma determinação até a morte e uma vontade irrestrita de um O líder não trabalhou pela eficácia das ideias.

A vontade mais forte seria desperdiçada inutilmente se não carregássemos em nossos corações, de forma inabalável, uma imagem clara de como este Estado alemão - a Alemanha, a terra de nossos pais e filhos - deveria ser, *de acordo com a nossa vontade, após a nossa vitória!*

Machine Translated by Google

1. Os Fundamentos

Os Fundamentos Morais

O fundamento da arte de governar nacional-socialista é a responsabilidade total para com o povo e para com si mesmo.

"O interesse público acima do interesse próprio" é a primeira lei do Nacional-Socialismo.

Pode parecer estranho que tal princípio deva ser geralmente estabelecido para um Estado, pois reconhecemos, ao longo da história, períodos em que o bem-estar coletivo era considerado pelos governantes como o fundamento de sua liderança estatal. Se hoje é necessário colocar esse princípio acima de todas as outras considerações, isso apenas demonstra que as condições públicas atuais estão longe de ser a expressão desse único sentimento político correto. Vemos, igualmente, nesse primeiro princípio, quão intimamente a moralidade e a economia estão interligadas.

O interesse público acima do interesse próprio é, antes de tudo, uma exigência moral. Mas expressa, ao mesmo tempo, com excelente clareza linguística, a hierarquia entre o bem-estar coletivo e a busca justificada do indivíduo por bens e propriedades pessoais. Este princípio nacional-socialista, portanto, não exclui de modo algum a propriedade privada. Pelo contrário: o nacional-socialismo reconhece plena e completamente a importância da propriedade. Sabe que a propriedade privada e o direito de dispor livremente de uma aquisição são o fundamento de toda economia e, além disso, de toda cultura superior; mas o nacional-socialismo reconheceu igualmente que, para o reconhecimento da propriedade privada, é necessário traçar limites bem definidos, ou seja, onde a propriedade se torna um mero instrumento de poder e é aplicada de forma exploratória contra o bem-estar coletivo.

Provavelmente não há uma única pessoa que pense seriamente e que queira contradizer este primeiro princípio nesta forma geral. A dificuldade reside na correta avaliação dos interesses públicos em relação aos do indivíduo. Apesar da inegável existência de interesses públicos, é importante ressaltar que esses interesses podem ser facilmente superados. Embora haja consenso de que as considerações de interesse público devem prevalecer sobre os interesses privados, é notável que, segundo as ideias jurídicas vigentes entre nós, precisamente no que diz respeito à forma de utilização da propriedade, não tenha havido nenhuma limitação moral determinada além do crime. É, sem dúvida, proibido agir com violência contra o próximo (extorsão, assassinato, etc.).
homicídio culposo - traição e enriquecimento ilícito, etc.), mas nunca e em lugar algum foi proibido acumular riquezas imensuráveis e utilizar os meios técnicos bancários e de bolsa de valores, muitas vezes bastante duvidosos, para tal. Além disso, a lei confere a todo credor o direito de privar impiedosamente um devedor inadimplente de sua casa e bens quando as condições adversas -
Doenças, morte, deformações, más colheitas e fome tornam impossível o cumprimento de obrigações contraídas. Todo juiz experiente pode relatar inúmeros casos em que nossa rígida legislação destruiu existências econômicas, casos em que todo bom senso de justiça se revoltou contra a ideia de entregar um homem trabalhador e diligente, que, no entanto, foi temporariamente assolado pelo azar, à brutal pressão e ao domínio do credor.

O reconhecimento irrestrito do direito pessoal à propriedade e das reivindicações legais em geral leva, logicamente, ao prejuízo do interesse público por meio da exploração egoísta dessa ideia jurídica fundamentalmente invertida e antissocial, em oposição ao princípio do nosso Estado: "O interesse público acima do interesse próprio".

Machine Translated by Google

Em contraste com a falsa formulação fundamental que prevalece entre nós, a capitalista, existe o outro extremo, a ideia marxista de Estado e economia. A ideia fundamental dessa forma econômica é a negação da propriedade privada. A doutrina marxista chega ao ponto de explicar a propriedade diretamente como "roubo" (Proudhon)15. Ela exige, no jargão estrangeiro tão obscuro, especialmente para os proletários alemães, a "expropriação dos expropriadores"16 – em outras palavras, a desapropriação da propriedade! Essa doutrina destruidora do Estado, do povo, da cultura e da economia encontrou sua realização extrema, porém lógica, no bolchevismo russo. Em seu aspecto econômico, esse extremo pode ser resumido na seguinte frase:

"Tudo pertence a todos".

Estamos aqui lidando com uma despersonalização da propriedade, com a transferência de toda a propriedade para a propriedade anônima do todo.

Por outro lado, o extremismo que ainda prevalece entre nós, o do direito irrestrito à propriedade, já nos levou ao último degrau diante do templo do deus Mamon, em cuja porta se lê em letras douradas: "Tudo pertence ao Um". Mesmo essa forma econômica assustadora deve levar igualmente a uma despersonalização da propriedade — só que de outra maneira —, visto que, no fim das contas, toda a humanidade trabalhadora é pressionada a uma terrível escravidão por dívida a um poder financeiro anônimo.

Em nítido contraste com os extremos econômicos descritos anteriormente, do socialismo marxista e do alto capitalismo mamonista dos democratas ocidentais, o ideal econômico do nacional-socialismo exige a concretização do princípio "A cada um o que é seu".

É precisamente nesse princípio que a moralidade e a economia se interligam mais uma vez de forma mais íntima. A remoção dos princípios morais da vida comercial é, de fato, tão característica da economia atual, na qual o poder superior da posse, a astúcia e a arte de evitar a autoridade estatal, mesmo nos negócios mais arriscados, inclinam a balança. Um olhar para as milhares de existências, em sua maioria obscuras, que praticam suas maldades em todas as grandes cidades, que dispõem de somas fantásticas, um olhar para os diversos processos que chegam a julgamento apesar de toda a resistência dos participantes, mostra-nos quão terrivelmente depravada é a moralidade comercial atual. Consideremos, em contraste com isso, a terrível miséria nos círculos da classe média e dos trabalhadores casados que não conseguem mais comprar leite e pão para seus bebês e filhos em crescimento; sejamos claros que, em geral, em muitos casos, mesmo com trabalho honrado, dificilmente se consegue obter as necessidades básicas da vida, especialmente

Quando há crianças para cuidar e criar, a situação das profissões liberais e intelectuais é imensurável; artistas de primeira linha, especialmente quando sua orientação não corresponde à orientação judaica de gosto que domina hoje, são simplesmente entregues à fome; poemas genuinamente alemães não conseguem ser apresentados ao público. Mas é indescritível a angústia daqueles que, devido à má gestão do Estado em relação à política financeira, foram lesados em suas economias: os pensionistas e aposentados de pequeno capital, os deficientes de guerra, os obrigados a recorrer à caridade, bem como todos aqueles que confiaram na segurança dos títulos públicos, na estabilidade da nossa moeda nacional e na lastro em ouro do marco. Tal condição representa uma decomposição da economia – a anarquia. A diligência é recompensada com remuneração insuficiente, a preguiça é premiada, o comércio honesto sofre, o comércio insalubre, o comércio de intermediação e a especulação prosperam acima de tudo. Quanto mais superior for uma produção em termos culturais, pior será a remuneração que se poderá obter. A confiança é retribuída com

15 Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) declarou em sua obra de 1840 Qu 'est-ce que la proriete? que "la propriete c'est le vol".

16 Esta expressão, emprestada do francês "Texpropriation des expropriates", é usada por Marx em O Capital, Capítulo I, Cap. 24: "Na última hora das greves de propriedade privada, os expropriadores são expropriados".

Machine Translated by Google

traição, e de fato por parte do Estado, que deveria ser o protetor da lei e da justiça, o defensor da moral pública.

Não precisamos mais apontar para a corrupção na vida pública, a judaização e o empobrecimento da imprensa, e a liderança lamentavelmente impotente e indigna de nossa política externa para demonstrar a extrema degradação de nossa vida pública e de nossa moral econômica.

Contra esse empobrecimento materialista e a contaminação da vida pública, a ideia nacional-socialista de Estado estabelece o princípio consagrado de Estado e economia: *"A cada um o seu* ", mas acima de tudo, *"O interesse público acima do interesse próprio".* Ao elevar esse princípio à condição de guia do Estado nacional-socialista, o nacional-socialismo se vincula aos períodos mais nobres e gloriosos da história alemã.

"Suum cuique"[1]ÿ já era o princípio econômico da próspera Alemanha do início da Idade Média, mas, especialmente por um longo período, foi assegurado pela organização das guildas, que garantiam a cada uma a sua própria. A parceria no trabalho entre mestre e aprendiz, por pelo menos metade ou um terço de centavo, assegurava ao trabalhador sua renda; o melhor trabalho e desempenho eram reconhecidos e recompensados e, em casos de desempenho excepcional, alcançavam fama e ricos ganhos.

"Suum cuique" adorna também a mais alta ordem prussiana, a Ordem da Águia Negra, embora aqui no sentido específico de que sua coroa se deve a um mérito especial. Precisamente essa interpretação corresponde de forma bastante particular ao Nacional-Socialismo – não tanto por se tratar de peças de decoração cortesãs ou da honra unilateral do serviço militar, mas porque o conteúdo moral do cumprimento recompensado do dever para com o Estado e o povo encontra sua expressão ali, um cumprimento do dever realizado de forma altruísta, sem pretensões e sem consideração prévia por salários, relegando os interesses pessoais a um segundo plano, nascido de um sentimento interno e irresistível de responsabilidade para com o Estado e o povo.

Nós, nacional-socialistas, estendemos esse princípio também na direção oposta, acrescentando ao "a cada um o que lhe é devido" da Idade Média alemã e à ideia de "merecer a sua coroa" do Estado de Frederico, com a maior ênfase: *"Ao criminoso, o seu castigo!".* A cada um o que lhe é devido, a cada trabalho ordenado e honrado o seu pagamento adequado, a cada desempenho especial a sua remuneração mais elevada, a cada pobre e a cada pessoa que caiu inocentemente em dificuldades a ajuda suficiente dos fundos públicos, mas igualmente a todos aqueles que agem contra a moral pública e a respeitabilidade económica - o castigo merecido.

Contudo, salientamos que não cabe, de forma alguma, ao Estado nacional-socialista supervisionar individualmente o cidadão em matéria econômica, e que a economia prospera melhor o mais livre possível da tutela burocrática. Sabemos também que uma redução do risco para cada cidadão por meio do Estado — mais no sentido do "homem livre de risco" de Naumann, isto é, de um homem cuja existência básica o Estado deveria prover — produziria precisamente o oposto do que Naumann esperava.18 *O dever do Estado deve limitar-se a criar as condições necessárias para uma economia autossuficiente.*

---

[17] Cada um com a sua opinião.

18 Friedrich Naumann (1860-1919) foi um teólogo protestante e político liberal que fundou o Partido Democrático Alemão (Deutsche Demokratische Partei - DDP) em 1896 e propagou uma forma de liberalismo social através de seu jornal Die Hilfe. Após a Primeira Guerra Mundial, Naumann tornou-se o primeiro presidente do DDP.

Machine Translated by Google

o mais livre possível dos terríveis fenômenos usurários que conhecemos no atual Estado capitalista de juros.

O bem-estar do Estado deve, portanto, tornar-se novamente a lei suprema, e a eficiência do Estado deve colocar o princípio do "interesse público acima do interesse próprio" acima de todas as outras considerações.

Agora, esse princípio torna necessária, entre os estadistas, os funcionários públicos e aqueles que ocupam posições de destaque na vida pública, uma característica que hoje praticamente desapareceu do governo e da vida pública: a responsabilidade.

Toda a nossa vida pública encontra-se hoje sob o signo da irresponsabilidade. Os deputados não são responsáveis — diz-se até que são "imunes" — ao que fazem e dizem no parlamento.
Um termo desesperado quando lembramos que essa expressão vem da medicina, onde se diz que um corpo já está tão saturado de venenos que novos venenos infundidos causam muito menos dano, ou nenhum, enquanto um corpo saudável morreria por causa deles. As facções não são responsáveis pelas decisões da maioria, os ministros não são responsáveis pelo exercício de suas funções, pois são apenas funcionários dos partidos que participam justamente da formação do governo. Se algo dá errado, o povo de fato sofre os piores prejuízos, mas o chamado ministro responsável é simplesmente substituído por outro funcionário partidário igualmente irresponsável. Não se fala em responsabilidade real.

Já na época do direito divino dos reis, o apelo ao Todo-Poderoso era, infelizmente, com muita frequência, uma forma bastante peculiar de irresponsabilidade por parte dos senhores governantes (reconhecem-se expressamente raras exceções para as quais a responsabilidade para com seu deus era sinônimo de responsabilidade para com seu povo). Em geral, porém, esse querido deus era sempre, em última análise, apenas um confortável escudo protetor por trás do qual se escondia, nos degraus da hierarquia entre o funcionário responsável apenas perante seu superior, o ministro responsável apenas perante seu rei e o governante responsável apenas perante seu deus, a mais incrível irresponsabilidade da classe dominante e seus representantes em relação às reais necessidades da vida do povo.

O nacional-socialismo terá de eliminar radicalmente essa irresponsabilidade sancionada pelo Estado.

A expressão "responsabilidade suprema" estará inscrita em letras de ferro sobre o portão de entrada do Estado Nacional Socialista. A quem a honra de ocupar uma posição de liderança em prol dos interesses de um grande povo, jamais se pode deixar de lembrar-lhe da sua responsabilidade. De fato, somente aquele que carrega em seu peito esse profundo sentimento de responsabilidade pode ser considerado um líder. Para todos os servidores públicos e para aqueles que ocupam cargos na vida pública, essa responsabilidade deve ser especialmente enfatizada e cumprida com rigor implacável. Somente assim será possível, de fato, promover uma recuperação, por assin
Só assim poderá ser revivido e fortalecido o bem mais precioso, aquele que permitirá ao líder e ao povo tornarem-se novamente uma verdadeira comunidade nacional e histórica: a confiança. E da confiança poderá então crescer novamente a fé que, com a responsabilidade do líder, trará a recuperação e a renovação da Alemanha, um despertar da alma alemã, num estado nacionalista de trabalho e atuação em que cada um encontrará o seu lugar.

Machine Translated by Google

Os fundamentos econômicos

Numa economia saudável, a moralidade e a economia nacional são indissociáveis. Caso contrário, a economia sofre da maneira mais severa, especialmente no que diz respeito à tarefa mais nobre de qualquer economia: *o atendimento da demanda.* Sem fé no comércio, sem diligência, sem a lealdade dos funcionários e trabalhadores, nenhum trabalho pode prosperar. Eficiência, justiça, espírito empreendedor, energia e confiança mútua entre todos os participantes de uma atividade econômica são as condições indispensáveis para a prosperidade de qualquer economia. Basta dizer isso para que se reconheça sua excepcional importância.
Todos aqueles que tiveram de ser economicamente ativos no presente e no passado recente sabem o quanto essas coisas boas fazem falta hoje em dia. E quem, afinal, sofre os danos das doutrinas salvadoras do marxismo e seus métodos operacionais, as greves, a sabotagem e o trabalho negligente e desleixado? – Mas, no fim, apenas a própria população que, por meio de tais doutrinas desintegradoras do Estado e do povo, perdeu todo o senso de comunidade e vê sua tarefa mais importante na luta de classes. Portanto, a essa parte também devem ser dirigidas as queixas que ressoam especialmente dos campos nacionalistas de que não somos mais um povo, que primeiro precisamos nos tornar um povo novamente se quisermos recuperar nossa posição perdida de poder e prestígio internacional.

Essas queixas são justificadas, mas queixas não levam a lugar nenhum. O marxismo não hesitou em concretizar seu ideal econômico e político quando teve o poder para fazê-lo, não se furtou à brutal repressão dos dissidentes: na Rússia, silenciou seus inimigos para sempre, massacrando toda a intelectualidade burguesa, entre nós, por meio das leis de proteção da república.¹⁹ A conquista do poder político é, obviamente, a condição prévia de toda reforma econômica ou política nacional. Sabemos disso tão bem quanto os comunistas e os social-democratas, mas não queremos o poder político por si só, não para explorar a posição de poder conquistada contra uma determinada classe, mas para criar as condições para uma paz econômica entre os camaradas nacionais unidos em uma comunidade de trabalho. *A satisfação da demanda²⁰* é tarefa da economia nacional – não a lucratividade, que hoje é quase que exclusivamente decisiva na produção de bens. Com essa postura fundamental do nacional-socialismo, entramos em oposição definitiva às ideias econômicas básicas do Estado capitalista. Não se produzia, em primeiro lugar, o que era necessário, mas sim o que era lucrativo. Tudo o que não prometesse render juros e dividendos suficientes era desde o início descartado. Um exemplo particularmente claro da loucura da lucratividade na atual economia capitalista de juros pode ser exemplificado pelo fato de que a construção de moradias, apesar da terrível necessidade de habitação – ou seja, apesar da necessidade mais urgente –, simplesmente não é realizada porque não é lucrativa! Que a construção de moradias, considerada em um sentido político nacional mais amplo, seria de fato lucrativa dispensa maiores explicações, sendo evidente a partir do que já foi dito, especialmente no que diz respeito às tarefas sociais do Estado. Além disso, se as pessoas passam fome e frio, uma economia capitalista voltada para o lucro não vê como sua obrigação suprir essa necessidade por meio da produção de calçados, roupas e roupas íntimas baratos e de boa qualidade, etc., pois, com o poder aquisitivo reduzido da população, isso não é "lucrativo". Por outro lado, a indústria de luxo em todos os seus setores está a todo vapor, pois nunca antes a riqueza foi adqu

[19] A Alemanha do pós-guerra possui uma lei semelhante, a Lei Federal para a Proteção da Constituição. (Bundesverfassungsschutzgesetz), que foi aprovado em 1950.

[20] Por satisfação da demanda entende-se a satisfação, por meio de preços acessíveis, das necessidades básicas da vida. totalidade de todos aqueles unidos em uma comunidade nacional.

Machine Translated by Google

ávido por se cercar de puro luxo como hoje. Mas a ideia capitalista de lucratividade torna-se, na verdade, um absurdo econômico nos ramos da nossa economia que hoje dominam tudo, no sistema bancário e na bolsa de valores. O fato de os bancos ocuparem uma posição dominante demonstra, de forma contundente, a insensatez econômica da ideia capitalista. Com as "produções" dos bancos e das bolsas de valores, jamais uma criança foi alimentada, jamais uma pessoa com frio foi vestida, em geral, jamais foi suprida sequer a menor necessidade básica para a vida. Esta afirmação não é de forma alguma um clichê demagógico, nem sequer inclui a dispensabilidade das instituições de transações monetárias; ela apenas demonstra com toda a clareza a enorme diferença que existe entre uma satisfação econômica verdadeiramente nacional da demanda, como aspiram os nacional-socialistas, e uma economia totalmente voltada para o lucro e orientada pelo capitalismo privado.

Mesmo o Estado Nacional Socialista terá seus bancos e outras instituições financeiras, mas eles não serão mais os governantes da economia nacional, e sim seus servos; o dinheiro não será mais o senhor do Estado e do povo, mas apenas o auxílio necessário para a troca de mercadorias.
Sabemos precisamente que esta batalha contra o capital bancário e da bolsa de valores representará a batalha mais árdua para o movimento nacional-socialista, porque hoje a maior concentração de poder que o mundo já viu está concentrada no capital bancário e da bolsa de valores.
Aqui, trata-se de uma batalha de vida ou morte pelo poder, algo que o adversário conhece melhor do que a maioria dos nossos amigos e seguidores. Essa batalha será muito mais difícil porque setores inteiros da população ainda estão presos à loucura da ganância.

Uma questão fundamental que deve ser respondida aqui, mais uma vez com toda a clareza, é a de como o Nacional-Socialismo se posiciona, em essência, em relação à propriedade. Das observações fundamentais do primeiro capítulo, e especialmente da oposição fundamental ali descrita ao Socialismo Marxista, resulta, como consequência natural para o Nacional-Socialismo, o *reconhecimento fundamental da propriedade.* Esse reconhecimento da propriedade privada está profundamente enraizado na vida ariana. A mente criativa que reconhece o meio ambiente, que o contempla para criar e moldar a partir dele o seu mundo, o homem criativo que colhe os frutos da terra com trabalho árduo, que se estabelece, constrói para si casas e cidades, que, tendo se estabelecido e enraizado no círculo de seus parentes, seus camaradas raciais, o homem que então, sobre essa infraestrutura enraizada no solo, avança para uma cultura superior e cria para si o seu mundo em um sentido intelectual mais elevado, nos campos da filosofia, poesia, música, arte e escultura – esse homem certamente não pode conceber de outra forma senão que as obras de suas mãos, que nasceram de si mesmas, também lhe são propriedade. Desse conhecimento do homem criativo surge diretamente o respeito pela propriedade alheia, e surge a lei.

Em oposição fundamental e irreconciliável à mente criativa, ergue-se a mente gananciosa e ladra de outros homens, dispostos de maneira diferente, que jamais conheceram o sopro da criação, que se movem inquietos de um lugar para outro, que nunca conseguiram criar raízes em lugar algum, que não ascenderam expansivamente, a partir do solo, num longo desenvolvimento rumo a uma cultura cada vez mais elevada, mas que, com suas mentes inquietas e com seu dinheiro, migraram de país para país, após terem "pastoreado" as cidades ou porções de terra individuais. Mesmo nos campos das nações criativas, o judeu essencialmente se mantinha bastante distante das produções reais; não conhecemos o judeu como agricultor, nem como comerciante, nem como engenheiro ou mestre de obras, nem como operário de fábrica ou assalariado, e o verdadeiro gênio criativo lhe é estranho até mesmo nas belas artes e nas ciências. A mente inquieta inicia sua atividade característica somente onde uma obra foi criada por uma mão criativa, onde um objeto foi produzido; ali a mente gananciosa sabe que deve adquirir esses bens.

Machine Translated by Google

para si e para movimentá-los em seu próprio benefício pecuniário. Não para suprir a demanda econômica nacional, mas para obter o máximo lucro possível com esse fluxo de produção para consumo, estabeleceu-se entre produtor e consumidor – surgiu o comerciante. Hoje, o comerciante e o cambista se tornaram o conselho de administração e o magnata dos bancos. A economia mundial foi virada de cabeça para baixo da maneira mais insensata. A mente inteligente, inventiva, ousada, criativa e produtiva não governa mais; a mente perversa, incapaz de criar algo por si mesma, exploradora e gananciosa, governa. O dinheiro reina sobre o trabalho e o sangue.

A mente ágil do judeu foi capaz de tornar tudo móvel, até mesmo a terra por meio de hipotecas, as maiores indústrias tradicionais por meio da anonimização e das sociedades anônimas, e, por meio da economia de títulos públicos, o capital internacional chegou a separar os governos de seus povos. Hoje, os governos são todos dependentes de grandes empréstimos e, em relação aos seus povos, são apenas cobradores de juros para seus senhores anônimos em Wall Street, na City de Londres e em Paris.

Estas breves observações revelaram-nos o segredo mais profundo da oposição irreconciliável entre os povos criativos e o judeu avarento. "O ariano cria, o judeu agarra o mundo para si."

Aqui, cabe acrescentar brevemente que existe uma tênue diferença entre propriedade e posse. A posse não precisa necessariamente ser propriedade, e não pode ser criada por si só. No caso da posse, sua origem não é questionada. O judeu se apropriou da propriedade dos povos arianos e agora governa os criadores por meio de seu poder financeiro. Essa forma abstrata de propriedade, na forma de direitos legais, títulos, hipotecas etc., tornou o mundo inteiro hoje *sujeito ao capital por meio de juros.* A forma econômica capitalista baseada em juros geralmente não conhece limites de posse; ela submete nações inteiras, com todo o seu trabalho, aos juros de um punhado de magnatas de bancos e bolsas de valores.

Contra essa economia capitalista predatória, nada assustadora, o Nacional-Socialismo impõe a *limitação do direito à propriedade.* O princípio dessa limitação reside na frase: "O interesse público acima do interesse próprio". O fato de esse limite para a propriedade poder ser elevado consideravelmente decorre da disposição do Nacional-Socialismo em não rejeitar, de forma alguma, nem mesmo as maiores fábricas, contanto que permaneçam na posse privada de seus criadores (como Krupp, Mannesmann, Thyssen, etc.), por considerar que isso contraria os interesses do todo, especialmente quando os proprietários dessas grandes fábricas têm sensibilidade e compreensão das questões sociais e são capazes de encontrar o equilíbrio entre o lucro próprio apropriado com a produção, a precificação adequada para as vendas e o atendimento da demanda da economia nacional, e uma forma correspondente e digna de participação dos trabalhadores nos lucros da fábrica.

Passamos aqui a breves observações fundamentais sobre as formas externas de produção.
A economia alemã, em franca ascensão antes da guerra, caracterizava-se por uma combinação bastante favorável de grandes, médias e pequenas empresas. Agora, em geral, a tendência ao crescimento das grandes empresas representa um perigo para a economia nacional, na medida em que o próximo nível, acima das grandes empresas, deixa de servir à satisfação da demanda e passa a atender aos elevados interesses capitalistas da dominação do mercado e da ditadura dos preços. Não obstante, é inegável que certos setores industriais só podem operar como grandes empresas. Isso se aplica aos ramos industriais que geralmente denominamos indústrias pesadas. Sem entrar em detalhes neste ponto, pode-se afirmar, basicamente, que o Estado nacional-socialista não tem motivos para buscar mudanças fundamentais nessas formas externas da economia. O nacional-socialismo rejeita qualquer tipo de "socialização ou nacionalização" no sentido marxista. Nosso ideal econômico exige uma ampla...

Machine Translated by Google

O número de existências economicamente livres reside precisamente nas pequenas e médias empresas. Sabemos que apenas os homens livres e independentes, que podem dispor livremente do seu trabalho e dos rendimentos dele, nutrem um profundo sentimento de responsabilidade para com o seu trabalho; que somente nesse solo surgem personalidades fortes; e que somente no solo da *liberdade e da responsabilidade* floresce o sentido de comunidade que une aqueles ligados pelo trabalho comum a uma comunidade de vida e destino, tornando-os assim uma nação livre e autoconscient Somente em um solo assim o bem-estar do indivíduo pode se unir ao bem-estar do todo.

Nas fronteiras do Estado e da economia

O Manchesterismo e o Socialismo de Estado são polos opostos no que diz respeito aos limites que o Estado deve observar em sua intervenção na economia. A primeira doutrina exige o máximo de liberdade possível de qualquer tutela estatal, preferindo que o Estado fosse relegado ao papel de mero vigia noturno. O Socialismo de Estado acredita que a maioria das empresas é melhor conduzida e administrada pelo próprio Estado. As formas mais extremas de socialização ou nacionalização, termo russo para a gestão das empresas por todos, demonstraram com clareza conclusiva a todos que observaram os experimentos socialistas de forma imparcial que tais formas comunistas de produção são, a longo prazo, inviáveis.
Quem acompanhou nossas explicações sobre os fundamentos da economia poderá reconhecer sem dificuldade as razões intrínsecas desse fenômeno. Por um lado, a supressão da iniciativa empresarial, a ausência do incentivo ao lucro, a eliminação da concorrência; por outro, a coerção para o trabalho, exercida com força implacável pelos soviéticos, deve reduzir a vantagem da produção ao mínimo.

A forma gradual e mais branda de "controle estatal" das empresas, como a conhecemos na nossa vida econômica alemã, só pode ser aplicada com sucesso em determinados setores da economia pública. Nos setores que competem com a economia de mercado, especialmente no setor da grande produção industrial (carvão), o sucesso comercial é bastante limitado em comparação com a economia de mercado, que tem condições de tomar todas as decisões importantes com mais rapidez e independência do que é necessariamente possível no caso das empresas estatais. Para avaliarmos corretamente quais empresas são, em geral, adequadas ao controle estatal, precisamos compreender claramente qual a posição que o Estado assume no funcionamento geral da economia nacio

Explicamos que o nacional-socialismo vê a tarefa da economia como a satisfação da demanda. Produtor e consumidor, fabricante e usuário, são os dois principais participantes de qualquer economia. Ora, sabemos que o uso é, em última análise, sempre e em todo lugar puramente individual, ou, dito de forma muito clara: cada pedaço de pão só pode ser consumido por uma pessoa; as roupas também se destinam apenas ao uso pessoal; um contrato de trabalho garante abrigo apenas a um pequeno círculo restrito; o local de trabalho oferece emprego apenas a um número talvez maior, mas ainda limitado, de colegas de trabalho; portanto, não podemos falar de um consumo ou uso comum de produtos. Se, portanto, o consumo é, em última análise, individual, o mesmo se aplica à produção, à produção de bens. Quanto mais valioso for o produto do trabalho produtivo, mais evidente será que ele surge apenas de uma força criativa altamente pessoal.
Para as obras da mente nos campos da ciência e das belas artes, no campo das invenções e descobertas técnicas, isso é imediatamente claro, mas mesmo no caso de trabalhos reunidos em

21 O Manchesterismo é a escola de pensamento econômico que surgiu no século XIX em Manchester como uma reação às Leis Cora protecionistas de 1815 e 1846. Defendia o livre comércio e apoiava os industriais contra os interesses agrários da aristocracia rural. Os principais proponentes desse movimento foram Richard Cobden (1804-1865) e John Bright (1811-1889).

Machine Translated by Google

Em empresas semelhantes a fábricas, onde a mecanização por meio de máquinas suprime quase completamente o trabalho humano individual, ainda é válido o princípio de que o par de sapatos que este trabalhador fabrica só pode ser fabricado por ele e não por outro. A qualidade dos produtos, no entanto, diminui com o aumento da mecanização. Já no agronegócio, a velha máxima se aplica: "O olhar do senhor engorda o gado", ou seja, somente o cuidado pessoal do criador garante os melhores resultados.

Todas as tentativas da economia comunista terminaram, invariavelmente, em completo fracasso. Devemos, portanto, declarar fundamentalmente que tanto o consumo quanto a produção se opõem à socialização. Ora, assim que a humanidade abandonou as formas econômicas originais de economia individual na família e passou a adotar formas econômicas mais complexas por meio da divisão do trabalho e da formação de grandes comunidades estatais, algo novo interveio entre a produção e o consumo: *o comércio e o sistema financeiro.*

Esta simples observação filosófica econômica nos fornece a evidência mais clara dos campos em que o Estado deve limitar sua atividade econômica. De fato, fica imediatamente evidente que se trata de assuntos nos quais todos os indivíduos têm igual interesse. E é lógico que o Estado encontre aqui o seu âmbito de atuação na materialização dos interesses comuns.

Se nossa filosofia econômica estiver correta, o Estado deve ter realizado algo exemplar em um desses campos, caso já tenha se aventurado em algum deles. E foi exatamente isso que aconteceu no *campo dos transportes.* O desempenho das autoridades ferroviárias alemãs antes da guerra foi exemplar, e continua sendo até hoje, na medida em que a antiga fidelidade ao dever e a consciência ainda prevalecem. Costuma-se também atribuir ao sistema ferroviário não estatal americano uma perfeição especial; isso também é correto em certo contexto, visto que o tráfego ocorre de forma mais livre e muitas pequenas dificuldades, inerentes ao nosso sistema burocrático, dificilmente poderiam ter sido evitadas. Até mesmo a construção de locomotivas de grandes dimensões na América nos causou espanto anteriormente, mas a principal razão para isso era que a bitola mais larga da malha ferroviária americana tornava isso tecnicamente mais fácil. Mas esse não é um aspecto do transporte, e sim um fato técnico que não cabe no escopo de nossas observações. Por outro lado, muito mais importante para a nossa questão é a segurança do transporte ferroviário. Nesse campo, as ferrovias alemãs sempre estiveram cientes dessa tarefa primordial do transporte estatal e podem reivindicar a reputação de terem feito, técnica e organizacionalmente, tudo o que era possível. A irresponsabilidade e a imprudência com que a vida dos passageiros era posta em risco, precisamente nas ferrovias americanas e francesas, emergem da história dos acidentes ferroviários ocorridos nas ferrovias americanas e francesas antes da nacionalização, enquanto estas serviam à busca desenfreada pelo lucro dos Rothschild parisienses. – Mesmo aqui, portanto, vemos mais uma vez a oposição fundamental entre a ideia capitalista de lucratividade e a ideia de dever da economia voltada para o atendimento da demanda.

A tarefa do comércio é, em primeiro lugar, servir a economia nacional através da transferência segura, rápida e barata de bens e pessoas para os locais de uso ou trabalho. A questão da rentabilidade só vem em segundo plano numa empresa estatal, ou então é apenas uma questão de política tarifária. Ao comércio pertence, naturalmente, também o sistema postal e telegráfico. Mesmo aqui, basta a honrosa memória do desempenho da administração postal e telegráfica alemã para demonstrar como esta importante tarefa econômica nacional foi cumprida pelo Estado de forma segura, rápida e confiável.

Machine Translated by Google

O comércio, por outro lado, sempre foi considerado tarefa exclusiva da iniciativa empresarial privada. Ora, não se pode falar de comércio com a mesma certeza que se fala de sistema de transportes. Para a regulação estatal, considera-se desde o início apenas um certo tipo de bens, de facto, bens de consumo em massa. Assim como se podia esperar pouca compreensão, antes da guerra, de uma regulação estatal do comércio dos produtos alimentares mais importantes – uma vez que a doutrina do livre comércio dominava o nosso pensamento económico nacional –, também pouco se pode esperar hoje, tendo em conta a usura descarada dos produtos alimentares mais importantes durante o período pós-guerra ainda não esquecido, que a ideia de que é tarefa do Estado prover a preparação, o transporte e a distribuição dos produtos alimentares mais importantes encontre terreno fértil. Excecionalmente, encontramos, mesmo entre os nossos antípodas no campo económico, os bolcheviques, tentativas de resolver este problema, isto é, através do controlo estatal da produção e da sua distribuição. O problema, como já demonstrámos, reside em querer conduzir a produção, ou entendê-la, sempre de forma controlada pelo Estado. Por outro lado, a correta distribuição da produção é, sem dúvida, uma tarefa estatal de suma importância. É notável que, na Rússia, as únicas organizações burguesas que se preservaram foram as cooperativas agrícolas de produção e consumo, ou seja, aquelas organizações que se incumbiram precisamente da tarefa de armazenar e coletar os produtos alimentícios mais importantes em benefício comum e, por outro lado, de abastecer o consumidor também em benefício comum. [Um levantamento de nossa Alemanha]

A vida econômica demonstra que, mesmo entre nós, essa ideia não é totalmente nova, mas que o cooperativismo vem se consolidando cada vez mais em todos os lugares, criando assim as condições que o nacional-socialismo almeja para a regulamentação dessa questão de extrema importância. A utilização cooperativa de produtos agrícolas garante, por um lado, ao agricultor a venda de seus produtos a preços justos, assegura a compra cooperativa de fertilizantes, implementos agrícolas etc., e, sobretudo, busca atender à demanda por meio da criação de armazéns agrícolas. Por outro lado, as cooperativas de consumo, por sua vez, têm tomado medidas práticas para fornecer os produtos aos consumidores da forma mais direta possível e, sobretudo, suprimindo a intermediação comercial. A fusão das cooperativas de produção e das cooperativas de consumo sob supervisão estatal visa solucionar essa questão.

Mesmo aqui, o cerne da questão é, mais uma vez, o seguinte: *não a rentabilidade, mas sim a satisfação da procura é a primeira tarefa da economia.*

Para o comércio, ainda há muito o que ocupar, especialmente em todos os setores onde o fator de risco pessoal entra em questão. Para um produto alimentício que é sempre seguro e em todas as circunstâncias de venda, os fatores que caracterizam o empresário são eliminados desde o início.

O sistema financeiro é o terceiro e mais importante elemento a ser submetido à regulação estatal. Muitos teóricos financeiros explicam o dinheiro como um meio de troca para a comercialização de produtos; essa explicação não é totalmente falsa, mas também não é abrangente nem clara. Contudo, essa definição expressa a percepção correta de que o dinheiro facilita o comércio de mercadorias. O fato de o Estado reivindicar o privilégio de cunhar moeda já demonstra que ele considera o dinheiro um campo especialmente importante da vida pública. O fato de o Estado ter criado uma série de artigos no código penal dedicados à falsificação demonstra, da mesma forma, que se trata de uma questão pública de suma importância. De fato, o Estado também determina há muito tempo, por meio de sua própria autoridade, o que é considerado dinheiro válido em circulação.

Machine Translated by Google

comércio. Uma orientação especial dos teóricos financeiros – os Cartalistas22 – representa a teoria estatal da moeda, que declara sucintamente: "Dinheiro é aquilo que o Estado declara ser dinheiro". Com isso, o dinheiro é completamente separado da substância do dinheiro, e o selo da soberania estatal é suficiente para fazer "dinheiro" de ferro, alumínio, porcelana e, sobretudo, papel. O presente nos ensina que essa teoria, de fato, tornou-se realidade. Os oponentes desses teóricos financeiros – os Metalistas23 – apegam-se à antiga ideia de que o dinheiro deve ter um valor intrínseco, portanto, deve ser feito de metal precioso (ouro e prata). As relações do presente não corroboram essa orientação, pois, na verdade, o Estado até mesmo faz dinheiro de papel, e dinheiro com o qual se pode realmente comprar algo, mesmo quando as notas são feitas de papel sem valor. Mas a questão do poder de compra desse dinheiro é outra história. Aqui, a queda do poder de compra da moeda, que se mostra inversamente proporcional ao aumento da quantidade de papel-moeda, parece dar razão aos metalúrgicos, pois, na verdade, as moedas de ouro e prata não causaram a perda do poder de compra do papel-moeda. Mas isso se deve a outro motivo, a saber, à natureza mercadoria do ouro-moeda. Não é porque o ouro-moeda é ouro de verdade que ele mantém seu poder de compra, mas sim porque o ouro-moeda também é uma mercadoria. A moeda de vinte marcos hoje deriva seu poder de compra não do símbolo estatal impresso "20 Marcos", mas sim do ouro refinado que contém como mercadoria. Mas não podemos nos deter aqui por mais tempo nessas questões controversas da teoria financeira; teremos que abordá-las com mais detalhes na representação do sistema financeiro estatal segundo o raciocínio da reforma nacional-socialista. Trata-se aqui de reconhecer que o sistema financeiro, no caso da questão que nos preocupa neste momento sobre os limites do Estado e da economia, pertence, em todo caso, aos domínios que, como matéria eminentemente importante de toda a vida econômica, tal como o comércio e a comercialização dos produtos alimentares mais importantes, devem ser definitivamente submetidos à mais cuidadosa regulação fiduciária por parte do Estado.

A importância do problema financeiro em si não requer hoje nenhuma explicação especial. O poder das grandes potências financeiras que tudo controlam é evidente para qualquer um que deseje enxergá-lo. A pessoa perspicaz já reconheceu há muito tempo que a maneira incompetente e equivocada com que o Estado se posicionou em relação ao sistema financeiro é a razão fundamental para a atual situação catastrófica das finanças públicas. O fato de a maioria dos chamados bancos centrais estatais não serem, de fato, instituições puramente estatais, mas sim sociedades anônimas nas quais os governos reservaram para si apenas certos direitos de supervisão, já demonstra a confusão que se instala no âmbito do sistema financeiro público.

Os fundamentos políticos nacionais

Não há Estado sem poder e, sem autoridade, não há governo. Nada é mais evidente e mais imediatamente óbvio ao senso comum. Deve-se atribuir a total negligência do nosso pensamento público o fato de que, entre nós, nos círculos governamentais, ainda se acredite ser possível governar com total ausência de poder militar e político.

Poder sem um instrumento de poder é impensável; o poder político e os meios militares de poder condicionam-se mutuamente tão intimamente quanto a economia e a moralidade não podem ser separadas. Para recuperar o poder perdido, existe apenas o único meio de criar um instrumento militar de poder.

---

22 Os cartalistas apoiam o uso de moeda fiduciária ou títulos emitidos pelo governo (em latim: charta) como moeda nacional.

23 Os metalistas sustentam que o dinheiro deriva seu valor dos metais preciosos e se opõem ao dinheiro fiduciário por não ter valor intrínseco.

Machine Translated by Google

Quão terrivelmente nossa pobre pátria foi punida por ter renunciado à ideia de poder e se entregado à fanfarra pacifista que agora vivenciamos diariamente e a cada hora. "Para evitar uma situação pior", nos rendemos e destruímos nossas armas; "para evitar uma situação pior", assinamos o Tratado de Versalhes; "para evitar uma situação pior", o governo de Berlim disse sim e amém a tudo o que nos foi exigido; "para evitar uma situação pior", permitimos que toda malícia, toda humilhação, toda exploração fossem perpetradas contra nós. Com esse vergonhoso lema de covardia e abjeção, o povo alemão foi conduzido a uma miséria cada vez maior. Cumprimos o que nos foi exigido, e

O ministro que desejava ser alemão, Dr. Rathenau24, ousou declarar publicamente: Não existe incapacidade absoluta de cumprir, é apenas uma questão de quão profundamente um povo pode ser deixado cair em sofrimento! Isso significa, em outras palavras – embora as palavras de Rathenau já sejam bastante claras –, que a nação alemã está completamente indefesa, politicamente impotente, intelectualmente quase embrutecida, e que só lhe resta continuar trabalhando. Permitiu-se carregar um fardo tão gigantesco de culpa que os membros do Povo Escolhido podem, com essas reparações, levar para sempre uma vida glamorosa e sem trabalho em todos os países do mundo, às custas do trabalho alemão. Mas agora existe o perigo de que mesmo a enorme força de trabalho alemã sucumba a esse fardo fantástico. Portanto, os alemães devem ser mantidos vivos constantemente por meio de estimulantes e, precisamente dessa forma, mantidos no limite de sua capacidade física, para que trabalhem reunindo todas as suas forças, sempre na ilusória esperança de que um dia possam se libertar de seus fardos. "É apenas uma questão de até que ponto um povo pode ser deixado cair na miséria!" Este era o sentimento político do Ministro Rathenau, tão celebrado por todos os republicanos.

Se relembramos esse paradigma da política externa alemã moderna, foi apenas para confirmar este exemplo tão terrível, tão próximo de nós, de uma nação indefesa e desarmada tendo que simplesmente suportar tudo, até mesmo todo o escárnio. Contra isso, vale para nós a crença em um Estado externo poderoso, que sozinho pode garantir a paz e a liberdade. Deixamos de lado as razões históricas; essa não é a tarefa de um manifesto, mas sim assunto para o historiador.

A contrapartida da ideia de uma política de poder dirigida externamente é o Estado constitucional rígido dirigido internamente. Chegamos bastante perto dessa condição ideal no Estado de poder bismarckiano, mas nos campos que diziam respeito ao sistema financeiro e ao reconhecimento irrestrito da propriedade privada e das demandas daí derivadas, nossas ideias jurídicas se submetiam completamente à ideia capitalista.

Não é preciso enfatizar que, em termos de política interna, o Nacional-Socialismo se baseia incondicionalmente no princípio da lei, na medida em que todos devem ser iguais perante a lei e não deve haver distinções nas ordens sociais. Mas uma transformação essencial deve ocorrer.
ser compreendida em relação à ideia fundamental do direito, que significa para o alemão uma necessidade intrínseca, uma subordinação voluntária aos interesses superiores do todo, enquanto as prescrições do direito vigentes entre nós hoje se apresentam simplesmente como um mandamento do poder e, de fato, como mandamentos de um poder que não está a serviço do todo, mas, precisamente em relação às questões de propriedade, colocou a proteção da propriedade acima da proteção

24 Walther Rathenau (1867-1922) foi um industrial e político judeu que serviu como Ministro da Reconstrução em 192 e Ministro das Relações Exteriores em 1922. Sua insistência em que a Alemanha cumprisse suas obrigações sob o Tratado de Versalhes provocou a hostilidade dos nacionalistas alemães e ele foi assassinado em junho de 1922. A reação do governo de Weimar a esse assassinato foi a promulgação, em julho de 1922, da Republikschutzgesetz (Lei de Proteção da República), à qual Feder frequentemente se refere.

Machine Translated by Google

da pessoa. A questão da nova ordenação do direito público terá de ser discutida mais detalhadamente em outra seção.

Agora, abordaremos brevemente as questões relativas à forma externa do Estado. Uma decisão final sobre essa questão não é de modo algum urgente. Em geral, ela só poderá ser resolvida após uma profunda purificação de nossas condições políticas internas. A única maneira possível de alcançar essa purificação política interna, a nosso ver, é exclusivamente por meio de uma ditadura que, com total determinação, corte e queime as fontes de decomposição e doença em nosso corpo nacional.

As exigências que impomos a um líder como esse são extraordinariamente elevadas; um amor apaixonado pelo seu povo, uma vontade inabalável, uma certeza quase sonâmbula em todas as suas decisões devem distingui-lo. Que as suas capacidades intelectuais devem ser superiores à média é evidente, mas o conhecimento e as competências em diferentes áreas não são o fator decisivo. O conhecimento e o aprendizado podem ser adquiridos por outros – quantos homens existem com vasto conhecimento, grande clareza de pensamento, grande intuição, o mais refinado talento artístico? – mas se lhes faltar o último elemento, a vontade apaixonada, o impulso inabalável, alicerçado na mais profunda seriedade moral, então jamais avançarão à frente das nações, como pioneiros e líderes, rumo a novas conquistas. Pensamos em gênios religiosos como Cristo e Lutero, Savonarola25 e Maomé, estadistas como Bismarck e Cromwell, generais como Frederico, o Grande, e Yorck26, etc. O ditador deve estar completamente livre de todas as restrições e hesitações desnecessárias; para ele não podem existir inevitabilidades, pois deve ser ele quem faz a história e quem age com mão audaciosa e determinada quando chega a sua hora; ele personifica o anseio da nação e, portanto, jamais erra, sendo sustentado pelo amor fanático daqueles a quem seu feito traz libertação. Ele deve ser capaz de odiar com a mesma intensidade e impiedade com que ama seu povo e sua missão sagrada. Em relação a seus auxiliares e colegas, ele se coloca como o primeiro *entre pessoas livres e iguais.*

Essa antiga ideia alemã forma a base dessa ligação inabalável entre o líder
e seus amigos, em prol da causa.

Ele é o líder porque provou o seu valor e continuará a fazê-lo enquanto o fizer.

Toda a sua força parece redobrada pela sua presença.
Ele extrai toda a energia latente,
Mostrando a cada um o seu talento peculiar,
Mas deixando tudo ser como a natureza o fez,
E observando apenas que eles não sejam nada mais.
No lugar e na hora certos.

(Schiller, Wallenstein)27

Ele é rigoroso e duro consigo mesmo, guiando-se segundo suas próprias leis. Tem tempo para todos e os ouve com atenção, mas é bastante capaz de distinguir entre o importante e o irrelevante. Para alcançar seus objetivos, ele pode não temer...

---

25 Girolamo Savonarola (1452-1498) foi um frade dominicano que pregou contra a corrupção do Estado e do clero e profetizou que Florença se tornaria uma poderosa Nova Jerusalém se corrigisse seus vícios morais. Sua recusa adicional em
O apoio do Papa Alexandre VI à Liga Santa contra a França provocou sua excomunhão em 1497 e a execução do seguinte: ano.

[26] Ludwig Graf Yorck von Wartenburg (1759-1830) foi um marechal de campo prussiano que se opôs à cooperação do general prussiano Julius von Grawert com os franceses durante a invasão da Rússia por Napoleão em 1812, sendo assim fundamental na formação da Sexta Coligação contra Napoleão, que terminou com o exílio de Napoleão para Elba em 1814.

27 Friedrich Schiller, Die Piccolomini, a primeira peça de sua trilogia Wallenstein (1799). A tradução é de Samuel Taylor Coleridge.

Machine Translated by Google

Em meio a sangue e guerra, ele pode não descansar nem relaxar até que seu objetivo seja alcançado, consolidando ainda mais sua criação dentro dos limites humanamente possíveis. Mas ele próprio pode se retirar, como fez o ditador Sula, assegurando assim seu trabalho de duas maneiras: operando à distância, mas sem impor padrões extraordinários por meio de sua forte personalidade; por outro lado, um séquito mais livre e independente poderá se desenvolver se o Titã não determinar constantemente o cotidiano político, mas permanecer como líder no sentido espiritual. Tal brilhantismo de ação distinguirá o ditador que conduzirá a Alemanha novamente a um patamar elevado. Se, então, a saída do atoleiro for encontrada por meio da atuação de um líder extraordinário, as condições internas e externas para uma vida nacional independente terão sido restabelecidas, e a nação poderá, mais uma vez, decidir sobre a forma externa do Estado.

Nossa visão da futura forma de Estado será essencialmente influenciada pela maneira como certas formas da vida pública, especialmente o sufrágio e a representação popular dele decorrente, serão constituídas. Certamente poderíamos pensar na possibilidade de uma forma de Estado republicana saudável, semelhante à da Roma antiga. De fato, quase todas as memórias históricas na Alemanha apontam para a forma de Estado monárquica. Ora, a ideia dinástica não está de modo algum indissociavelmente ligada à forma de Estado monárquica. Pelo contrário, parece que, com muita frequência, os interesses dinásticos se desenvolveram em grande prejuízo para as nações. Outro fator nos adverte à extrema cautela quanto à possível reintrodução da forma de Estado monárquica é a consequência da hereditariedade entre as dinastias. Na dolorosa história do povo alemão, podemos constatar repetidamente que a terceira geração após um governante importante dilapidou a herança de seus antepassados, prejudicou a honra e a dignidade da nação, perdeu a posição de poder do império e destruiu a paz e o bem-estar dos cidadãos. O que o alemão imagina quando fala das vantagens da monarquia, especialmente sob uma casa reinante hereditária, é sempre o pensamento daqueles a quem a história conferiu o epíteto de "os Grandes". Pensamos, portanto, em Carlos Magno, Oto Magno28, Frederico Magno29 e nos poucos que são equiparados a esses governantes reais; mas apenas uma vaga lembrança da galeria de incapacidade, indolência, egoísmo, prodigalidade, fantasia, distanciamento do povo e outras características perigosas que estão ligadas aos nomes de Luís, o Piedoso30, Oto III3

---

[28] Carlos Magno (c. 742-814) tornou-se Rei dos Francos em 768 e estendeu seu domínio para além da Frância, alcançando também a região carolíngia. Império que abrangia a maior parte da Europa Ocidental.

29 Otto, o Grande (912-973), foi o Duque da Saxônia que se tornou rei dos alemães em 936, derrotou os magiares em 955 e conquistou o reino da Itália em 961. Em 962, foi coroado imperador pelo Papa João XII e reinou a partir de Roma como Sacro Imperador Romano.

30 Luís, o Piedoso (778-840) era filho de Carlos Magno, com quem governou como coimperador a partir de 813. Em 817, dividiu seu império entre seus três filhos e seu sobrinho Bernardo, que governou como Rei da Itália. Contudo, Bernardo rebelou-se contra o tio e foi punido com a cegueira, vindo a falecer pouco depois. Luís expiou publicamente sua crueldade, perdendo assim grande parte de seu prestígio como governante. O Império Franco foi marcado por guerras civis durante o restante de seu reinado.

[31] Otto III (980-1002) foi o imperador do Sacro Império Romano-Germânico a partir de 996 e enfrentou muita oposição dos povos eslavos durante seu reinado, sendo forçado a abandonar os territórios imperiais a leste do rio Elba, embora tenha conseguido consolidar a influência do cristianismo na Polônia e na Hungria.

[32] Vaclav I (c. 907-935), da dinastia Premislida, foi Duque da Boêmia a partir de 921. Em 929, a Boêmia foi atacada pelo rei franco oriental, Henrique, o Passarinheiro, e forçada a retomar o pagamento de tributos a este último. Vaclav foi assassinado por um grupo de nobres em conluio com seu irmão Boleslau, que se tornou o próximo Duque da Boêmia.

33 Carlos VI (1368-1422) era chamado de 'le bien-aime' (o Amado), bem como de 'le fou' (o Louco). Ele sofria de crises de loucura e seu reinado foi marcado pelos conflitos contínuos da chamada Guerra dos Cem Anos. A disputa constante de Carlos com a Borgonha foi aproveitada por Henrique V da Inglaterra, que derrotou os franceses na Batalha de Agincourt em 1415.
Pelo Tratado de Troyes, assinado em 1420, Henrique recebeu Catarina, filha de Carlos VI, em casamento, bem como a sucessão ao trono da França.

Machine Translated by Google

Friedrich Wilhelm III34, Wilhelm II35 basta para reconhecer claramente que a forma de estado dinástico não inclui de modo algum uma garantia do bem-estar da nação.

O que expressa a inclinação do alemão à monarquia é a sua necessidade de um líder e a sua prontidão em se subordinar a ele. Precisamente esta última característica é talvez a mais típica do alemão; conhecemos muito bem este traço do caráter alemão, tanto nos seus aspectos positivos como negativos. A lealdade até à morte permitiu-lhe lutar e alcançar as vitórias mais importantes, permitindo-lhe seguir até bandeiras estrangeiras; mas inclui também uma grande falta de independência entre os mais fracos, ao ponto da insignificância e da servilidade, o amor pelo estrangeiro e a falta de discernimento.

A questão da sucessão, portanto, não é difícil de resolver na própria Alemanha.
A questão muito mais difícil reside no problema do líder.

A escolha do líder tem sido, até agora, praticamente sempre deixada ao acaso.
O leito conjugal principesco, de fato, não é garantia alguma da capacidade intelectual e dos traços de caráter necessários que se exigem de um monarca. E se nos lembrarmos da economia alemã moderna, onde a mera filiação a um partido político determina a qualificação para os mais altos cargos oficiais, devemos dar especial atenção a essa questão.

A dificuldade reside, em todo caso, na salvaguarda das qualidades morais e de caráter daquele em cujas mãos o destino do povo deve ser depositado. Embora um ditador assuma a liderança por si mesmo, como portador do anseio nacional, um futuro líder deve emergir, de fato, da vontade consciente da nação como o melhor e mais adequado.
Assim, permanece completamente em aberto se a mais alta autoridade deve ser concentrada em uma só pessoa ou se a liderança do Estado deve ser constituída por duas ou mais figuras. Em todo caso, uma coisa é certa para nós: aquele a quem for confiada a liderança dos mais altos assuntos de Estado, sejam eles chefes de Estado ou um triunvirato consular, terá a mais alta responsabilidade, idealmente, ancorada na Constituição. A mais alta responsabilidade será, portanto, o fundamento político nacional mais essencial que distinguirá o Estado Nacional Socialista das formas de governo anteriores.

Um aspecto especial dos fundamentos políticos nacionais do Estado Nacional Socialista é a reivindicação de um Estado nacionalista no qual os membros de países e raças estrangeiras sejam excluídos da liderança dos assuntos de Estado, bem como da posse de cargos públicos.

A grande lição de toda a história alemã pode ser resumida no fato de que a Alemanha sempre foi pobre, fraca e miserável quando seus governantes buscavam interesses estrangeiros e quando as pequenas preocupações das províncias e cidades individuais eram colocadas acima dos assuntos comuns do Reich; e, da mesma forma, a Alemanha sempre foi forte e poderosa quando estava unida e seus governantes pensavam e sentiam de maneira alemã, e as províncias e cidades se sentiam como membros da grande pátria comum. Fechamento da nação externamente com toda a liberdade e diversidade internamente. Esta é a ideia correta de um Estado alemão. O Reich de Bismarck já...

34 Frederico Guilherme III (1770-1840) foi Rei da Prússia a partir de 1797. Embora tenha tentado seguir uma política de neutralidade nas guerras napoleônicas e não tenha aderido à Terceira Coligação, foi forçado pelo partido pró-guerra, apoiado por sua rainha Luísa, a juntar-se à Quarta Coligação de 1806, que levou à Batalha de Jena, na qual a Prússia foi derrotada por Napoleão.

35 Guilherme II (1859-1941) foi o último imperador alemão e reinou de 1888 a novembro de 1918. Guilherme não apoiou as rígidas leis antissocialistas de Bismarck e destituiu o chanceler em 1890. Quando a Áustria foi forçada a atacar a Sérvia após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo, ele decidiu apoiar a Áustria-Hungria, mesmo estando ciente dos perigos de uma guerra que poderia envolver a Rússia, a França e a Inglaterra.

Machine Translated by Google

chegamos muito perto desse ideal da ideia do Estado alemão, só que nossos irmãos raciais na Áustria alemã[36] ainda permaneceram fora do Reich.

A unificação de todas as tribos germânicas em um Estado nacional fechado é, portanto, nosso objetivo político nacional mais importante. Internamente, o caráter federativo e federal das províncias maiores, tal como historicamente se desenvolveu, deve ser mantido ou reconstruído. Os princípios políticos nacionais fundamentais a este respeito são os seguintes: todas as funções do Reich que envolvam a posição política do Reich Alemão em relação a países estrangeiros são de responsabilidade do Reich. Isso inclui o Ministério das Relações Exteriores, embaixadas e consulados, o sistema de passaportes, o controle do comércio exterior, o sistema aduaneiro e, sobretudo, o exército e a marinha.
Por outro lado, no âmbito político interno, deve-se fomentar a ideia da mais ampla independência possível das províncias ou estados federados. A independência financeira é condição essencial para a existência independente da nação, portanto, a legislação tributária deverá ser delegada principalmente às províncias.

A legislação em matéria de direito civil, comercial e penal será regulamentada pela lei de Reich, mas subordinado na prática às autoridades provinciais de justiça e polícia.

De maneira semelhante, as instituições de transporte certamente serão regulamentadas de acordo com as diretrizes da lei do Reich, mas permanecerão, em suas finanças e em termos administrativos e operacionais, sob a soberania provincial.

Que a liberdade religiosa deva permanecer plenamente garantida pela Constituição dispensa maiores comentários; por outro lado, as religiões cujos textos não estejam totalmente redigidos em alemão e acessíveis a todos, e cujo conteúdo contenha doutrinas perigosas para o Estado, não gozarão dessa proteção.

A forma constitucional do caráter socialista fundamental do Reich é enfatizada especialmente na área do direito do trabalho, bem como nas áreas de seguro-doença, seguro contra acidentes, seguro de velhice e seguro por invalidez, e será melhor implementada do que acontece atualmente.

Reconhecimento e definição de metas

Se toda análise minuciosa de assuntos relacionados ao tempo exige uma resposta às três perguntas: Como estamos agora? Como chegamos a isso? E o que acontece agora? – pois sem essa investigação básica jamais se poderá esperar uma obra completa e conscienciosa – isso é válido em um sentido mais elevado quando se trata da construção de um novo Estado. Uma descrição da situação atual, no âmbito desta obra, só tem seu lugar na medida em que visa extrair as características essenciais das condições críticas atuais do Estado e da economia. Em tal tarefa, deve-se evitar especialmente tomar quaisquer sintomas como causas. Essa é precisamente a arte de todo diagnóstico que não se deixa enganar por exterioridades ou excrescências, mas que busca a razão das coisas. Isso fica mais claro no exemplo médico ou no caso de um ser humano vivo. Se um inchaço aparece em alguma parte do corpo, a causa deve ser buscada primeiramente na doença da parte afetada; o fato de essa parte do corpo estar doente tem sua causa em uma má condição do sangue; Mas mesmo esse conhecimento não deve ser considerado a causa final, pois a má condição do sangue será, por sua vez, consequência de uma nutrição inadequada ou insuficiente. Ora, a cura não teria sucesso se o médico combatesse...

36 A República da Áustria Alemã foi o nome dado ao Estado formado em 1918, após a Primeira Guerra Mundial, a partir dos territórios de língua alemã do Império Austro-Húngaro. Incluía, além dos atuais territórios austríacos, o Tirol do Sul e Tarvisio (atualmente na Itália), a Caríntia meridional e a Estíria meridional (atualmente na Eslovênia) e os Sudetos e a Boêmia Alemã (atualmente na República Tcheca).

Machine Translated by Google

apenas o fenômeno externo; com isso, na melhor das hipóteses, haveria um alívio temporário, um amenização das dores, mas a doença persistiria. Mesmo uma tentativa de cura por meio de um tratamento purificador do sangue não seria capaz de trazer uma cura duradoura se a causa básica, ou seja, a nutrição deficiente ou inadequada ou outras circunstâncias prejudiciais, não fosse eliminada. Somente um tratamento de dentro para fora pode trazer uma cura verdadeira. Isso é claro para todos. Exatamente assim deve ser a investigação quando se trata de uma nação doente. Mesmo nesse caso, é muito pouco útil combater os sintomas externos da doença. Sente-se muito bem, como uma triste verdade, o conhecido ditado: "Os pequenos bandidos são enforcados; os grandes ficam impunes". A frequência de violações contra o interesse comum é apenas o sinal externo de que, nos bastidores, ocorrem coisas que prejudicam o bem-estar comum em grande medida. Pois, somente se algo estiver podre no Estado é que danos tão grandes podem persistir e se tornar um perigo permanente para a própria existência do Estado. Se o próprio Estado está doente, é de se supor, com grande probabilidade, que a causa seja uma postura intelectual equivocada em relação às preocupações populares e às funções e autoridade do próprio Estado. A cura, portanto, pode ser esperada, em última análise, de uma nova concepção saudável de Estado, por meio da criação de uma liderança estatal forte e saudável, plenamente independente e livre dos pecados do passado. Toda solução que parte de um compromisso com os poderes vigentes ou que busca se vincular novamente às formas falidas do Estado anterior carrega consigo a semente de sua própria decadência. Nesse sentido, é preciso também alertar contra o apego a formas históricas de Estado que, embora não fossem ruins em si mesmas, sucumbiram rapidamente ao colapso.

Quais são, atualmente, as características mais marcantes da crise atual?

Externamente e superficialmente – como no caso de uma febre – alta temperatura ou, traduzindo para termos político-econômicos: agitação, tensão constante, inquietação e desordem. É extremamente significativo que toda pessoa indolente e preguiçosa, assim como todo o exército dos devedores, sempre tenha louvado em alto e bom som o "repouso e a ordem" como a panaceia. Repouso e ordem não são, naturalmente, um objetivo político em geral, mas apenas uma condição que demonstra a existência de condições saudáveis no corpo nacional. Mas se uma nação está doente, é bastante natural e evidente que isso se manifeste em inquietação e desordem. Uma postura política que prega e busca estabelecer apenas "repouso e ordem" está, portanto, totalmente equivocada; pelo contrário, só contribui para que a doença se aprofunde cada vez mais, até que a morte chegue com as mais terríveis cãibras.
Até mesmo úlceras e supurações, consideradas personificadas, naturalmente desejam que o doente permaneça quieto, pois os bacilos podem se multiplicar com rapidez impressionante e se espalhar por todo o corpo, levando à putrefação completa, inclusive interna. Não, muito pelo contrário: chega de supurações! Elas devem ser removidas cirurgicamente, não se pode alegar as dores da intervenção cirúrgica como contra-argumento; o paciente deve ser retirado de seu ambiente nocivo e, acima de tudo, deve receber uma dieta saudável e nutritiva.

Outros sintomas incluem o preenchimento de cargos públicos com elementos inadequados, a resolução de assuntos de Estado por meio de decisões majoritárias, a ocorrência de decisões majoritárias no parlamento que não acarretam qualquer responsabilidade e a eleição de parlamentos por sufrágio que, externamente, é de fato o mais livre e universal, mas que internamente levanta suspeitas.
A falta de discernimento das massas simplesmente suprime uma melhor compreensão e um maior senso de responsabilidade. Um governo que depende de maiorias parlamentares – que surgem puramente por acaso e para as quais apenas as considerações político-partidárias são decisivas – naturalmente não pode mais ser o guardião objetivo do bem comum, mas sim o...

Machine Translated by Google

Terreno fértil para políticos partidários ambiciosos e doutrinários obstinados. Todos esses sintomas podem ser resumidos na palavra "parlamentarismo".

Esse *parlamentarismo* é a grande mentira democrática da capacidade do povo para o autogoverno. Claro, podemos pensar que cidadãos conscientes de sua responsabilidade são plenamente capazes de julgar com autoridade assuntos públicos e de conduzir o destino de sua comunidade ou país, mas um sufrágio como o universal, direto e secreto para pessoas maiores de 21 anos de ambos os sexos, carrega em si necessariamente a semente do domínio vil dos inferiores e inescrupulosos.

Juntamente com o domínio vil dos parlamentos e dos governos que deles dependem, o que reina hoje na realidade, apesar de todos os slogans anticapitalistas dos marxistas, é o *capital de empréstimos em larga escala.* As altas finanças são o governante irrestrito do Estado e da economia. Nenhum governo ousa tomar medidas drásticas contra os interesses lucrativos do mundo bancário e das bolsas de valores. Todas as nações se tornaram reféns de juros e tributos a esse poder mundial supranacional por meio de dívidas nacionais gigantescas. Os resultados dessa escravidão aos juros são enormes, abalando o mundo inteiro até seus alicerces nas relações econômicas e políticas nacionais. A cobrança de juros tornou-se, de fato, a principal atividade dos governos. Isso significa para as nações uma exploração tributária assustadora e uma drenagem por meio de diversos métodos de impostos diretos e, principalmente, indiretos, através de uma inflação progressiva imparável que, em seu auge, levou ao roubo das economias de toda a classe média. Esse domínio irrestrito do capital exerce, sob a máscara do direito legal aos juros, o domínio mais brutal que já governou o mundo. Isso leva ao empobrecimento e à pauperização das massas, especialmente daqueles círculos para os quais a aquisição de dinheiro não é um objetivo em si e, portanto, não é o ponto central de todo o seu pensamento. Só disso surge a consequência mais terrível dessa regra financeira absoluta, ou seja, a degradação moral dos povos que se encontram sob seu domínio. Todos os instintos são direcionados para a aquisição e a posse, todos os conceitos de lealdade e fé afundam na busca implacável pelo lucro, o homem respeitável é forçado a experimentar que, como recompensa por sua respeitabilidade, deve afundar cada vez mais, enquanto a falta de escrúpulos traz lucros gigantescos em todos os tipos de negócios, possíveis ou impossíveis. Grandes círculos lutam desesperadamente por sua subsistência, e obter uma renda digna apenas com o trabalho torna-se cada vez mais difícil.

Em frentes de batalha fechadas, os trabalhadores buscam extorquir salários cada vez mais altos, as greves abalam os locais de trabalho, paralisam a produção e, indiretamente, prejudicam principalmente aqueles que dependem da maior produção possível de bens para a economia nacional, precisamente os próprios trabalhadores.

Como um fenômeno global, podemos resumir essas condições sob o conceito de *"Mamonismo".*

O reverso desse *mamonismo* é a *visão de mundo marxista,* nascida do estado de espírito intelectual das vítimas da violação mamonista. Sabemos muito bem que os mentores marxistas souberam usar habilmente esse estado de espírito intelectual em benefício próprio, como manipuladores do capital internacional e, ao mesmo tempo, desviar de si o ódio dos explorados. Mas estamos lidando aqui com uma disposição intelectual que se opõe não apenas de forma obstrutiva, mas também extremamente hostil ao restabelecimento de uma nação saudável.

estado.

A essência do *marxismo* reside no fato de que ele nega a propriedade privada e, com isso, destrói toda economia e, além disso, toda cultura superior; e também no fato de que ele fomentou a ideia da luta de classes e, com isso, fragmentou o povo em

Machine Translated by Google

Classes diferentes lutando entre si. Basta apontar para a miséria indizível do povo russo, onde, no Estado soviético, essa doutrina errônea, que mata a nação e a economia, se traduziu em realidade em sua máxima medida.

E se agora procurarmos os verdadeiros patógenos da doença, estranhamente nos deparamos com judeus em todos os lugares como líderes e principais beneficiários.

A questão judaica está se tornando uma questão mundial, cuja solução depende do bem-estar e da comunidade internacional. A desgraça das nações dependerá disso.

A esta questão será dedicada uma obra especial nesta série da Biblioteca37 .

Uma análise histórica mostra que nações desesperadas buscaram repetidamente se libertar desse mal por meio da repressão sangrenta e do extermínio de judeus individualmente – mas, após algumas gerações, os judeus retornaram mais fortes e financeiramente mais poderosos depois desses pogroms.

Devemos, portanto, evitar procurar a solução da questão judaica dessa maneira primitiva – de fato, não se pode matar o bacilo da peste individualmente, só se pode erradicá-lo cortando-lhe as necessidades vitais.

O antissemitismo que se alastra pelo mundo inteiro é o sinal de que as nações reconheceram seu maior e mais mortal inimigo, mas agora é nossa tarefa direcionar esse conhecimento emocional correto de maneira correta e racional.

A luta contra *o marxismo* e, consequentemente, contra os judeus, terá sucesso através da educação incansável das massas envenenadas. Esta é a primeira etapa da nossa batalha.

Romper com a escravidão dos juros é a última e mais árdua batalha no campo econômico para a libertação do povo e do Estado da rede dourada das finanças supranacionais.
poder.

Somente após superarmos essas etapas, e quando a vitória estiver plenamente conquistada e assegurada, será o momento de implementar todas as reformas adicionais que darão ao corpo nacional debilitado e doente uma nova vontade de viver e uma nova força vital que, em primeiro lugar, concretizará aquilo que está em nossas mentes, aquilo em que todos acreditamos com corações ardentes e pelo qual lutamos com vontade inabalável:

O renascimento da Alemanha.

Uma nova Grande Alemanha livre e unida, num estado de trabalho e desempenho saudável, firme e poderoso.

37 O trabalho de Feder sobre os judeus, Die Juden, foi publicado em 1933 como vol.45 da Nationalsozialistische Bibliothek

Machine Translated by Google

2. O Programa

A Origem do Programa

Toda obra requer um plano, toda realização deve ser precedida de criação intelectual.
Quanto mais claros e bem elaborados forem os planos de construção, mais bela e rapidamente o edifício será erguido. Mesmo novas estruturas políticas exigem um plano de construção claro, aqui denominado programa político.

As exigências que se impõem a um programa político são muito elevadas e muito diversas. Trata-se de uma tarefa da mais alta responsabilidade, pois o bem-estar e o sofrimento do próprio povo dependem da qualidade do plano. Um programa deve, além disso, abordar, com a maior concisão, todos os campos importantes da vida pública, resistir a todas as críticas, não se perder em detalhes, não oferecer aos oponentes pontos fracos desnecessários, nem despertar esperanças utópicas que não possam ser satisfeitas posteriormente. O programa deve ser uma representação fiel do Estado vindouro e da nova economia. Deve mostrar a todos, em linhas gerais, o esboço da ordem estatal e econômica desejada, mas não pode restringir ou antecipar a sua execução em detalhes.

Todo programa também tem uma história e um desenvolvimento, mas certamente é um indicador da correção fundamental de um movimento se, após tantos anos, nada de essencial precisar ser alterado em suas características básicas e apenas algumas obscuridades precisarem ser esclarecidas. Somente o ponto mais importante e marcante do antigo programa de 24 de fevereiro de 1923, nº 11, "Abolição da renda sem trabalho e esforço, rompimento da escravidão dos juros", exige urgentemente um tratamento programático completo em termos político-econômicos, financeiros e nacionais. O tratamento detalhado desse ponto não era, naquela época, uma necessidade absoluta, pois os escritos mais detalhados sobre o assunto, como o Manifesto para o rompimento da escravidão dos juros e a falência do Estado, sua solução, eram praticamente os únicos existentes e eram amplamente conhecidos e familiares aos fundadores e primeiros seguidores do movimento. De certa forma, foi o conteúdo intelectual desses escritos que conferiu ao movimento o escopo socialista de sua atuação.

com planos que já haviam sido determinados naquela época em suas características fundamentais - à vontade de renovação que havia reunido um pequeno círculo em torno de Anton Drexler38 e Adolf Hitler, ao círculo de ideias nacionalistas e populistas.

São precisamente esses pontos e reivindicações programáticas que diferenciam essencial e fundamentalmente o movimento libertário alemão do Nacional-Socialismo de todos os outros grupos, movimentos e partidos populistas e nacionalistas, e que o diferenciam especialmente de todos os chamados partidos parlamentares que, por sua vez, são apenas uma manifestação do domínio mamonista-plutocrático.

Outra necessidade na nova formulação do programa foi obter uma definição mais clara.
forma e uma estruturação clara em relação aos diferentes campos da vida pública. Isso aconteceu.

É meu dever aqui pensar em mais uma obra inovadora que deve sua origem a uma manifestação paralela do nacional-socialismo na Áustria e na Boêmia, refiro-me ao livro de

38 Anton Drexler (1884-1942) foi, juntamente com Dietrich Eckart e Feder, um dos fundadores da contraparte alemã do partido originalmente austríaco Deutsche Arbeiter Partei, em Munique. Drexler atuou como presidente honorário do partido, do qual Hitler já havia se tornado o líder incontestável em 1921. Drexler deixou o partido em 1923 e retornou quando Hitler ascendeu ao poder em 1933.

Machine Translated by Google

o engenheiro Jung39, representante dos alemães dos Sudetos na Checoslováquia no Parlamento de Praga.

O nacional-socialismo austríaco, em suas origens, remonta ao período anterior à guerra.
O seu âmbito de ideias assentava mais na tentativa de harmonizar o mundo das ideias socialistas com a ideia nacionalista, enquanto o nacional-socialismo alemão do Reich, que surgiu apenas após o colapso – aliás, sem conhecimento da existência deste nacional-socialismo austríaco – adotou desde o início uma postura de luta fundamental contra o marxismo.

Hoje, os dois movimentos se uniram em seus objetivos comuns.

[39] O engenheiro Rudolf Jung, delegado de Troppau,

Machine Translated by Google

O Programa Nacional e Econômico do NSDAP

Nosso objetivo é o renascimento da Alemanha em um espírito alemão rumo à liberdade alemã.[40]

O caminho para atingir esse objetivo principal é:

I. O princípio político nacional: O Reich Alemão é a pátria dos alemães.

1. Em política externa:

1. O estabelecimento de um Estado nacional fechado que inclua todos os alemães.

2. A forte representação dos interesses alemães no exterior.

2. Em matéria de política racial:

3. A remoção dos judeus e de todos os não-alemães de todos os cargos de responsabilidade em vida pública.

4. Proibição da imigração de judeus orientais e outros estrangeiros parasitas. Estrangeiros problemáticos e judeus podem ser deportados.

3. Em política cívica:

5. Somente o alemão que se compromete com a cultura e a comunidade alemãs pode exercer os direitos de cidadania do Estado.

6. Quem não for alemão só pode viver como convidado no Estado alemão e está sujeito à lei estrangeira.

7. Os direitos e interesses dos alemães prevalecem sobre os dos membros de países estrangeiros. nações.

II. O princípio político-econômico: *A tarefa da economia nacional é satisfazer a demanda e não obter a maior rentabilidade possível para o capital emprestado.*

8. O nacional-socialismo reconhece fundamentalmente a propriedade privada e a coloca sob proteção estatal.

9. O bem-estar do povo, no entanto, impõe um limite ao acúmulo desmedido de riquezas nas mãos de indivíduos.

10. Todos os alemães formam uma comunidade de trabalho para a promoção do bem-estar comum e cultura.

11. No âmbito desta obrigação geral de trabalho de todo alemão e com o reconhecimento fundamental da propriedade privada, é permitida a todo alemão a livre possibilidade de aquisição e livre disposição dos rendimentos do seu trabalho.

12. A combinação saudável de pequenas, médias e grandes empresas em todos os setores da vida econômica, inclusive na agricultura, continua sendo defendida.

13. Serão combatidas as empresas gigantescas (corporações, consórcios e fundos fiduciários).

14. A usura e a extorsão, assim como o enriquecimento desenfreado à custa e em prejuízo do povo, serão punidos com a morte. 15. A introdução de um ano de trabalho obrigatório para cada alemão.

[40] Para uma discussão detalhada destes pontos, ver Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundlagen, de Feder, Munique, 1927; tr. ETS Dugdale, O Programa do NSDAP e suas concepções gerais, Munique, 1932

Machine Translated by Google

III. O princípio político financeiro: *O sistema financeiro está a serviço do Estado; os poderes financeiros não podem formar um Estado dentro do Estado; portanto, nosso objetivo: Romper com a escravidão aos juros por meio de:*

16. Libertação do Estado e, consequentemente, do povo, de sua dívida onerosa com juros para com grandes empresas. capital de empréstimo.
17. Nacionalização do Reichsbank GmbH e dos bancos centrais.
18. O financiamento de todas as grandes obras públicas (desenvolvimento de energia hidroelétrica, rodovias, etc.) com a prevenção de empréstimos por meio da emissão de títulos do tesouro estadual sem juros ou por meio de um método sem desembolso de caixa.
19. A introdução de uma moeda estável em regime garantido.
20. Criação de um Banco de Construção e Economia sem fins lucrativos (reforma monetária) para a concessão de crédito sem juros.
21. Reestruturação completa do sistema tributário de acordo com os princípios econômico-nacionalistas. Libertação do consumo do ônus dos impostos indiretos e da produção de impostos restritivos (reforma tributária e isenção fiscal).

IV. O princípio sociopolítico: *O bem comum é a lei suprema.*

22. Desenvolvimento generoso do seguro de velhice através da nacionalização do sistema de renda vitalícia. A todo camarada alemão necessitado será garantida uma pensão adequada a partir de uma certa idade ou em caso de ocorrência prematura de incapacidade permanente para o trabalho.
23. A participação de todas as pessoas envolvidas em empresas produtivas, de acordo com o desempenho e a idade, nos rendimentos do trabalho, com a consequente participação na responsabilidade pelo cumprimento das tarefas econômicas nacionais do trabalho.
24. A confiscação de todos os lucros de guerra e revolução que não sejam fruto de trabalho honesto, bem como dos bens adquiridos por meio de avareza e usura, e sua utilização para o desenvolvimento da previdência social.
25. Eliminação da escassez de habitação através de novas construções habitacionais abrangentes em todo o Reich por meio do novo Banco de Construção e Economia sem fins lucrativos a ser criado de acordo com o Art. 21.

V. Em termos de política cultural: *O florescimento de todas as ciências e belas artes, alicerçado em um Estado politicamente livre e economicamente saudável, é nosso principal objetivo cultural.*

Isso deve ser feito através de:

26. A educação da juventude para que se tornem homens fisicamente saudáveis e intelectualmente livres. De acordo com as grandes tradições da vida intelectual alemã.
27. Plena liberdade de religião e de consciência.
28. Proteção especial da fé cristã.
29. Supressão e exclusão de doutrinas religiosas que contrariam o sentimento moral alemão e cujo conteúdo tem um caráter destrutivo para o Estado e a nação.
30. Supressão de todas as influências nocivas na literatura e na imprensa, no teatro, na arte e cinema.
31. Liberdade de ensino nas universidades alemãs, formação de uma classe dominante de homens de caráter.

Machine Translated by Google

VI. Militarmente:

32. Tornar a nação defensável através da introdução da lei militar para todos os cidadãos livres. Alemão.

33. Abolição das tropas mercenárias.

34. A criação de um exército de milícia para a defesa da pátria, sob um corpo de oficiais profissionais a ser constituído por meio de uma disciplina hierárquica rigorosa.

VII. Outras reformas:

35. Reforma do sistema de imprensa. Supressão de todos os instrumentos de imprensa que contrariem os interesses do povo alemão. A mais estrita responsabilidade por todas as notícias que sejam distorcido falsamente ou tendenciosamente.

36. Reforma do sufrágio com a abolição das atuais formas corruptoras de campanha eleitoral e da falta de responsabilidade dos eleitos (imunidade).

37. Desenvolvimento de câmaras profissionais.

38. Reforma do judiciário no campo de

Direito fundiário – (reconhecimento fundamental do direito de propriedade sobre a terra, não-arrendamento da terra por parte do capital privado, direito de preferência do Estado e reversão da terra para o Estado em caso de gestão negligente).

Direito civil - (proteção muito mais rigorosa da honra pessoal e da saúde, em contraposição à proteção legal unilateral da propriedade que prevalece atualmente).

39. Reformas constitucionais:

Constituição: A constituição que corresponde ao caráter alemão é a de um Estado soberano com liderança centralizada em uma posição suprema. - Se essa posição suprema será ocupada por um monarca eleito pelo povo ou por dois ou três altos funcionários do Reich, isso ficará para posterior determinação do povo.

Caráter federal do Reich: A composição do povo alemão, proveniente de diferentes províncias e internamente unido por tribos e pela história, condiciona a independência abrangente dos estados federados individuais em relação aos seus assuntos internos.

A preocupação do Reich é a representação externa do povo alemão, passaportes e taxas, e, além disso, o exército e a marinha.

Três principais opositores se interpõem no caminho da concretização deste programa nacional e econômico do Nacional-Socialismo: o marxismo, o parlamentarismo e, acima de ambos, o capital de empréstimos em larga escala.

> Nossa luta antimarxista é dirigida contra a doutrina desintegradora do Estado do judeu Karl Marx, contra a doutrina desintegradora do povo da luta de classes, contra a doutrina desintegradora da economia da negação da propriedade privada e contra a concepção puramente materialista e econômica da história.

> 2. Nossa luta antiparlamentar é dirigida contra a irresponsabilidade dos chamados representantes populares que – imunes – nunca precisam, de fato, assumir a responsabilidade pelas consequências de suas decisões, bem como contra todos os danos daí decorrentes (corrupção, nepotismo, suborno) e, como pior consequência, contra um governo dependente de um parlamento assim.

Machine Translated by Google

3. Nossa batalha anti-mamonista, que se situa acima das outras duas frentes de batalha, é dirigida contra o poder financeiro global, ou seja, contra a permanente sangria e exploração financeira e econômica de nosso povo por meio de grandes empréstimos.

Essa batalha, porém, é também, por outro lado, uma poderosa luta intelectual contra o espírito materialista destruidor da alma, o egoísmo e a avareza, com todas as suas manifestações corruptoras concomitantes em todos os campos da nossa vida pública, econômica e cultural.

Em última análise, e na mais profunda, trata-se da batalha entre duas visões de mundo que se expressam através de duas estruturas intelectuais fundamentalmente diferentes: o espírito produtivo e criativo e o espírito ganancioso e móvel. O espírito criativo, enraizado na terra e que, ainda assim, supera o mundo na experiência metafísica, encontra seus principais representantes no homem ariano; o espírito ganancioso, comercial e materialista, sem raízes, dirigido puramente ao mundano, encontra seu principal representante no judeu.

O nacional-socialismo, assim como o antissemitismo, vislumbra no espírito materialista judaico a raiz principal do mal, mas também sabe que essa batalha, a mais poderosa da história mundial, não pode se basear apenas em demandas antissemitas negativas. Portanto, todo o programa nacional e econômico do nacional-socialismo transcende a luta antissemita, certamente inovadora, mas negativa, ao apresentar uma imagem criativa e construtiva de como o Estado de trabalho e o desempenho nacional-socialistas deveriam ser.

Se esse objetivo principal for alcançado, o Partido Nacional Socialista será dissolvido. O *Nacional Socialismo terá então se tornado o cerne da vida de todo o povo alemão.* O Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães não é, de fato, um partido parlamentar no sentido convencional do termo, mas sim a parcela determinada, progressista e voltada para o futuro da população, que se uniu em torno de um líder forte em vontade e intelecto, a fim de conduzir a Alemanha para fora da vergonha e da impotência externamente, da destruição e da corrupção internamente, para uma posição poderosa e imponente no exterior e, internamente, para uma comunidade nacional economicamente sólida, culturalmente florescente e intelectual e moralmente elevada.

Desejamos construir o Reich da saudade alemã, como canta Geibel41:

Uma externamente, com uma espada poderosa,
Reunindo-se em torno de uma bandeira erguida,
Internamente rica e multifacetada,
Cada tribo à sua maneira!

41 Emanuel Geibel (1815-1884) foi um poeta e dramaturgo alemão que escreveu vários poemas patrióticos que foram atacados pelo círculo literário liberal contemporâneo dos "Jovens Alemães", liderado pelos escritores judeus Heinrich Heine e Ludwig Borne, mas posteriormente defendidos pelos nacional-socialistas.

Machine Translated by Google

3. A estrutura estatal do país
Estado Socialista

A ideia nacional-socialista do Estado alemão

Já no capítulo sobre os fundamentos do poder político, apontamos para o fato de que cada desvio dos governantes alemães de suas tarefas puramente alemãs foi acompanhado das consequências mais nefastas para o povo alemão. Ao analisarmos a história alemã, constatamos que o anseio alemão por um Estado nacional fechado se concretizou apenas em breves períodos históricos; repetidamente, esse sonho alemão se desvaneceu, e repetidamente a Alemanha mergulhou na impotência e na desintegração. Assim, toda a história alemã nos ensina uma lição fundamental: somente o fechamento da nação dentro de um Estado liderado com poder permite que a Alemanha resista aos enormes perigos que lhe são inerentes, simplesmente por sua situação geopolítica desfavorável. A Alemanha praticamente não possui fronteiras naturais; em quase todos os lugares, encontra-se livre e desprotegida contra incursões hostis. Nem o mar que circunda a Inglaterra, nem as altas montanhas que separam a Espanha e a Itália de seus vizinhos, oferecem à Alemanha uma defesa natural. A França tem apenas uma frente aberta contra nós, o mesmo acontece com a Rússia. Somente a Alemanha se encontra no centro entre as outras nações – como o coração – e como o campo de batalha da Europa. Em solo alemão lutaram exércitos espanhóis, franceses, ingleses, suecos, russos e mongóis; em solo alemão foram travadas as terríveis guerras religiosas da Guerra dos Trinta Anos; e, inversamente, alemães sangraram a serviço de interesses estrangeiros em todas as terras. A Mãe Germânia sangrou por milhares de feridas infligidas por seus exércitos estrangeiros e pelas lutas de seus próprios filhos. Infinitamente trágica é a história alemã, tão trágica que o anseio alemão por um Reich alemão unificado e fechado foi incluído em contos de fadas, nas sagas do velho Barbarossa em Kyffhäuser42. Ao longo dos séculos, a concretização da ideia de Estado alemão permaneceu como um anseio e uma esperança do melhor povo da nação até que, em 1871, um poderoso ferreiro forjou a unidade alemã. Muito ainda faltava para a concretização do Grande Estado alemão que deveria incluir todos os alemães que vivem em território ligado à pátria. Mas essa realização parcial do anseio alemão já nos proporcionou um florescimento da história alemã como raramente se viu antes.

Mas não precisamos nos preocupar com "ses" e "mas", em vez disso, precisamos aprender com a história. A política é a história em construção, e se da "construção da história" florescer a salvação para o nosso povo, então a nossa arte de governar, a nossa política nacional, deve, com respeito pelo que a história já realizou, evitar os erros do passado e se apegar à melhor tradição. O homem, o político sem história, que dogmaticamente constrói a história da sua poltrona, só poderá trazer calamidade a um povo, como temos experimentado nos últimos anos com o novo governo-showman marxista alemão. Tão desastrosa e perniciosa quanto é a completa desestruturação da antiga forma social, especialmente quando essa destruição é idêntica à força do movimento marxista, tão pouco se pode preservar do antigo simplesmente por ser antigo.

Aqui reside, mais uma vez, a tragédia do espírito conservador, que, criativamente infrutífero e

42 A cordilheira de Kyffhäuser, entre os estados da Turíngia e da Saxônia-Anhalt, é considerada o local de repouso do Sacro Imperador Romano, Frederico Barbarossa (1122-1190), que se afogou no rio Saleph, na Turquia, durante a Terceira Cruzada.

Machine Translated by Google

Sem imaginação, rejeita tudo o que é novo simplesmente por ser novo, e se apega tenazmente a formas ultrapassadas que perderam sua essência há muito tempo. Pessoas e Estado não são múmias nem construções, mas entidades vivas; as roupas feitas uma vez não servem para sempre.
Apenas algumas características básicas bastante amplas são traçadas pelo destino das nações, e a negligência desse conhecimento fundamental sempre se voltou amargamente contra as nações. Para nós, alemães, a doutrina política nacional histórica fundamental é: "Unifiquemo-nos!"

A palavra "unidos"43, no entanto, não significa "unidade"44 mas "estar em acordo"45. Somente a partir do acordo das tribos germânicas sobre os princípios da política externa e interna pode florescer, como sua mais bela flor, um Estado internamente livre que seja externamente poderoso e com peso internacional.

Para o Estado alemão, portanto, não podem existir motivações europeias ou internacionais de ordem econômica, religiosa ou humanitária, mas apenas o bem-estar exclusivo de toda a nação alemã. Refiro-me às "motivas" para a ação política. Paralelamente, correm naturalmente as influências de caráter religioso, econômico e, de modo geral, humano, que devem ser devidamente valorizadas e consideradas. Mas o princípio deve ser e permanecer o de que o Estado nacional alemão deve representar apenas os alemães, tanto na política interna quanto na externa.

Nosso objetivo político nacional é, portanto:

1. O estabelecimento de um Estado nacional fechado que inclua todos os alemães.

2. A representação eficaz de todos os interesses alemães no exterior.

A Ideia Nacionalista

A condição prévia para o despertar, ou melhor, para o redespertar de uma forte consciência nacional é

a remoção de todos os judeus e não alemães de todos os cargos de responsabilidade na vida pública.

A determinada batalha defensiva contra a invasão dos judeus em quase todos os campos da nossa vida pública é travada com total energia apenas pelo Nacional-Socialismo. A luta contra o judaísmo é a luta consciente pelo espírito alemão e pela liberdade alemã.

A influência e o impacto dos judeus sobre os povos que os acolhem não podem ser comparados, de forma alguma, às relações de poder e às batalhas de outros povos, mas apenas à luta de vida ou morte entre um corpo saudável e os germes venenosos que o atacaram. Quando um organismo vivo é atacado por bacilos venenosos, a questão é apenas esta: ou a força saudável do corpo dominará os invasores estrangeiros – e os expulsará – ou deixará de dominá-los e morrerá por causa deles. Assim também, para os povos que acolhem os judeus em todo o mundo, só há isto: ou expulsam os judeus do corpo nacional – ou morrem por causa dos judeus.

Precisamente a comparação com o corpo humano e os germes mostra-nos de forma muito clara o quão desproporcional é a opinião enganosa e favorita de que os judeus ascenderam socialmente em todos os lugares apenas por causa de sua maior eficiência, e que é extremamente errado e injusto atacá-los e persegui-los por essa razão. Não se pode simplesmente dizer que o bacilo da cólera é igualmente muito mais forte e eficiente do que o homem e que é por isso que venceu o homem saudável – não,

---

43 'einig'

44 'Unidade'

45 'Einigkeit'

Machine Translated by Google

É um veneno para o homem. E, precisamente como nessa batalha do organismo vivo contra venenos invasores, surgem sintomas específicos de envenenamento acompanhados de febre, cãibras, sintomas de paralisia, etc., da mesma forma, a batalha das nações atacadas pelos judeus se expressa em sintomas de doença bastante semelhantes: inquietação e agitação na vida cívica e política, convulsões poderosas no corpo nacional, tumulto, terror, guerra civil alternando com sintomas de paralisia bastante típicos, especialmente nas esferas intelectuais das nações – nos governos. Resta então apenas uma questão: se os círculos nacionalmente conscientes, reconhecendo o inimigo, conseguirem alertar e esclarecer os governos ou formar o governo e neutralizar os próprios judeus – então a cura certamente virá; se não conseguirem, a morte nacional também certamente virá. Não há uma terceira via. Um isolamento temporário – para usar a linguagem médica – produz apenas remédios aparentes: mais cedo ou mais tarde, os bacilos voltam a invadir os vasos sanguíneos do corpo, e o fim dessa segunda luta é então fatal para o paciente.

Decisivo para o sucesso final – como na vida em geral – é a vontade de poder. Sem essa vontade de poder – sem essa vontade de manter a nação – a nação está irremediavelmente condenada à ruína. O que não se submete literalmente torna-se escravo, fellahin, servo e servo do poder mundial totalmente judaico.

É uma batalha de vida ou morte. Muitos soldados competentes já partiram, mas a maioria dos nossos camaradas nacionais ainda está adormecida. A solução está na educação contínua e incansável. O que torna essa educação tão particularmente difícil é a ingenuidade e a fragilidade do ariano, precisamente nessas questões raciais vitais.

A forte miscigenação racial dentro do próprio povo alemão, sem dúvida, sepultou quase completamente a consciência racial clara e elevada em muitos, de modo que restou apenas um sentimento indefinido de aversão contra os judeus, racialmente estrangeiros, em vez de um conhecimento preciso das leis raciais. O judeu, por sua vez, seguiu rigorosamente suas leis raciais por mais de dois mil anos, ciente da importância fundamental da manutenção da pureza do sangue para o caráter e a nação .

Por outro lado, ele conseguiu apresentar a agitação racial como um disparate ultrapassado, o que, considerando a miscigenação na Alemanha, infelizmente lhe foi possível com certa aparência de justificação. Em vez de o desprezo judaico pela ciência racial por parte dos alemães ser combatido com total determinação, com a exigência: "Alemães, mantenham seu sangue puro!", o alemão era inferior, mesmo nesse campo, às artes psicagógicas do judeu. O século do Iluminismo, com seus ideais humanitários, de fato trouxe aos judeus a emancipação das correntes forjadas por nossos antepassados em sua sabedoria superior contra a infestação do espírito judaico de roubo e usura, mas a nós mesmos apenas confusão e incerteza sobre essa questão fundamental. Com a frase: "os judeus também são homens" – uma frase que nunca foi e nunca é contestada por ninguém – foi concedida aos judeus a igualdade de direitos civis. A resistência nacional-racial contra os judeus estrangeiros, de estrutura intelectual completamente diferente, foi assim apaziguada, e a luta contra a emancipação cívica ficou, portanto, paralisada desde o início.

A partir dessa plataforma, ocorreu a conquista de toda a nossa economia e, Recentemente, a vida pública culminou na situação atual do domínio irrestrito dos judeus.

---

46 Cf. os volumes da Biblioteca Nacional Socialista sobre raça e os judeus!

47 Artes da persuasão.

Machine Translated by Google

Uma série completa de depoimentos dos próprios judeus revela que eles se sentem como um Estado dentro de um Estado, que se sentem mais ligados aos seus companheiros raciais em outros países do que aos povos que os acolheram.

Desse sentimento judaico de estreita união entre os povos surgem diretamente perigos para os povos indígenas no campo das relações políticas externas das nações, tanto em tempos de guerra quanto de paz.

Inicialmente, porém, a atenção dos judeus estava voltada para a busca de vantagens econômicas. Mais uma vez, sua busca irrestrita pelo lucro, sem qualquer sentimento social em relação aos povos que os acolhiam, lhes foi muito útil.

Como inventores e portadores do sistema de crédito moderno, logo se tornou fácil para eles colocar toda a economia financeira dos estados e, por meio de bancos e bolsas de valores, também a maior parte do setor privado sob sua influência.

A partir daí, após a criação de sua posição financeira, o judaísmo estendeu sua influência também aos produtos intelectuais e culturais da nação; foi aí que seu espírito dinâmico, sua sagacidade, seu senso crítico – características que muitas vezes podem parecer vantagens definitivas para o espírito ariano sério, pesado e pragmático – vieram em seu auxílio.

Mas, na realidade, tratava-se apenas do instinto de roubo, da falta de consciência e da falta de escrúpulos – o que já está previsto em suas doutrinas religiosas. Para o judeu, segundo as doutrinas do Schulchan Aruch48, a propriedade do não-judeu é como uma propriedade sem dono – para que o judeu possa se apropriar dela! O judeu colocou todos os meios da técnica bancária e da bolsa de valores a seu serviço. A anonimização – a despersonalização de nossa economia por meio da forma de sociedade anônima negociável em bolsa – separou, em certa medida, o capital do trabalho; o acionista, em raríssimos casos, sabe algo sobre sua fábrica, tendo apenas o interesse unilateral na *rentabilidade de seu dinheiro.*

quando ele investe na forma de ações. Esse fenômeno precisa ser mencionado aqui porque, com essa despersonalização da nossa economia, vem também a sua degradação. O empresário e fabricante que construiu sua empresa do zero, que conhece as necessidades de seus clientes, que ainda preserva a antiga honra empresarial e considera seu dever produzir um produto sólido, bom e duradouro, que corresponda às reais necessidades da economia, esse empresário verdadeiramente sólido é algo fundamentalmente diferente do grande acionista moderno que, com a posse puramente capitalista de um grande pacote de ações, conhece apenas um interesse: obter o maior retorno possível. Se as empresas fabricam objetos bons e baratos, se, em geral, valores produtivos são criados por uma sociedade anônima ou, como no caso das empresas de crédito (bancos), nenhum valor é criado, é uma questão de total indiferença para o capitalista – o acionista. Isso tem como consequência adicional que a produção se orienta menos para as necessidades, e que, em vez disso, apenas uma necessidade aparente precisa ser estimulada por meio de publicidade massiva. Antigamente, era totalmente proibido, pelo código de honra dos empresários, exaltar os próprios produtos; quem o fizesse era considerado um vendedor ambulante, e essa propaganda insistente era vista pelos comerciantes sérios como concorrência desleal. O comerciante judeu, porém, conduzia esse tipo de negócio com total insistência, utilizando suas *habilidades de persuasão .* Hoje, no lugar do insistente vendedor ambulante judeu, surgiu a publicidade judaica.

48 O Schulchan Aruch é o código de lei judaica mais autorizado e foi composto em 1563 no norte da Palestina por Yosef Karo.

Machine Translated by Google

No campo da ciência, ocorreu um desenvolvimento semelhante, especialmente na área da ciência econômica – a chamada economia nacional. Gradualmente, a tarefa da economia nacional deixou de ser a investigação das legitimidades e necessidades econômicas nacionais e a derivação de diretrizes para a gestão econômica a partir dos resultados dessas investigações, passando a ser apenas a descrição da situação, sem investigar se os fenômenos e formas econômicas encontrados eram adequados e aplicáveis às reais necessidades da economia nacional. Dessa forma, conseguiu-se, e ainda se consegue hoje mais do que nunca, causar danos terríveis à economia e, consequentemente, à comunidade nacional – considerada cientificamente – e, por essa razão, de maneira irreversível. Nesse campo, inserem-se especialmente a doutrina do setor de crédito estatal e privado, e principalmente a doutrina dos juros. Já abordamos essa questão detalhadamente em outro lugar; aqui, basta apontar o fato de que, basicamente, o que hoje chamamos de economia nacional nada mais é do que uma instrução capitalista privada para o enriquecimento pessoal e uma tentativa bem orquestrada de justificar o roubo capitalista usurário da força de trabalho das nações produtivas.

Vale ressaltar que entre os professores de economia nacional há um número muito grande porcentagem de judeus.

Para o leigo, o que mais chama a atenção é a incursão dos judeus nos meios literários e artísticos. campo.

Quem observa o teatro atual se choca com a baixeza e o cinismo que ali se alastram. Isso se aplica especialmente ao fenômeno moderno do cinema. O drama de libertinos e devassos domina nossos palcos; com uma dialética subversiva e astuta, o bom alemão é doutrinado a acreditar que moralidade e ética, honra e consciência são, fundamentalmente, pura estupidez, sem a qual não se pode ir mais longe. Esses ataques ao público são acompanhados pelo incômodo das agências teatrais judaicas, em que o conhecimento dos artisticamente inclinados tende a ser menos decisivo do que a gratidão para com os agentes de teatro e concertos daqueles que buscam uma posição.

Mas, em seguida, houve uma ampla manipulação da opinião pública por meio da imprensa diária. Quase todos os grandes jornais passaram gradualmente para a propriedade judaica.
Com isso, o cerco em torno do povo alemão se fechou. Ao domínio econômico, somou-se o domínio intelectual. Tudo o que fosse prejudicial aos interesses judaicos era ocultado e silenciado o máximo possível do público; se, mesmo assim, ideias ou ações se manifestassem, começava-se a verdadeira caça às bruxas, inicialmente tentando ridicularizar tais esforços e, se nem isso surtesse efeito, recorria-se a mentiras, deturpações e difamação pessoal. Subornos e ameaças eram tentados e, por fim, não se hesitava em explorar economicamente o oponente ou o crítico inconveniente, ou até mesmo em assassiná-lo.

Esta última e terrível arma geralmente não era usada, ou era usada apenas raramente, contra pessoas privadas, pois quase nunca a reação de um verdadeiro amigo do povo, sem uma posição de poder político ou estatal, alcançava um grau de eficácia antes de ser derrotado pela enxurrada de mentiras e calúnias nos órgãos públicos dos judeus.

Nos partidos políticos, a insatisfação das massas era alimentada por meio de exageros extremos, e o ódio de classe contra os proprietários e seus supostos protetores, a autoridade estatal e o exército, era acirrado. Mesmo aqui – como em todos os casos desses ataques ao Estado nacional – eram os judeus que, em sua maioria, agitavam e fomentavam a revolta. Basta lembrar que Karl Marx, o fundador da doutrina marxista da luta de classes, era de fato judeu (Mardochai).

Machine Translated by Google

era seu nome verdadeiro). Seu arauto na Alemanha, Ferdinand Lassalle49, originalmente Feist Lasal, também era judeu.

Na guerra e na revolução, a obra de destruição judaica contra o Estado alemão foi concluída. Os príncipes foram expulsos, as dragonas arrancadas dos oficiais, os funcionários subjugados pela fome para que pudessem disponibilizar sua mão de obra – indispensável até mesmo para o Estado socialista-alto-capitalista da Alemanha moderna. Dessa forma, a nação alemã foi desarmada, emasculada, despojada de seus líderes, desapossada e violada, desmoralizada e debilitada, enquanto em todos os âmbitos da vida pública, na economia e na política, na arte e no teatro, os judeus arrogavam para si uma hegemonia incontestável.

A base do seu domínio é a sua enorme riqueza.

Apesar de seu pequeno número em relação aos povos que os acolheram, eles conseguiram colocar todos os cargos importantes da vida pública nas mãos de seus camaradas judeus ou de alemães com laços estreitos com os judeus. Contudo, a exclusão dos judeus do corpo nacional alemão é perfeitamente possível – tanto mais que a verdadeira atividade produtiva, de vital importância na indústria e na agricultura, nas profissões liberais e na administração pública, está quase inteiramente livre de judeus.

A remoção dos judeus do nosso corpo nacional não perturbaria a produção agrícola – ainda não vi nenhum judeu arar a terra – nem as fábricas parariam por falta de trabalhadores – os operários certamente saberão que nenhum judeu carrega carvão em trabalhos árduos ou trabalha na forja – os nossos locais de trabalho de ferreiro, metalúrgico, carpinteiro e sapateiro não ficariam órfãos – as casas não ficariam em ruínas após a expulsão dos judeus, as estatísticas não mencionam nenhum pedreiro, carpinteiro, telhador ou vidraceiro judeu. Mas nem mesmo no comércio haveria estagnação se os judeus não estivessem mais presentes. No setor dos transportes, o Estado já tem cuidado do tráfego de pessoas e mercadorias de forma exemplar e, de qualquer forma, quem já viu judeus como condutores de trem ou maquinistas?

ou como cobradores de bonde, ou como carroceiros ou trabalhadores de transporte?

Mas mesmo no campo da predisposição típica do judeu para o comércio e as finanças, os postos administrativos militares antes da guerra mostraram que eram capazes de realizar um serviço cuidadoso de armazenamento e abastecimento; no próprio comércio, atuam centenas de milhares de funcionários comerciais e empresários alemães que compreendem os aspectos e necessidades reais do comércio; e no banco estatal e no banco postal possuímos instituições que poderiam formar a base de uma economia nacional saudável, livre da economia corrupta judaica.

Se constatamos nesta breve análise que os judeus não representam, de forma alguma, uma função insubstituível em nosso Estado e vida nacional, e que, ao contrário, abusam de sua supremacia da maneira mais cruel, prejudicando os povos que os acolhem, então, como consequência óbvia e lógica, surge a exigência de expulsão dos judeus de nossa nação.

Somente quem se compromete com a comunidade nacional alemã pode ser cidadão do estado50 .

---

49 Ferdinand Lassalle (1825-1864) foi um socialista judeu-alemão que conhecia Marx, embora este o considerasse um oportunista devido à sua disposição para fazer concessões ao conservador Bismarck. Marx, portanto, não apoiou Lassalle quando este fundou a Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein (Associação Geral dos Trabalhadores Alemães).
A Associação, fundada em 1863, tinha como principal objetivo obter o sufrágio universal direto.

50 Esta estipulação já constava da segunda parte das Leis de Nuremberg de 15 de setembro de 1935, "Lei da Cidadania do Reich", Art. 2: "É cidadão do Reich aquele súdito que é de sangue alemão ou aparentado e que, por sua conduta, demonstra que deseja e está apto a servir fielmente o povo alemão e o Reich." A completa separação dos judeus da sociedade alemã foi decretada na primeira parte dessas leis, "Leis para a proteção do sangue e da honra alemães".

Machine Translated by Google

Dessa análise da questão racial decorrem, natural e necessariamente, também as outras consequências da proibição da imigração de judeus orientais. É uma completa falta de compreensão da questão judaica acreditar que basta repelir os judeus orientais por meio da proibição da imigração. É absolutamente necessário, simultaneamente, submeter os judeus hostis ao nosso povo, já estabelecidos entre nós, a uma lei de estrangeiros. Os judeus orientais são, sem dúvida, a grande reserva da qual os judeus se reabastecem constantemente. O grande perigo que essa imigração representa em si mesma foi revelado com toda a clareza pelas experiências dos últimos anos. Em poucos anos, esses judeus orientais conseguiram, por meio de todos os artifícios e artimanhas comerciais possíveis, acumular enormes riquezas. Nossos tribunais estão repletos de fraudes praticadas por esses estrangeiros. O Estado não tem o menor interesse na imigração de pessoas que, de forma alguma, se tornam produtivamente úteis.

Essa posição do Estado nacional-socialista em relação aos judeus do leste não exclui que Até mesmo os membros de outras nações que são parasitas do corpo nacional podem ser expulsos.

A discussão dessas questões nos leva agora à terceira seção da política estadual de Nacional-socialismo: em defesa do direito à cidadania.

O Direito à Cidadania

O direito à cidadania deve ser adquirido. Nesse princípio, o nacional-socialismo difere consideravelmente do direito atualmente vigente, segundo o qual todo alemão adulto acima de 20 anos, de ambos os sexos, pode exercer os direitos de cidadania do Estado. Da mesma forma, hoje, de acordo com a Constituição de Weimar, essa possibilidade está aberta aos membros da raça judaica. Similarmente, essa cidadania estatal pode ser adquirida por qualquer estrangeiro com o cumprimento de algumas formalidades superficiais.

A Constituição de Weimar, em geral, não compreende o conceito de cidadão do Estado, mas menciona, no Artigo 110, a condição de membro do Estado e, no Artigo 109, a igualdade de direitos perante a lei para todos os membros do Estado, independentemente do sexo. A vagueza desse conceito naturalmente exclui a exigência de pré-condições morais e raciais para a aquisição do direito à cidadania. Em contraste, o Artigo 113 da Constituição do Reich coloca sob sua proteção especial as "seções da nação" (!) de língua estrangeira; elas "não podem ser prejudicadas em seu livre desenvolvimento tradicional, especialmente no uso de sua língua materna na educação, bem como na administração interna e na administração da justiça".

Se compararmos com esta consideração abrangente dos estrangeiros a prática da nossa Lei para a Proteção da República contra os nossos próprios camaradas nacionais, a obrigação de entregar os chamados criminosos de guerra ao inimigo, com a certeza garantida no Artigo 1 12 de que "nenhum alemão de um governo estrangeiro pode ser entregue à perseguição ou punição", e, se compararmos precisamente este último artigo mencionado com os infames julgamentos dos franceses contra Krupp51 e os seus diretores, talvez uma referência ao facto de o autor desta constituição ser o judeu Preuss52 seja suficiente para lançar uma luz definitiva sobre todos estes acontecimentos.

---

51 Gustav Krupp von Bohlen und Halbach (1870-1950) dirigiu a Friedrich Krupp AG de 1909 a 1941. Em colaboração com a Reichswehr sob o comando de Hans von Seeckt (1866-1936), a Krupp empreendeu o rearme secreto da Alemanha, em violação ao Tratado de Versalhes. Em 1923, quando os franceses e belgas ocuparam a região do Ruhr, também multaram a Krupp por manter um
Um grande funeral público foi realizado para os treze trabalhadores da fábrica Krupp em Essen, mortos a tiros pelos franceses durante a ocupação.

52 Hugo Preuß (1860-1925) foi o Ministro do Interior judeu-alemão da República de Weimar e desempenhou um papel fundamental.
na formulação da Constituição de Weimar de 1919.

Machine Translated by Google

Não “o futuro mais afortunado dos poloneses”, como disse Betthmann-Hollweg53 em um de seus infelizes discursos parlamentares, e nem mesmo a melhoria da situação dos judeus na Romênia (segundo Kuhlmann)54 pode ser a ideia central de um Estado alemão, mas apenas o bem-estar do povo alemão. Esse tema orientador está expresso no programa nacional e econômico do NSDAP (O Programa, p. 35) no item 7: *“Os direitos e interesses dos alemães precedem os dos cidadãos de nações estrangeiras” e no item 6: “Quem não é alemão só pode viver como hóspede na Alemanha e está sujeito à lei de estrangeiros”.*

Segundo essa perspectiva, o direito à cidadania estatal deve ser adquirido. Ele também pode ser perdido por indignidade. É um direito do qual os judeus são fundamentalmente excluídos, e do qual também podem ser excluídos membros de outras nações.

A condição intrínseca para o requerente da cidadania alemã é o compromisso com a cultura e a comunidade alemãs. Aquele que não se compromete com a nação alemã dessa forma, aquele que se declara inimigo do Estado alemão, aquele que se sente mais ligado a membros de outras nações do que ao seu próprio povo, não pode receber quaisquer direitos de cidadania alemã, pois, de fato, não deseja ter qualquer relação com a comunidade alemã.

Parece ser realmente uma loucura que pessoas que declaram publicamente não conhecer uma pátria chamada Alemanha, como Crispien55 e outros fizeram, ainda queiram dar conselhos sobre o destino deste país, quando alegam, como representantes do povo, como delegados, ainda gozar de privilégios especiais e quando ainda gozam da proteção de leis especialmente rigorosas (a proteção da república) caso sejam promovidas deste parlamento a cargos governamentais.

O Estado Nacional Socialista alemão exigirá precisamente desses homens a prestação de contas mais rigorosa, e os membros dos governos e parlamentos revolucionários terão de assumir retroativamente a responsabilidade por seus atos ou omissões. As leis que vierem a ser elaboradas sobre a responsabilidade de todas as pessoas que ocupam cargos na vida pública deverão, portanto, ser dotadas de efeitos retroativos.

Aqui não se trata, como no caso do erro da revolução alemã, da luta por salários dos "proletários" famintos contra os capitalistas saciados e insaciáveis, portanto não se trata de enganar os sentimentos saudáveis e corretos do povo trabalhador através da ideia de luta de classes, mas sim da exigência moral de que a irresponsabilidade dos atuais beneficiários do atual sistema parlamentar e governamental chegue ao fim, e que aqueles que se enriqueceram de forma imoderada às custas da necessidade do povo ou aqueles que apoiaram as maquinações de outros círculos sejam levados à punição merecida.

O lema: "Os pequenos bandidos são enforcados; os grandes ficam impunes" não deve se provar verdadeiro. O Estado Nacional Socialista, ao contrário, ao determinar a pena, levará em consideração o fato de os pequenos bandidos terem sido seduzidos como um fator atenuante e, por outro lado, levará os grandes criminosos contra o povo alemão à justiça com todo o rigor da lei.

---

53 Theodor von Betthmann-Hollweg (1856-1921) foi chanceler alemão de 1909 a 1917. Durante a guerra, Bethman-Hollweg parecia favorecer políticas mais moderadas do que aquelas defendidas pelos líderes militares.

54 Richard von Kuhlmann (1873-1948) foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Alemanha de agosto de 1917 a Julho de 1918. Em maio de 1918, ele negociou a Paz de Bucareste com a Romênia.

55 Arthur Crispien (1875-1946) foi eleito membro social-democrata do parlamento em 1920 e tornou-se co-presidente do Partido Social-Democrata (SPD) em 1922.

Machine Translated by Google

O trabalho de expurgo deste tribunal estatal não pode agora, de modo algum, parar naqueles que chegaram ao poder com a revolução. Terá também de visar aqueles sob o governo imperial que, por negligência, tornaram possível a queda da Alemanha. O principal responsável – Bethmann-Hollweg – foi de facto retirado dos seus tribunais terrenos, o mesmo se aplica ao segundo mais culpado – Erzberger56, que, como pai da deplorável revolução parlamentar de julho de 1917, reacendeu a já debilitada vontade de vencer dos inimigos. Até mesmo Eisner57
Rathenau e outros foram removidos do cenário de suas atividades destrutivas para a nação, certamente de forma ilegal, mas de acordo com as leis implacáveis da história. Mas muitos daqueles que, por meio da organização da greve dos fabricantes de munições em janeiro de 1918, cravaram uma adaga nas costas do exército combatente, ainda vivem; aqueles que, por meio da palavra e da escrita, quebraram a vontade de vencer, ainda vivem; aqueles que pregaram a "paz sem vencedores e perdedores", ainda vivem e aceitam como certo aqueles que se aproveitaram do sofrimento do povo em guerras e revoluções para seu próprio enriquecimento desmedido.

Certamente, tal reivindicação política nacional espalhará medo e horror, e dezenas de milhares temerão por suas vidas por não serem pessoas de coração puro. Mas para o Nacional-Socialismo, essa reivindicação por justiça social define o destino do povo alemão: se ele encontrará o caminho para se tornar uma nação nobre ou se levará uma vida miserável, degradante e corrupta, como uma nação subserviente. Para o movimento Nacional-Socialista, sua razão de ser também é decidida por essa questão.

O direito à cidadania estatal não é, portanto, algo que será inato a todos os nascidos na Alemanha; pelo contrário, esse direito à cidadania estatal inclui em si também as mais elevadas obrigações morais para com o Estado e a nação. A observância dessa responsabilidade para com o Estado e a nação deve, contudo, ser resguardada pela possibilidade de que esse direito possa ser perdido em caso de indignidade.

Por outro lado, a aquisição do direito à cidadania estatal não será um ato de misericórdia, mas uma reivindicação que todo alemão trabalhador poderá apresentar, que se mostre digno da comunidade alemã e que se comprometa com a comunidade racial e histórica alemã.
Aquele que cumpriu suas obrigações militares e laborais, aquele que atua como um trabalhador honrado em sua profissão, tem direito à aquisição da cidadania estatal.

Mas a esse direito de cidadania estatal está também vinculada a obrigação de não esquecer, em todo o seu trabalho, a visão do todo maior e também de estar sempre consciente, em sua atividade econômica, de que deve adequar seu trabalho ao todo, ou seja, mesmo com plena liberdade em áreas específicas, a atividade do cidadão alemão não deve ser dirigida contra o bem-estar do todo.

---

56 Matthias Erzberger (1875-1921) foi membro do Deutsche Zentrumspartei (Partido do Centro Católico) e considerado o braço direito de Betthman-Hollweg. Durante a guerra, em meados de 1917, ele defendeu um fim negociado para o conflito e minou a confiança nas forças armadas alemãs. Erzberger assinou o armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial e, como Ministro das Finanças da República de Weimar, apoiou o Tratado de Versalhes. Ele foi assassinado em 1921 por membros ultranacionalistas da "Organização Cônsul", fundada pelo comandante dos Freikorps, Hermann Ehrhardt (1881-1971).

57 Kurt Eisner (1867-1919) foi um socialista judeu alemão que organizou a revolução que derrubou os Wittelsbach. Dinastia da Baviera em novembro de 1918. Tornou-se primeiro-ministro republicano da Baviera e, na Conferência de Berna dos Socialistas, atacou os socialistas moderados por não reconhecerem a culpa da Alemanha no início da Primeira Guerra Mundial. Foi assassinado pelo conde nacionalista Arco von Valley em fevereiro de 1919.

Machine Translated by Google

Economia Nacional

A tarefa da economia nacional é satisfazer a demanda e não obter o maior rendimento de juros possível para o capital emprestado.

Seria de se esperar que esse princípio fosse dado como certo em todas as economias, e, no entanto, a economia nacional-socialista difere da atual economia capitalista de juros precisamente nesse princípio orientador. Não é tão fácil para o senso ingênuo do homem produtivo imaginar uma economia nacional que não sirva à satisfação da demanda; e, no entanto, é preciso deixar claro agora que, para os atuais senhores da economia – o capital bancário e da bolsa de valores – a satisfação da demanda tem, basicamente, pouca importância. O capital internacional tem interesse.
apenas na medida em que essa satisfação da demanda possa ser explorada de forma capitalista usurária.

Na verdade, estamos lidando aqui com duas atitudes fundamentalmente diferentes em relação à economia. A única demanda urgente de toda a população sobre a economia como um todo é, naturalmente, a satisfação da necessidade de alimentação, seguida pela necessidade de moradia e vestuário, e somente depois disso se distribuem, em uma variedade de itens de primeira necessidade, até chegar às artes e aos prazeres culturais mais refinados. Entre esses extremos, encontram-se os serviços de apoio, todo o sistema de transporte e tudo o que a ele se relaciona, o comércio e o sistema financeiro. A produção de bens, por sua vez, tem, em uma economia saudável, o objetivo mais nobre de suprir a necessidade da melhor maneira possível, por meio de um pagamento que cubra os custos de produção e inclua uma renda correspondente ao empreendedor, além de uma participação nos lucros adequada, da qual possam ser custeadas tanto as perdas inevitáveis quanto as melhorias e reformas na empresa.

A atenção do empresário justo não se volta para a obtenção de lucros desmedidos em casos isolados, mesmo quando circunstâncias favoráveis poderiam torná-los possíveis. O empresário justo está plenamente consciente de suas tarefas econômicas nacionais, que consistem em estabelecer a produção de forma a suprir a necessidade com o menor custo possível para o usuário, de modo que, ao mesmo tempo, a empresa cresça e prospere, e que os custos de produção se tornem cada vez menores sem que os salários sejam reduzidos.

Talvez o exemplo mais elucidativo dessa verdadeira forma de pensamento empreendedor seja Ernst Abbe58, cofundador e diretor da fábrica da Zeiss em Jena. Esse homem compreendeu com grande perfeição essa tarefa econômica nacional do empreendedor e buscou realizá-la da melhor maneira possível.

Mas, nesse aspecto, também não temos, em geral, motivos para fazer queixas específicas sobre os nossos empresários antes da guerra. Homens como Alfred Krupp59, Mannesmann60, Werner Siemens61 , Thyssen62, Borsig63, Krauss, Maffei64, etc., garantiram para si, inclusive socialmente, um lugar de honra na história da indústria alemã. Nem todos eles foram regidos pela busca unilateral do lucro,

---

[58] Ernst Abbe (1840-1905) foi um físico e empresário contratado por Carl Zeiss, fundador da Jena.
Abbe tornou-se coproprietário da empresa Carl Zeiss AG, que produzia instrumentos e sistemas ópticos.

59 Alfred Krupp (1812-1887) era filho de Friedrich Krupp (1787-1826), que fundou a Krupp Cast Steel Company em 1811. Durante a gestão de Alfred Krupp, a empresa tornou-se a principal fabricante de armas da época.

[60] A Mannesmann foi fundada em 1890 e originalmente produzia tubos de aço sem costura.

[61] Werner Siemens (1816-1892) foi um inventor e fundador da empresa Telegraphen-Bauanstalt em 1847. Hoje
A Siemens AG é uma das maiores empresas eletrotecnológicas do mundo.

[62] August Thyssen (1842-1926) fundou a siderúrgica Thyssen-Foussol em 1867 e adquiriu outras empresas industriais pesadas que foram amalgamadas em 1926 para formar a Vereinigte Stahlwerke, o maior cartel de mineração e aço do mundo antes da Segunda Guerra Mundial.

[63] A Borsig foi uma empresa de locomotivas fundada por August Borsig (1804-1854) em 1837.

64 A Krauss-Maffei é uma empresa fabricante de máquinas que foi fundada em 1838.

Machine Translated by Google

Eles permaneceram simples e modestos para si mesmos, tendo como única bússola a prosperidade de suas obras.

De fato, o incansável poder produtivo e inventivo da indústria alemã resultou no fato de que não apenas o gigantesco aumento populacional encontrou trabalho e sustento, mas também que, apesar do aumento dos salários e da melhoria abrangente do padrão de vida de todos os segmentos da população, os produtos mais importantes puderam ser produzidos a custos mais baixos graças a constantes avanços e invenções. O operário alemão jamais deve se esquecer de que deve isso aos intelectuais.

E outro ponto deve ser enfatizado aqui novamente com toda a ênfase: que a base e a condição prévia para esse grande florescimento da economia alemã foi o Reich de Bismarck, liderado com grande força. Esses dois fatores, a situação política unida e, portanto, poderosa do Reich Alemão e a diligência sem precedentes dos empresários e trabalhadores alemães, possibilitaram uma elevação abrangente do padrão de vida de toda a população, que o gigantesco aumento populacional da Alemanha pudesse ser alimentado, vestido e abrigado, e que a emigração da Alemanha caísse a números insignificantes.

Os números da migração alemã nas décadas posteriores a 1870 incluíam apenas o excedente considerável do espírito empreendedor e mercantil alemão que se espalhou pelo mundo como pioneiros da indústria e do desempenho alemães.

Em sua maior parte, a economia nacional do Reich Alemão fez jus às exigências fundamentais que também impomos a uma economia nacional saudável.

A demanda foi amplamente atendida. No entanto, surgiram, mesmo naquela época, profundos problemas. danos em nossa economia que se manifestaram de diversas maneiras.

1. *As finanças do nosso Estado* afundaram em dívidas cada vez maiores ao mesmo tempo em que o povo alemão se tornava cada vez mais rico e poderoso, em que os produtos da eficiência industrial e comercial alemã conquistavam os mercados mundiais, numa época em que a nossa economia interna caminhava de sucesso em sucesso e as condições médicas e de vida melhoravam ano após ano.

Ora, é claro que o aumento constante das dívidas não é um bom sinal. Tal fenômeno sempre indica que algo está errado. De fato, seria totalmente absurdo e sem sentido que um Estado, cujos cidadãos desfrutam de crescente riqueza, não se encontrasse, ao mesmo tempo, em uma situação de finanças públicas saudáveis e prósperas. Isso se torna ainda mais surpreendente quando o Reich Alemão e os estados federados obtinham receitas extraordinariamente elevadas de suas ferrovias, correios e minas, bem como das florestas estaduais, etc., sem mencionar o fato de que o Reich e os estados federados podiam, em virtude de sua soberania financeira, reivindicar a considerável capacidade tributária de seus cidadãos.

2. Outro dano econômico profundo foi o endividamento progressivo de nossos imóveis agrícolas e urbanos. O movimento de reforma agrária que foi aplicado contra isso reconheceu corretamente uma parte muito importante de todo o problema, sem, infelizmente, alcançar eficácia completa.

3. O fato da inflação em nossa indústria por meio de crédito de todos os tipos também deveria ter preocupado os observadores mais perspicazes. Certamente, em tempos de crescente prosperidade, as empresas comerciais e industriais encaram com leveza a aceitação de moeda estrangeira e a obrigação de juros a ela associada, pois, de fato, o aumento significativo das oportunidades de trabalho e renda permite o suporte desses encargos.

Machine Translated by Google

> Mas ai de nós se as crises econômicas se instalarem! Nesse caso, o uso de crédito com juros revelará toda a sua perversidade econômica.
>
> A forma de sociedade anônima que surgiu nesses anos, com o desprendimento efetivo do capital do trabalho a ele vinculado, ou seja, a separação dos interesses puramente capitalistas na rentabilidade do dinheiro, por parte dos credores, da cooperação saudável do empresário individual e da plena identificação de sua existência com sua empresa, semeou, da mesma forma, a semente de profundos prejuízos econômicos.
>
> 4. A crescente posição de poder das instituições de intermediação financeira, os bancos, deveria ter enchido de preocupação o honrado amigo da nação. De servidores da economia, os bancos tornaram-se os senhores irrestritos de toda a economia nacional. De maneira notável e significativa, essa crescente posição de poder dos bancos não foi acompanhada por uma prosperidade concomitante de nossa economia nacional; pelo contrário, quanto mais lamentável nossa economia se tornava, mais os bancos se engrandeciam.

Não desejamos aqui aprofundar este desenvolvimento, pois haverá muito a dizer sobre ele na discussão da economia puramente financeira e monetária. A menção da quádrupla causa do grande prejuízo econômico nacional por meio do sistema financeiro e de crédito foi de grande importância, pois precisamente esse aspecto de toda a economia se tornou o oposto de uma verdadeira economia nacional, ou seja, uma economia unilateral de exploração dos poderes financeiros.

Quem não se depara espontaneamente com a imagem de um corpo infestado de parasitas deve estar muito interessado na manutenção do status quo ou ser dependente dos beneficiários dessa economia exploradora. Infelizmente, este último é o caso de um grande número de pessoas. É por isso que a resistência interna a esse sistema econômico moderno de barões ladrões não surge de forma proporcional.

É especialmente lamentável que até mesmo a ciência, e de fato especialmente a ciência, que tem o dever de lidar com essas questões, ainda esteja, com algumas exceções (Othmar Spann65), sob o domínio da atual economia capitalista de juros e se veja dependente dela. A economia nacional contemporânea não é uma líder em direção à verdade e ao conhecimento correto, mas tornou-se porta-voz da criminalidade econômica nacional.

Todas as grandes verdades e a sabedoria podem ser compreendidas e contempladas em seus aspectos essenciais por qualquer pessoa simples. Não se deve confundir isso com o fato de que, naturalmente, não é tão simples chegar a esse conhecimento fundamental. Certamente, o próprio conhecimento, a intuição, é como uma luz brilhante que resplandece na alma eternamente sedenta por saber. Difícil, porém, é o trabalho subsequente do entendimento, que deve arduamente empilhar tijolo sobre tijolo para construir, com a mais cuidadosa seleção de materiais, toda a estrutura do pensamento, de modo que a obra final se apresente a todos como autoevidente.

Nesses casos, não há elogio maior do que quando, ocasionalmente, se chega a tais pensamentos por conta própria. Assim, recebi, enquanto trabalhava nesta obra (verão de 1923), um

---

65 Othmar Spann (1878-1950) foi um economista e sociólogo austríaco anti-socialista influenciado pelas teorias econômicas de Adam Müller (1779-1829) – que se opôs à economia liberal materialista de Adam Smith. Foi professor na Universidade de Viena de 1919 até 1938, quando foi impedido de exercer a cátedra pelos nacional-socialistas após a... Anschluss (anexação) da Áustria. Embora Spann simpatizasse com a orientação nacionalista do NSDAP, suas ideias sobre um Estado corporativista não eram totalmente apoiadas pelos nacional-socialistas.

Machine Translated by Google

Excelente trabalho de um homem já idoso, o engenheiro austríaco W. Schober66, no qual todo o desenvolvimento desastroso da situação financeira e de crédito austríaca foi previsto com uma clareza sem precedentes já há 30 anos.

Schober destacou o fato de que somente um rompimento completo com as doutrinas econômicas nacionais fundamentalmente falsas poderia impedir o desenvolvimento desastroso da economia nacional. Infelizmente, sem o menor sucesso.

O principal motivo, naquela época, residia no fato de que os amigos de Schober, do Partido Cristão-Socialista, após uma concordância inicial entusiástica, se afastaram dele com desculpas esfarrapadas: "O momento ainda não é oportuno", mas, na realidade, porque isso não agradava à alta finança c

Há muito tempo que o banco deixou de ser o intermediário de confiança entre o capital de poupança e as necessidades da economia e do capital de giro. Hoje, os grandes bancos têm seus diretores e representantes em todas as empresas de capital aberto. Nada acontece sem o conhecimento do banco. E qual o interesse do banco na economia atualmente? Seu único interesse é que o capital renda o máximo lucro possível; a forma como isso é feito é indiferente para ele. Não se considera sua função fertilizar a economia por meio de empréstimos a taxas baixíssimas, justamente quando a economia nacional está ameaçada por crises da pior espécie – embora essa fosse sua principal tarefa –; os grandes bancos tendem, muito mais, a apresentar pacotes e avisos de crédito justamente quando a indústria manufatureira mais precisa de crédito antecipado para sua produção.

Pode-se ainda considerar o seguinte: Que necessidade os bancos suprem? – Dirão: a necessidade de dinheiro. Claro. Mas como e em que condições? O padeiro, o sapateiro, o dono da fábrica, o empresário, de fato, suprem a necessidade real de comida, roupa, etc., e recebem por isso o valor equivalente, o preço, em dinheiro ou por meio de uma transferência bancária.
Dessa forma, a necessidade é atendida e o dono da fábrica, etc., volta a ter capital de giro para compras, pagamento de salários e continuidade da produção. Aqui vemos um ciclo econômico completo. O produtor atende à necessidade do consumidor, o dinheiro cumpre sua função como intermediário em uma transação comercial e fertiliza novamente a economia nas mãos do produtor.

No caso do negócio de empréstimos, a situação é bem diferente. Primeiro, nenhum banco tem a obrigação de ceder seu produto – dinheiro – da mesma forma que existe, por exemplo, para qualquer comerciante. Portanto, ele pode garantir que empresta dinheiro apenas para quem lhe é favorável. Além disso, o banco exige, na maioria dos casos, garantias que superam em muito o valor do empréstimo, e ainda exige um certificado de dívida pelo qual o devedor se compromete a quitar a dívida com tudo o que possui e vier a possuir. Em outras palavras, em troca da concessão do dinheiro, o banco apropria-se de ativos muito superiores ao valor emprestado; ele também emite um certificado de dívida que expõe os rendimentos do trabalho do devedor ao seu alcance. Mas isso não basta: por esse empréstimo duplamente garantido, e muitas vezes com garantias, o banco ainda cobra juros que se tornam exorbitantes com o tempo. Assim, temos aqui um procedimento que, do ponto de vista econômico, não representa uma performance produtiva: o pagamento de retorno – penhor, certificado de dívida – é feito imediatamente e, além disso, o devedor precisa concordar com outro pagamento contínuo que, em poucos anos, ultrapassa o valor recebido, sem a necessidade de penhor.

66 Wenzel Schober (1846-1928) foi um engenheiro ferroviário austríaco que – tal como o professor vienense Josef Schlesinger (1830-1901) – identificou nos seus escritos económicos a dependência das finanças internacionais judaicas como a principal causa dos problemas económicos da Áustria. As suas principais obras incluem Die Noth und ihre Ursachen, 3 vols., Viena, 1880-82, e Die Valuta-Regalierung in Österreich, 1892.

Machine Translated by Google

tornar-se livre ou a dívida ser resolvida. Tal negócio financeiro é, naturalmente, um absurdo do ponto de vista econômico nacional; é usura pura e simples.

O verdadeiro sentido do crédito, da crença na maior eficácia econômica de outrem, reside no fato de que o detentor de suas economias, ao não se ver em condições de utilizá-las de forma lucrativa, recorre a alguém em quem confia, a quem oferece a garantia de que lhe devolverá integralmente e sem redução suas economias, mediante solicitação. Se o empréstimo fortalece a capacidade de trabalho do devedor, permitindo-lhe obter lucros consideravelmente maiores, pode-se considerar um ato de justiça ou gratidão o fato de o devedor conceder ao credor, além da devolução do dinheiro, uma parcela de seus lucros. *Essa concepção de economia monetária e de crédito privada dominou toda a Idade Média, constituindo o núcleo da doutrina do juro da Igreja. A cobrança de juros era considerada usura.* Hoje, o juro, julgado usura pela Igreja, tornou-se, de fato, um axioma de toda a nossa economia – o conceito nacional de crédito se transformou em um absurdo econômico nacional. Sem dúvida, para o homem abastado, tal doutrina é a fonte de um enriquecimento duradouro e sem esforço. Não porque o ouro seja – como aparenta ser – de fato um poder que produz dinheiro a partir de si mesmo, um fenômeno sobre-humano que, livre das leis terrenas da perecibilidade, subjuga tudo ao seu feitiço de forma imperecível e eterna, mas sim porque, na economia financeira e internacional moderna, essa monstruosa inversão da relação entre trabalho e dinheiro é aceita como lei, como algo intocável, como algo para o qual a ciência que a estuda precisa apresentar inúmeras justificativas.

Só assim foi possível desviar toda a economia nacional de sua única e natural tarefa de suprir as necessidades e, com isso, criar trabalho e alimento para todos, e utilizá-la principalmente como instrumento para o enriquecimento pessoal dos proprietários do capital bancário e da bolsa de valores.

É agora um truque predileto da batalha política contra o nosso movimento retratar esta nossa oposição à *alta exploração capitalista* da nossa economia nacional e a nossa luta por uma economia nacional que satisfaça as exigências da justiça social como uma oposição entre propriedade e outras formas de posse, e denunciar a nossa reivindicação "Interesse público acima do interesse próprio" como comunista. Contra isso, devemos sempre apontar para o Artigo 8º do programa nacional e econômico (O Programa, p. 35):

"O nacional-socialismo reconhece fundamentalmente a propriedade privada e a coloca sob proteção do governo".

No entanto, caberá à legislação definir os limites em relação a...
Acumulação desmedida de riqueza nas mãos de indivíduos em detrimento do todo.

De forma positiva e para a própria economia, surge, como uma exigência para toda a economia e suas tarefas no espírito do Nacional-Socialismo, a exigência nº 10 do "Programa Nacional e Econômico": *Todos os alemães formam uma comunidade de trabalho para a promoção do bem-estar comum e da cultura do povo alemão.*

Daí deriva, por sua vez, a exigência moral de que *todo alemão deve trabalhar intelectual e fisicamente de acordo com suas forças, mas que esse trabalho deve ser incorporado ao todo.*

Ressalto que esta é uma exigência moral. Não se trata, portanto, do estabelecimento de uma a obrigação de trabalhar, tal como foi introduzida na Rússia Soviética. Algo bastante diferente é o

Machine Translated by Google

Introdução exigida por nós de um ano de trabalho obrigatório para todo alemão antes da aquisição da cidadania plena.

É bastante diferente o fato de que nosso principal objetivo visa precisamente garantir uma velhice sem preocupações para todos os camaradas nacionais que trabalharam diligentemente em seus anos de juventude e idade adulta
Precisamente no caso de uma economia nacional que não se encontra continuamente sob o efeito sangrento de uma obrigação de juros e encargos para emprestar capital, será, e deve e pode, facilmente alcançado que ela distribua grandes excedentes de tal forma que a todos os camaradas nacionais seja assegurada uma pensão de velhice adequada e suficiente – semelhante à aposentadoria dos funcionários públicos – ao atingirem uma certa idade ou em caso de invalidez laboral prematura.

Trago aqui esta reivindicação sociopolítica porque o cumprimento desta tarefa diz respeito ao desempenho de toda a economia nacional, porque é o ponto que não só permite dizer constantemente ao trabalhador, no sentido mais amplo da palavra: "Você deve trabalhar!", mas porque, por trás da obrigatoriedade do trabalho, estabelece algo reconfortante e conciliador: a perspectiva de uma velhice segura para todos aqueles que cumpriram seu dever ao longo da vida.

No âmbito do reconhecimento fundamental da propriedade privada como alicerce da nossa economia, inclui-se naturalmente o direito de todo alemão à liberdade de ganhar a vida e de dispor livremente dos rendimentos do seu trabalho e dos seus bens adquiridos (n.º 11 do "Programa Nacional e Económico"). Limitar este direito fundamental só é permitido por lei, devendo-se observar que apenas o trabalho que não prejudica os interesses da comunidade é considerado como tal. O comércio em cadeia e a especulação também geram, sem dúvida, muito trabalho; da mesma forma, um ladrão muitas vezes sua mais no seu "trabalho" do que um pedreiro na construção de uma casa, mas esse "trabalho" visa, de facto, apenas ao enriquecimento pessoal unilateral à custa e ao prejuízo de outros. Tal "trabalho" é, portanto, geralmente prejudicial e deve ser punido com toda a severidade.

Tal determinação expressa não é de modo algum supérflua, pois, pela prática do direito, fica evidente com muita frequência, e em uma medida alarmante, quantas coisas são ali designadas como trabalho honesto. Há também toda uma série de atividades que se encontram muito próximas da linha divisória, onde é difícil dizer que esse trabalho ainda se harmoniza "com o todo".

Em todo caso, devem ser criados instrumentos legais para que todas essas atividades ou empreendimentos que atentem contra a saúde pública, seja física ou intelectual, sejam reprimidos. O mesmo se aplica à exploração da vulnerabilidade da população por meio da especulação e da usura.

Para essas criaturas hostis à nação, exigimos a pena de morte. Financeiro
Penas ou mesmo prisão são ineficazes contra pessoas tão inescrupulosas.

Em suma, a política econômica do Nacional-Socialismo trabalhará para eliminar uma concentração fundamentalmente falsa da economia na lucratividade e, por essa razão, restaurar a honra à única tarefa correta e razoável da economia nacional: a satisfação da demanda.

Isso não exclui de forma alguma a renda e o lucro para o comerciante, o dono da fábrica e os empresários honestos; pelo contrário, em hipótese alguma devem ser criadas dificuldades para a busca justificada de ganhos, desde que essa busca esteja dentro do âmbito do interesse público.

Trata-se, portanto, de uma ação purificadora e, em seguida, da manutenção de uma economia alemã irrepreensível, tanto em sua forma quanto em seu desempenho. Com isso, entende-se o que exige o nº 12 do "Programa Nacional e Econômico": *a manutenção da saudável combinação de grandes, médias e pequenas empresas em todos os ramos da vida econômica, inclusive na agricultura.*

Machine Translated by Google

Com isso, também se estabelece a posição fundamental do nacional-socialismo em relação às diferentes ordens sociais.

O nacional-socialismo *apoiará e promoverá os agricultores por todos os meios, como fundamento de uma nação poderosa e para o sustento da população.*

Se o ponto 17 do Programa contém uma cláusula que prevê a desapropriação gratuita em circunstâncias especiais, isso se referia apenas, como proclamou Adolf Hitler em 13 de abril de 1928, à "criação de possibilidades legais de confiscar, se necessário, terras adquiridas ilegalmente ou não administradas de acordo com o ponto de vista do bem-estar do povo. Isso se dirige, portanto, principalmente contra as empresas judaicas de especulação imobiliária". Essa cláusula foi, portanto, concebida apenas para a proteção da população nativa.

Para o nacional-socialismo, *a prosperidade e a independência de uma classe média comercial e mercantil saudável são especialmente importantes.*

E mesmo nas formas de produção da chamada indústria pesada, do ponto de vista do Nacional-Socialismo, não há nada de essencial a ser contestado. Precisamente essa grande indústria racionalizou tudo de forma exemplar, ou seja, não poupou esforços para alcançar métodos de produção melhores e mais simples. A atual sobrecarga das empresas –
Visando à comunização – com um número excessivo de pessoas que são realmente dispensáveis (estamos pensando aqui principalmente na necessidade de manter seus próprios fiscais e funcionários de seguros, etc.) – naturalmente, isso vai diretamente contra o esforço de nacionalização da indústria.

Ao término dessas tarefas político-econômicas do Nacional-Socialismo, destaca-se outra enorme conquista organizacional: *"A implementação de um ano de serviço militar obrigatório para cada alemão".*

Mesmo aqui, é um princípio profundamente moral que impõe essa exigência: o dever.

Quem deseja exercer os direitos de cidadania do Estado deve também ter servido ao Estado, deve também ter demonstrado, por meio de ações concretas e sem remuneração, ou seja, sem possibilidade de enriquecimento, tal como o soldado serve a sua pátria.

Na ideia do serviço laboral obrigatório, vislumbramos uma ideia totalmente complementar à ideia do serviço militar universal.

Por mais que desejássemos reduzir substancialmente o treinamento para formar soldados eficientes em comparação com o período de serviço anterior de dois ou três anos, consideramos igualmente necessário e recomendável que todo jovem alemão se familiarize com uma ou mais atividades comerciais nas quais possa servir ao Estado.

A consciência do dever em relação à qualidade do trabalho sofreu tanto sob o domínio da máquina e sob a doutrina ainda mais devastadora da hostilidade de classe dos trabalhadores contra os empresários, que uma formação nessa área, sob rígida direção estatal e segundo princípios uniformes, parece absolutamente indispensável. Precisamente os empresários, em seu bom senso, acolherão tal instituição e não a considerarão de forma alguma como uma concorrência. Tal força de trabalho não pode ser considerada uma concorrência, pois, segundo a experiência, toda atividade econômica produtiva do Estado acaba sendo excessivamente sobrecarregada por seu aparato oficial, uma vez que o emprego e o treinamento de uma força de trabalho jovem e inexperiente consomem grande parte de sua eficiência.

Por outro lado, será tarefa deste ano de serviço profissional familiarizar melhor os jovens das empresas estatais modelo com todos os avanços tecnológicos. Eles deveriam, se

Machine Translated by Google

se possível, atender às necessidades reais da força de trabalho e dos camaradas nacionais que servem nas forças armadas.

Assim, a competição estatal com o restante da economia nacional não está em questão; no máximo, o Estado poderia atuar em certos setores como regulador de preços, com preços de mercado que ainda deixem aos comerciantes e empresários independentes uma ampla margem de lucro razoável.

Não cabe a este manifesto aprofundar os detalhes. Contudo, é necessário esboçá-los e esclarecê-los brevemente, pois sabemos que uma solução correta para esta questão será de enorme vantagem para a recuperação do nosso moral económico, para além do benefício que toda a economia obterá com o despertar da ideia de dever no trabalho como um dever moral para com a nação.

Com relação à posição do cidadão-estado em relação à economia nacional
Bismarck declarou certa vez:

"Não vivemos para sermos felizes, mas para cumprir o nosso dever."

Este princípio moral também está na base da nossa posição em relação ao Estado e ao economia.

Machine Translated by Google

Reforma financeira nacional – Dinheiro e crédito no Estado Nacional Socialista

'A regra dos juros.'

A exigência de romper com a escravidão aos interesses é uma novidade sem precedentes em um programa político. Só esse fato já seria suficiente para que os mais amplos setores da sociedade apresentassem uma oposição veemente ao nacional-socialismo.

A grande maioria dos opositores é constituída por aqueles que, de fato, perderam tudo por causa da atual economia capitalista baseada em juros e que, criados nessas ideias, ainda temem a perda de privilégios já perdidos. Essa oposição, na verdade, não possui ímpeto, pois justamente a falta de qualquer ímpeto interno é característica do círculo aprisionado no ideal previdenciário capitalista.

Outro grupo é o daqueles que dependem de empréstimos ou, pelo menos, acreditam que dependem. Naturalmente, esse grupo não teme propriamente a abolição da obrigação de pagar juros, mas sim o receio de não receber mais capital de giro a menos que tudo permaneça como está.

Outro grupo é o dos maravilhosos economistas nacionais, para quem a oposição ao problema
A libertação dos juros é o alfa e o ômega de sua sabedoria econômica nacional.

Existe ainda um outro grupo, o dos maliciosos, que não possuem uma visão de mundo melhor, mas que, por razões pessoais ou táticas partidárias, combatem essa reivindicação fundamental do Nacional-Socialismo com afirmações falsas e deturpações.

Que os círculos das finanças internacionais que exercem a regra do juro estão, precisamente sobre
A explicação para essa exigência, vinda de nossos inimigos mais irreconciliáveis e implacáveis, é evidente por si mesma.

Com exceção da oposição maliciosa e daquela com interesses profissionais, as principais razões para uma atitude hostil e desconfiada são a ignorância, a preguiça intelectual e a estupidez.

Estamos lidando aqui com oponentes bastante poderosos, oponentes entre os quais qualquer sistema que se tente impor fracassa, que recuam como águas-vivas diante da pressão de explicações convincentes, mas que, imediatamente após o alívio da pressão, retornam aos velhos modos de pensar.

Então, o que se entende por "escravidão dos juros"? Por *escravidão dos juros* entende-se a dívida do Estado e do povo para com os poderes financeiros supranacionais, atrelada aos juros. Trata-se, portanto, de uma nova forma de escravidão, a escravidão ao domínio das finanças. Essa escravidão é mais terrível e cruel do que qualquer forma de domínio jamais o foi sob o governo de príncipes absolutistas, porque é exercida de maneira impessoal, sem qualquer sentimento humano, obcecada apenas por um instinto insaciável de expansão e crescimento, por uma ganância de poder sem igual.

A expressão comum para a existência dessa regra é: "O dinheiro move o mundo".
Mas aqui o dinheiro é usado apenas como símbolo de domínio do poder financeiro. O dinheiro em si, as moedas de metal e papel, não são inerentemente bons nem maus, e não exercem qualquer tipo de domínio. O dinheiro como moeda é indispensável para a troca de bens e serviços. É por isso que todas as tentativas de lidar com o domínio dos poderes financeiros apenas pela ótica do dinheiro são, desde o início, errôneas e fadadas ao fracasso, porque, no caso desse domínio, não estamos lidando com uma questão do sistema monetário estrito, mas com questões de poder.

O dinheiro como instrumento de poder, como já foi dito, não é em si mesmo bom nem mau, dependendo apenas de como é usado. O fato de também poder ser usado de forma assassina, ou seja, mal utilizado, não o torna necessariamente mau.

Machine Translated by Google

De forma alguma é possível neutralizar suas infinitas e indispensáveis possibilidades de uso. Mesmo o dinheiro, quando aplicado de forma útil, tem um efeito benéfico sobre a economia nacional. Não é à toa que o dinheiro é chamado de sangue no corpo econômico nacional. Enquanto o dinheiro se mantiver fiel à sua função como meio de troca, enquanto o dinheiro recebido ou ganho for reinvestido na economia, ele *não poderá* exercer qualquer influência prejudicial sobre a economia nacional.

Agora entra em cena um fator: o desejo de usar o dinheiro como método de poupança. Esse desejo é, em si, totalmente justificado; pelo contrário, seria desejável que o bom senso da poupança fosse restaurado, se – sim, se – poupar fosse de fato possível nas circunstâncias atuais. A desvalorização persistente e ameaçadora da moeda alemã, resultante de uma política financeira estatal irresponsável, torna a poupança uma tolice, pois, em poucas semanas ou dias, o valor do dinheiro pode cair a uma fração do seu valor anterior. Portanto, para que o dinheiro cumpra sua função como meio de poupança, ele precisa ter um *valor estável.*

Como a moeda alemã, por razões que ainda teremos de investigar, não possui valor estável no momento e também não pode vir a possuir, o poupador alemão busca, em períodos de instabilidade, moedas de valor estável. Essas moedas de valor estável são as chamadas moedas nobres, como o dólar, o franco suíço e o florim holandês, as moedas dos povos escandinavos, etc., bem como as moedas metálicas lastreadas em metais preciosos.

Mas agora a função econômica nacional do dinheiro como capital de giro da economia se opõe a esse desejo de acumulação de moeda estável. Para entender essa questão em toda a sua profundidade, devemos nos ater ao fato de que o dinheiro, em sua essência, é e deve ser nada mais do que um *"símbolo de trabalho realizado".* A explicação usual: "Dinheiro é um meio de troca" não é de modo algum falsa, mas não esgota a questão. É uma função do dinheiro, e de fato a mais importante, mediar a troca de mercadorias. Mas essa função também é cumprida por outras coisas, como os pacotes de chá dos chineses, as conchas de búzios dos negros, etc. A *essência* mais íntima do dinheiro distribuído pelo Estado hoje, assim como dos substitutos do dinheiro, é que eles são símbolos – poderíamos também dizer comprovantes – de algum trabalho realizado por outras pessoas. Por "trabalho realizado", devemos entender de forma abrangente todo produto econômico, incluindo matérias-primas, pois mesmo estas só têm valor comercial ou de venda se forem extraídas e levadas ao mercado. Para facilitar essa troca de mercadorias entre si, aliás, para torná-la possível em uma economia complexa, foi necessário inventar um meio de troca que permitisse ao produtor de um único produto satisfazer suas *múltiplas* necessidades por meio desse meio de troca, que tivesse validade geral. Um sapateiro fabrica sapatos e botas o ano todo, mas precisa do seu pão de cada dia, carne, leite, ovos, roupas e assim por diante. O padeiro, de quem o sapateiro compra o pão, pode precisar de um ou dois pares de botas por ano, mas não pode ser pago o ano todo apenas com botas, já que todos consomem pão e botas. Ele também precisa pagar ao moleiro e ao fornecedor de lenha pela farinha e pelo combustível, mas estes também não podem usar mais botas, pois já as recebem de outro sapateiro.

Mas o padeiro não pode, naturalmente, pagar o moleiro pela farinha com seus próprios produtos; o padeiro precisa assar pão para a comunidade. Em outras palavras: uma economia de troca pura é praticamente impossível em uma economia nacional desenvolvida com ampla divisão do trabalho. Um *intermediário de troca* É, portanto, indispensável. Em sua forma mais geral, esse intermediário de câmbio deve ser um registro amplamente reconhecido e protegido pelo Estado da produção da economia nacional; deve ser possível comprar algo com esses registros e todos devem ser obrigados a fornecer seus produtos comerciais em troca dessa moeda de câmbio.

Machine Translated by Google

É também errado, por exemplo, dizer que o dinheiro é um registro de um trabalho realizado. Certamente, aceita-se esse dinheiro como trabalho realizado, não porque um ciclo econômico já esteja completo com ele, mas porque esse dinheiro é, de fato, um registro de cada uma das muitas atividades de trabalho realizadas – registros com os quais todos podem satisfazer suas necessidades básicas de vida e outras necessidades. Somente quando essa necessidade é atendida e o dinheiro retorna à economia é que o ciclo básico do dinheiro se completa. Mas se o dinheiro permanece parado, acumulado ou poupado, em uma das mãos, então apenas metade de uma transação, apenas metade de um ciclo, é executada. O dinheiro ainda não cumpriu seu propósito; pelo contrário, foi subtraído do propósito para o qual foi inventado e para o qual existe. Devemos declarar fundamentalmente que essa interrupção da função econômica nacional do dinheiro é, por razões econômicas e políticas nacionais, inadmissível. Obviamente, não é possível que toda quantia financeira recebida deva ser imediatamente distribuída, que o mercado financeiro deva ser tão abundantemente abastecido com dinheiro que cada pessoa possa fazer seus arranjos econômicos de forma a reservar para si quantias para cobrir suas necessidades mensais ou para serviços anuais de maior porte, mas deve-se declarar como completamente inadmissível, do ponto de vista econômico nacional, que a moeda distribuída pelo Estado para o bem-estar da comunidade seja retirada de circulação pública como dinheiro acumulado.

Ao sistema financeiro corresponde, portanto, também o dever de gastar, isto é, o dever de Trazer o dinheiro adquirido de volta à circulação.

Pode-se também especificar aqui, mais uma vez, com bastante clareza, que poupar não se torna, de forma alguma, impossível. Poupar, quando bem compreendido, não significa acumular dinheiro de forma avarenta e mesquinha, mas sim – se quisermos usar a combinação favorita da ideia de poupança com o alívio para os filhos – , Trata-se da criação e aquisição de bens, da compra ou construção de uma pequena casa, da aquisição de objetos valiosos, de coleções, livros, quadros, utensílios domésticos, da expansão e melhoria do estabelecimento comercial, do aumento dos estoques, etc., e isso é uma "poupança" muito melhor do que acumular ouro.

Precisamente nós, alemães, tivemos que passar por uma educação de visão de mundo da mais alta estirpe sobre esta questão. Esta "poupança" correta, que acabamos de descrever, recompensou-se da melhor forma, enquanto a falsa, focada no dinheiro, foi amargamente vingada.

Esse sentimento infalivelmente correto do povo, mesmo em relação a essas questões, foi refletido com bastante precisão em sagas e contos de fadas. O dinheiro acumulado se transforma em um torrão sem valor, desaparece ou traz infortúnios sem fim. Por outro lado, sempre e em todo lugar, aquele que, por meio de seu trabalho árduo, "conquistou algo" – e por esse raciocínio saudável sempre se entende uma economia privada próspera, seja ela mercantil, comercial ou industrial – adquiriu respeito e estima. Tal desenvolvimento de riqueza não é questionável, não se opõe ao espírito do dinheiro, e, como membro próspero de toda a economia, é social no melhor sentido.

Após estas breves, mas necessárias, porque essenciais, observações sobre o sistema financeiro, voltemos ao ponto de partida da nossa pergunta: "O que entendemos por escravidão aos juros?"

Se, devido à retenção de dinheiro nas mãos de pessoas que não têm consciência da função econômica nacional do dinheiro, ou ainda mais nas mãos daqueles que desejam usar o dinheiro arrecadado como instrumento de poder, surge um impasse, o dinheiro que permanece em circulação torna-se mais escasso, ocorrendo uma crise monetária. Mas aqueles que possuem dinheiro ainda assim não o colocam de volta em circulação de uma maneira economicamente saudável para o país, porque, por sua vez, satisfazem necessidades contínuas e constroem casas ou compram outros bens.

Machine Translated by Google

produtos comerciais ou industriais. Portanto, não retiram do empresário ou do dono da fábrica, que certamente precisa do capital de giro para a manutenção de sua empresa, seus produtos, mas sim lhe devolvem o dinheiro retido *ilegitimamente,* em termos econômicos nacionais, mediante uma taxa especial – juros. *A pressão econômica nacional começa.*

A relação entre a produção de bens – o produtor – do trabalhador econômico nacional e o dinheiro é subitamente invertida. O dinheiro que, segundo sua essência e invenção, deveria servir à economia, emancipa-se repentinamente e passa a exercer pressão sobre a produção de bens. Entra em vigor a regra financeira. Certamente, a economia privada se alegra por poder manter suas empresas, ao menos dessa forma, pois se sente obrigada a servir à produção econômica nacional. O entesourador obtém desse sentimento de dever econômico nacional do trabalhador econômico nacional um duplo benefício: primeiro, obtém um título de dívida – um título legal – pelo qual o devedor, com todo o seu patrimônio, é responsável pelo pagamento integral dos valores emprestados, sendo que, na maioria dos casos, outros bens específicos são dados em garantia; e, segundo, o devedor se compromete ainda com um pagamento adicional contínuo, que chamamos de juros.

O crédito garantido, portanto, não é concedido por razões que correspondam ao sentido literal da palavra crédito, ou seja, à confiança na maior eficácia econômica e capacidade de desempenho, *mas puramente com a intenção de explorar a necessidade do empresário de obter, sem esforço, parte de sua renda proveniente do trabalho.* O crédito também não é concedido para promover a produção, mas unicamente para tornar a posse de dinheiro "lucrativa". A que negócios o crédito é destinado é, basicamente, uma questão de completa indiferença para o credor; se ele tem interesse, é apenas para se certificar de que seu dinheiro está seguro e, sobretudo, que também está efetivamente *rendendo juros.*

De um modo geral, o sistema de crédito mediado pelos bancos está hoje estruturado de tal forma que o capitalista, detentor do dinheiro e do crédito, se encontra completamente alheio ao trabalho. Ele não possui qualquer relação pessoal com os diferentes ramos de produção nos quais "faz seu dinheiro trabalhar", como diz o ditado, muitas vezes enganoso. O que o acionista sabe sobre "Girmes", "Pöge", "Weser", "Riebeck Montan", "Otavi", "Salitrera", "Steaua Romana"67 ? O que ele sabe sobre o que é produzido nessas fábricas? Ele não tem nenhum interesse nisso, apenas o interesse unilateral em saber se as ações sobem ou descem e quanto rendem os dividendos do seu capital. É também completamente indiferente se as sociedades anônimas ou outras formas de atividade capitalista (sociedade anônima, sociedade de responsabilidade limitada, sindicato, etc.) servem à produção em geral. O principal, o único fator decisivo, é a "lucratividade". Uma prova disso é a enorme popularidade de que gozam as ações bancárias. Os grandes bancos, assim como todas as instituições de crédito, geralmente não realizam trabalho produtivo no sentido de produção de bens. Aqui, no sistema dos grandes bancos, a ideia de juros – ou seja, a possibilidade de transferir uma parcela gigantesca dos rendimentos do trabalho produtivo para a posse do mero detentor do dinheiro, e, aliás, para este último, sem qualquer esforço – celebra verdadeiras orgias. Hoje, quase não existe empresa que não dependa, de alguma forma, do banco, que não seja gerida de forma puramente capitalista baseada em juros. Todo o funcionamento da economia nacional depende do capital bancário e da bolsa de valores, e dos juros a ele vinculados.

67 Girmes é uma empresa têxtil fundada por Johannes Girmes (1854-1912); Weser era uma empresa de construção naval, Riebeck-Montan era uma empresa de mineração, Otavi era uma empresa de mineração e ferrovias, Salitrera era uma empresa chilena de salitre, Steaua Romana é uma empresa romena de refino de petróleo.

Machine Translated by Google

Os senhores dos bancos – as altas finanças – são também os senhores da produção. Depende deles se o trabalho para ou se o mercado é inundado por uma enorme quantidade de lixo. Para o setor privado organizado, a satisfação da demanda é uma questão totalmente secundária.

No caso dessa forma econômica capitalista de juros do sistema de crédito moderno, estamos lidando com a *mais completa imoralidade econômica nacional,* com uma total perversão do significado do sistema financeiro e de crédito, de servo da economia para senhor absoluto da economia.

O trabalho criativo e produtivo tornou-se escravo, e o espírito judaico da usura, astuto, voraz e eternamente móvel, domina o mundo. Uma extorsão possível apenas através da criação de um estado de emergência artificial, por meio de uma retenção nacional de dinheiro economicamente ilegítima. E isso é considerado hoje justo, um direito que ninguém ousa infringir, pois o coloca em conflito com o poder mundial do grande capital de empréstimos.

O fascínio pelo interesse foi aperfeiçoado!

A situação foi aperfeiçoada pelo fato de que as artes sedutoras do espírito itinerante conseguiram subjugar até mesmo o Estado, o suposto protetor do sistema financeiro, à escravidão dos juros, de modo que ele também, de mãos atadas, reconhece o capital internacional como seu senhor e se deixa desviar de sua função real de protetor da economia nacional para a posição de cobrador de juros de grandes empréstimos.

Machine Translated by Google

A Economia Financeira Nacional

Agora, nossa tarefa específica é acompanhar esse desenvolvimento da *economia financeira nacional.*

Mesmo aqui, o caminho certo será começar pela apuração dos fatos tal como se apresentam hoje.

O fenômeno mais marcante na vida nacional das nações do círculo cultural ocidental é a enorme *dívida de todos os estados.* Sejam vencedores ou vencidos, todos carregam um fardo gigantesco de dívidas em suas economias nacionais, severamente afetadas pela guerra.

A obra estatística mais importante do Império Britânico é o Anuário dos Estados (The Statesman Yearbook); este anuário nacional oficial fornece aos estados individuais uma visão geral precisa da situação de suas dívidas públicas, etc.

Segundo o documento, a dívida da Inglaterra – ou seja, da classe trabalhadora inglesa – para com o capital internacional, em 31 de março de 1930, era de 7.596.000.000 libras esterlinas, com um pagamento anual de juros de cerca de 350 milhões de libras esterlinas. É bastante útil converter esse valor em marcos alemães, pois assim fica mais evidente que, nessa questão de juros, trata-se de uma questão internacional de amplo alcance.

A França deve a seus credores internos e externos cerca de 279 bilhões de francos-ouro.

Os Estados Unidos da América do Norte, a terra abençoada do dólar, têm uma dívida pública.
um ônus de cerca de 16 bilhões de dólares.

No Canadá, na Austrália, na Índia, na Itália, na Checoslováquia, na Polônia, em todos os lugares encontramos o mesmo quadro deplorável de uma dívida insustentável dos Estados e, consequentemente, dos povos, para com o capital internacional. Em todos os lugares, a vida nacional gira em torno de uma única questão: como pagaremos os juros de nossos empréstimos, ou seja, nossas dívidas com as finanças internacionais, com o grande capital credor?

Os ministérios da fazenda em todos os estados estão incessantemente ocupados em explorar novas fontes de receita tributária, os parlamentos deliberam durante meses sobre os novos projetos de lei tributária, mas toda resistência é inútil. Diante da majestade do capital usurário internacional e de suas reivindicações "legais" sobre os juros, parlamentos e governos sucumbem repetidamente e oprimem seus povos com encargos tributários sem precedentes, em vez de ousarem pôr fim a essa enorme fraude internacional com um categórico "Não".

A injustiça tornou-se lei, o senhor, escravo.

Como as coisas estão em nossa pobre pátria, nós as vivenciamos diariamente e a cada hora.

Com violência e força, o jovem gigante alemão do trabalho ascendeu após ter conquistado a unidade nacional através de sangue e ferro. Seu trabalho incansável e seu espírito criativo trouxeram invenções sempre novas. O espírito empreendedor e a audácia alemães conquistaram os mercados do mundo. Com espanto e ansiedade, o capital de empréstimos francês e inglês dos Rothschild e de outros magnatas bancários, bem como o capital fiduciário dos financistas americanos, como os Kahn, Loeb, Speyer, etc., viram sua rentabilidade seriamente ameaçada. O valor do marco alemão, ou seja, a qualidade e o baixo custo dos produtos alemães, continuou a subir; era possível prever quando o marco atingiria o valor do dólar, até que o comércio mundial inglês fosse superado pelo alemão. Viu-se como, em todo o mundo, as instalações de transporte alemãs, as instituições de ensino alemãs, as organizações de saneamento alemãs, as administrações urbanas alemãs e os métodos militares alemães foram tomados como modelo; viu-se como, em todo o mundo, os engenheiros alemães, pioneiros da capacidade de trabalho alemã, construíram ferrovias, pontes e ruas. Mas tudo isso significava que a rentabilidade do capital emprestado

Machine Translated by Google

Em todo o mundo, as finanças internacionais estavam ameaçadas. Foi então que as finanças internacionais decidiram, com a ajuda da Maçonaria internacional, cercar a Alemanha e, por meio de todos os recursos da mentira e da calúnia, representá-la como inimiga do mundo. – Eduardo VII foi apenas uma peça movida nessa partida de xadrez. As paixões nacionalistas foram inflamadas contra a Alemanha, tanto na Inglaterra quanto na França. Não cabe aqui descrever a pré-história política da guerra mundial, mas é certo que o lado alemão, apesar de sua força militar, estava perdido, pois não se pode falar, em geral, de um contra-jogo político contra o jogo de intrigas das potências da Entente (cf. Rosenberg, *Maçonaria Internacional 68).*

Nem mesmo o único grupo que ainda nutria um instinto político estrangeiro na Alemanha, o All German69, tinha ideia de que essa poderosa luta entre as nações armadas não visava o sucesso político, mas sim a subjugação financeira dos trabalhadores alemães à escravidão dos interesses do capital internacional. A derrota militar da Alemanha era, naturalmente, o objetivo principal da França, a destruição da marinha alemã, o objetivo principal da Inglaterra, mas acima de ambos os objetivos imperialistas da França e da Inglaterra sempre esteve a busca pelo domínio mundial do capital internacional.

Enquanto as nações se dilaceravam em lutas ferozes e o sangue dos mais valentes corria em torrentes pelos campos de batalha, o povo judeu do mundo inteiro estava em movimento. Para toda a Judeia, chegara a época da colheita.

As altas finanças financiaram a guerra mundial; em todas as nações do mundo, escribas judeus ocupavam as redações da imprensa internacional, mentindo e instigando as nações a novos conflitos entre si. Vinte e seis estados foram conduzidos dessa forma à guerra contra as Potências Centrais. Do leste, um fluxo de judeus orientais invadiu as terras alemãs; estes se lançaram à frente, pechincharam, exploraram e enriqueceram, apoderaram-se de apartamentos nas cidades e adquiriram tudo o que podiam. Nas empresas industriais militares, esse negócio de pilhagem e má administração da força de trabalho alemã era conduzido por membros da raça judaica, e os judeus se impuseram em todas as posições do Estado e da economia. A desmoralização interna foi igualmente liderada conscientemente por judeus, os Haases, Dittmanns, Cohns, Luxemburgs, Barths, depois os Parvus-Helphands, Eisners, Leviens, Gradnauers70 agitados e incitados, apoiados por pessoas ambiciosas, tolos e criminosos sedentos de poder contra o povo alemão.

---

68 Alfred Rosenberg publicou uma obra intitulada Das Verbrechen der Freimanrerei (1921), bem como Freimaurerische Weltpolitik im Lichte der kritischen Forschung (1929) na série Nationsozialistische Bibliothek, vol.9.

69 A Alldeutscher Verband foi uma organização nacionalista alemã fundada em 1891. Durante a Primeira Guerra Mundial, a associação promoveu os objetivos expansionistas da Alemanha e, após a guerra, apoiou o general Erich Ludendorff (1865-1937) em sua alegação de que a Alemanha havia sido traída ("apunhalada pelas costas") na guerra por socialistas e democratas.

70 Hugo Haase (1863-1919) foi um socialista judeu que se tornou presidente do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), juntamente com o alemão August Bebel, em 1911. Ele se declarava pacifista e organizou um grande comício contra a guerra em julho de 1914. Wilhelm Dittmann (1874-1954) foi um membro proeminente do SPD que foi condenado à prisão por sua participação na greve dos trabalhadores da indústria bélica de Berlim em fevereiro de 1918. Durante e após a Revolução de Novembro, que se seguiu ao fim da Primeira Guerra Mundial, Dittmann desempenhou um papel parlamentar ativo como membro do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Em 1933, após a ascensão de Hitler ao poder, Dittmann fugiu para a Suíça. Oskar Cohn (1869-1934) foi um político judeu que trabalhou com Karl Liebknecht, o fundador da Liga Espartaquista, e era um sionista convicto. Ele fugiu
para Paris em 1933. Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma marxista judia que fundou, juntamente com Liebknecht, a Liga Espartaquista, que eventualmente se tornou o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Tanto Luxemburgo quanto Liebknecht foram assassinados pelos Freikorps em 1919. Emil Barth (1879-1941) juntou-se ao USPD em 1917 e foi um dos seis membros do Conselho de Deputados do Povo (Rat der Volksbeauftragten) criado em novembro de 1918 após a queda da monarquia alemã (os outros membros foram Friedrich Ebert, Philipp Scheidemann e Otto Landsberg do SPD e Haase e Dittmann do USPD).
Alexander Parvus (nascido Israel Helfand) (1867-1924) foi um judeu do gueto da Bielorrússia que desempenhou um papel fundamental na implementação da estratégia marxista de uma "revolução permanente" por meio de seus diversos contatos internacionais com Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky e outros. Jovens Turcos. Max Levien (1885-1937) foi um bolchevique judeu russo que se naturalizou alemão em 1913 e membro do movimento.

Machine Translated by Google

Assim, a nação alemã finalmente entrou em colapso por dentro. A estrela de Judá ascendeu em vermelho-sangue. A última nação que resistira firmemente às finanças internacionais e à sua feitiçaria desmoronou, depôs as armas e curvou-se diante do jugo terrível do Tratado de Versalhes. Sangrando por mil feridas, *sem liderança,* não propriamente por causa da expulsão dos príncipes, pois estes haviam falhado completamente como verdadeiros líderes, a nação alemã foi conduzida por seus parlamentos e governos parlamentares com a fatídica sentença que sempre se aplica a tais momentos, com a frase: "Para evitar o pior", à escravidão dos juros do capital emprestado.

do KPD (Partido Comunista da Alemanha). Em abril de 1919, Levien fundou a República Soviética da Baviera juntamente com outro membro judeu russo do KPD, Eugen Levine (1883-1919). Mas essa experiência "soviética" foi sufocada pelo presidente Friedrich Ebert, que empregou os Freikorps para manter a ordem em Munique. Levine foi preso e executado pelos Freikorps em maio de 1919, mas Levien fugiu para a Áustria e para a União Soviética, onde também foi executado em 1937 durante o Grande Expurgo de Stalin.

Georg Gradnauer (1866-1946) foi um judeu membro do SPD que serviu como o primeiro Ministro-Presidente da Saxônia após a abolição do Reino da Saxônia. Socialista moderado, ele tentou conter os radicais em Leipzig com a ajuda dos Freikorps, seguindo o exemplo de Ebert em Munique. Isso lhe custou caro nas eleições e ele foi forçado a renunciar em 1920.

Machine Translated by Google

O Decreto de Versalhes, O Pacto Dawes e o Plano Young

O objetivo da guerra mundial havia sido alcançado: a Alemanha, a nação mais industriosa e eficiente do mundo, foi eliminada como concorrente no mercado mundial, militarmente subjugada, sem liderança, seduzida e envenenada pelas falsas doutrinas marxistas, moralmente dissipada e soterrada sob uma montanha de dívidas das quais jamais poderá se livrar, tendo que servir para sempre como escrava dos juros do capital internacional.

De acordo com o plano de pagamento de Londres, a Alemanha teve que reconhecer um juro.
com uma dívida de 132 bilhões de marcos de ouro, à qual se somaram os juros.

Seria ridículo se não fosse tão terrivelmente sério e se os inimigos não o encarassem com tanta impiedade, contrariando precisamente todos os clichês dos pacifistas, como "mas não será tão ruim" e "a razão triunfará". Não! Não triunfará! E as finanças internacionais farão de tudo para manter a Alemanha nessa escravidão de interesses. Só nós podemos nos libertar.

É a profunda tragédia da nação alemã que, por mais eficiente que seja em geral em seu círculo de trabalho restrito, ela se torna imediatamente insegura quando eleva o olhar além dos limites do trabalho diário e se depara com os grandes acontecimentos mundiais. Aqui, o alemão consciencioso e preciso perde toda a noção de equilíbrio, tornando-se um visionário e entusiasta. O "professor alemão", que realiza feitos notáveis em sua especialização, torna-se, diante das coisas do mundo, alvo dos jornais cômicos, desde o esquecimento do guarda-chuva até a prolixidade desenfreada dos ideólogos; o oficial alemão, confiando na excelente eficiência de suas tropas, tende a subestimar os imponderáveis espirituais de natureza política e o poder das ideias, colocando assim em dúvida o sucesso final; o funcionário alemão tende a se ver como um chefe da população em vez de um servidor de todos.

Assim, vemos, em grande e pequena escala, essa característica desastrosa no caráter alemão: os alemães são especialistas e sonhadores. Individualmente, são mais eficientes e industriosos em todas as áreas específicas do que qualquer outro povo, sendo até mesmo capazes de se entusiasmar com qualquer grande ideia e, com bravura heróica, dar a vida por ela, mas menos hábeis em enxergar e encontrar a solução correta dentro do círculo intermediário de questões econômicas e políticas internacionais.

O reflexo de tal traço de caráter fundamental no alemão, no campo político, é a sua tão lamentada falta de sentimento nacional e a sua incompetência política. O alemão médio carece, em certa medida, de um senso de ordem maior; assim, ele também não compreende, em sua maioria, que esses números da dívida são, na verdade, o seu destino, que esses números, o reconhecimento dessa dívida e a vontade e a tentativa de pagá-la em dinheiro e bens materiais são a razão fundamental de toda a situação desesperadora da nação alemã.

Ele percebe muito menos, no entanto, que os beneficiários dessa obrigação de pagamento alemã não são realmente as outras nações, mas sim – as finanças internacionais.

Para as finanças internacionais, porém, o reembolso do empréstimo não tem importância alguma, apenas a obrigação permanente de pagar os juros. É por isso, e somente por isso, que as finanças internacionais, que compuseram o Tratado de Versalhes em suas partes financeiras, fixaram o montante básico tão absurdamente alto desde o início que um reembolso jamais poderia ser cogitado, mas, mesmo em uma eventual redução do montante básico (em todo caso, apenas com um aumento simultâneo da taxa de juros), a Alemanha permanecerá permanentemente escravizada aos juros.

Machine Translated by Google

A imposição dessa regra de juros sobre nosso povo pobre e trabalhador era o objetivo final. Durante a guerra mundial, esse era o objetivo das altas finanças, e esse objetivo foi plenamente alcançado.

As cláusulas relevantes do Tratado de Versalhes são tão terríveis, demonstram tão claramente toda a seriedade e a dureza destrutiva dessa regra de juros que entrega tudo o que temos e pelo que trabalhamos ao poder das finanças internacionais, que as cito em trechos a seguir:

> Art. 231. Os governos Aliados e associados declaram, e a Alemanha reconhece (!), que a Alemanha e os seus aliados são, como originadores (!), responsáveis por todas as perdas e danos que os Aliados e os governos associados e os seus membros sofreram como resultado da guerra que lhes foi imposta pelo ataque da Alemanha e dos seus aliados.

Embora o Artigo 232 reconheça, de forma bastante cínica, "que os recursos da Alemanha não são suficientes para garantir a restituição integral de todas essas perdas e danos", exige-se, no entanto, "que todas essas perdas e danos sejam indenizados".

> O Artigo 233 diz: "A extensão dos danos será determinada pela Comissão de Reparações."

> O Artigo 234 diz: "A Comissão de Reparações testará periodicamente a capacidade de pagamento da Alemanha... Mas não poderá dispensar qualquer quantia sem a aprovação dos diferentes governos representados na Comissão".
>
> O artigo 234 determina: "A Alemanha pagará, antes da determinação do valor final da indenização, 20 bilhões de marcos em ouro (em ouro, mercadorias, navios, títulos ou de outras formas)".

> A Alemanha também emitirá os títulos indicados no Artigo 12c do Anexo II.

E agora surge, convenientemente escondida e quase no final deste Anexo II, Artigo 12c, Seção VIII do chamado Tratado de Paz de Versalhes, a estrangulação político-financeira da Alemanha. Este Artigo 12 diz, em seus pontos mais importantes, o seguinte:

> A Comissão possui todos os poderes e exerce toda a autoridade que lhe são garantidos neste tratado.

> A Comissão detém, em geral, o poder mais abrangente de supervisão e fiscalização em matéria de reparação. Deve observar as seguintes condições e determinações:

> a) Toda e qualquer parcela do montante total das dívidas determinadas que não for paga em ouro, navios, títulos ou mercadorias, ou de qualquer outra forma, deverá ser garantida pela Alemanha, nas condições determinadas pela Comissão, mediante a transferência de um montante correspondente para títulos ou obrigações de qualquer tipo, a fim de efetivar o reconhecimento do valor devido.

> b) A Comissão avaliará periodicamente a capacidade de pagamento da Alemanha e examinará o sistema tributário alemão (!), de modo que, em primeiro lugar, todas as receitas da Alemanha, incluindo as receitas destinadas ao pagamento de juros e ao serviço da dívida dos seus empréstimos internos, sejam preferencialmente (!) utilizadas para o pagamento das quantias que deve ao abrigo do título ou

Machine Translated by Google

> reparações e, em segundo lugar, para obter a certeza de que o sistema tributário alemão é exatamente (!) tão opressivo quanto o de qualquer outro poder representado na Comissão.

Este parágrafo está diabolicamente focado na supressão duradoura da Alemanha, contendo praticamente a possibilidade, com referência a algum pequeno estado corrupto onde impostos irrestritos são decretados, de simplesmente estipular a imposição dos mesmos impostos também na Alemanha. Mas também reconhece, ao mesmo tempo, com brutal franqueza, que até mesmo as outras nações deveriam ser mantidas na mesma escravidão por dívidas. E agora vem o infame parágrafo c.

> c) Para facilitar e efetivar a restauração da vida econômica nos países Aliados e associados, a Comissão receberá, conforme disposto no Artigo 232, um primeiro pagamento da Alemanha como garantia e reconhecimento de sua culpa, consistindo em títulos aos detentores, pagáveis em ouro, isentos de quaisquer impostos ou encargos de qualquer natureza (!) que sejam ou possam ser introduzidos pelos governos do Reich ou dos estados alemães. Esses títulos serão entregues em parcelas (!) e em três parcelas, conforme determinado abaixo: 1. 20 bilhões de marcos-ouro serão pagos imediatamente; 2. 40 bilhões de marcos-ouro serão entregues em títulos que renderão juros com um acréscimo de 5% + 1% para amortização a partir de 1926; 3. Uma obrigação escrita de pagar mais 40 bilhões de marcos-ouro em títulos, com juros de 5% como cobertura, será emitida imediatamente.

Esta cláusula é o cerne de todo o Tratado de Versalhes. Sabemos que Londres O Ultimato 71 não apenas reduziu o número de pagamentos, mas, ao contrário, fixou o montante total em 132 bilhões de marcos de ouro. O Artigo 16 declara expressamente: "A partir de 1º de maio de 1921, o governo alemão deverá pagar os juros de sua dívida". A taxa de juros é fixada em 5%.

Em seguida, vem o Artigo 17, que oferece uma solução para cada violação:

> Artigo 17. Caso a Alemanha atrase o cumprimento de qualquer dívida que lhe seja imposta pela seção anterior do tratado, a Comissão informará imediatamente todas as potências participantes desse incumprimento e, simultaneamente, proporá as medidas a serem tomadas para o combater.

E agora segue uma das cláusulas mais ultrajantes de todo o tratado:

> Artigo 18. A Alemanha compromete-se a não interpretar as medidas que as Potências Aliadas e associadas estejam justificadas (e o que não estaria justificado aos olhos dos inimigos?) em adotar contra uma recusa intencional (!) da Alemanha como tratamento hostil (!). Essas medidas podem consistir em proibições de importação e sanções econômicas e financeiras e, em geral (!), em todas as medidas (!) que possam parecer aos governos em causa como exigidas pelas circunstâncias.

Com essa cláusula, naturalmente, a porta e o portão se abrem para todo tipo de terror, mesmo o mais brutal, e o governo alemão assinou expressamente que não pode sequer considerar essa possibilidade.

---

71 Depois que a Comissão Interaliada de Reparações fixou, em janeiro de 1921, o valor que a Alemanha deveria pagar como reparações em 269 bilhões de marcos de ouro, o primeiro-ministro britânico David Lloyd-George apresentou, em 5 de maio de 1921, um ultimato de seis dias ao embaixador alemão em Londres, segundo o qual, se a Alemanha não reconhecesse o pagamento de 132 bilhões de marcos (um cálculo um pouco diferente dos 269 bilhões de janeiro), bem como as outras exigências do Tratado de Versalhes, os Aliados ocupariam a região do Ruhr.

Machine Translated by Google

a maior opressão, assassinato de alemães, as expulsões mais brutais, pilhagens, destruição, etc. "como tratamento hostil"!

Esta declaração escrita do povo alemão a um inimigo cruel, vingativo e implacável é,
Além disso, previsto para sempre, pois o Artigo 23 diz:

> A Comissão será dissolvida quando a Alemanha e seus aliados tiverem pago todos os valores devidos pela implementação do presente tratado ou de acordo com as decisões da Comissão e quando todos esses valores, ou seus equivalentes, forem distribuídos às potências participantes.

Esta é a eterna escravidão aos juros da Alemanha.

Talvez nossos amigos e inimigos políticos compreendam agora o que significa escravidão por interesses, talvez compreendam por que o *rompimento* dessa terrível escravidão por interesses está no centro de nossas reivindicações. Talvez compreendam também por que, no caso desta reivindicação, trata-se de uma questão internacional de suma importância. *Para a Alemanha, é simplesmente uma questão de destino* e, mesmo para as outras nações, é a questão mais decisiva para a recuperação.

Comparada a esta questão internacional, todas as outras questões se tornam insignificantes, pois sem o fim da escravidão aos juros, o surgimento de nações produtivas é, em geral, impossível. Se a escravidão aos juros, agora iniciada, for mantida, o deus Mamon teria ascendido ao trono. Deus está morto, as almas das nações morrem, uma massa humana toma conta do mundo, escravizada pelos juros das finanças internacionais. O dinheiro governa o mundo.

As regulamentações do Tratado de Versalhes foram pontos essenciais substituídos em 1924 pelo Pacto Dawes. Agora, após os temores de inflação, a pilhagem da Alemanha continuaria "sobre uma base mais sólida". As altas finanças permitiram a emissão de garantias de todos os tipos, entre as quais as mais significativas e abrangentes podem ser mencionadas: a desestatização do Reichsbank e das ferrovias do Reich. Apesar de todas as profecias otimistas, a economia alemã continuou a ruir, e a impossibilidade de cumprir o Pacto Dawes foi finalmente percebida, até mesmo pelos sádicos e cegos defensores de sua implementação. O Plano Young entrou em cena no lugar do Pacto Dawes. Supostamente, traria "alívios". Agora, o fim chegou.
vir.

Sobre os horrores do Pacto Dawes, o Volume 7 da Biblioteca Nacional Socialista (Preço 1,80 marcos) fornece as informações mais precisas, contendo uma reimpressão do texto original juntamente com um comentário crítico abrangente. O Volume 13 desta série trata dos principais pontos do Plano Young.

Machine Translated by Google

A economia do crédito

"Se o Estado precisa de dinheiro, deve tomá-lo emprestado daqueles cidadãos que têm mais do que podem usar. Naturalmente, deve pagar juros pela devolução desse dinheiro, caso contrário não o receberá, pois já tem dificuldades suficientes para honrar seus empréstimos."

Essa formulação foi usada pelo ex-ministro socialista Dr. David72 em uma discussão comigo em Berlim. Incluí essa formulação aqui intencionalmente porque ela reflete de forma exemplar o interesse do pensamento capitalista em nossa época; o fato de ele ser marxista confere a tudo isso um apelo especial.

Agora sei, por meio de centenas de discussões e palestras, que a formulação acima deriva tão completamente do atual mundo de ideias capitalista de juros que dificilmente alguém perceberia a falsidade dessa explicação da economia de juros e dívida do Estado, muito menos encontraria uma resposta correta para ela.

Isso tem uma razão psicológica muito simples, ou seja, a explicação dada acima se aplica à cobertura da necessidade monetária de um indivíduo no âmbito da forma capitalista de juros da economia.

Para o indivíduo, assim como para a economia privada em geral, a frase é verdadeira: "Se alguém precisa de dinheiro, deve tomá-lo emprestado a juros daqueles que possuem mais dinheiro do que podem usar".

Mas devemos, de fato, evitar responder às questões da economia financeira nacional a partir de uma perspectiva capitalista privada, e sim de uma perspectiva de estadista. Quero dizer que seria uma grande desgraça se alguém simplesmente transferisse esse modo de pensar econômico privado para a economia nacional sem questioná-lo.

O Estado, com seus instrumentos de poder, seu poder soberano, não deve ser equiparado a qualquer indivíduo privado aleatório. O Estado possui três poderosas possibilidades através das quais, em virtude de sua soberania, pode suprir suas necessidades para a execução de suas tarefas. São elas: sua *soberania sobre os serviços,* sua *soberania sobre a moeda* e sua *soberania financeira.*

Por soberania do serviço entende-se o direito soberano do Estado de convocar seus cidadãos para serviços gratuitos. Essa soberania do Estado sobre o indivíduo se revela em sua forma mais poderosa no serviço militar obrigatório e, ainda mais, no serviço de guerra. Diante das exigências que o Estado pode impor a seus cidadãos em tempos de guerra, todas as considerações privadas devem ceder lugar. Família, profissão, negócios e rendimentos, tudo deve ser silenciado quando o Estado convoca seus filhos para o serviço militar. Mas o Estado pode convocar seus cidadãos não apenas para o serviço de guerra, mas também para grandes empreendimentos econômicos. Lembramos a lei do serviço auxiliar que, infelizmente, em contraste com o serviço militar, previa uma remuneração alta e crescente pelos serviços prestados, de modo que logo surgiu uma profunda divisão entre os soldados na linha de frente, que tinham que oferecer suas vidas diariamente pela pátria – sem receber nada em troca – e aqueles que trabalhavam na retaguarda, protegidos atrás da linha de frente, com um salário elevado. Aproveitando o ensejo, convém recordar também o excelente desempenho de outras nações, baseado em obrigações de serviço: recordamos a construção da Muralha da China, a circunvalação das nossas cidades medievais.
Na prática, portanto, estaria completamente dentro da soberania do Estado fazer o seguinte:

72 Eduard David (1863-1930) serviu como Ministro do Interior na República de Weimar de junho a outubro de 1919.

Machine Translated by Google

revitalizar e expandir o antigo serviço manual e em equipe73 e resolver grandes tarefas econômicas com eles desta forma para a disposição das forças existentes.

A *soberania monetária* do Estado é uma segunda fonte de poder a partir da qual o Estado pode suprir diretamente suas necessidades monetárias. Ninguém contesta o direito do Estado de cunhar moedas ou emitir notas do tesouro; aliás, além disso, o Estado, em virtude de sua soberania, produziu dinheiro de todas as fontes possíveis: cobre, níquel, ferro, porcelana, alumínio e, sobretudo, papel. Basta lembrar a época em que o governo do Reich considerou justificado emitir diariamente 100 trilhões de marcos e uma quantidade cada vez maior de novas notas. Não entraremos aqui em detalhes sobre se isso era correto e aceitável; basta afirmar que o Estado pode, de fato, suprir suas necessidades em virtude de sua soberania monetária e que não é obrigado a "tomar emprestado dinheiro a juros daqueles de seus cidadãos que têm mais do que podem usar".

A *soberania financeira* ou tributária do Estado não poderá ser contestada por ninguém, e quem a contestasse e tentasse exercê-la na prática, individualmente, sentiria a autoridade do Estado na figura do oficial de justiça. A soberania financeira ou tributária do Estado, isto é, o direito do Estado de exigir serviços financeiros de seus cidadãos, é tão óbvia e antiga quanto as próprias estruturas estatais. Essa forma é também a mais natural e saudável, embora, nesse campo, tenha sido reservado aos nossos tempos transformar o bom senso da tributação em um completo absurdo e fazer do sistema tributário um meio para a pilhagem total do povo em favor dos poderes financeiros supranacionais. Mesmo aqui, a questão da permissibilidade dos impostos não deve nos ocupar mais, mas apenas o fato de que o Estado é perfeitamente capaz de suprir suas necessidades financeiras por meio de impostos, ou seja, por um meio que não está aberto à economia privada, mas que elimina completamente do Estado a necessidade de suprir suas necessidades financeiras por meio da adoção de uma obrigação de pagamento de juros aos capitalistas.

Certamente, o Estado, como qualquer indivíduo, tem naturalmente a possibilidade de suprir suas necessidades contraindo dívidas. Mas isso já é uma faca de dois gumes para o indivíduo; para o Estado, porém, é, para dizer de forma clara e direta, a coisa mais estúpida que ele pode fazer. Mas não é apenas a coisa mais estúpida, é absolutamente criminosa em relação à missão do Estado como protetor dos interesses comuns.

A economia de empréstimos dos estados praticamente arruinou os estados e os entregou nas mãos das finanças internacionais; entregou a riqueza das nações às potências financeiras, e hoje os empréstimos estatais são a terrível sanguessuga da qual as nações não conseguem se libertar e por meio da qual entrarão em colapso irremediavelmente se não pormos um fim decisivo a esse espectro, rompendo com a escravidão dos juros.

Com isso, entramos no campo da política financeira nacional, um campo no qual o alemão comum não se sente nada à vontade. O que fazer agora com todos esses números enormes? O cidadão comum geralmente não lê debates orçamentários e tem um respeito tão grande pelos caminhos secretos e pelas artimanhas enganosas da arte financeira que preferiria ser completamente poupado dessas coisas. No inconsciente, isso certamente também se relaciona ao fato de que cada indivíduo nutre uma leve preocupação com a soberania tributária do Estado e ninguém gosta de ser lembrado dos números. Somente quando os documentos fiscais chegam à sua casa é que o homem moderno percebe que essas coisas realmente o afetam consideravelmente e que ele é sempre vítima de todo tipo de política financeira nacional falaciosa.

---

73 Os serviços agrícolas, manuais ou com animais, exigidos aos agricultores pelos seus senhores na Idade Média.

Machine Translated by Google

Ora, é extremamente notável que, na essência, as questões de política financeira nacional não sejam tão opacas e misteriosas quanto parecem à primeira vista; na verdade, são tão claras e simples que podem ser compreendidas por qualquer pessoa com um entendimento médio, pelo menos em linhas gerais.

Portanto, não são necessárias grandes explicações constitucionais para afirmar que o Estado possui perfeitamente as possibilidades descritas para suprir suas necessidades monetárias, pois todos sabem e vivenciaram em suas próprias vidas a natureza da soberania estatal, e todos recebem diariamente em suas mãos as notas emitidas pelo Estado, e ninguém está isento de impostos. Seria, portanto, a coisa mais natural do mundo se o Estado suprisse suas necessidades monetárias exclusivamente dessas três maneiras.

Para o homem comum, porém, esses três caminhos não estão disponíveis, pois ele não conseguiria obrigar seu vizinho a trabalhar ou a pagar impostos, nem se sentiria seguro se tentasse imprimir dinheiro por conta própria e colocá-lo em circulação. Para ele, existe apenas o caminho de contrair dívidas com juros, caso já acredite piamente que só pode ser feliz com o dinheiro alheio e não consiga evitar o endividamento.

Mas o fato de o Estado, em geral, considerar correto o único meio de aceitar empréstimos com juros – ou seja, dívidas – quando precisa de dinheiro e aplica seus outros direitos soberanos hoje apenas de maneira dissimulada para cobrar as dívidas contraídas do povo, são condições para as quais se busca em vão uma explicação razoável. De fato, não há explicação razoável para isso, a não ser o fato de que todo o nosso pensamento, mesmo em questões político-financeiras nacionais, está direcionado ou corrompido por interesses capitalistas privados. Com tamanha contaminação da opinião pública, explicações aparentemente lógicas para a política de empréstimos do Estado, como as que relatei, desempenham um papel importante, aliás, crucial.

O judeu provou ser um mestre da psicogogia até mesmo nessas questões. Em tais casos, é sempre muito difícil não falar imediatamente de corrupção direta dos estadistas responsáveis; a presunção é óbvia, e, no entanto, na maioria dos casos não houve corrupção, mas apenas incerteza em questões do sistema financeiro e de crédito, miopia e complacência que levaram as administrações financeiras estatais a mergulharem lenta, mas seguramente, num delírio de empréstimos do qual ainda não veem saída.

A esse desenvolvimento das circunstâncias contribuiu de maneira essencial o fato de que, inicialmente, considerou-se inofensivo o financiamento de grandes obras públicas, como a construção de ferrovias, etc., que prometiam gerar receita, por meio de empréstimos. Decidiu-se da seguinte forma: com as receitas das ferrovias ou hidrovias, os juros podem ser cobertos imediatamente, e assim, de fato, os preços ficam sob controle. Com seus próprios recursos, o Estado não pode financiar tais obras de uma só vez, utilizando seus cofres, então aceita com gratidão o auxílio de crédito oferecido pelos bancos. Isso elimina o incômodo para o governo de aprovar novos impostos no parlamento estadual, os recursos líquidos do Estado não são utilizados e as ferrovias podem facilmente pagar os juros com os superávits. As sedutoras artimanhas do capital de empréstimo, que em si nada pode fazer com o dinheiro se não encontrar alguém que o tome emprestado e lhe pague juros, conseguiram transformar o negro em branco e fazer do próprio Estado um cobrador de juros para o capital privado.

Mesmo a mais simples reflexão econômica por parte de um governo ou parlamento consciente de sua responsabilidade deveria ter levado ao seguinte: se as ferrovias são construídas com dinheiro estrangeiro e pagas anualmente com juros de apenas 5%, com tudo o que isso implica, o valor total é recuperado em 20 anos, e em 40 anos...

Machine Translated by Google

Já se passaram dois anos e a mesma dívida permanece em aberto. Esses valores extraordinários, que excedem em muito os custos iniciais de investimento, precisam ser arrecadados indiretamente do povo, de toda a população, que deve pagar as tarifas de transporte ferroviário, calculadas precisamente com base nesses juros. Um anúncio único à população sobre uma grande taxa ferroviária seria, ou teria sido, melhor. Nesse caso, essas taxas seriam, obviamente, bastante opressivas por alguns anos, mas também por um período não muito mais longo, já que os custos de transporte e as ferrovias logo se tornariam um ativo estatal livre de dívidas, o que posteriormente lhe garantiria grandes receitas anuais. Mas é aquele velho ditado de que é melhor cortar o rabo do cachorro aos poucos, porque se pensa que será menos doloroso para ele. Naturalmente, o oposto é verdadeiro. Os custos de investimento de um empreendimento nacional dessa magnitude devem, de fato, ser pagos pela população, mas se forem financiados por empréstimos, inevitavelmente entrarão em vigor os juros, que ao longo dos anos somam muitas vezes o valor da própria dívida. Portanto, é uma completa estupidez financeira financiar tais obras públicas por meio de empréstimos. Já aqui podemos apontar para aquilo que resgatará o Estado de sua loucura por empréstimos: ninguém pode proibir o Estado, por exemplo, de emitir notas de crédito, notas de crédito do tesouro estatal, para financiar as obras, por meio delas. Tal criação de moeda estatal, em casos onde não há qualquer possibilidade de inflação, porque há um novo valor também para os novos títulos, resolveria de uma só vez todas as dificuldades e libertaria o Estado e o povo para sempre da dívida com juros para com o capital privado.

Teremos que abordar esse problema com mais detalhes em outro momento. Uma administração financeira competente deveria ser capaz de organizar as coisas de modo que essas grandes obras fossem financiadas por impostos especiais, juntamente com o uso de outras fontes de receita do Estado, e apenas com a emissão parcial de novas notas. Essa possibilidade, é claro, só ocorreria em grande medida se todas as outras despesas do Estado, especialmente as chamadas despesas improdutivas com administração, justiça, educação etc., pudessem ser cobertas pelos superávits das empresas comerciais estatais.

Isso pode soar irônico, considerando a atual economia deficitária e frenética das ferrovias, correios etc., mas não estávamos tão distantes de tais possibilidades, como já demonstrei em 1919, em minha primeira publicação no *Süddeutsche Monatshefte* (fevereiro), "E agora?", sob o título "Os meios radicais". Apenas a obrigação de juros do Estado para com o capital privado nos separava dessa condição ideal de uma economia financeira nacional. A ilusão, já vigente naquela época, de que o Estado, quando precisa de dinheiro, deve simplesmente injetá-lo em si mesmo a juros, impediu isso.

É claro, e todos deveriam ter sido capazes de acompanhar minhas explicações, que o Estado não está de forma alguma voltado para dinheiro estrangeiro, e consequentemente para a contração de dívidas, quando deseja empreender algo. Ele poderia, por exemplo, exigir trabalho e serviços em equipe, e que, por fim, estaria sem dúvida justificado em emitir títulos de crédito do tesouro estadual para tais fins, a fim de instaurar essas obras sem onerar a população. Tal procedimento teria a enorme vantagem de liberar essas obras desde o início de qualquer obrigação de juros e pedágios; as obras se tornariam imediatamente propriedade estatal livre de dívidas. Com as receitas das obras, os títulos de crédito emitidos pelo tesouro estadual poderiam ser resgatados e destruídos em pouco tempo; os produtos dessas obras, ou os preços do transporte de carga e passageiros, poderiam ser reduzidos consideravelmente. Dessa forma, os maiores serviços poderiam ser prestados a toda a economia nacional, o Estado poderia ter obtido fontes de receita bastante significativas, que seriam de grande utilidade para toda a comunidade nacional e também tornariam o próprio Estado completamente independente das altas finanças. Mas também deveria ter sido

Machine Translated by Google

Então. Pois o Estado é o senhor do sistema financeiro e não as altas finanças, ou seja, assim será no futuro Estado nacional-socialista.

Foi realmente um truque psicagógico fraudulento que os bancos conseguiram: impedir que processos de pensamento tão óbvios e autoevidentes se manifestassem, processos que, uma vez expressos, não podem mais ser contestados; e confundir o Estado e a economia com a frase citada acima, subjugando-os à escravidão dos juros do capital.

Sei que, embora essas coisas agora estejam claras como a luz do dia, muitos dos meus leitores ainda desconfiam da sua própria capacidade de discernimento e simplesmente não querem acreditar que tal absurdo tenha sido possível, preferindo supor: "Isso não pode estar certo, nossos estadistas não podem ter sido tão estúpidos – mas eu simplesmente não consigo julgar". Essa confissão de falta de discernimento em relação a uma incompetência estatal tão flagrante em assuntos político-financeiros contradiz duplamente a prontidão em apontar falhas e criticar as medidas estatais, e o fato de que se trata de uma questão que afeta profundamente o bolso de cada indivíduo.

Gostaria de deixar a essas pessoas outra perspectiva para consideração, que é:
relacionado ao método de aprovação de crédito por meio do parlamento provincial ou do Reich.

Tarefas estatais tão ambiciosas são, de fato, minuciosamente debatidas nos parlamentos. Após longos debates, os créditos são finalmente "aprovados". O cidadão comum acredita que agora tudo está em ordem e que o Estado, tão rico e poderoso, já possui os milhões aprovados. Pessoas mais astutas talvez ainda cocem a orelha e pensem: "Isso significa mais impostos". Mas creio poder afirmar com segurança que, exceto para os iniciados – aos quais nem os representantes nem os ministros precisam pertencer, aliás, talvez apenas um deles –, fica claro que essa grande aprovação de crédito no parlamento provincial ou do Reich nada mais significa do que a permissão – , para que esse "crédito" seja emprestado a si mesmo, a juros, de outra forma. Essa "aprovação de crédito pelo parlamento" autoriza, portanto, apenas o ministro em questão a obter esse crédito a juros nos grandes bancos. Dessa forma, a "aprovação de crédito pelo parlamento" torna-se naturalmente uma farsa, uma comédia, pois toda a população – que, em última análise, deve pagar pelo capital e pelos juros – não estava em condições de realmente fornecer o "crédito"; não, ele precisa primeiro ser criado por grandes empréstimos.

O único caminho lógico e natural seria que, no caso de uma aprovação de crédito pelo parlamento, houvesse também, simultânea e automaticamente, uma aprovação para que o banco estatal efetuasse ou autorizasse o pagamento dos valores aprovados com base nas ordens de pagamento das autoridades competentes aos empresários em questão.

Os créditos são aprovados, é preciso fazer algo para obter a moeda necessária; portanto, não faz sentido que – como é comum hoje em dia – primeiro seja concedido um empréstimo e depois os créditos recém-aprovados sejam, de certa forma, concedidos uma segunda vez pelos capitalistas.

Pode-se argumentar que o excedente de dinheiro do Estado é obtido justamente dessa maneira e que isso deve ter uma influência benéfica sobre a situação financeira geral do país, que, portanto, essa gestão de crédito operará de forma a reduzir a inflação. Mas, naturalmente, esse não é o caso, e por razões que nenhum especialista bancário pode contestar. Pode-se admitir que uma parte bem menor desses cheques e pagamentos de empréstimos seja feita em dinheiro vivo; trata-se aqui do círculo de pequenos poupadores que chegam ao banco com esses cheques, que economizaram algumas centenas ou milhares de marcos e que agora gostariam de investir em um certificado de rendimento, um papel mágico do qual basta recortar um pedaço a cada ano para receber uma certa quantia sem que o certificado perca valor. Mas o dinheiro que entra no banco dessa forma é bastante...

Machine Translated by Google

insignificante. Além disso, os bancos onde esses valores são depositados, por sua vez, não repassam esses montantes em dinheiro ao tesouro estadual, sendo a transferência desses valores em cheque realizada exclusivamente por meio de transferência ou compensação.

Mas todos os grandes volumes desses empréstimos são negociados pelos capitalistas desde o início, em seus bancos, por meio de transferência sem dinheiro em espécie ou através de transações bancárias. etc.

Na realidade, portanto, nenhum dinheiro em espécie chega às mãos do Estado e, se o recebe, deve imediatamente utilizá-lo para a execução de suas obras. Essa suposta vantagem, portanto, não existe. Pelo contrário, ocorre o seguinte: o Estado, como sabemos, emite, para os valores emprestados, os chamados certificados ou títulos de garantia. Esses títulos do Estado são documentos impressos com acabamento refinado, ou não, que contêm um instrumento de dívida dotado de todas as garantias estatais sobre os valores recebidos, além das necessárias determinações das datas de pagamento dos juros e, em seus respectivos cupons, os cupons com base nos quais o Estado se compromete a pagar trimestralmente, semestralmente ou anualmente os juros sobre os valores indicados no cupom.
Além disso, a esta folha de cupons é adicionado um outro certificado de renovação (talon), que dá ao titular o direito de receber uma nova folha de cupons caso a primeira tenha expirado após um determinado número de anos.

Ora, um título de renda fixa emitido pelo Estado, pelo qual este é responsável com toda a sua riqueza pelo capital e pelos juros, certamente confere poder de compra ao seu titular. O detentor desses títulos estatais pode, de fato, adquirir algo para si a qualquer momento com esses títulos, seja entregando-os diretamente como pagamento, seja vendendo-os primeiro na bolsa de valores ou junto ao seu banco e, em seguida, pagando em dinheiro com o valor obtido.

Agora, não há dúvida alguma de que a emissão de novos títulos de renda fixa pelo Estado significa *a criação de capacidade de compra adicional* – se isso é correto ou justificado não nos interessa aqui neste momento –, o mesmo ocorreria se, por exemplo, o Estado imprimisse novas cédulas de papel. A diferença residiria no fato de que, em um caso, são produzidos títulos de renda fixa que oneram o Estado, além da dívida, com uma *obrigação de juros permanente,* enquanto no caso da nova emissão de cédulas de papel, a obrigação de juros não entra em consideração. Vemos, portanto, desde já, que esta última forma seria, em qualquer caso, mais favorável para o Estado e para o povo.

Mas agora, se analisarmos mais a fundo o método desses financiamentos, perceberemos que o financiamento direto de grandes obras estatais, evitando o recurso a empréstimos, revela ainda outras enormes vantagens.

Observamos que a forma atualmente adotada de financiamento de obras públicas leva à criação de capacidade de compra adicional, representada pela emissão de novos títulos de garantia. Nesse caso, naturalmente, o montante total dos novos empréstimos será e deverá ser liberado de uma só vez, mesmo que as ferrovias, hidrovias etc. a serem construídas estejam apenas em fase de construção e ainda não representem um valor real digno de menção.

Se optarmos por financiar grandes obras públicas da maneira que proponho, os enormes custos com publicidade para o empréstimo desaparecem em primeiro lugar. Basta lembrar as quantias exorbitantes gastas apenas com licitações em jornais. Além disso, as porcentagens concedidas aos bancos e outras instituições de crédito desde o início também desaparecem. E mesmo essas, novamente, são milhões. Ademais, tende-se a emitir empréstimos abaixo do valor nominal; em outras palavras, para um título de 1000 marcos, o comprador paga apenas cerca de 970 marcos, recebendo, no entanto, o valor total com juros. Mesmo essas são perdas que, desde o início, são eliminadas.

Machine Translated by Google

tornam-se um fardo para o Estado ou para a empresa, em benefício do capitalista. De fato, tende-se a "enfeitar" tais empréstimos com outros atrativos, como se diz no mercado de ações, oferecendo benefícios extras especiais, que podem até incluir isenção de impostos. Lembro-me aqui do empréstimo com incentivo à mineração, que ostentava o mais fantástico desses atrativos a que um Estado já se rebaixou. O diabo da loteria e do jogo foi colocado a serviço da propaganda do empréstimo, prometendo-se o pagamento de prêmios milionários em um grande número de títulos de 1.000 marcos; além disso, prometiam-se pagamentos de bônus e, ainda, uma taxa de juros anunciada de 5%, que, no entanto, estava condicionada a cláusulas, e, além disso, no caso de uma série de impostos, o empréstimo com incentivo à poupança era isento de todos os impostos! De onde se pretendia obter as enormes quantias para pagar esses prêmios e benefícios, esses fabulosos prêmios da loteria, ninguém considerou – embora devesse ser óbvio para qualquer homem sério e perspicaz que todas essas quantias teriam que ser retiradas, mais uma vez, dos bolsos do povo. Pois os montantes recebidos foram imediatamente utilizados para as despesas mais urgentes. Tratam-se de crimes político-financeiros contra o povo, cuja desfaçatez é tamanha com que são perpetrados.

Portanto, se não optarmos pelo caminho dos empréstimos, mas sim pela criação direta de moeda, todos esses encargos pesados e injustos do orçamento estatal seriam eliminados – não seria necessário sequer levantar *os montantes necessários de uma só vez em papel-moeda ,* mas isso poderia ocorrer gradualmente, à medida que as novas obras avançassem. Isso teria a enorme vantagem adicional de eliminar a questão da emissão de moeda sem lastro, pois o novo dinheiro só seria liberado quando uma parte considerável das obras estivesse concluída. Estaríamos lidando com uma moeda totalmente lastreada em valores reais, ou seja, uma moeda estável, correspondente a um determinado número de horas de trabalho realizadas.

Mas mesmo esta forma de emissão sucessiva de nova moeda para construção, que já se mostra muito mais favorável, não é de forma alguma o passo final. Pois não será necessário colocar em circulação uma quantia equivalente às obras recém-criadas, uma vez que as notas recém-emitidas retornam aos cofres públicos estaduais; elas podem, portanto, ser emitidas novamente sem que novas séries precisem ser colocadas em circulação. E agora, vamos um passo além, ou seja, vamos declarar a emissão de moeda própria para esse fim específico do Estado.

tarefas como sendo em si mesmas fundamentalmente desnecessárias, mesmo que pudéssemos muito bem explicar a permissibilidade, e especialmente a clareza, do processo de financiamento com recursos próprios para construção e desejássemos aderir a ele para certos fins.

Esta última etapa consiste no *financiamento totalmente eletrônico* dessas obras estatais. Como já demonstramos, é um erro supor que o Estado, por meio do empréstimo, obteria dinheiro em espécie para pagar o empresário e os trabalhadores da construção de ferrovias ou usinas elétricas. Não obstante, os empresários terão de levantar semanalmente dos seus bancos os montantes necessários para o pagamento dos seus salários em dinheiro. Os bancos, por sua vez, terão de cobrir estas exigências extraordinariamente elevadas sobre as suas reservas, mais uma vez, junto dos bancos centrais ou do Reichsbank, etc. Ora, em tempos normais, toda a liquidez existente já é suficiente para o pagamento semanal dos salários de toda a força de trabalho, sendo fundamentalmente indiferente, por exemplo, se uma força de trabalho maior estiver temporariamente concentrada num só local, na construção da central hidroelétrica de Walchensee, na Baviera, pois, se não estivessem empregados lá, mesmo que distribuídos por outras empresas, teriam de esperar e receber os seus salários semanais, ou receber subsídio de desemprego. Isto significa que é uma tarefa estatal bastante geral assegurar a necessidade total de meios de pagamento para toda a populaç

Machine Translated by Google

economia, independentemente de haver ou não um maior número de trabalhadores temporariamente empregados em um local para a execução de grandes obras estatais.

O fornecimento de meios de pagamento para o pagamento de salários e a implementação de outras transferências eletrônicas para os empresários são tarefas das transações de pagamento e não têm nenhuma relação causal com a situação de crédito.

Seria, portanto, mais óbvio e natural que, juntamente com a aprovação de crédito para alguma grande obra estatal por meio da representação legal de toda a população, estivesse vinculada a autorização para que o banco estatal, com base nesses créditos aprovados, efetue os pagamentos necessários. Obviamente, da maneira usual – ou seja, que esses pagamentos sejam feitos somente após as diferentes autoridades estatais contratadas (departamentos de agricultura, de obras viárias e fluviais, de construção ferroviária, de departamentos especiais para fins específicos, etc.) terem examinado os valores solicitados pelos empresários e, de acordo com os regulamentos e o contrato, autorizado o pagamento.

Todo o esquema de empréstimo fraudulento que é apresentado – pois nada mais é do que a forma moderna de enganar uma nação – é completamente inútil e apenas prejudicial.

Machine Translated by Google

A corporação Reichsbank

O Reichsbank não é, como todo cidadão crédulo pode acreditar, na verdade um banco estatal, mas sim uma sociedade anônima. O Reichsbank, portanto, não é de forma alguma uma instituição estatal, mesmo que o Estado tivesse, até junho de 1922, quando foi totalmente "autonomizado" a pedido da Entente, certos direitos regulatórios. Até mesmo os funcionários do banco eram nomeados e pagos pelo Reich, mas o conselho consultivo era composto exclusivamente por representantes do mundo dos grandes bancos e da comunidade judaica internacional – os dois formam o mesmo círculo de pessoas.

Já em sua fundação, em 1873, o primeiro conselho consultivo registrou, entre seus cerca de 15 membros, os seguintes nomes: Barão Rothschild, Conselheiro Privado de Comércio Bleichröder, Conselheiro Privado de Comércio Mendelssohn, Theodor Plaut, Conselheiro Privado de Comércio Oppenheimer, Conselheiro Privado de Comércio Warschauer e Conselheiro Privado de Comércio Zwicker, Conselheiro de Comércio Stern, Conselheiro de Comércio Gelpke; ou seja, onze judeus de linhagem pura e, como acréscimo, mais quatro cavalheiros com nomes alemães.

Foi mais uma vez uma jogada de xadrez inteligente com a qual o banqueiro que aconselhava Bismarck, Bleichröder, recomendou ao antigo Chanceler do Reich que o Reichsbank fosse desenvolvido não como uma instituição puramente estatal, pois assim não poderia ser apropriado pelo inimigo em caso de guerra com base na segurança internacionalmente reconhecida da propriedade privada, enquanto que, como um banco puramente estatal, ficaria imediatamente vulnerável ao ataque do inimigo.

Na realidade, o judeu astuto, juntamente com os outros grandes financistas, naturalmente desejava apenas colocar a principal instituição financeira do Reich em sua esfera de poder. Os cavalheiros conseguiram isso também e, com isso, o Reich renunciou totalmente a um dos campos mais importantes de sua soberania monetária – seu direito de emitir notas bancárias.

O Reichsbank ocupa hoje uma posição bastante especial no sistema financeiro do Reich alemão, uma posição sobre a qual até mesmo as pessoas menos importantes têm clareza, ainda hoje, quanto às suas terríveis consequências para o Estado e para o povo.

Caberá a uma investigação individual examinar com precisão de que forma os grandes bancos têm abusado da sua influência decisiva sobre o Reichsbank, desde a sua fundação, para fins egoístas.

Enquanto Bismarck esteve no poder, sua postura de estadista e o respeito que lhe era devido mantiveram as hienas da bolsa de valores sob controle; apenas uma vez em toda a história do Reichsbank Bismarck fez uso do veto do chanceler previsto na lei do Reichsbank, ou seja, quando proibiu a aceitação de ações russas. Hoje, o Reichsbank, sob a pressão amigável dos banqueiros internacionais, como já mencionado no início, tornou-se totalmente independente. O governo do Reich, portanto, não tem mais possibilidade de agir de forma decisiva na condução dos negócios.

A escravidão dos juros nas nações significa o domínio dos bancos e das bolsas de valores. Romper com essa escravidão é, de longe, a maior tarefa do Nacional-Socialismo.

Tudo o que acontece hoje no Estado e na economia se transforma em uma demanda por juros de grandes capitais em troca de trabalho produtivo. Se uma ferrovia é construída, resulta em um empréstimo; se uma guerra é travada, resultam empréstimos de guerra; se recursos naturais ou energia hidrelétrica são explorados, resultam em empréstimos para energia hidrelétrica; se uma fábrica é ampliada, novas ações são emitidas; se uma nova empresa é fundada, escolhe-se alguma forma societária capitalista que permita que o trabalho e o risco fluam para os empreendedores e a maior parte dos lucros para os financiadores. Se não houver mais empréstimos envolvidos, o processo é muito mais simples e...

Machine Translated by Google

A impressão extensiva de dinheiro é escolhida, como na época da inflação de 1923, o que também atrai os maiores interesses dos grandes capitais. Assim como no caso do Rei Midas na saga, para quem tudo o que tocava se transformava em ouro, hoje tudo o que acontece se transforma em títulos com juros.

Infelizmente, os banqueiros mundiais têm um apetite voraz e os títulos são, de fato, sua comida favorita, o que obviamente lhes cai muito bem. Não podemos contar com que passem fome, como o Rei Midas, para quem, como se sabe, até a comida em sua boca se transformava em ouro. Pelo contrário, os trabalhadores passarão fome antes dos senhores dos juros.

Eles também não pensam nem um pouco em desistir ou flexibilizar suas regras, *então essa regra de juros precisa ser quebrada.*

Agora precisamos esclarecer um terceiro aspecto que completará e dará forma ao quadro da exploração capitalista dos juros, mesmo para o leigo: a *inflação.*

Machine Translated by Google

Inflação

A inflação é a expressão claramente visível da nossa miséria político-financeira.
Afeta a todos – todos que precisam ganhar a vida – com uma severidade assustadora.

Mas de onde vem a inflação? Para essa pergunta, podemos ouvir uma infinidade de explicações, algumas baseadas na perspectiva limitada de quem responde, outras em um repertório de slogans demagógicos e outras ainda que apontam causas parciais, sem, contudo, atingir a causa fundamental. Quando ouvimos essas causas da inflação sendo identificadas por diferentes grupos, logo não há mais ordem social nem profissão que não seja apontada por algum lado como causadora da inflação.

Para aqueles que acompanharam as explicações do livro sobre a escravidão dos juros, a resposta não é difícil de encontrar. *A culpa original pela inflação recai sobre a obrigação de pagar juros do trabalho ao capital.*

Juros – impostos – inflação, assim se desenrola a cadeia lógica que, partindo do
A promessa desastrosa e absurda de juros por parte do Estado impõe a consequência de que este deve extrair do povo, por meio de impostos, as obrigações de juros assumidas; os impostos, e de fato impostos de todos os tipos, diretos e indiretos, taxas, bem como os mais questionáveis impostos indiretos, como os da emissão de notas sem lastro, arrastam consigo a inflação. Desta forma, continua-se num ciclo eterno, pois a inflação condiciona despesas cada vez maiores para o Estado, que, preso na loucura dos empréstimos, sempre pensa que só pode cobrir através da contração de novas dívidas; essas novas dívidas geram novos juros; os novos juros tornam necessários novos impostos; a legislação tributária gradualmente falha por completo, pois, no caso de tais colapsos monetários, toda a receita tributária fica muito aquém da desvalorização da moeda e, então, o Estado se rende sem resistência ao bolchevismo financeiro da impressão de dinheiro, como experimentamos horrivelmente na inflação de 1923.

Meus primeiros trabalhos polêmicos foram dedicados principalmente a desvendar essas conexões. No Manifesto para o Fim da Escravidão dos Juros74, desenvolvi, em linhas gerais, a importância abrangente do problema dos juros na falência do Estado: a solução. Revelei especificamente a estupidez do sistema de empréstimos estatais e apontei para as inúmeras leis tributárias que encareciam o sustento das grandes massas, cuja produção tinha que ser totalmente destinada ao pagamento dos juros. Na obra A Próxima Greve Fiscal, com a nova avalanche de leis tributárias de 1920 e 1921, bem como o Orçamento do Reich para 1918, apresentei a prova conclusiva de que toda a administração financeira do Reich e dos Estados está completamente atrelada ao pagamento dos juros de grandes empréstimos. No último livro, porém, já se indica o caminho para a reversão dessas circunstâncias totalmente sórdidas, com um exemplo bastante palpável.

É bastante óbvio que, através da inundação da economia nacional com papel-moeda,
O poder de compra desse papel-moeda deve diminuir constantemente.

Como reconhecemos, o dinheiro, em sua essência, é um símbolo de trabalho realizado, portanto, a chamada teoria quantitativa da moeda, ao menos em seus aspectos essenciais, deve ser

---

74. O poder de compra potencial é o poder de compra poupado que, no momento, não exerce influência no mercado. A isso se inclui tanto o dinheiro guardado quanto o capital de poupança firmemente investido.

O poder de compra efetivo é o montante total de todas as reivindicações de demanda na economia nacional, na forma de dinheiro. ou sob a forma de títulos são aplicados no mercado de bens e buscam se transformar em bens materiais.

O poder de compra potencial pode ser transformado a qualquer momento em poder de compra efetivo; nesse caso, fala-se de "fuga do alvo".

Machine Translated by Google

Reconhecida por nós. Esta teoria ensina que a quantidade de dinheiro em circulação numa economia nacional deve manter-se numa relação estável para que não ocorram alterações no poder de compra. O dinheiro, em certa medida, corresponde aos estoques de bens e – calculado a partir da quantidade de bens – produz-se um certo número de unidades de valor da moeda corrente, ou seja, o preço médio dos bens. Aqui, enfatizo fortemente o adjetivo "médio". De fato, é preciso ir além e dizer: o nível médio de preços – e, portanto, não o valor dos preços individuais – depende, em certa medida, do poder de compra total presente no país. Mas o poder de compra já é um conceito muito mais abrangente do que apenas a quantidade de ativos em dinheiro. Contudo, não queremos nos perder aqui em detalhes econômicos, pois, caso contrário, a questão do poder de compra efetivo e potencial e seu efeito sobre os preços teriam de ser abordados. De qualquer forma, é certo que, por exemplo, uma multiplicação de mil vezes da moeda em circulação acarretará, naturalmente, uma multiplicação de aproximadamente mil vezes dos preços. Na realidade, não foram os preços que realmente subiram, mas sim o poder de compra do marco que diminuiu em relação inversa à multiplicação da quantidade da moeda.

A causa fundamental da inflação é a obrigação de juros do Estado. Essa obrigação de juros torna os impostos necessários, pois o Estado só pode dar o que precisa, de alguma forma, extrair de seus cidadãos.

Essa forma de roubo de seus cidadãos pelo Estado é, como vimos, tripla – seja por meio de impostos diretos, seja de forma mais eficaz por meio de impostos indiretos, ou ainda pela forma indireta especial da inflação. Esta última forma é a mais reprovável, sendo também aquela com a qual os estados falidos tentam se manter à tona – é a falsificação mais perfeita. Mas esta última forma é especialmente prejudicial porque, com ela, a riqueza acumulada pela parcela mais eficiente e trabalhadora da população é simplesmente destruída.

Este é um dos capítulos mais chocantes da tragédia do povo alemão. Centenas de milhares de trabalhadores braçais, empregados, funcionários públicos, membros de profissões liberais, médicos, engenheiros, etc., ao longo de toda a vida, através de trabalho árduo e incansável, economizaram para si e para suas famílias, para que pudessem desfrutar de uma velhice livre de preocupações e independente. Juntaram suas economias centavo por centavo e marco por marco, e cada marco representava a garantia do mínimo de subsistência diário na velhice. Mas o Estado, ao qual essas pessoas desafortunadas confiaram suas economias, não pagou, durante a inflação de 1923, nenhum valor pelos marcos que lhe haviam sido confiados como poupança – nem mesmo quando esses centavos economizados foram depositados em moedas de ouro reluzentes – cerca de 30 milhões de marcos de papel. Ao contrário, aproveitou-se da desvalorização da moeda causada por ela mesma e declarou: um marco = um marco. Com isso, roubou-se a todos esses homens os frutos de uma vida inteira de trabalho e os mergulhou na mais profunda angústia. Foram então dispensados pelo Estado com esmolas patéticas e miseráveis, e a caridade privada teve que intervir com ajuda – mas foi justamente essa forma que se mostrou especialmente vergonhosa para os afetados, pois, mesmo vindos de mãos privadas, esses presentes continuavam sendo esmolas, dádivas de caridade pelas quais essas pessoas desafortunadas deviam ser gratas, embora se tratasse de um roubo organizado de direitos conquistados com muito esforço. Direitos que, se fossem restituídos, sequer tornariam necessário um "obrigado" por parte dos roubado

75 O papiermark foi estabelecido em agosto de 1914 devido à queda do marco, e a ligação entre o goldmark e o ouro foi abandonada. A taxa de inflação continuou a subir até novembro de 1923, quando a moeda foi estabilizada com o anúncio da criação de um novo rentenmark no valor de 1 trilhão de papiermarks. O rentenmark, que entrou em vigor em 1924, foi substituído ainda no mesmo ano pelo Reichsmark.

Machine Translated by Google

Já apontamos em outras passagens o fato de que um princípio falso se vingou terrivelmente dessas pessoas pobres – o ideal da pensão capitalizada. Não que esses grupos merecessem esse destino, pelo contrário – será um dever honroso do Estado Nacional compensar essas pessoas roubadas da melhor maneira possível. Resta, contudo, esperar que essa lição terrível continue a reverberar no inconsciente do povo e que o ideal da pensão capitalizada seja abalado, dando lugar ao ideal correto de poupança – a ideia puramente alemã de cuidado com a velhice, cuidado com mulheres e crianças por meio da criação de um lar próprio, campo e jardim, etc. – a uma ruptura e à vitória.

A segunda forma de roubo aos cidadãos pelo Estado mencionada acima é o imposto indireto. O imposto indireto é, em suas consequências, de fato um crime social. Impiedosamente e de forma inescapável, atinge a grande massa da população com total severidade, enquanto os ricos, em geral, são pouco afetados por ele.

O imposto direto, se escalonado de acordo com a capacidade de produção econômica do contribuinte, é em si um imposto justo e correto. Além disso, como contribuição ao Estado para tarefas comunitárias, o imposto direto não encarece necessariamente a produção, pois só deve ser cobrado quando houver excedentes reais que ultrapassem o necessário para a subsistência. Contudo, da forma como é tratado hoje, o imposto direto, assim como a inflação, equivale a um roubo descarado e contradiz diretamente a garantia de propriedade expressa no artigo 153 da Constituição de Weimar.

Em resumo, convém ressaltar mais uma vez que estamos lidando aqui com uma inflação que opera, em geral, como consequência da obrigação do Estado de pagar juros às finanças internacionais. Trata-se, portanto, de uma constante exploração da economia nacional em favor do poder financeiro supranacional, para o qual o próprio Estado atua como cobrador de impostos.

Trata-se aqui de uma forma bastante peculiar de inflação: a inflação capitalista de juros.
A inflação natural surge quando há uma colheita insuficiente ou uma epidemia que atinge o país, situações em que a demanda natural é maior que a oferta existente. Essa inflação, no entanto, é sempre temporária. O próximo ano fértil elimina a crise e os preços retornam ao seu nível natural.

A inflação capitalista de juros, no entanto, é como um fogo devorador que não se extingue até que tenha consumido todos os tesouros do mundo e transformado toda a humanidade em escravos dos juros das finanças internacionais – ou até que essa escravidão aos juros seja quebrada.

Machine Translated by Google

Reforma financeira nacional

Após um diagnóstico tão minucioso da doença das finanças do nosso estado, bem como das nossas finanças... Em geral, podemos esperar conseguir prescrever os tratamentos adequados.

As normas e medidas que regulamentam a transição da situação atual para a futura não estão incluídas no escopo deste trabalho. Para essas medidas, vale a diretriz geral de que, por meio delas, deve-se evitar, sempre que possível, qualquer perturbação da vida econômica. Naturalmente, isso não ocorrerá sem certa dificuldade aqui e ali e sem intervenções temporárias, mas, mesmo no caso de uma operação meticulosamente planejada, não ocorrerá sem alguma perda de recursos.

Nosso grande e brilhante objetivo final é *romper com o domínio do interesse.*

A primeira e fundamental medida resultante da entrega do sistema financeiro nacional a uma instituição privada, o Reichsbank, plc., é a nacionalização do Reichsbank.

Pelo tamanho deste banco, já deve estar bastante claro que um "Reichsbank" precisa ser, de fato, uma instituição do Reich, assim como o Reichspost ou o Reichscourt. Deve-se declarar categoricamente que é um engano à opinião pública permitir que o Reichsbank, por exemplo, ostente esse nome.

A tarefa de um verdadeiro Reichsbank deve, portanto, ser dupla. Primeiro, deve ser a ele que provêm as operações financeiras do Reich, na medida em que estas não podem ser asseguradas diretamente por cargos administrativos individuais, como de fato ocorre com os correios e as ferrovias; e, segundo, deve constituir o sólido suporte para toda a economia nacional na intermediação fiduciária das transações de pagamento. Deve ser, ainda, sua tarefa assegurar que haja sempre ativos em caixa suficientes para as transações monetárias.

Para este conjunto de tarefas, o Reichsbank deve ser o órgão executivo da administração financeira nacional, que deve estar totalmente subordinada a ele. Os funcionários do Reichsbank devem ser funcionários públicos, assim como os demais funcionários. Um conselho consultivo, constituído por representantes da grande comunidade judaica, como o atual, é naturalmente supérfluo. É suficiente que o Estado nomeie um comissário especial para a supervisão da conduta financeira do banco, responsável por esta. As atribuições do banco serão precisamente delimitadas por sua própria lei, de modo que a própria conduta financeira do banco garanta que a instituição do Reichsbank sirva exclusivamente aos interesses nacionais.

Mas já temos uma instituição bancária que corresponde plenamente a essas exigências que devemos impor ao Reichsbank. Trata-se do Banco Estatal da Baviera. O Banco Estatal da Baviera é, na verdade, um banco puramente nacional, e ninguém poderá afirmar que ele não cumpriu suas funções como instituição bancária de forma irrepreensível. Isso, naturalmente, com a ressalva de que também operou de acordo com os costumes gerais da economia capitalista baseada em juros. Mas, em todo caso, esse banco atendeu às transações monetárias sem considerar a rentabilidade do capital bancário como sua principal prioridade. Com isso, manifestou o seguinte fenômeno notável: o banco, com seu capital próprio extremamente pequeno, de apenas 8 milhões de marcos, estava em ótima posição para atender a todas as demandas de transações monetárias e administrar receitas de bilhões.

Não é desinteressante afirmar que, no *Anuário da Bolsa de Valores (Anuário da Bolsa de Valores de Saling, um manual para capitalistas e acionistas,* para 1914/15, apresentado por

Machine Translated by Google

O Banco Alemão), a existência deste Banco Estatal da Baviera (na época ainda "Banco Real da Baviera") é simplesmente ignorada, embora houvesse oportunidade e espaço para mencioná-lo na página 644 deste manual desta instituição estatal, ainda assim, significativa. Mas um banco que não serve exclusivamente a objetivos capitalistas privados claramente não é, para as altas finanças, um banco.

É ainda mais notável que, imediatamente após a guerra e o período bolchevique de Munique, esforços foram empreendidos para inserir o Banco Estatal da Baviera "em uma base mais ampla", como dizia o termo técnico e elegante usado no mercado de ações, a fim de tornar até mesmo essa instituição independente disponível para a "monetização" do capital privado. Nossa reivindicação, portanto, encontra um modelo praticamente preservado no Banco Estatal da Baviera. A objeção de que não é possível administrar um banco como uma instituição estatal fica, assim, refutada.

No caso do próprio Reichsbank, a lei que o instituiu propunha, na verdade, uma nacionalização segundo a qual o Reich teria o direito, após um ano de aviso prévio, pela primeira vez em 1º de janeiro de 1891, e depois em períodos de dez anos, de extinguir o Reichsbank e adquirir seus ativos (incluindo os edifícios de enorme valor) mediante o pagamento do valor patrimonial líquido (!) ou de adquirir todas as ações pelo valor nominal (!!). Assim, em 1º de janeiro de 1921, o Reich teria podido corrigir um grave erro da legislação do Reich contra o povo alemão se adquirisse toda a propriedade do Reichsbank pela ninharia de 1,80 milhão – ou seja, o valor nominal das ações do Reichsbank.

O *Völkische Beobachter,* que naquela época ainda não pertencia ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, mas que já era liderado por homens que pertenciam aos precursores intelectuais do Nacional Socialismo, e o semanário do Dr. Sch.
Pudor, *o jornal alemão Der deutsche Finanzmann,* apontou isso a tempo – claro, como as únicas vozes públicas da imprensa alemã – naturalmente sem qualquer sucesso.

É ainda mais notável que, embora as ações do Reichsbank estejam registradas em nome de terceiros, nada menos que 2.153 estrangeiros possuíam ações do Reichsbank! Infelizmente, a parcela do capital total do Reichsbank que esses 2.153 estrangeiros (em 1913) detinham não fica clara nos registros do Reichsbank. De qualquer forma, trata-se de uma porcentagem considerável, visto que o número de acionistas locais é de apenas 16.646. Ora, é evidente que, no caso dos acionistas locais, quantias muito menores podem ter sido adquiridas, enquanto que, naturalmente, pode-se presumir que um estrangeiro, ao comprar ações do Reichsbank alemão, não adquire apenas uma ou duas ações, mas sim um pacote completo. Esse fato oculta a situação incrível de que somas bastante significativas foram desviadas, na forma de dividendos, mesmo durante a guerra, do "Reichsbank alemão" para países estrangeiros.

Agora, a distribuição de lucros do Reichsbank, que obtém seus principais lucros do desconto de títulos – como vimos acima – é bastante original. Primeiramente, os acionistas recebem um dividendo preferencial de 3,5%, e do lucro restante, um quarto é distribuído aos acionistas. Três quartos desse lucro restante são transferidos para o Reich, após outros 10% serem transferidos para um fundo de reserva. Em 1913, 31.025.555 marcos foram transferidos dessa forma para o Reich. Por esse motivo, o Reich conferiu a essa notável instituição o chamado privilégio de impressão de notas, ou seja, o direito de emitir notas de acordo com a necessidade de suas transações. Até o início da guerra, o Reichsbank deveria manter, pelo menos, como garantia para essas notas, até um terço de ouro ou prata em moedas alemãs ou estrangeiras ou em barras. Mesmo após a queda dessa restrição, não havia mais nenhum obstáculo para a impressão ilimitada de papel-moeda. A única cobertura (!) que o Reichsbank tinha para seu papel-moeda eram as maravilhosas notas do Reichstreasury – portanto, mais uma vez, apenas mais uma

Machine Translated by Google

papel, por trás do qual se escondia um estado falido. Não é de admirar que, em tais condições, um colapso inevitável da moeda alemã tivesse de ocorrer.

Sem dúvida, é uma tarefa estatal bastante importante para um banco nacionalizado zelar sempre para que as necessidades da economia em termos de meios de pagamento sejam plenamente atendidas; pois somente se não houver impasses nesse sentido, mesmo que as demais instituições financeiras consigam satisfazer todas as demandas integralmente, é que a extorsão por juros com base na escassez de dinheiro – que pode levar às maiores crises mundiais – se torna um problema. excluídos. Por outro lado, as quantias de dinheiro emitidas retornam, mesmo em períodos de menor dinamismo econômico, ao Reichsbank através dos inúmeros canais de transações monetárias públicas, para que este possa retirar as notas de circulação. No caso do Banco da Inglaterra, é costume, como se sabe, que uma nota que retorna ao banco não seja emitida novamente, mas trocada por uma nova, enquanto a antiga é destruída. Isso ocorre principalmente por razões de higiene.

Agora, a questão da moeda terá, de fato, uma importância crescente no futuro, à medida que os chamados substitutos do dinheiro, como letras de câmbio e cheques, e especialmente as transações monetárias sem dinheiro físico, ganharem cada vez mais relevância.

Numa economia de compensação como esta, as agências de cheques postais, que já hoje são exemplares em transações puramente monetárias sem dinheiro físico e sem juros, ganharão uma importância extraordinária. Nas atuais agências de cheques postais, vislumbram-se os núcleos que podem ser facilmente desenvolvidos para um sistema ideal de transações monetárias sob supervisão estatal – totalmente compatível com o transporte nacional de passageiros e mercadorias.

Ninguém pode contestar que as transações de pagamento realizadas por meio dos correios são processadas com mais rapidez e confiabilidade. Pouco importa que as notas de crédito e débito não sejam processadas em no máximo 48 horas, quando, por outro lado, é comum encontrar nos bancos atuais notas de crédito para valores recebidos há muito tempo que só são emitidas de 8 a 14 dias depois. Se o cliente bancário precisa de dinheiro para sua empresa, ele ainda é obrigado a solicitar crédito bancário. No caso da transação monetária realizada pelos correios, todo o cálculo de juros é eliminado. Isso representa um alívio e uma simplificação consideráveis na transação de pagamento, especialmente nos prazos de fechamento de ano. O cliente dos correios recebe, em 2 de janeiro de cada ano – e também diariamente, mediante solicitação –, informações precisas sobre o saldo de sua conta.

A intermediação das transações monetárias pelos bancos, portanto, não é de forma alguma particularmente vantajosa para a economia. A mera transação monetária através dos bancos onera a produção apenas com provisões de todos os tipos, e somente e exclusivamente os bancos se beneficiam dos juros, nunca quem utiliza os serviços bancários. Para o proprietário de fábrica e o empresário justo, o recebimento de alguns marcos de juros por créditos temporários não tem importância alguma. Um empresário justo administra suas finanças de forma a manter no banco apenas o dinheiro necessário para pagar os salários e outras despesas correntes.

As contas de cheques postais correspondem plenamente a essas exigências e não é por acaso que, mesmo durante a guerra, a sociedade inglesa de "Fabianos", a "Fabian Society"76, em Londres, enviou um memorando ao Lorde Chanceler do Tesouro com o título: "Como vamos pagar pela guerra?", no qual apontavam a organização das contas de cheques postais alemãs e austríacas como um apoio. Os inimigos são sempre perspicazes e, quando indicam

76 A Sociedade Fabiana é uma organização socialista democrática que privilegia a reforma em vez da revolução. Foi fundada em 1884 e seus primeiros membros incluíam George Bernard Shaw, H.G. Wells, Annie Besant, Leonard e Virginia Woolf, embora os mais importantes entre eles tenham sido Sidney e Beatrice Webb. Foi Sidney Webb, de fato, quem redigiu a constituição do nascente Partido Trabalhista em 1900.

Machine Translated by Google

Se uma instituição for exemplar para o seu próprio país, então pode-se ter certeza de que há algo de valor nela.

O mesmo que foi dito sobre a nacionalização do Reichsbank também se aplica, naturalmente, à nacionalização dos outros bancos centrais, ou seja, da Baviera, ao "Banco Central da Baviera". O Banco Central da Baviera é igualmente uma sociedade anônima pura, na qual a maioria dos acionistas, por exemplo, pode simplesmente decidir distribuir aos acionistas as reservas de ouro do banco, sobre as quais reside o privilégio de emissão de notas. De fato, ainda nos lembramos de tentativas nesse sentido feitas pelo banqueiro judeu Schweißheimer em Munique. Desta vez, o plano fracassou devido à objeção do governo bávaro. O Estado bávaro havia adquirido, à época, um sexto das ações, enquanto outro sexto havia sido adquirido pelo Banco Hipotecário e de Desconto da Baviera, e os dois terços restantes foram distribuídos aos acionistas.

É absolutamente monstruoso que um Estado tema que as reservas de ouro do banco central possam ser ameaçadas pela intervenção dos "acionistas" desse banco. Quem conhece a tenacidade judaica sabe que o perigo para as reservas de ouro da Baviera não foi sequer afastado pelo fato de o governo, por uma vez, ter se mantido firme. Contra isso, resta apenas um meio radical: a nacionalização dos bancos centrais. Além do Banco Central da Baviera, temos na Alemanha também o Banco de Baden, o Banco da Saxônia em Dresden e o Banco Central de Württemberg.

No caso da nacionalização do Reichsbank e dos bancos centrais, os funcionários e empregados desses bancos serão, obviamente, absorvidos pelo Estado, na mesma qualidade de servidores públicos. O direito de emitir notas será, portanto, exercido exclusivamente pelo Estado. Tal emissão de notas só poderá ocorrer após uma portaria do Ministério das Finanças e mediante cobertura total. Nesse contexto, será resolvida a grande tarefa da *estabilização da nossa moeda.* Essa tarefa, porém, não cabe apenas ao círculo restrito dos bancos centrais; estes devem apenas garantir que nenhuma emissão de notas ocorra sem cobertura.

Para a produção de notas, as determinações até o momento são válidas. Qualquer imitação será punida com a maior severidade, de acordo com as prescrições do Código Penal, Seção VIII, Arts. 146-152.

Os acionistas serão compensados. Qualquer reivindicação dos acionistas sobre as reservas de ouro do banco será legalmente excluída.

Uma estabilização real da nossa moeda está totalmente excluída enquanto se esperar, da forma descrita, encargos de juros e impostos do povo alemão que não podem ser pagos a longo prazo. Também é falso querer manter meios radicais para a estabilização da moeda.

Não se trata aqui de um problema específico que possa ser separado do problema internacional da economia de juros. Enquanto essa economia internacional de pilhagem das altas finanças judaicas continuar a existir, as moedas das diferentes nações permanecerão sempre o objeto bem-vindo da especulação das altas finanças. Além disso, a *estabilidade de uma moeda* – ou seja, aquilo que o significado intrínseco do termo "moeda" expressa – depende de outros fatores, sobretudo da *atividade ou passividade da balança comercial.* Aqui, nosso olhar se estende para além dos limites de nossa pátria, e a economia doméstica estabelece relações mútuas com as economias nacionais de países estrangeiros.

Para se orientar rapidamente neste vasto campo das finanças internacionais, devemos ter em mente, mais uma vez, que o significado e o objetivo desta economia internacional não é a lucratividade do capital privado, mas sim a satisfação das necessidades. Todo o resto é apenas um acessório, um auxílio. A economia financeira internacional – as transações de pagamento internacionais.

Machine Translated by Google

— é, no entanto, o que hoje se apresenta como o principal e o que de fato desempenha o papel mais importante. São as instituições bancárias internacionais que hoje governam o mundo, que "cumprem" as necessidades monetárias dos Estados e, portanto, arrogam para si o poder; são as instituições bancárias internacionais que hoje controlam a produção em gigantescos conglomerados: ferro, aço, petróleo, alimentos enlatados, grãos, gordura, óleo, algodão, etc. As instituições bancárias internacionais financiaram as guerras, as grandes instituições bancárias financiaram e controlaram todos os suprimentos de guerra. Elas próprias não realizaram nada como homens produtivos, nem participaram da produção, nem mesmo participaram ativamente das atividades de guerra; elas apenas obtiveram lucro de tudo, do sangue e das lágrimas, dos horrores da guerra, da fome das massas, do desperdício dos novos ricos, da fúria especulativa do público da bolsa de valores.

Tudo isso se transforma em ouro e valor para as finanças internacionais. Cada trabalho das nações produtivas gera juros para as finanças internacionais. Mesmo aqui, na economia internacional, temos que lidar com uma completa inversão da relação correta e razoável entre capital e trabalho.

Os trabalhadores trabalham de forma racional e oferecem seus produtos no mercado mundial – para trocá-los por produtos estrangeiros (matérias-primas, produtos semiacabados ou totalmente fabricados). Uma economia racional não se propõe a trocar moedas estrangeiras (notas de dólar ou libra esterlina) por instrumentos ópticos fornecidos e, em seguida, cancelar esses valores para especular ainda mais em moedas estrangeiras. Em tempos de economia saudável, nenhum dono de fábrica teria pensado em algo assim. Ele, obviamente, precisa da receita para seus produtos futuros, para poder produzir mais, pagar seus trabalhadores e comprar novas matérias-primas. É totalmente impossível que toda a economia alemã receba a receita de sua exportação de produtos industriais na forma de moedas estrangeiras ou em câmbio, pois a mesma economia nacional alemã precisa comprar suas matérias-primas, como algodão para a enorme indústria têxtil, cobre para nossa igualmente gigantesca indústria elétrica, seda, juta, frutas tropicais, para atender à crescente demanda, acima da produção nacional, por alimentos e ração, etc., para citar apenas alguns exemplos. Os valores recebidos em moeda estrangeira, portanto, precisam ser imediatamente reinvestidos. Isso também é bastante natural, pois em tempos normais não se pode fazer nada com moedas estrangeiras no próprio país, exceto trocá-las. Isso se mantém até hoje. O trabalhador americano não pode ser pago com francos franceses, e o empresário inglês não recebe liras italianas em suas lojas. Também não faz sentido levar moedas estrangeiras para países estrangeiros onde elas não podem ser usadas como meio de pagamento legal. A moeda local serve, e deve servir apenas, às necessidades internas do país emissor. Assim como, dentro de uma economia nacional, o sentido da produção de bens não reside na troca de dinheiro e em, por assim dizer, mantê-lo parado e retê-lo da economia, da mesma forma, o intercâmbio econômico internacional de bens só se completa quando a importação é paga com a exportação.

A situação ideal teórica seria que cada país pudesse cobrir e pagar suas necessidades de importação exatamente com suas exportações. Só então se poderia falar de uma estabilidade absoluta das moedas estrangeiras. Ora, o esforço de toda economia nacional em ascensão é, compreensivelmente, direcionado para alcançar um superávit de exportações em relação às necessidades de importação. Somente isso indica aumento de riqueza. Só então se fala de uma balança comercial ativa. Se a necessidade de importação permanecer superior à exportação, elementos da riqueza interna devem ser enviados a países estrangeiros para equilibrar esse déficit. Mas esses envios, como não podem ser extraídos da renda do trabalho, devem ser obtidos apenas da riqueza. Isso ocorre por meio da exportação de ouro ou de títulos. Especialmente esta última "exportação", porém, nada mais é do que o início da escravidão às taxas de juros internacionais. Se essa "exportação de títulos" se estende a

Machine Translated by Google

A existência de títulos públicos internos ou sua disfarce em "obrigações" estrangeiras é praticamente irrelevante para as nações afetadas. Contudo, como no pensamento econômico internacional reina apenas a ganância desenfreada por grandes empréstimos, todas as dúvidas razoáveis sobre a integridade da economia nacional são abafadas pela imprensa e pelos parlamentos, e a subjugação internacional de todas as nações ao sistema financeiro internacional que emite esses títulos se alastra a proporções alarmantes.

Mesmo aqui na economia internacional, manifestam-se os mesmos fenômenos que na economia nacional interna, e as terríveis crises que abalam as diferentes economias nacionais hoje são, em grande parte, um fenômeno resultante dessa escravização de todas as nações pelo círculo cultural ocidental, como já vimos acima. Os países com moedas fracas, cuja economia interna se tornou muito frágil (Rússia) ou cuja situação interna se tornou incerta devido à revolução (Alemanha), e cujos excedentes de produção ainda gigantescos são confiscados gratuitamente como reparações do inimigo, não têm mais poder de compra excedente; portanto, não podem mais pagar por suas necessidades de importação com mercadorias, mas com papel-moeda, que lançam em grandes quantidades em países estrangeiros para comprar moeda estrangeira.
Dessa forma, prejudicam de maneira semelhante tanto a economia interna quanto as economias estrangeiras. Os países com moedas fortes, por outro lado, sofrem justamente com a valorização de suas moedas (a Suíça, por exemplo). Eles não conseguem mais exportar seus produtos para os grandes mercados de antes porque seus produtos estão muito caros devido ao alto valor de câmbio de sua moeda. Esses países conseguem suprir facilmente suas necessidades de importação com suas moedas fortes.
Mas quando os produtos acabados são muito mais baratos nos países com moeda desvalorizada, os comerciantes e aproveitadores vão para esses países, comprando e saqueando tudo, em desvantagem para ambos os lados: a produção local e o consumo nos países para os quais os estoques são comprados, já reduzidos, ficam ainda mais baixos devido a essas compras desenfreadas. Dessa forma, o poder de compra da moeda nacional nos países com moeda desvalorizada diminui novamente.

O fato de, diante dessas relações totalmente invertidas, tudo ainda não ter entrado em colapso há muito tempo se deve a que, mesmo acima de todas as maquinações das finanças internacionais, a necessidade internacional mútua simplesmente prevalece. Só que tudo acontece no último momento, com gemidos e lamentos, porque a chave inglesa – as exigências de juros do capital internacional – foi lançada nas engrenagens da economia internacional. Ou, em termos médicos: na circulação sanguínea saudável da economia internacional, instalou-se um carcinoma, a princípio pequeno, mas hoje já enormemente grande, cujo único interesse é sugar todo o sangue para si, à custa do resto do corpo, e cobrar um pedágio, um juro, de tudo. Todo o sangue, é claro, flui para o coração, mas o coração também expele, a cada batida, o sangue contaminado. O banco estatal, que serve apenas à transação monetária pura, corresponde precisamente a essa imagem – e ao carcinoma corresponde com a maior precisão a atividade das finanças internacionais, que também controla todo o dinheiro do mundo por meio de seus bancos de crédito e mantém toda a economia internacional presa em seus braços sugadores, cobrando juros em todos os lugares. Tudo isso é desnecessário! As nações do mundo não precisam, de forma alguma, de poderes financeiros supranacionais. Obviamente, são necessárias instituições que regulem internacionalmente as transações monetárias internacionais, como uma câmara de compensação ou contas de cheques postais. Isso pode e será feito por casas de câmbio estatais.

Em todo caso, existem meios suficientes, bastante semelhantes à forma como foi possível criar uma união postal internacional, para organizar até mesmo as transações de pagamento internacionais.

Machine Translated by Google

principalmente por meio de compensação, sem que as finanças internacionais se beneficiem duas ou três vezes em todas essas simples operações mercantis e se tornem grandes e gordas às custas das nações produtivas. Detalhes são supérfluos aqui.

A estabilização de uma moeda não pode, portanto, como já foi salientado, ser dissociada das relações internacionais. Existe, contudo, uma série de possibilidades para eliminar as fontes de erro e as irresponsabilidades decorrentes das deficiências da administração interna ou da manipulação irrestrita da impressão de cédulas.

As medidas propostas inserem-se no âmbito de sistemas já testados; tal como *a nacionalização do Reichsbank e dos bancos centrais,* surgem simplesmente como consequências lógicas de uma nova posição do Estado face às suas funções de protetor das transações monetárias. Representam apenas a reação natural a condições que serviam única e exclusivamente aos interesses das altas finanças, ao custo máximo para o povo. A extensão sensata da nacionalização do Reichsbank é a *regulação e mediação das transações monetárias* pelo Estado, segundo o modelo do sistema de cheques postais, que será posteriormente alargado e desenvolvido de forma mais adequada para esse efeito.

Todas essas medidas representam, de fato, avanços bastante significativos, mas poderiam ser implementadas sem que a mentalidade econômica precisasse ser fundamentalmente transformada no sentido do princípio nacional-socialista ali apresentado com toda ênfase: "A tarefa da economia é suprir as necessidades e não a lucratividade do capital privado".

Essa transformação fundamental e nova ordenação no campo do sistema financeiro e tributário, especialmente no financiamento de grandes projetos estatais com a eliminação do recurso a empréstimos, assim como as medidas político-financeiras que se aproximam do âmbito de atuação da política social, serão o tema do próximo capítulo.

Machine Translated by Google

Novas maneiras

O financiamento de grandes obras públicas.

Entre as tarefas mais importantes do Estado está a execução de empreendimentos econômicos de grande porte, cuja realização ultrapassa os recursos de capital dos círculos empresariais privados, cuja execução envolve, além disso, consideráveis interesses público-jurídicos e cuja execução se baseia na exploração de recursos naturais ou fontes de energia natural. São tarefas, portanto, em que se trata da exploração de forças naturais que pertencem à comunidade, ou cuja execução deve ocorrer no âmbito das atribuições que incumbem principalmente ao Estado, como todo o setor de transportes.

Percebe-se que é perfeitamente possível delimitar com bastante precisão o campo em que a iniciativa estatal pode ser desenvolvida, sem que isso implique limites para a iniciativa empresarial privada ou que o Estado tenha de competir com ela. Além disso, existe o fato de que a execução dessas grandes obras públicas é naturalmente atribuída quase totalmente a empresas privadas.

Já descrevemos detalhadamente, nas observações fundamentais, a forma exemplar como o Estado construiu o nosso sistema de transportes alemão. Certamente, em alguns pontos, o desenvolvimento teria sido mais racional e econômico por parte da iniciativa privada, mas, no caso de tarefas que envolvem a segurança de milhões de pessoas, a questão não é tanto essa, mas sim a solidez máxima possível. Ora, o setor de transportes é, sem dúvida, uma tarefa exclusivamente estatal.
Confiabilidade, pontualidade, segurança e tarifas uniformes para ferrovias e correios devem ser os pontos de vista decisivos para o sistema de transporte – e não – a rentabilidade do capital privado.

Mas essa questão está intimamente ligada à forma de financiamento de projetos públicos de grande porte como esses. tarefas.

Já vimos o absurdo interno que se revela no fato de que os "créditos" aprovados pelo parlamento precisam ser "aprovados" novamente pelo capital privado, o que obriga o Estado a assumir um ônus extraordinário por meio da promessa de juros.
Não será mais necessário aqui apontar, de forma geral, as consequências desastrosas dessa promessa de juros. O presente trabalho serve, de fato, principalmente para comprovar esse fato. Contudo, faça-se aqui uma menção especial a como essa promessa de juros sobre empréstimos estatais encareceu extraordinariamente, e de uma forma inacreditável para quem ouve esses números pela primeira vez, as tarifas ferroviárias, por exemplo.

Os custos de capital para toda a rede das Ferrovias do Reich Alemão, construídas ou financiadas por empréstimos, totalizaram cerca de 25 bilhões de marcos-ouro até 1914. Os juros pagos sobre esse montante, com uma taxa média de 3,5% a 4%, somaram cerca de 800 a 900 milhões de marcos-ouro. A receita líquida, após a dedução das despesas com pessoal (funcionários e empregados) e materiais (carvão e lubrificantes), ficou em torno de 800 a 1,1 bilhão de marcos.

O pagamento de juros consumiu, portanto, quase toda a receita líquida das ferrovias alemãs.
Sempre foi um equívoco da opinião pública explicar, com certo orgulho, que as receitas dos correios e das ferrovias constituíam a espinha dorsal do orçamento do Estado. Claro, isso poderia ter sido verdade, se o pagamento de juros não tivesse consumido toda a receita líquida. Outro paralelo interessante pode ser traçado em comparação: as despesas totais com salários e vencimentos de todos os funcionários e empregados das ferrovias alemãs, bem como dos operários ferroviários nas fábricas e nas linhas, somaram precisamente apenas...

Machine Translated by Google

tanto quanto os juros cobrados sobre o capital emprestado! Em outras palavras: o gigantesco exército de ferroviários alemães, até os cargos mais altos, com um total de 782.731 pessoas, recebeu pelo seu trabalho exatamente a mesma quantia que a mão completamente inativa do capital emprestado embolsou.

O pagamento de juros do empréstimo para o capital proveniente das ferrovias foi superior a todas as despesas do nosso grande Exército Imperial da época! – e, de fato, a tudo o que estava relacionado a ele, incluindo a supervisão militar, a administração da justiça militar, os sistemas de administração de guarnições e construção militar, o sistema de educação e desenvolvimento militar, os institutos técnicos, os fundos de assistência e para viúvas de militares – e, além disso, o vestuário e o armamento das tropas! O montante total para todo o nosso exército, em 1913 – portanto, no último ano completo de paz –, chegou a 775.385.300 marcos. Esses números comparativos oferecem uma visão profunda. Enquanto o lado socialista e democrático constantemente se manifestava contra o "fardo do armamento militar" nas sessões parlamentares e na imprensa, jamais se encontra uma única palavra contra esses encargos de juros – que superavam em muito todas as outras despesas – provenientes de empréstimos públicos. De fato, poderíamos ter financiado toda a Marinha com os juros do empréstimo para as necessidades gerais. As despesas totais da nossa orgulhosa Marinha Imperial ascenderam a 197 milhões em 1913. E convém considerar que todas essas despesas poderiam ter sido cobertas sem qualquer custo adicional se o orçamento do nosso Estado não estivesse sobrecarregado com juros tão exorbitantes.

Um punhado de grandes financiadores – os poucos milhares de “parasitas”, de pequenos poupadores com seus bens de alguns milhares de marcos, não desempenham nenhum papel nesses empréstimos públicos – *Assim, embolsávamos ano após ano, sem qualquer trabalho ou esforço, quantias com as quais poderíamos ter mantido e pago toda a nossa administração do Reich, todo o nosso exército e toda a nossa marinha.*

Quem, diante de tais números, não compreender a importância primordial do problema das taxas de juros em geral e, em particular, do completo fracasso da política financeira nacional com sua economia de crédito, certamente não poderá ser ajudado. Além disso, os dados e números que proporcionam tal compreensão são acessíveis a todos, encontrando-se no *Anuário Estatístico do Reich Alemão,* publicado com o máximo rigor pelo antigo Escritório Real de Estatística, e também no *Anuário Estatístico do Reich Alemão,* da editora Puttkammer e Mühlbrecht, publicado pelo Escritório Estatístico Republicano do Reich.

Que tais desequilíbrios entre as despesas necessárias para a administração do Reich, o exército e a marinha e os gastos do Estado com o pagamento de juros sobre o capital emprestado se tornem uma injustiça que clama aos céus, ficará plenamente claro, no entanto, somente quando examinarmos de que forma o Reich cobre sua necessidade monetária para esses pagamentos de juros. Aqui chegamos ao campo das alfândegas e impostos. Devo mencionar aqui, mais uma vez, a descrição minuciosa dessa situação em meu livro "A Próxima Greve Fiscal", onde apresentei a prova conclusiva de que a maior parte de todos os impostos é suportada pelas grandes massas da população trabalhadora. Assim, temos diante de nós o fato de que o Estado, a princípio, em total desrespeito às possibilidades inerentes à sua soberania financeira, aventura-se no caminho do empréstimo para a execução de grandes tarefas públicas, ou seja, contrai dívidas; que, com isso, sobrecarrega ainda mais seu orçamento de tal forma que precisa usar toda a sua receita líquida para o pagamento de juros e que, além disso, precisa oprimir o povo com impostos e taxas apenas para poder cumprir suas obrigações de juros. Todas as tarefas estatais essencialmente necessárias devem agora ser combatidas no parlamento provincial e no parlamento do Reich, enfrentando a maior resistência, e, finalmente, o Estado se vê no papel de cobrador de juros do capital emprestado, como o vemos hoje.

Machine Translated by Google

A solução já foi apontada há muito tempo – após uma análise tão detalhada das atuais condições absurdas, ela se torna óbvia; é a seguinte:

O Estado financiará todos os grandes empreendimentos públicos do Reich em virtude de sua soberania financeira e após aprovação da população por meio do parlamento, evitando-se ao máximo o uso de empréstimos por meio da alocação direta de recursos através de transações de transferência sem dinheiro ou pela emissão de títulos do tesouro estatal sem juros.

Posso ilustrar melhor essa medida por meio de um exemplo: o desenvolvimento da energia hidroelétrica na Baviera.

Os planos e esforços para aproveitar a enorme energia hidroelétrica existente nos rios de montanha, em combinação com os grandes lagos montanhosos, remontam a mais de duas décadas atrás. Inquestionavelmente, no caso dessa energia hidroelétrica, tratava-se de recursos energéticos do país, pertencentes à comunidade, que seriam extraídos e utilizados para fins lucrativos. Assim, fica claro que, no desenvolvimento de tais estruturas de grande porte, muitos interesses legais, tanto públicos quanto privados, foram afetados. Trata-se, portanto, de uma área que pertence exclusivamente à esfera de influência do Estado. O povo também aprovou verbalmente os créditos por meio de seus representantes em dezembro de 1920. O projeto havia sido suficientemente aconselhado, testado e replanejado repetidamente, e as grandes vantagens econômicas eram plenamente compreendidas. O Estado e o povo haviam decidido explorar os recursos energéticos; agora, com a aprovação dos créditos, bastava tomar a decisão correspondente de que os valores auferidos pelos empresários poderiam ser pagos diretamente pelo banco estatal, com base nos créditos aprovados. Se isso ocorreria sem dinheiro em espécie, por meio de transferência para transações bancárias, ou através de aviso de crédito para contas de cheques postais ou em dinheiro vivo, é, em última análise, uma questão de indiferença.

É bastante óbvio e claro, se imaginarmos que o banco estatal, para tais fins, emitiria sua própria moeda no montante dos créditos necessários e aprovados. Essas notas para a construção de usinas hidrelétricas representavam, portanto, em certa medida, títulos do tesouro estatal que seriam emitidos para as obras hidráulicas em andamento como crédito antecipado sob garantia estatal. Tratava-se, assim, de um dinheiro protegido de diversas maneiras. A proteção consistia, em primeiro lugar, na obra concluída ou em andamento de Walchensee, etc., e, em segundo lugar, na garantia estatal de que o dinheiro seria aceito pelo valor integral do tesouro público em vez de pagamento. As notas para a construção seriam, ao mesmo tempo, debêntures parciais sobre as obras hidráulicas, sem, contudo, estarem vinculadas a elas os juros. Isso, porém, como é sabido, não ocorre com quaisquer outras notas em circulação.

As notas de construção de energia hidrelétrica poderiam muito bem incluir essas especificações sobre a cobertura total de seu valor no texto impresso. Por exemplo: *"Esta nota de mil marcos tem sua cobertura parcial no valor da instalação que está sendo erguida para a exploração da energia hidrelétrica da Baviera. Ela é aceita como pagamento em todos os tesouros estaduais".*

Se alguém quiser ir mais longe, nada impede que o Estado se comprometa a fornecer, após a conclusão da obra, mediante o depósito da nota promissória, uma determinada quantidade de quilowatts-hora de eletricidade ou uma determinada quantidade de centenas de quilos de nitrogênio.

Ninguém recusaria uma moeda emitida pelo Estado, totalmente lastreada em bens materiais, que ao mesmo tempo pudesse ser usada, em certa medida, como cupom de racionamento de eletricidade. Pelo contrário, podemos ter certeza de que tal moeda gozaria de uma popularidade especial, pois é estável, tão estável quanto um dólar, ou até melhor, já que se pode obter com ela uma quantidade bastante definida de eletricidade ou nitrogênio, independente das flutuações econômicas. É sinal da completa estreiteza de espírito das pessoas que, na propaganda pública de diferentes debatedores, tenha surgido a objeção de que "ninguém aceitaria essa moeda".

Machine Translated by Google

Ninguém jamais hesitou, nem mesmo estes senhores debatedores, em aceitar o dinheiro emitido pelo Estado. Todos aceitaram até mesmo as notas mais danificadas do Reichsbank, embora esse dinheiro fosse pura inflação. E, no entanto, todos o aceitaram, mesmo quando os especuladores astutos tentaram se livrar dele o mais rápido possível, trocando-o por moeda estrangeira ou mercadorias.
De fato, ninguém recusou nem mesmo a moeda de emergência de cidades e comunidades, que era igualmente papel-moeda sem lastro. E agora, não deveria uma moeda de papel-moeda tão preferível, como a moeda para construção totalmente lastreada em ativos materiais destinada às nossas grandes obras, ser aceita imediatamente? Certamente, mesmo aqueles que levantam tais objeções contra o dinheiro público sem juros em nome de, ou no espírito de, seus mestres, não acreditam nisso fundamentalmente.
É de fato comprovado, de forma irrefutável, apesar de todas as queixas dos "metalistas" que gostariam de considerar como dinheiro apenas o dinheiro feito de metais preciosos, que "dinheiro" é aquilo que o Estado declara como tal – seja esse dinheiro constituído de papel ou porcelana, ferro ou couro ou qualquer outro material, é uma questão de completa indiferença. A situação é bem diferente quando se trata do poder de compra desse dinheiro. Nesse ponto, os metalistas têm razão ao afirmar que uma moeda feita de ouro, em geral, mantém seu valor de troca mesmo quando distúrbios políticos abalam o Estado. Essa estabilidade, contudo, do dinheiro metálico feito de metais preciosos não se deve ao seu caráter monetário, mas sim ao seu caráter de *mercadoria,* ou seja, *o ouro.*

Não há dúvidas quanto à justificativa do Estado em cobrir suas necessidades monetárias para uma grande obra da maneira descrita. Primeiro, o Estado é soberano, ou seja, não precisa ser influenciado por ninguém, pois detém o poder; segundo, tal medida resiste ao mais rigoroso escrutínio comercial. O Estado emite esse dinheiro na forma de comprovantes, com base em seu crédito. Por que alguém deveria ter menos consideração pelo crédito do Estado do que pelo crédito de qualquer banco, especialmente quando o Estado está realizando obras úteis para o bem-estar da comunidade? Mesmo que se diga que o Estado paga o trabalho realizado (os empresários e trabalhadores envolvidos na obra de Walchensee) com papel, isso é correto, pois posteriormente, após a conclusão das obras, o Estado aceita esse papel novamente como pagamento pelo trabalho realizado (fornecimento de eletricidade ou nitrogênio, etc.). Com isso, o ciclo econômico se completa. Assim, as notas de construção são resgatadas mais uma vez com o fornecimento de eletricidade, etc., dos primeiros anos, as notas são destruídas e uma gigantesca obra de arte organizacional governamental foi criada em uma rodovia sem juros, como uma posse livre de juros para todos. Uma obra que explorou, sem grande ônus para os consumidores de eletricidade, outra grande fonte de dinheiro para o Estado, o que, por sua vez, aproxima o Estado do objetivo ideal de uma política financeira nacional saudável – *o Estado sem impostos.*

Além disso, há o fato de que o processo descrito, com a emissão de verbas próprias para a construção de uma determinada obra, não exige necessariamente a emissão de todo o valor aprovado em notas promissórias, pois a grande maioria dos pagamentos aos empresários não ocorre em dinheiro vivo, mas sim por meio de transferências eletrônicas. Mesmo supondo que todo o valor da nova construção fosse emitido em novas notas do banco estatal, esses montantes, em comparação com as demais quantias de que o Estado necessita atualmente, seriam insignificantes.
Ao mesmo tempo em que alguém se enfureceu no parlamento bávaro por causa do crédito de 800 milhões para a hidroenergia da Baviera – ou melhor: não se enfureceu, mas simplesmente recorreu mais uma vez ao "empréstimo" –, 8 bilhões foram aprovados no parlamento "sem debate, em terceira leitura, para fins de emergência geral".

Aqui, reitero as considerações de que, no caso de um financiamento por meio da emissão de nova moeda, não haveria inflação de qualquer tipo, e que, por outro lado, a emissão de títulos com juros durante o período de construção, em qualquer caso, significa uma certa

Machine Translated by Google

inflação, uma vez que os juros já devem ser pagos mesmo que nenhum trabalho produtivo tenha sido ainda realizado pelas empresas.

De forma alguma, porém, o equilíbrio econômico nacional entre moeda e bens materiais é afetado, no sentido da teoria quantitativa da moeda, pois, em contrapartida ao aumento dos meios de pagamento em moeda, há um aumento exatamente maior na quantidade de bens. Se, posteriormente, por meio das receitas dessas obras, a moeda emitida for novamente retirada de circulação e destruída, o equilíbrio econômico nacional naturalmente melhorará em benefício da riqueza nacional, de acordo com o valor total dessas novas obras.

Mesmo aqui, cabe ressaltar o quanto os juros impactam os custos dos produtos dessas usinas. Oskar Pöbing77, em um exame detalhado dessa questão, constatou que o custo de produção por quilowatt-hora aumenta devido à oneração dos empréstimos com juros exorbitantes de 500% (!). Agora, a eletricidade de nossas usinas hidrelétricas bávaras chega até nós cinco vezes mais cara porque recorremos, mais uma vez, ao empréstimo, que é a opção mais fácil. É importante imaginar que todas as despesas materiais e de pessoal para a operação e manutenção das grandes usinas elétricas e escritórios interurbanos da Baviera – ou seja, todos os salários e vencimentos de todos os funcionários dessas instalações – operadores de comporta, maquinistas, operários, trabalhadores, supervisores e todo o aparato técnico e administrativo, incluindo os diretores – recebem, em troca de seu trabalho anual, apenas um quinto dos valores que os – tão generosos – capitalistas que concedem empréstimos recebem anualmente, sem esforço ou trabalho, a título de juros.

Os juros devoram tudo, encarecem tudo. Só o capital emprestado se beneficia, a população sofre as consequências. A população que constrói as obras com a própria força é quem sofre as consequências; afinal, quem constrói as obras bávaras? – os engenheiros bávaros, os operários bávaros, os mestres de obras e os empresários bávaros; as fábricas bávaras fornecem a maior parte das máquinas e equipamentos – e para aquilo que não é produzido na própria Baviera, é preciso fornecer grãos ou gado bávaros, o que significa que, em troca, é preciso oferecer trabalho bávaro – só que o povo bávaro não investe o dinheiro na construção (aparentemente!), e por isso precisa dos grandes capitalistas de Nova York, Londres, Paris e Berlim. O povo bávaro precisa tomar empréstimos de todos os países do mundo e onerar sua energia hidrelétrica com juros que encarecem a eletricidade em 500%!

Isso não é uma loucura? Isso não é um crime econômico? Pessoas que nada fizeram além de, em algum momento, pegar numa caneta e preencher um cheque ou instruir seu banqueiro a assinar o empréstimo hidrelétrico da Baviera, recebem, ano após ano, juros pagos pelo povo bávaro.

Não só isso, mas o sistema de abastecimento de água deixou de ser propriedade do povo bávaro e passou a estar penhorado aos capitalistas. É particularmente irônico que os grandes capitalistas, naturalmente, não emprestem "seu bom dinheiro" a um Estado que, por si só, não é "bom" para o capital e seus interesses, e que, portanto, ainda goza de tanto crédito a ponto de se poder...
injetar 800 milhões nisso. E, de fato, as licitações para os títulos hidroelétricos continham a garantia tão atraente e tranquilizadora para os capitalistas de que "o Estado bávaro, com toda a sua riqueza, garante o capital e os juros – (!)"

77 Oskar Pöbing (1882-1956) foi um engenheiro mecânico bávaro que trabalhou na Universidade Técnica de Munique. Foi autor de estudos como *Die Wasserkräfte Bayerns* (1919) e *Zur Bestimmung strömender Flüssigkeitsmengen in offenen Gerinnen* (1922).

Machine Translated by Google

Dinheiro, o que mais você quer! Então aqui o estado bávaro admite expressamente que vale tanto que se poderia emprestar 800 milhões para a energia hidrelétrica de Walchensee e o rio Isar Médio, mas não pode usar sua soberania financeira para financiar essas obras com recursos próprios. Por quê? Porque está tão envolvido na loucura dos empréstimos e juros, porque seus governantes não têm capacidade de raciocínio e senso de responsabilidade suficientes para ousar julgar esses planos simples e claros por juros.

O financiamento gratuito é obtido por conta própria; portanto, eles recorrem aos especialistas bancários profissionais. É exatamente como se um tuberculoso perguntasse aos seus bacilos da tuberculose se eles achavam correto ir a Davos ou a Engadin78 para se livrar da doença, e estes lhe assegurassem: "Não, simplesmente não faça isso, a viagem pode lhe fazer mal, talvez ocorra um acidente ferroviário, fique em casa, no seu ambiente habitual. No seu estado, você não deve fazer nenhuma experiência! etc." Com a adesão a esse conselho, que do ponto de vista dos bacilos da tuberculose é bastante correto, a doença naturalmente progride rapidamente, os bacilos se multiplicam maravilhosamente. Exatamente assim no nosso caso da economia financeira e de juros.

Essa prática de pedir conselhos aos próprios oponentes é extremamente característica dos alemães, que são bastante ingênuos. Se aparece um homem que ama seu povo apaixonadamente e o aconselha sobre isso e aquilo, alertando os responsáveis sobre esta ou aquela trapaça, pode apostar dez contra um que as pessoas preocupadas correrão até o patife e lhe perguntarão, com toda a ingenuidade: "Diga-me, fulano me disse que você é um canalha, por favor, diga-me se isso é verdade!". E se o outro então lhe explica com a cara mais honesta do mundo: "Mas o que você pensa então? Que eu sou um canalha! Pelo contrário, sou seu melhor amigo, sempre o ajudei a sair de nossas dificuldades financeiras", então o ingênuo questionador fica bastante satisfeito – já fez o suficiente e fica especialmente feliz por não ter que se esforçar para pensar. O amigo problemático do povo, no entanto, geralmente não é considerado digno de sua resposta – e as coisas ficam ainda mais atoladas no ciclo vicioso da política de empréstimos capitalistas com juros exorbitantes, até que o último recurso da riqueza nacional livre seja empenhado às potências financeiras e toda a nação pague apenas juros às finanças internacionais.

Em conclusão, devemos, precisamente neste contexto, salientar que o Estado bávaro – quando não se tratava de uma tarefa estatal tão importante como o desenvolvimento da energia hidroelétrica bávara, ou seja, quando se tratava de remediar a crise monetária do governo de novembro – foi muito rápido em emitir, a partir do banco estatal da Baviera, cerca de 130 milhões de notas do tesouro estatal. Isto aconteceu sem qualquer cobertura – e todos aceitaram estas notas bávaras com a mesma facilidade com que aceitavam as notas do Reichsbank, e todos podiam comprar tanto pão com os vales bávaros como com as notas do Reichsbank. Na verdade, nem precisava ser todo o estado da Baviera; bastava que o prefeito da capital provincial, Munique, e alguns vereadores tivessem seus nomes impressos nesses pedaços de papel coloridos, e até mesmo esse dinheiro de emergência circulou, todos o pegaram e todos o distribuíram exatamente como os restos do Reichsbank, e esse dinheiro de emergência em si cumpriu a função de qualquer dinheiro – a de auxiliar na troca de mercadorias – de uma maneira inquestionável.

Apenas um setor foi extremamente afetado por essas intervenções artificiais das províncias e comunidades – o setor financeiro – e, em outubro de 1921, foi promulgada uma lei do Reich que proibia estritamente as províncias e comunidades de emitir títulos.

[78] Davos, na Suíça, é famosa desde meados do século XVIII como um destino turístico para pessoas com doenças pulmonares. Engadina é um vale nos Alpes Suíços.

Machine Translated by Google

Não foi possível obter mais fundos de emergência. *Essa lei, na prática, era uma lei clara para a proteção dos judeus, que seria seguida em 1922 pela "Lei para a proteção da república".*

Posso muito bem imaginar o medo repentino das finanças internacionais quando perceberam que, no dinheiro sem juros, mesmo na forma inofensiva de dinheiro de emergência, o povo tinha em mãos uma arma – naturalmente sem que o povo soubesse disso – que poderia, com um só golpe, destruir a rede de ouro construída com mentiras e enganos ao longo de séculos de trabalho clandestino e falsificação, libertando os povos da sua escravidão aos juros.

Já naquela época, no caso da emissão da moeda estatal bávara, o Reichsbank exigiu, em breve, que esse dinheiro fosse retirado de circulação, o que também ocorreu de forma satisfatória ao longo de 1921. O motivo: esse dinheiro não rendia juros às altas finanças, ao contrário do dinheiro do Reichsbank, que obtinha através da rota indireta das letras do tesouro do Reich.

No Estado Nacional Socialista, no futuro, todas as grandes obras estatais serão financiadas e organizadas da maneira descrita, evitando-se totalmente o uso de empréstimos. Naturalmente, recorreremos ao financiamento indireto para construção, sem juros, somente se os recursos necessários não puderem ser obtidos a partir dos superávits de outras empresas estatais ou de impostos especiais destinados a tais fins. Em todo caso, sabemos que essa forma de financiamento abre possibilidades enormes e inimagináveis para explorar os recursos naturais do país, melhorar as vias de transporte, etc.

Cada nação é tão rica quanto sua capacidade de organizar o trabalho.79

79 Isso se reflete no discurso de Hitler ao Reichstag em 30 de janeiro de 1939, no qual ele declarou: "Sob a compulsão da necessidade, aprendemos, em primeiro lugar, a levar plenamente em conta o capital mais essencial de uma nação, ou seja, sua capacidade de trabalho." (citado em R de Roussy de Sales (ed.) *Adolf Hitler: My New Order,* Londres: Angus and Robertson, 1942, p. 457 e seg

Machine Translated by Google

O Banco de Construção Social e Econômica

Em conexão lógica com o capítulo anterior, surge a criação de um banco social de construção e econômico, cuja função é emitir financiamento sem juros, especialmente para a construção de moradias. Naturalmente, esse banco social de construção e econômico não deve ser administrado como uma instituição estatal, mas sim como uma corporação de direito público. Logicamente, portanto, sua discussão deveria vir após a descrição do sistema tributário nacional-socialista. Contudo, como esse banco social de construção e econômico nada mais é do que financiamento sem juros transferido para o setor privado, e especialmente para o sistema de construção habitacional – um ramo da economia de importância universal –, talvez seja justificado apresentá-lo em primeiro lugar.

O motivo pelo qual um banco de construção não deve ser administrado como uma empresa estatal pura reside no fato de que uma instituição financeira pública legal como essa deve ter mais liberdade de atuação do que uma empresa estatal. Isso não seria um problema se se tratasse apenas de construção de moradias, mas haverá muitos casos em que se tratará de projetos da maior importância, que afetam indiretamente o interesse público, e, nesses casos, o banco, que de fato responde perante o Estado por sua gestão, deve ter liberdade para conceder crédito sem juros, após uma análise minuciosa de todas as condições.

Essa liberdade de decisão, contudo, não é possível em empresas puramente estatais. É por isso que ela deve ser deixada à iniciativa privada.

A título de ilustração, pode-se apresentar aqui o esboço de uma lei desse tipo que foi aprovada. em 1922, pela Baviera:

Lei sobre o desenvolvimento de um banco bávaro de construção social e economia.

Art. l

Será fundado um banco nacional bávaro de construção social e economia (BWB).

O BWB tem a função de apoiar financeiramente empresas estatais ou empresas nacionais economicamente valiosas de particulares (sejam indivíduos ou sociedades) que contribuam para o desenvolvimento do país ou sejam benéficas para o bem-estar geral.

Art. 2

A BWB é uma empresa de direito público. As normas mais detalhadas referentes à sua organização, administração, atividades e diretoria serão definidas pelo ministério em sua totalidade.

Art. 3

É concedida permissão ao BWB para emitir, pela primeira vez, notas do tesouro sem juros cobertas. por bens materiais num montante de até 50 milhões de marcos de ouro.

A emissão só poderá ocorrer de forma legal, desde que o montante monetário emitido e em circulação seja garantido por títulos patrimoniais de valor igual ou superior (hipotecas sem juros, letras de câmbio, penhoras, etc.) e que o reembolso ou a devolução dos títulos do tesouro seja assegurado pelas receitas das empresas ou instituições a serem desenvolvidas dentro de um prazo adequado, no máximo 50 anos.

Art. 4

A soma das garantias e títulos devidos pelas notas do tesouro emitidas pelo BWB constitui a associação de cobertura da BWB.

Machine Translated by Google

Transações legais de qualquer tipo que perturbem ou prejudiquem uma cobertura de segurança ou de propriedade. Os títulos pertencentes à associação de cobertura são nulos.

Alterações de propriedade ou posse de qualquer tipo sobre objetos ou direitos sujeitos à cobertura da organização não afetam a existência das garantias e permanecem vinculadas ao objeto mesmo para o novo adquirente; o antecessor no título fica livre de responsabilidade pessoal somente quando a BWB concorda com a mudança na pessoa do devedor. Disposições em contrário são nulas…

Art. 5

Todos os constituintes e direitos da organização abrangida pela cobertura do BWB estão registrados neste registro público; os princípios e consequências legais são válidos para este livro da mesma forma que para os registros; o registro goza de confiança pública e presunção de direito em si mesmo.

O acesso ao registo ou às secções pertinentes do mesmo deve ser concedido a todos aqueles que demonstrem ter um interesse legítimo no acesso.

Resumos semelhantes a balanços devem ser publicados anualmente, contendo os montantes totais das notas do tesouro emitidas, bem como o montante total dos títulos devidos ao BWB por essas notas, além de acréscimos e deduções, e informações sobre os reembolsos e resgates bem-sucedidos das notas do tesouro.

Art. 6

As notas do tesouro do BWB são moeda corrente. Todos devem aceitá-las pelo seu valor nominal integral em relação à taxa de câmbio das demais moedas correntes do Estado.
Caso um credor recuse o recebimento de notas do tesouro do BWB em vez do pagamento à taxa de câmbio mínima mencionada acima, o devedor fica, na medida em que tenha efetivamente oferecido o pagamento em notas do tesouro, isento da dívida desse montante.

O BWB emite as notas do tesouro sem juros e acorda, em contrato, as condições gerais e especiais das condições jurídicas mútuas relativas aos prazos e taxas de emissão, às garantias e hipotecas a serem pagas pelo devedor, bem como aos reembolsos e demais condições jurídicas pertinentes. Uma cópia desses contratos deve ser disponibilizada a todos como anexo aos registros da associação abrangida.

O BWB está autorizado a determinar sobretaxas ou taxas para os custos administrativos na concessão de empréstimos e para as cobranças anuais, ou a determinar os respectivos prêmios ou descontos, a qualquer momento, de forma uniforme e pública.

É permitida a emissão ou a cotação em bolsa de valores de uma taxa superior à taxa mínima determinada no Artigo 1.

Os reembolsos só podem ser feitos em títulos do tesouro do mesmo tipo que os emitidos.

Art. 7

A atividade do BWB, na medida em que se estende à observância das prescrições contidas nesta lei, está sujeita ao controle e à supervisão de um conselho público de supervisão composto pelo Ministro das Finanças ou um representante por ele nomeado, pelo Ministro do Interior ou um representante por ele nomeado, pelo Ministro da Justiça ou um representante por ele nomeado e por três pessoas a serem eleitas pelo parlamento, para um mandato de dois anos.

Machine Translated by Google

Art. 8

Cláusula penal: Penas de prisão por danos intencionais aos títulos da associação segurada, bem como por sabotagem comercial ou habitual, especialmente na bolsa de valores, da construção de notas bancárias ou do valor cambial das mesmas, ou por tentativa de fazê-lo. Além disso, elevadas multas pecuniárias por esse crime, inclusive para pessoas jurídicas.

Nas "condições executivas", foram então emitidas prescrições precisas sobre a constituição do conselho de administração e do conselho consultivo, aos quais pertencem representantes dos ministérios, do parlamento e das construtoras. A tarefa desse conselho consultivo é o controle do uso legal das notas promissórias de construção, a análise dos pagamentos, a verificação das garantias hipotecárias, a aprovação das bases da hipoteca com notas promissórias de construção sem juros, etc.

As condições subsequentes regulamentavam o reembolso e a liquidação, os lançamentos de ações nas séries de títulos de construção emitidos e nos títulos registrados para elas, e, além disso, prescrições adicionais sobre os projetos de construção aprovados, etc. Naquela época, o incentivo para a criação de tal banco social foi a enorme necessidade de moradia e a circunstância de que o Reich e as províncias não conseguiam, de forma alguma, controlar a crise de maneira eficaz. As instituições responsáveis pelos serviços de habitação podiam, naturalmente, liberar espaços habitacionais aqui e ali, mas não podiam construir novas moradias. A atividade de construção civil sofria com a falta de materiais, sobretudo pelo fato de que, com o controle emergencial de aluguéis vigente, a construção de novas casas era absolutamente "não lucrativa" para o capital privado.

As verbas concedidas pelo Reich e pelas províncias para cobrir as chamadas despesas de construção perdidas estavam longe de ser suficientes diante da desvalorização cambial em curso.
Nem mesmo as construções habitacionais isoladas iniciadas aqui e ali conseguiram eliminar a crise habitacional generalizada. A criação de financiamentos imobiliários baratos era impossível, pois, com os aluguéis fixados na época, até mesmo o financiamento mais barato para construção não oferecia juros de 4%.

Acontece, portanto, que, como já sugerido nas observações fundamentais, *apesar da grande necessidade – devido à rentabilidade insuficiente – a necessidade simplesmente não é atendida.*

Ora, se conseguirmos eliminar os encargos de juros recorrentes anuais, se criarmos mecanismos de financiamento sem juros para aqueles que necessitam de moradia, será possível um grande estímulo ao mercado imobiliário. Com isso, porém, não só a terrível necessidade de moradia, com todos os seus danos sociais e à saúde, seria eliminada, como também o mercado interno seria estimulado de forma extraordinária, pois todos os inúmeros ofícios auxiliares — serralheiros, carpinteiros, telhadistas, encanadores, vidraceiros, instaladores, ceramistas, assentadores de pisos e ladrilheiros, pintores e gesseiros — dependem dele, encontrando, assim, trabalho e sustento, além de fortalecerem seu poder de compra.

Isso significa, no entanto, que é oferecido financiamento para construção sem juros.

Estas notas de construção são emitidas pelo "Banco Social de Construção e Economia".
Os fornecedores e empresários são pagos pela construção com esse dinheiro. O proprietário do imóvel devolve o dinheiro recebido, sem juros, em parcelas adequadas, dentro de um período de 30 a 50 anos, de acordo com as características e a durabilidade da construção. As notas de construção diferem do dinheiro do Reich ou das províncias de maneira semelhante à diferença entre as notas do Reichsbank e as notas do tesouro de empréstimo. Essas notas de construção encontram, como já mencionado, sua plena cobertura material no fato de que, simultaneamente, surgem, em crédito do banco de construção, novos ativos materiais (casas) em valor equivalente ao das notas emitidas.

Machine Translated by Google

que são legalmente garantidas através do registro de hipotecas sem juros no mesmo valor.

Na prática, também aqui, o valor total dos novos edifícios não será declarado nas notas de construção, mas apenas o custo real da obra. O terreno, portanto, terá que ser disponibilizado, no mínimo, pelas construtoras, cooperativas de crédito imobiliário ou comunidades locais e, além disso, pelo menos 10 a 30% do valor da construção deverá ser proveniente de pessoas que necessitam de moradia, das quais 5% serão destinadas à cobertura dos custos administrativos do banco de construção.

O reembolso é então efetuado sem qualquer cálculo adicional de juros. Desta forma, o patrimônio dos proprietários aumenta ano após ano em suas casas, assim como os valores retidos dentro da associação como garantia para as notas promissórias de construção emitidas.
Dessa forma, a quantidade de títulos de construção em circulação diminui de acordo com os pagamentos efetuados.

A natureza jurídica desse dinheiro para construção nada mais é do que a emissão de um título.
O devedor deste título é o banco construtor. O credor de um título é o atual proprietário do imóvel.
esse vínculo.

Ninguém pode ser proibido de emitir títulos; trata-se sempre de uma questão de circunstâncias externas, ou seja, se os títulos emitidos por alguém são geralmente aceitos como pagamento. Como já foi mencionado diversas vezes, as notas promissórias da construção civil são sempre, e sob quaisquer condições econômicas e políticas concebíveis, totalmente garantidas por ativos materiais. Portanto, não há possibilidade de o banco enfrentar dificuldades em nenhum momento.

A aceitação universal, no entanto, é garantida no momento em que o Estado se compromete a assumir a garantia do resgate por prazo determinado das notas promissórias de construção e, durante a vigência das notas, a aceitá-las em seus registros como forma de pagamento ou quando forem declaradas como meio de pagamento legal.

A aceitação dessa garantia não representa, na prática, o menor ônus para o Estado; pelo contrário. Atualmente, o Estado precisa gastar, pagar juros e depois recuperar, por meio de impostos gerais, incontáveis milhões anualmente com as verbas aprovadas para cobrir despesas de construção perdidas. Isso, então, é totalmente cancelado.

As subvenções concedidas atualmente pelo Estado são, portanto, dinheiro perdido que deve ser recuperado pela comunidade e que acaba nas mãos de algumas pessoas sortudas que conseguiram, de fato, obter tais subvenções.

Assim, mesmo quando um devedor inadimplente entre os beneficiários de notas promissórias de construção sem juros não consegue, em determinado momento, cumprir suas obrigações, isso não afeta a enorme economia gerada para o orçamento do Estado, pois este também não precisa fazer sacrifícios que sejam totalmente perdidos.

Uma vez que se trata de uma tarefa de grande importância social, justifica-se a criação de um corporação pública jurídica independente como instrumento e portadora de sua execução.

Dessa forma, essa instituição será retirada da esfera das formas socioeconômicas privadas, às quais, naturalmente, o povo associa lucros pessoais e intenções de enriquecimento. Por outro lado, a instituição será retirada do domínio da empresa estatal pura, contra a qual, igualmente, e não sem injustiça, existe certa aversão em todas as questões econômicas por parte do público.

Nos regulamentos de implementação, tudo deve ser registrado, basicamente.
Indispensável para o público e para a segurança da gestão empresarial do banco.

Machine Translated by Google

O conselho consultivo proposto pode fazer com que sua influência seja sentida além disso. O próprio conselho consultivo é, mais uma vez, um reflexo de todos os grupos de interesse envolvidos.

A criação de um banco de construção como uma corporação pública de direito também tem o efeito colateral positivo de que, dessa forma, todo o conjunto de valores patrimoniais criados dessa maneira não aparece como propriedade do Estado, mas como propriedade de uma entidade jurídica independente, que é o banco de construção.

A estrutura jurídica ou o caráter legal deste banco de construção é, portanto, o seguinte: o banco de construção é uma pessoa jurídica em virtude de ser reconhecido ou constituído como uma corporação pública; este banco de construção não é composto por membros individuais; ele próprio é o titular dos direitos e deveres decorrentes de sua atividade. Contudo, também não é um órgão oficial, nem uma instituição estatal, nem membro de um organismo estatal.

A criação de uma forma jurídica como essa não é, de fato, algo comum e tradicional; porém, já está prevista em lei; as condições atuais, contudo, exigem instituições correspondentes de cunho moderno. É aí que reside a utilidade de se estabelecer algo desse tipo: em, de certa forma, ultrapassar os limites do tradicional para se adaptar às demandas da época.

A melhor maneira de explicar o funcionamento das empresas é com um exemplo concreto: o banco de construção divulga antecipadamente os requisitos e pré-condições que devem ser cumpridos para que um pedido de aprovação de financiamento para construção seja considerado.
O requerente encaminha seu pedido, acompanhado da documentação necessária, ao banco de construção e, nos casos em que a solicitação é aprovada, celebra um contrato com os necessitados de moradia (proprietários de imóveis).

Este contrato deverá prever, em primeiro lugar, tudo o que a portaria e os regulamentos de implementação do financiamento imobiliário prescrevem, ou seja, a obrigação de utilizar o dinheiro da construção exclusivamente para a construção do edifício, a obrigação de constituição de hipoteca e as obrigações de reembolso. Além disso, todas as demais condições legais pertinentes deverão ser estipuladas neste contrato. Deve ficar especialmente claro que a pessoa que necessita de moradia não tem justificativa para vender o imóvel novamente, o que já está praticamente destacado na ordem de hipoteca. As condições para a transmissão da propriedade por herança e para o caso de inadimplência deverão ser regulamentadas em conformidade com uma ou mais parcelas de reembolso.

(Os detalhes decorrem da natureza da questão).

Como todas as empresas de entrega e todos os trabalhadores são pagos exclusivamente em notas do banco de construção, emitidas pelo próprio banco, essas notas entram em circulação somente na medida em que o valor equivalente em pagamentos é devido ao imóvel. As notas do banco de construção chegam ao público a partir dos trabalhadores e fornecedores; considerando as garantias existentes e, principalmente, porque o Estado assume a garantia das notas e os tesouros estaduais as aceitam como pagamento, o público as aceitará como qualquer outra moeda. Assim, cabe ao proprietário do imóvel cumprir sua obrigação com o banco de construção de pagar anualmente 2% do valor emprestado em notas do banco de construção. Em outras palavras, o proprietário do imóvel e devedor hipotecário do banco de construção deve emitir anualmente 2% em notas do banco de construção a partir dos valores encontrados em circulação. Na prática, os devedores hipotecários coletarão as notas do banco de construção que circularem juntamente com a moeda local antes do vencimento de seus pagamentos e, com isso, quitarão suas dívidas.

Machine Translated by Google

obrigação. Um local especialmente adequado para obter notas de banco de construção será nos canteiros de obras que estiverem em operação a qualquer momento.

Para se ter uma ideia, imagine que, em Munique, sejam emitidas notas promissórias para a construção civil no valor de 10 milhões de marcos por ano, e que desse montante, 200 mil marcos-ouro retornem anualmente ao banco de construção. Assim, em no máximo 50 anos, os 10 milhões terão sido integralmente recuperados e acumulados pelo banco, e, após esse mesmo período, as casas construídas com esses recursos estarão quitadas, tornando-se propriedade integral de seus donos. Todo o pagamento é efetuado sem que um único centavo seja pago em juros; além disso, o pagamento é realizado simplesmente por meio da criação do banco de construção, com garantia estatal.

O ato social consiste no fato de o Estado ter produzido o valor das casas a partir do nada, criando renda para milhares de trabalhadores e empresários através da construção de todo esse conjunto habitacional. Se considerarmos que se trata de milhares de casas individuais, milhares de pessoas sem-terra se tornam proprietárias de terras.

Serão apresentadas diversas objeções e reservas, das quais as mais importantes podem ser sugeridas:

1. A objeção da inflação. Essa objeção é tão míope quanto irrelevante; como já explicado em passagens anteriores, a inflação só pode surgir onde se emite moeda sem cobertura. Nesse caso, a cobertura material se opõe às notas do banco de construção; portanto, é inconsequente se mesmo quantidades consideráveis de notas do banco de construção entrarem em circulação.

2. A objeção de que esta questão é nova e não testada. Esta objeção é inaplicável, e a questão é talvez nova para a Alemanha. Em outros lugares, é comum encontrar títulos de dívida sem juros lastreados em ativos materiais. O exemplo típico disso é o warrant inglês, introduzido há cem anos e ainda em uso. O warrant é uma ordem que confere ao proprietário o direito a uma certa quantidade de ferro bruto depositada em um determinado armazém central. Essas notas de warrant são usadas como moeda; o poder de compra do warrant está sujeito apenas às flutuações do preço do ferro bruto no mercado mundial.

Se tivéssemos, por exemplo, tais warrants na Alemanha, eles seriam completamente independentes das moedas alemãs e de suas flutuações. O valor desses warrants estaria relacionado ao preço do ferro bruto, e o valor desses preços, por sua vez, seria automaticamente regulado em relação à moeda.

No mandado, encontramos um exemplo significativo da popularidade desse certificado de dívida sem juros e da ordem de pagamento garantida por um ativo material.

Na medida em que obras consideráveis e de importância econômica nacional, com a construção de novos edifícios, é imprescindível construir conjuntos habitacionais inteiros em série.

Seria um ponto de vista falho se alguém desejasse construir casas individuais ou mesmo casas geminadas apenas quando a pessoa que procura uma casa desejasse se tornar proprietária dela.
O problema a ser resolvido é a crise habitacional; portanto, não se trata principalmente de moradia em si, mas sim da criação de oportunidades habitacionais. Essa necessidade será atendida pelo incentivo à construção comercial de apartamentos para aluguel. Nada impede, portanto, que um proprietário de imóvel para aluguel tradicional receba verbas para a construção de um novo imóvel para aluguel. Precisamente nesses casos, será possível exigir um adiantamento em dinheiro superior a 10% do valor total do imóvel.

Machine Translated by Google

valor; muitas dessas pessoas estão dispostas e em condições de investir quantias consideráveis de seus próprios recursos na construção de moradias, caso recebam, como subsídio, um valor remanescente ou parcial correspondente, sem juros, do banco de construção. Justamente a ausência de juros no financiamento do banco de construção possibilita levar em consideração esse aspecto da revitalização do mercado imobiliário, tão crucial para as grandes cidades.

Este banco social de construção e economia, no entanto, também irá, mais tarde, ultrapassar os limites do financiamento de edifícios habitacionais, passando a conceder créditos sem juros a empreendimentos nacionais de importância económica, indústrias, obras públicas, melhorias na agricultura, etc., ainda que com um prazo de reembolso mais curto.

Machine Translated by Google

O Estado sem Impostos

O principal objetivo do Estado nacional-socialista é: um Estado sem impostos. Se, nas circunstâncias atuais, isso pode soar como uma utopia insana, se para muitos pode parecer uma promessa boa demais para ser verdade, sabemos, no entanto, que esse objetivo é perfeitamente alcançável, pelo menos na medida em que a enorme pressão tributária sobre a população seja eliminada.

Nos capítulos anteriores, demonstramos com clareza que hoje quase todos os impostos são consumidos apenas pelo pagamento de juros. Pagamos impostos em cada pedaço de pão que comemos, cada sala aquecida custa mais do que o necessário em impostos, cada compra é onerada com o imposto sobre vendas.
Mas tudo o que é arrecadado em impostos dessa forma não é, de longe, suficiente para pagar os impostos relativos às dívidas de reparação.

É sempre uma demonstração de falta de bom gosto e de senso crítico descartar um objetivo tão fundamental como, sem dúvida, o Estado sem impostos como uma utopia. Para quem nos acompanhou nos caminhos amplos e tortuosos da política financeira contemporânea e não perdeu o fio condutor – a obrigação do Estado em pagar juros – deve ser fácil encontrar a saída deste labirinto do Minotauro.

Aquele que se eleva acima das degradações e observa, de um ponto de vista privilegiado, as conexões descritas: obrigação de juros do Estado – impostos – inflação; aquele que reconheceu a obrigação de juros de todas as nações do círculo cultural ocidental como o fato que domina tudo; aquele que reconheceu que vivemos numa era de completa inversão das condições saudáveis e razoáveis entre trabalho e riqueza; aquele que não pode mais evitar a lógica premente de que, sobretudo o Estado, em virtude de sua soberania financeira, não está completamente vinculado ao ciclo do empréstimo, mas que pode financiar criativamente, por direito próprio, todas as grandes tarefas públicas estatais; para ele, é apenas o último passo rumo a um Novo Mundo político-financeiro exigir um Estado em que a administração financeira estatal não considere como sua principal tarefa extrair o máximo de impostos possível dos cidadãos, mas, ao contrário, eliminar toda pressão tributária onerosa e fertilizar a economia nacional.

Estamos em condições de apresentar evidências numéricas de que um Estado sem impostos não é uma utopia, mas que a possibilidade de tal se apresenta em todo orçamento estatal organizado, desde que o Estado se liberte do ônus dos juros que lhe pesam. Que isso pode ser feito sem que o Estado seja responsabilizado por tal é comprovado pela história das falências estatais, que relata dezenas de casos em que os Estados, por meio da falência, escaparam dos encargos de juros e dívidas que os afligiam.

Seria demasiado extenso entrar em detalhes aqui, mais uma vez, sobre a demonstração precisa que apresentei em minha pequena obra polêmica, "A falência do Estado: A solução", de que o ajuste do pagamento de juros dos empréstimos públicos, com a transformação simultânea dos títulos em ativos bancários sem juros, não merece de forma alguma o nome infame de falência, mas que essa forma de libertação do Estado e do povo de suas dívidas com juros significa, na verdade, a libertação do Estado e da economia de grilhões insuportáveis.

Um ajuste nesses pagamentos de juros, no entanto, teria possibilitado, já antes da guerra, a cobertura das despesas estatais para toda a administração do Estado. Apresentei o orçamento do Estado bávaro de 1911 como exemplo. Naquela época, as receitas do Estado bávaro provenientes das chamadas empresas estatais comerciais (ferrovias, correios e telégrafos) totalizavam 120 milhões de marcos de ouro, e as receitas da silvicultura estatal, 40 milhões. O total

Machine Translated by Google

As despesas de toda a administração estatal para a administração da justiça (todos os tribunais distritais com seus respectivos custos de pessoal e materiais, todos os tribunais provinciais, os tribunais regionais e os tribunais superiores de Munique, Nuremberg, etc.) totalizaram 27 milhões. Para toda a extensa e meticulosamente estruturada administração interna do estado da Baviera – incluindo os numerosos tribunais distritais, os governos dos condados, o departamento de polícia de Munique, a gendarmaria, além de inúmeros outros órgãos e autoridades, como as autoridades médicas, o hospital provincial de vacinação, as instituições de pesquisa de alimentos e produtos semipreciosos, os sanatórios e hospitais psiquiátricos, o tribunal administrativo, o escritório provincial de estatística, as autoridades meteorológicas, as câmaras de seguros, etc. – foram desembolsadas no orçamento estatal. Para a educação, escola e igreja, portanto, especialmente para todas –, Em 1911, 40 milhões as escolas de ensino fundamental, escolas secundárias, escolas preparatórias, escolas de latim, escolas de ensino secundário, escolas de ensino fundamental II, escolas profissionais superiores, instituições de formação de professores, para todas as escolas estaduais de construção e escolas especializadas, escolas de comércio e música, escolas agrícolas e rurais distritais, para Weihenstephan80 e para o instituto de pesquisa biológica, para todos os institutos educacionais femininos e, acima de tudo, para as universidades com suas inúmeras coleções e institutos, a universidade técnica, para as demais universidades de artes, para as universidades de comércio, para a academia de música, para o Maximilianeum81, para os institutos centrais de ciência e arte, a academia de ciências, as coleções científicas do estado, os museus bávaros, a biblioteca estadual, o teatro estadual, etc., para este enorme campo de atividades do Ministério da Cultura com seus milhares de funcionários, com seus enormes tesouros artísticos em coleções e museus, todos os quais de fato requerem edifícios, administração e cuidados, em 1911, 51 Foram desembolsados milhões no total. No âmbito do *Ministério das Finanças,* que, na verdade, não se limita a exercer funções de arrecadação de dinheiro da população, encontram-se as atividades da administração florestal, com centenas de guardas florestais, além da administração de minas, fundições, salinas, todas as alfândegas centrais e subsidiárias, a casa da moeda central, a administração da dívida pública e o banco estatal, além dos escritórios de topografia e do escritório provincial de topografia, bem como as administrações estaduais de estâncias termais, o escritório da cervejaria judicial, Munique, etc. Essa também vasta empreitada gerou uma despesa de 15 milhões. As despesas do *Ministério dos Transportes* foram cobertas por suas próprias receitas operacionais; por outro lado, as *pensões* dos antigos funcionários públicos demandaram a elevada quantia de cerca de 36 milhões.

Assim, no total, a administração da justiça, a administração interna, incluindo os edifícios – que não mencionei especificamente acima – e também a administração das finanças, bem como a educação e o desenvolvimento, e as pensões, exigiram 27+40+51+13+36=167 milhões.

Os excedentes que as empresas estatais, correios e ferrovias, minas e florestas, entregaram ao tesouro do estado, em torno de 160 milhões, teriam sido quase suficientes para cobrir todo o gigantesco aparato administrativo do Estado – sem um centavo de impostos!

O Estado sem impostos teria sido, portanto, uma realidade se o total de impostos arrecadados do povo bávaro, ou seja, 60 milhões de impostos diretos e 53 milhões de impostos indiretos, além de 31 milhões de taxas, totalizando 134 milhões, não tivesse sido integralmente utilizado para o pagamento de juros de empréstimos. Apenas o pagamento de juros da dívida pública da Baviera já representava um prejuízo considerável.

---

[80] Weihenstephan é um mosteiro do século XI na Alta Baviera que foi transformado em 1803 em uma escola florestal e cervejaria estatal.

81 O Maximilianeum em Munique foi projetado pelo Rei Maximiliano II da Baviera como sede de uma fundação estudantil. Desde 1949, abriga o parlamento estadual da Baviera.

Machine Translated by Google

exigiram 84,6 milhões (!) e a Baviera teve que entregar 50 milhões ao Reich, também para o pagamento de juros da dívida do Reich.

Apresentei uma breve visão geral dos grandes e pequenos campos da vida do nosso Estado. Isso parece especialmente importante porque o Nacional-Socialismo também leva em consideração o trabalho extraordinário e exemplar realizado pelo antigo Estado, trabalho esse que não requer reforma nem melhoria, na medida em que não diz respeito a assuntos que jamais poderão ser concluídos.

É verdade que mesmo para cada organismo estatal, não se pode permanecer estático se não se quiser tornar-se inflexível. Em muitas áreas, um espírito mais fresco e livre não fará mal, e aqui e ali, reformas profundas são apropriadas. Em muitos ramos do nosso aparato administrativo, pelo menos, um novo espírito deve entrar, especialmente o espírito da responsabilidade definida do servidor público em relação às suas tarefas e ao povo que serve.

Apenas um setor foi forçado a adotar práticas completamente equivocadas: a administração financeira do Estado. Se circunstâncias como as descritas forem possíveis, isso é de fato um sinal de que uma mudança radical precisa ser efetuada. Ora, isso já era verdade para o Estado antes da guerra – já naquela época o Estado estava atrelado ao serviço de juros do capital privado emprestado.

Nada revela de forma mais flagrante a dependência do Estado em relação ao capital emprestado já existente naquela época do que um levantamento da distribuição dos impostos sobre as diferentes formas de renda. De acordo com o orçamento de 1911, no qual baseamos nossas observações até agora, a propriedade rural foi avaliada em 12,6 milhões, a propriedade residencial em 12,1 milhões, as empresas comerciais em 17 milhões, mas, por outro lado, as pensões de capital, com uma renda total de 253 (!) milhões de marcos de ouro, foram avaliadas em apenas 10 milhões. Trata-se, portanto, de um tratamento extremamente indulgente para com aqueles que podem viver sem esforço e trabalhar às custas da população ativa.

A miríade de pequenas rendas de pensão – estamos pensando, com isso, no grupo de pensões de 70 a 700 milhões de marcos – representa, de fato, em números, a massa predominante das obrigações tributárias de pensões de capital, ou seja, cerca de 150.000, mas nem sua renda de juros de capital nem seu pagamento de impostos, em torno de 0,7 milhão, desempenhariam um papel no orçamento do Estado – mas o que torna esses números tão notáveis para nós é a circunstância de que o grande capital de empréstimo criou, nessas centenas de milhares de pequenos recebedores de juros, uma poderosa proteção contra todos os ataques ao esforço e à renda de juros sem trabalho.

É naturalmente fácil persuadir esses pequenos beneficiários de juros de que suas economias devem garantir, em certa medida, um direito permanente a esses juros, pois a semelhança entre essas pessoas, que trabalharam a vida inteira e efetivamente construíram suas economias, e os pensionistas do Estado e dos funcionários públicos é óbvia. Mas o que diferencia essa atitude da ideia de uma pensão é a diferença essencial de que o direito à pensão depende da pessoa e se extingue com a morte, enquanto o direito aos juros é material e está vinculado, de forma impessoal e independente da pessoa, à mera posse do dinheiro como um "direito legal eterno".

Abordaremos essas conexões mais adiante na discussão sobre as pensões gerais para idosos, pois essas observações nos permitiriam encontrar a transição do interesse eterno injustificado para o direito justificado de todo camarada nacional a uma velhice sem preocupações.

Esses pequenos beneficiários de juros não são levados em consideração na questão que estamos abordando, relativa ao tratamento notavelmente indulgente do capital de empréstimo por parte do antigo Estado, mas apenas aqueles que absorvem a maior parte das pensões de capital e que, em seguida, reaparecem como os grandes doadores financeiros do Estado.

Machine Translated by Google

Chegamos, então, a esse absurdo econômico nacional de uma administração financeira estatal orientada para o capitalismo de interesses, e vamos para o Estado Nacional Socialista livre, do trabalho e da produtividade, livre de todos os impostos.

Uma vez que o Estado se liberte do peso das suas obrigações com os juros, então veremos o que ele poderá alcançar. Se surgirem novas fontes de receita em larga escala, como a exploração da energia hídrica e dos recursos naturais do país, então o Estado sem impostos deixará de ser uma utopia e se tornará uma realidade gratificante.

Se, ainda assim, quisermos falar de uma política tributária do Estado Nacional Socialista, é porque, a partir dessas fontes tributárias, poderiam fluir os recursos para muitas tarefas que, na realidade, aguardam uma solução estatal, para as quais, contudo, nunca houve mais verbas no orçamento do Estado. Pensamos aqui nos amplos campos da saúde nacional, no combate às doenças venéreas, no alcoolismo, na promoção do esporte, na promoção mais substancial das artes e das ciências, na licença-maternidade, no cuidado infantil, na construção de cidades-jardim e, sobretudo, na quitação da dívida de honra do povo alemão para com seus feridos de guerra, viúvas de guerra e órfãos.

Os seguintes pontos devem ser considerados como princípios orientadores para um sistema estatal nacional-socialista no campo da política tributária:

1. A tributação para fins de pagamento de juros sobre empréstimos internos está excluída.
2. Os impostos só são permitidos para cobrir as despesas estatais com fins improdutivos, como administração, administração da justiça, forças armadas, polícia, sistema de saúde e educação, na medida em que os excedentes das empresas comerciais estatais, das ferrovias, dos correios, dos telégrafos, das florestas estatais e das minas estatais, bem como o fornecimento de eletricidade das grandes bases interurbanas estatais, não sejam suficientes para a sua cobertura.
3. Para atender a necessidades especiais ou emergências específicas, especialmente em caso de guerra, os impostos diretos e indiretos não são apenas permitidos, mas obrigatórios.
4. Impostos diretos podem incidir sobre propriedades de qualquer tipo, mas aqui é necessário um planejamento cuidadoso e gradual. A renda deve permanecer isenta de impostos até um limite apropriado. Nesse caso, deve-se considerar com mais atenção do que antes se o contribuinte possui família com filhos ou outras responsabilidades de cuidado.

5. Os funcionários públicos devem basicamente ficar isentos de impostos. Para pessoas casadas e seus filhos. As verbas devem ser garantidas.
6. Em tempos normais, os impostos indiretos só se aplicam a bens de luxo. O Estado dispõe, portanto, de um excelente meio para controlar e aumentar os preços de produção de artigos que servem apenas para alimentar o luxo ostentoso, a extravagância e a gula na alimentação e na bebida, e os excessos da moda. Mesmo bens puramente semiluxuosos, como tabaco, álcool e vinho, na medida em que não servem a propósitos de saúde, estarão sujeitos a impostos indiretos. Por outro lado, todos os impostos indiretos que exploram a população em sua totalidade devem ser fundamentalmente evitados. Referimo-nos aqui a todos os impostos indiretos sem sentido que operam apenas de forma a aumentar os preços, sobre açúcar, sal, fósforos, lâmpadas, limonada, bem como aos impostos sobre o carvão que encarecem radicalmente a produção, aos impostos sobre o transporte de pessoas e mercadorias e, sobretudo, aos impostos sobre a venda de mercadorias.

7. A cobrança dos lucros da guerra e da revolução deve ser realizada como uma tarefa de justiça. Para tal tarefa, naturalmente, é preciso primeiro criar uma base de cálculo razoável sobre a qual se possa comparar a riqueza atual com a anterior. Obviamente, também aqui deve ser feita uma distinção entre a riqueza proveniente do trabalho produtivo, para o qual a guerra, no entanto, representou um crescimento especial. É justo e

Machine Translated by Google

É apropriado que, de lucros de guerra tão significativos, uma parte seja destinada à comunidade.
Por outro lado, uma avaliação muito mais rigorosa deve ser feita no caso da riqueza que surge do comércio intermediário e da especulação.

8. Os impostos de selo e as taxas, mesmo os que restringem o livre direito de disposição de elementos do patrimônio, na medida em que essa disposição não se desvie do bem-estar geral, devem ser limitados sempre que possível. A isso se incluem também os impostos sobre heranças e doações.

Fundamentalmente, a política fiscal deve visar o objetivo final de um "Estado sem impostos", pois não é tarefa do Estado extrair dinheiro de seus cidadãos para perpetuar uma economia de empréstimos estatais basicamente falsa, mas sim aumentar o bem-estar geral da população.
O Estado não existe para ser o cobrador de juros de grandes empréstimos, mas sim para proteger a pessoa e a propriedade de seus cidadãos e para tornar os recursos naturais do país úteis à comunidade. Os meios para as tarefas improdutivas do Estado devem, como já descrito, ser obtidos prioritariamente dos excedentes das empresas estatais comerciais, em segundo lugar, dos impostos sobre bens de luxo, em terceiro lugar, da riqueza e da renda que excedam o que pode ser obtido apenas pelo trabalho, e somente então da classe média proprietária, bem como de impostos indiretos sobre bens semiluxuosos cujo uso não seja vitalmente necessário. E somente em tempos de guerra, nos quais a vida de toda a nação está ameaçada, o Estado pode exigir que a comunidade – assim como pode exigir o serviço militar de todos por meio de sua soberania militar –, e mais uma vez com especial referência às classes proprietárias, contribua financeiramente para a condução da guerra na forma de impostos diretos e indiretos.

Em conclusão, podemos dizer algo mais sobre a questão das "empresas estatais comerciais". Preferimos agora salientar o facto de as empresas estatais não serem "lucrativas". Já discutimos longamente a questão fundamental da rentabilidade.

No esforço para administrar as ferrovias, etc., "de forma empresarial", para "libertá-las da estatalidade antieconômica" ou "incorporá-las a uma forma de economia mista", esconde-se apenas o desejo mal disfarçado do grande capital de empréstimo de tornar até mesmo essa considerável parcela da riqueza nacional útil a si próprio. Se o Estado entregar até mesmo essas parcelas da riqueza, estará totalmente cedendo ao capital de empréstimo e, além da permissão para atuar como cobrador de juros desse capital, não terá mais nenhum campo de atuação soberana, nem onde possa operar de forma regulatória e do qual possa obter receitas consideráveis para cobrir suas tarefas.

Machine Translated by Google

A libertação político-financeira do Estado

Descrevemos, em primeiro lugar, as medidas a serem tomadas para tornar impossíveis, no futuro, circunstâncias como as que vivenciamos atualmente. Essas tarefas exigem, de fato, soluções criativas, mas podem ser realizadas sem que as condições legais vigentes precisem ser prejudicadas ou alteradas. O mesmo não se aplica à quebra dos vínculos da dívida estatal com juros para com seus credores internos e externos.

As medidas a serem tomadas aqui são, em si mesmas, extremamente simples; apenas a sua execução causará muitas dificuldades. A solução para a obrigação perpétua de juros sobre empréstimos internos é: *a abolição legal desse pagamento de juros.* Por outro lado, o grande capital credor, alegando os interesses dos pequenos pensionistas, fará um alarde e lançará as ameaças mais terríveis contra um Estado que "pisa em direitos invioláveis", que "comete uma violação da lei que lhe roubará o último resquício de confiança". O grande capital, naturalmente, mobilizará todos os recursos para impedir "o enorme crime contra as leis econômicas básicas". Naturalmente! — não se pode realmente esperar que uma potência internacional renuncie repentinamente à sua pretensão de domínio.

Nessa batalha, trata-se apenas de manter os nervos de aço e não se deixar abater. Assuste-se com o uivo dos capangas da imprensa, que são mantidos pelas altas finanças.

O judeu conduzirá essa batalha com a mais tenaz obstinação, pois é uma questão de "sua honra", como disse o velho Rothschild: "Meu dinheiro é minha honra, e quem toma meu dinheiro me tira a honra".

Ora, o dinheiro deles não deve de forma alguma ser retirado dos detentores de títulos do estado, mas as exigências legais que, na prática, se tornaram uma grande injustiça para a comunidade nacional, devem ser simplesmente retiradas.

Mas, do ponto de vista do Estado, assim como do ponto de vista da população que precisa arrecadar quantias enormes por meio do trabalho para satisfazer essas "exigências legais dos credores estatais", não se trata de "exigências legais", mas da maior injustiça de todos os tempos: um roubo permanente do povo trabalhador em favor de uma pequena parcela de grandes capitalistas com apoio estatal. *Um Estado que torna realidade a "quebra da escravidão dos juros" não comete uma injustiça, mas expia uma injustiça enorme, cuja perpetração ele próprio ajudou a perpetuar.*

Obviamente, isso significa uma reorganização completa do Estado atual; ele precisa decidir se deseja servir ao todo ou se, como agora, deseja ser o administrador das finanças internacionais. Nesta questão não há meio-termo. Só uma repressão determinada poderá levar ao objetivo e à solução.

O Estado Nacional Socialista está, de fato, consciente desta poderosa decisão – seria extremamente difícil dar um passo tão decisivo se não soubéssemos exatamente o que devemos estabelecer no lugar da economia capitalista baseada em juros. Mas, como sabemos disso, avançamos com a mais completa certeza da vitória para esta que é a maior batalha da história mundial. Sabemos que o regime de juros se baseia unicamente em mentiras e enganos e, como sabemos e reconhecemos isso claramente, sabemos também que essa *teia* de mentiras e enganos, por mais arduamente que tenha sido tecida, pode ser desfeita com um único puxão.

Só nos resta uma última pergunta: o que dirão as nações estrangeiras a uma reforma tão radical e, sobretudo, à recusa de novos pagamentos de juros aos credores estrangeiros?

Machine Translated by Google

Sim, o que dirão as nações estrangeiras a isso? Essa questão já é, por si só, extremamente significativa para o nosso sofrimento alemão e também para a atitude cosmopolita dos círculos mais amplos. O que são, em geral, "nações estrangeiras"? Seriam os franceses, os ingleses, os americanos? Seriam os suecos, os holandeses e os noruegueses? Seriam os russos ou os chineses? Ou seriam os indianos, os fueguinos ou os negros congoleses? De fato, todos esses povos pertencem à categoria de "nações estrangeiras" em relação a nós. Ora, a grande maioria desses "estrangeiros" não dirá absolutamente nada; um número ínfimo de chineses, assim como um número ínfimo de russos e franceses, saberá, em linhas gerais, do que se trata. Por fim, restam os governos de nossos inimigos de guerra e, naturalmente – como os realmente interessados –, os banqueiros judeus internacionais, que "dirão algo sobre isso". O que o setor financeiro internacional dirá a respeito, no entanto, é muito fácil de responder. Com todos os meios à sua disposição, caracterizará tal procedimento como um crime sem precedentes contra a humanidade culta; através de sua própria imprensa dedicada, com todas as mentiras e distorções possíveis, incitará o chamado mundo civilizado contra tal violação sem precedentes das obrigações assumidas; falará do colapso total da Europa; e tentará incitar a França, como a portadora especialmente adequada da civilização europeia, a uma guerra aberta contra a Alemanha. Tudo isso as nações estrangeiras, ou seja, a alta finança judaica, dirão contra tal tentativa de assassinato contra o poder absoluto da grande comunidade judaica.

Poderíamos, portanto, poupar-nos tanto a pergunta em si quanto a resposta. Pois é claro como a luz do dia que o poder contra o qual a guerra de libertação se dirige não se submeterá sem lutar, visto que não se trata aqui de alemães, para quem os interesses e direitos estrangeiros são, em sua maioria, mais sagrados do que os direitos dos alemães, mas de homens cuja característica mais marcante é uma brutal sede de poder.

Em todas essas questões históricas finais, é absolutamente inútil fazer observações especulativas sobre o que o inimigo fará agora, pois é óbvio que ele não permitirá uma libertação ou revolta imediata. Bem diferente é considerar quais meios de poder o oponente tem à sua disposição e saber quais são as próprias forças de que se dispõe. Se, além disso, soubermos precisamente o que devemos e faremos, então devemos observar como o inimigo repelirá o ataque e só então poderemos adotar as contramedidas. Nenhum plano militar pode determinar a campanha além do primeiro ataque, mas pode, de fato, fornecer as diretrizes gerais para uma ação enérgica. O mesmo se aplica aqui.

No nosso caso, os oponentes são difíceis de alcançar porque se trata de um poder impessoal e supranacional. O plano de campanha terá, portanto, de considerar, em primeiro lugar, quais poderes e interesses não devem ser considerados como oponentes. Isto é importante para não usar o poder desnecessariamente numa direção da qual não exista qualquer ameaça.

Por trás da pergunta "O que os países estrangeiros dirão a isso?", esconde-se principalmente a ansiedade de que, nesse caso, não receberemos crédito, alimentos ou outras matérias-primas do exterior. Qual é a situação aqui?

Como economia nacional, a longo prazo, só podemos pagar pelas nossas importações através das nossas exportações, ou seja, trocando bens por bens, e não com papel-moeda nem com "créditos". Tudo isso funciona por algum tempo, desde que os países estrangeiros concedam crédito efetivo, ou seja, desde que os diferentes fornecedores estrangeiros acreditem que os importadores alemães pagarão as mercadorias em questão pelo valor integral. Mas isso só é possível se os importadores tiverem recebido o dinheiro estrangeiro como exportadores de produtos alemães. O receio de não recebermos algodão ou gordura,

82 Os habitantes da Terra do Fogo, o arquipélago situado ao largo da ponta sul da América do Sul.

Machine Translated by Google

A questão do cobre ou da forragem, devido à recusa de pagamentos de juros internacionais, combina questões que, fundamentalmente, não têm qualquer relação entre si. Nem mesmo o poderio dos grandes bancos, totalmente judaicos, consegue, a longo prazo, impedir que os excedentes dos países produtores de matérias-primas cheguem, de alguma forma, às fábricas e locais de trabalho alemães, e da mesma forma os produtos acabados alemães encontrarão o seu caminho para os mercados mundiais. Esta troca mútua de bens entre as diferentes economias nacionais ocorre, de facto, segundo as leis imperativas da oferta e da procura. É claro que, sob coação e temporariamente, podem ocorrer restrições e paralisações, como aconteceu durante a guerra e, posteriormente, na região do Ruhr. Mas estas são todas medidas coercivas que prejudicam os países estrangeiros de forma semelhante.

Podemos, portanto, supor com certeza que o comércio atacadista conseguirá suprir a necessidade absoluta de importações. Sempre haverá países neutros pelos quais essas importações poderão chegar até nós.

Além disso, uma economia nacional que esteja novamente consciente de seus deveres nacionais e que, portanto, se torne mais eficiente no caso de artigos de exportação, pode contar com muito mais confiança na recuperação da antiga credibilidade. Os créditos intermediários temporários em importação e exportação são de responsabilidade das empresas comerciais e baseiam-se em seu crédito próprio.

Agora, esta questão tem outro aspecto: o receio de medidas políticas coercitivas em virtude da suspensão do pagamento de juros nacionais sobre os títulos de guerra e outros títulos com juros do Reich ou dos estados federados. Mesmo isso é extremamente improvável, visto que se trata das exigências de juros de credores privados individuais de títulos do governo alemão, para os quais dificilmente se pode tomar qualquer medida política. De fato, também nunca ocorreu na história das falências estatais uma intervenção militar subsequente à suspensão do pagamento de juros por um Estado. A opinião contrária de que, neste caso, os franceses efetuariam represálias imediatas não pode ser aceita de forma alguma por razões lógicas, pois, caso contrário, os inimigos teriam sido obrigados a intervir militarmente contra a desvalorização do marco alemão. A desvalorização da moeda acabou por privar os credores estrangeiros de títulos alemães de tudo. As nossas medidas não preveem, de forma alguma, a anulação dessas dívidas internas do Estado alemão, mas apenas o cancelamento dos juros e a transformação dos títulos em ativos bancários. O pagamento em dinheiro, por outro lado, pode ser oferecido imediatamente aos credores estrangeiros.

Como é possível que, em tal caso, isto é, quando o Sr. X de Illinois ou de Chicago recebe a informação de seu banqueiro de que o governo alemão está pagando os títulos de guerra em dinheiro vivo e que esse valor foi creditado em sua conta, ele fique muito irritado e coloque seu governo em movimento contra a Alemanha?

Não se espera resistência significativa de nenhum lado se um governo nacionalista alemão declarar o cancelamento dos juros de todos os títulos remunerados, com a transformação simultânea desses títulos em ativos sem juros em bancos estatais ou contas de cheques postais.
Para nós, é importante que, por meio de nossas medidas, a comunidade não seja prejudicada – o fato de haver resistência por parte do capitalismo não pode impedir o ato libertador. Veremos precisamente, no caso desta medida, que ocorrerá uma separação de almas e que a falange fechada daqueles que sentirão, nesta medida governamental, uma libertação e

[83] Quando, no final de 1922, se descobriu que os alemães estavam em grave incumprimento do pagamento de madeira e carvão como reparações de guerra aos Aliados, os franceses e belgas, sob a direção do primeiro-ministro francês Raymond Poincaré, ocuparam a região industrial do Ruhr em janeiro de 1923. A reação alemã a esta ocupação foi maioritariamente de resistência passiva, o que conquistou a simpatia mundial e levou a um "abrandamento" dos termos das reparações no Pacto Dawes. Abril de 1924 (ver acima, pág. 94), que também exigiu a retirada das tropas de ocupação aliadas do Ruhr.

Machine Translated by Google

A libertação do trabalho de uma enorme pressão em breve incluirá todos os trabalhadores. Apenas o círculo dos bancos e da bolsa de valores, e aqueles no círculo dos pequenos pensionistas presos às suas próprias vantagens, continuarão a se opor a eles.

Quem trabalha não tem interesse especial em receber juros dos bancos sobre seus ativos temporários, muito menos em pagar juros altíssimos por empréstimos; com seu dinheiro como capital de giro, ele quer trabalhar e ganhar. Por essa razão, todos os empresários, donos de fábricas e comerciantes terão pouco interesse na manutenção do sistema capitalista baseado em juros. – Isso fica claro como água para todos que se lembram de que os interesses do governo – como demonstramos com muita clareza – são extraídos apenas por meio de impostos diretos ou indiretos sobre a renda do trabalho dos trabalhadores produtivos.

Quem tem esse conhecimento bem claro na mente não pode ser dissuadido em momento algum, pois trata-se de um princípio fundamental: *o Estado só pode dar aquilo que, de alguma forma, precisa tirar de seus cidadãos.*

Os juros para o pagamento de juros pelo Estado devem, em todas as circunstâncias, ser provenientes dos trabalhadores produtivos. Nenhum trabalhador está excluído deste princípio, muito menos o operário braçal que não dispõe de títulos com juros. Esta situação o afeta mais duramente, pois os impostos diretos e, sobretudo, os indiretos também o impactam severamente. Ora, o fato de o trabalhador ser justamente incumbido do pagamento do imposto através do imposto de renda direto, sob a forma de dedução na fonte, antes de todos os outros, já o tornou bastante consciente dessas questões; o mesmo se aplica a todos os assalariados. Certamente, esses grupos têm muito menos consciência dos impostos indiretos, muito mais radicais – embora os sintam principalmente na inflação, como descrito no capítulo sobre "Inflação". O imposto indireto é o imposto mais antissocial. Ele onera o trabalho em favor do capital de terceiros. Ninguém pode se esquivar dele e, portanto, oprime mais severamente quem tem a menor renda. Por outro lado, os impostos indiretos – impostos sobre carvão, sal, fósforos, açúcar, cerveja e bebidas, impostos sobre transporte pessoal, etc. – não incomodam minimamente o detentor de grande riqueza de capital.

Portanto, alguém do círculo de trabalhadores que se opõe a tal ato libertador
Isso só pode ocorrer por falta de conhecimento e compreensão dessas conexões.

A última e mais difícil questão que ainda devemos abordar neste capítulo é a da eliminação das obrigações internacionais de juros – ou seja, a recusa de novos pagamentos de juros relativos às dívidas de guerra.

Essa questão está intimamente ligada à questão histórica alemã, aliás, é a questão alemã em geral, pois diz: A nação alemã quer liberdade ou escravidão?

Sabemos que, em questões tão cruciais, apenas a vontade determinada pode determinar e alcançar a vitória – a resposta a essa questão, portanto, vai muito além do âmbito das observações político-financeiras. Mas é essencial que uma nação que precisa lutar por sua liberdade saiba que sua escravidão é, em primeiro lugar, político-financeira, que aqui a política e a economia estão intimamente ligadas. E é justamente essa a novidade da situação atual: ela é regida por perspectivas político-financeiras, e as perspectivas político-militares ocupam apenas um segundo plano.

Podemos, de fato, falar da era mamonista como uma nova época. O deus Mamon ascendeu ao trono deste mundo. Imperadores e reis se curvam diante dele. Parlamentos e governos são seus servos submissos. Ele conseguiu subjugar grandes movimentos – como a luta dos assalariados por melhorias. O capital internacional também fez com que...

Machine Translated by Google

Imprensa mundial a serviço de seus objetivos – assim como se tornou administradora da riqueza cultural e adulteradora de toda arte e literatura nacional indígena.

Como os mais notórios portadores dessa infestação e domínio mamonista do mundo, reconhecemos os judeus e, assim, o círculo do nosso conhecimento se fecha mais uma vez com a questão de todas as questões : *a questão judaica.*

A solução para o problema das taxas de juros é a solução para a questão judaica. A solução para o problema das taxas de juros, no sentido das nossas explicações, é a quebra do domínio judaico mundial, porque destrói o poder do judaísmo mundial – o seu poder financeiro.

Mas a solução do problema dos juros é, além disso, em um sentido construtivo, ao mesmo tempo O tempo também é a solução da questão social.

A recusa em pagar todos os juros e impostos relativos às dívidas de guerra colocaria as finanças internacionais, ou a França, diante da questão de assumir o controle total da administração financeira da Alemanha. Se todos os impostos do Reich que atualmente servem para pagar os juros ao inimigo forem eliminados, isso significaria, antes de tudo, internamente, uma redenção da insana opressão tributária, um grande feito sociopolítico de enorme alcance, e o inimigo teria que tentar desenvolver sua própria administração financeira na Alemanha.

Mas se o povo alemão visse o cobrador de impostos francês ou judeu sentado em cada repartição de impostos e pensões, e se as melhores vacas fossem tomadas dos estábulos dos fazendeiros por esses opressores estrangeiros, então a raiva e a indignação talvez se tornassem tão fortes que, numa noite, varreriam o espectro estrangeiro com uma vassoura ensanguentada e libertariam a Alemanha.

Em geral, se uma potência militar assumiria tal empreendimento a serviço de
O poder financeiro, portanto, ainda é muito questionável.

As perspectivas da nossa vontade de libertação não são de modo algum tão desfavoráveis quanto possam ter parecido inicialmente – pelo contrário. Na primeira vez em que a Alemanha recusou unanimemente a entrega dos seus "heróis de guerra", com esse "não" o fantasma desapareceu.

Agora, as finanças internacionais certamente buscarão outros métodos, especialmente o boicote e o estrangulamento total do mercado internacional. É quase certo que não terão sucesso neste último, e o boicote aos produtos alemães direcionaria a Alemanha, inicialmente apenas em sua atividade econômica, e por um tempo também exclusivamente, para o seu mercado interno. Caberia, portanto, também aqui, somente uma política interna competente – especialmente por meio de um incentivo generoso à construção civil – superar os tempos críticos e utilizá-los para o bem-estar da população, até que os novos caminhos para o mundo sejam definidos.

Essa abertura de novos caminhos para o mundo ocorrerá através da quebra da dominação judaica, inclusive entre outras nações, pois o caminho para uma economia nacional saudável só poderá ser alcançado através da cura do envenenamento interno causado pelo veneno judaico-mamonista. Então, os caminhos naturais para um comércio internacional saudável e para a economia entre as nações se abrirão por si mesmos – e a humanidade, liberta da opressão judaica, experimentará uma era de prosperidade sem precedentes – e, acima de tudo, *a Alemanha – o coração do mundo!*

Machine Translated by Google

Machine Translated by Google

Versão 1.0

Publicado no ano 130 de AH, em Kali Yuga, outubro de 2018, do Calendário Cristão pela Sudetenland Verlag.

SUDETENLAND VERLAG

Editado por Einar Birkemann.

Capa do livro feita por Italo.